

Bezamat de Souza Neto

**CONTRIBUIÇÃO E ELEMENTOS PARA UM
METAMODELO EMPREENDEDOR BRASILEIRO:**

O empreendedorismo de necessidade do “virador”

2ª edição

BEZAMAT DE SOUZA NETO

**CONTRIBUIÇÃO E ELEMENTOS PARA UM
METAMODELO EMPREENDEDOR BRASILEIRO:
O empreendedorismo de necessidade do “virador”**

2ª edição

2017

www.blucher.com.br

Blucher

BEZAMAT DE SOUZA NETO

**CONTRIBUIÇÃO E ELEMENTOS PARA UM
METAMODELO EMPREENDEDOR BRASILEIRO:
O empreendedorismo de necessidade do “virador”**

2ª edição

Tese submetida em 2003 ao corpo docente da coordenação dos programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de doutor em Ciências em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Roberto dos Santos Bartholo Jr

Aprovada por: Prof. Dr. Roberto dos Santos Bartholo Jr
Prof. D.Sc. Francisco José de Moura Duarte
Prof. Ph.D. Fernando Antônio Pacheco Gimenez
Prof. Dr. Marcel Bursztyn
Prof. D.Sc. Maurício César Delamaro
Prof. M.Sc. Fernando Dolabela

*Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro:
o empreendedorismo de necessidade do “virador”*

© 2017 Bezamat de Souza Neto

Editora Edgard Blücher Ltda.

1ª edição – 2008

2ª edição – 2017

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico,
conforme 5. ed. do *Vocabulário
Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março
de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial
por quaisquer meios sem autorização
escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Souza Neto, Bezamat de

Contribuição e elementos para um
metamodelo empreendedor brasileiro:
o empreendedorismo de necessidade do
“virador” [livro eletrônico] / Bezamat
de Souza Neto. - 2. ed. - São Paulo :
Blucher, 2017.

314 p. ; PDF

Bibliografia

ISBN 978-85-8039-157-2 (e-book)

1. Administração de empresas
2. Empreendedores – Brasil 3.
Empreendedorismo 4. Empresários –
Brasil

16-0345

CDD 658.421

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: Empreendedorismo:
Administração de empresas

Para **Luna** – *lunha* que ilumina meus dias.
E para os tantos (e tantas) “*viradores*” – geniais! –
que por aqui habitam.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, D. *Guegué* e *Titita* Bezamat. Ela pela vibrante e contagiante alegria de viver além das *virações* constantes a partir da confecção de quitutes, crochê e tricô *p'rá fora*. Ele, ausência presente, empresário bem sucedido na conservadora e barroca São João del Rei que pagou o preço de sua ousadia empreendedora e nos ensinou que “*cobra que não anda não engole sapo*” (em seguida ele emendava com um “*sapo também é proteína*”). A eles agradeço a educação “*viradora*” recebida.

Mas essa dissertação certamente não teria chegado ao seu final sem a colaboração de muitos, a indulgência de alguns e a paciência de outros tantos.

Principalmente ao “Mestre” Roberto dos Santos Bartholo Jr. que teve a indulgente paciência de me orientar e conduzir nessa *travessia*, dolorosa/saborosa, e que soube fazer com que eu enxergasse/vivenciasse o fim último da formação universitária *humboldtiana*: o quão importante – e interessante – é o “*metamorfosear tanto mundo quanto possível na própria pessoa (...) pela vinculação do nosso eu com o mundo para as mais gerais, provocantes e livres inter-relações*”.

Aos colegas, professores e funcionários do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da COPPE/UFRJ pela saudável convivência.

Ao amigo e *cumpadi* Professor Luiz Gonzaga de Souza Lima (“*Tio Gugu*”) que desde o início me incentivou nessa *travessia*. Bem como ao Professor Valmicki Villela Guimarães que teve a paciência de iluminar para mim as *veredas do Rosa* e me apontar trilhas outras.

Aos membros da Banca Examinadora que certamente dão realce e sabedoria, agregando sobremaneira valor à *empreita*.

Às *meninas* do “*Centrocape*” que me possibilitaram uma prática efetiva onde pude rever/construir conceitos. À elas junto Ebehart Baerenz do CEFÉ INTERNACIONAL e da GTZ com quem pude trocar ideias, experimentos, e aprender mais. Além dos (e das) colegas *cefistas* com quem convivi ensinando/aprendendo por esse *brasil-sertões-gerais*.

Às *yalodês* da CRIOLA que me possibilitaram também uma experiência rica no trabalho com artesãs.

A todos, junto ao denominado “público-alvo” com quem pude, enfim e efetivamente, *metamorfosear tanto mundo quanto possível na própria pessoa*. E aí são muitos e tantos. Das artesãs da CRIOLA, passando pelo pessoal das favelas da Rocinha e Serrinha na cidade do Rio de Janeiro; aos “Arturos” de Contagem a Itaobim, Berilo e Santana do Araçuaí no Vale do Jequitinhonha, passando também por Cordisburgo (terra do *Rosa*), Dolores do Indaiá, Ferros, Galheiros e Planalto de Minas em Diamantina, Jacarandira, Povoado dos Pintos e Ribeirão de Santo Antônio em Resende Costa, Bicas, Simão Pereira, Serra do Camapuã, Tiradentes, *Bichinho*, Prados, São João del Rei, etc. e etc. – que não me permito nominá-los para não cometer o imperdoável erro do lapso.

E finalmente à Letícia, Luna e *Ursinha*, minha família, pela paciência nas ausências constantes e pelos humores nem sempre bons, decorrentes de tamanha *empreita*.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Esta dissertação pretende contribuir com elementos para a discussão de uma categoria teórica denominada “Empreendedorismo” e, em especial, um certo “Empreendedorismo por Necessidade” – muito comum e “incompreendido” por aqui.

Nesta discussão pretende-se também conformar uma certa “Empreendedorologia” (*Entrepreneurology*) e, em especial, uma “Empreendedorologia Brasileira” ao apontar um metamodelo de empreendedor brasileiro: o virador – aquele que se vira.

Percebe-se, até pela novidade do assunto além da enorme relevância dada ao tema “Empreendedorismo” atualmente no Brasil, que a discussão atual no campo acadêmico está impregnada pela adoção acrítica de modelos estrangeiros de pouca “adaptabilidade” ao nosso contexto social, econômico e cultural. Busca-se então articular tais diferenças no sentido de balancear perdas e danos de forma relativizada, sem confrontos.

Enfim, percebe-se também que as transformações do capitalismo contemporâneo encontram mais afinidades com outras éticas e racionalidades do que com culturas originárias do protestantismo ascético. Na verdade, essa hipótese atesta a atualidade, a contemporaneidade da *intuição* de Max Weber. E essa hipótese também, evidentemente, tem claras implicações para o caso brasileiro.

ABSTRACT

This work aims to contribute with elements for a discussion of a theoretical category known as “Entrepreneurship” and, in special, a kind of an “Entrepreneurship of Necessity” – well known and “misunderstood” around here.

It is also the purpose of this discussion, to shape a type of “Entrepreneurology” and, in special, a “Brazilian Entrepreneurology” while pointing out a metamodel of the Brazilian entrepreneur: the “virador” – the one who does whatever he has the opportunity to.

In spite of the enormous importance given to the topic “Entrepreneurship” nowadays in Brazil, the academic discussion of this new subject is saturated with the adoption, without a critical analysis, of foreign models of little “adaptability” to our social, economical and cultural context. Therefore, this work intends to articulate such differences in the sense of balancing losses and damages in a relativist position, without confronts.

Finally, one can easily notice that the changes of the contemporary capitalism have more affinities with other ethics and rationalities than with cultures proceeding from the ascetic Protestantism. In fact, this hypothesis confirms the present and contemporary “intuition” of Max Weber. And this hypothesis has evidently also clear implications for the Brazilian situation.

“Sapo não pula por boniteza,
mas porém por precisão”
provérbio capiau
(no epígrafe do conto “A hora e vez de Augusto Matraga”
de João Guimarães Rosa)

CONTEÚDO

CAPÍTULO I

UMA INTRODUÇÃO, UMA EXPOSIÇÃO DE PRINCÍPIOS E “UM CONSTATAR PARA EXPLICAR”	17
I.1: Algumas considerações, de caráter introdutório	17
I.2: Uma primeira abordagem sobre o tema, a partir “deles”	25
I.3: Algumas rápidas constatações, a partir do nosso cotidiano	39
I.4: Algumas explicações, de caráter introdutório também	45

CAPÍTULO II

SOBRE O EMPREENDER	59
II.1: Sobre a condição humana	60
II.2: Da condição humana na modernidade: sobre a época atual	68
II.3: Uma invenção (ou “ <i>viver é muito perigoso</i> ”)	79
II.4: O protestantismo ascético, o catolicismo ibérico e o “mundo”	84

CAPÍTULO III

SOBRE EMPREENDEDORISMO	103
III.1: A “perspectiva” neoliberal	105
III.2: A perspectiva econômica	109
III.3: A perspectiva comportamental	120
III.3.1: O processo visionário do empreendedor	129
III.3.2: O Método CEFE	134
III.4: O GEM – <i>Global Entrepreneurship Monitor</i>	142

CAPÍTULO IV

O EMPREENDEDOR NA CONDIÇÃO BRASILEIRA.....	167
IV.1: A <i>brasilidade</i> a partir do Rosa.....	170
IV.2: A <i>Megeira Cartesiana</i> e a interpretação do Brasil: o olhar sobre a <i>brasilidade</i>	179
IV.2.1: Sérgio Buarque e as nossas raízes ibéricas.....	184
IV.2.2: O <i>mazombo</i> e o <i>yankee</i> : o <i>Brazil</i> de Viana Moog.....	192
IV.2.3: A <i>mensagem</i> de Richard Morse.....	197
IV.2.4: <i>Outros</i> olhares sobre a <i>brasilidade</i>	202
IV.2.5: Um <i>olhar</i> sobre os olhares.....	209
IV.3: Sistema de valores à <i>brasileira</i>	217
IV.3.1: <i>Raízes</i> de nossa ética do trabalho.....	218
IV.3.2: A <i>inautenticidade</i> do mérito e do desempenho.....	223

CAPÍTULO V

O EMPREENDEDORISMO NA CONDIÇÃO BRASILEIRA.....	233
V.1: Um pouco da realidade “informal” brasileira.....	233
V.2: Sobre o <i>virador</i>	245
V.3: O GEM e o Brasil; o <i>brazil</i> e o GEM.....	257
V.4: A formação de empreendedores no Brasil: as universidades.....	275
V.5: O CEFE no Brasil.....	283

CAPÍTULO VI

UM “INVENTAR PARA SUGERIR” (ou “ <i>uma brincadeira séria</i> ”).....	291
VI.1: A “sugestão”.....	291
VI.2: A “invenção” (ou a “ <i>brincadeira séria</i> ”).....	294
REFERÊNCIAS.....	297

CAPÍTULO I

UMA INTRODUÇÃO, UMA EXPOSIÇÃO DE PRINCÍPIOS E UM “UM CONSTATAR PARA EXPLICAR”.

“O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensante. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo.”

(Riobaldo em Grande sertão: veredas – J. Guimarães Rosa)

I.1: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, DE CARÁTER INTRODUTÓRIO

Empreendedorismo, o termo surgiu, por aqui, por duas *veredas*. Uma primeira, para um público mais acadêmico, professores e estudantes universitários, no início dos 80, nos cursos de Administração de Empresas – sendo a primeira experiência através do Professor Ronald Degen, em 1981, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, que criou uma disciplina, “Novos Negócios”, dentro do CEAG, *Curso de Especialização em Administração para Graduados*¹; quando se julgou

¹ – DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, Cultura Editores Associados, São Paulo, 1999; PARDINI, Délio Jardim, PAIM, Lúcia Regina Corrêa, *EMPREENDEDORISMO E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO*, in Anais do II EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, UEM/UUEL, Londrina/PR, Novembro/2001, pp: 227/240; LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, *APRENDIZADO DE EMPREENDEDORISMO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO*

necessário nomear o ramo emergente dos estudos sobre a criação de negócios próprios. Uma outra *vereda*, na segunda metade dos 80, para um outro público que trabalha (técnicos, gestores e políticos) e habita (trabalhadores e produtores autônomos, microempresários de fato e potenciais, desempregados, etc.) uma certa zona denominada de *baixa-renda*, nas três primeiras tentativas de introduzir o Método CEFE (então, *Creation of Enterprises, Formation of Entrepreneurs* – Criação de Empresas, Formação de Empresários) através da cooperação técnica brasileira-alemã em Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza; quando também se julgou necessário nomear o ramo emergente de atividades integradas a programas de desenvolvimento urbano e micro-empresarial, subordinados ao PRORENDA (*Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda*), executadas nas esferas públicas estaduais, a partir de órgãos ligados ao trabalho e à ação social em convênio com a GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica)².

Vê-se aí a sombra do inglês (*afrancesado*), a palavra *entrepreneurship*. Trata-se de palavra – empreendedorismo – ainda não dicionarizada (nem no *aurélio*, nem no *houaiss*), portanto, ainda “virgem” e à mercê da horda de *antropófagos* que por aqui habita: “*desde Sardinha, há muito estranja a se comer!*” (como disse Caetano Veloso certa vez).

É por essas duas *veredas* que começa nossa *travessia*. Nada mais *pegante* e *rompedor*.

O presente trabalho, fruto de uma longa *travessia* de estudos e constatações empíricas baseadas nas experiências do dia-a-dia em trabalhos – no sentido de capacitar e “organizar” – junto a uma parcela de pequenos produtores, comerciantes e prestadores de serviços localizados notadamente em periferias e favelas de cidades e no campo desse imenso Brasil pleno de diversidades, pretende contribuir, modestamente, com elementos que

SUPERIOR NO BRASIL, in Anais do II ENEMPRE – Encontro Nacional de Empreendedorismo, ENE/UFSC e CNPq, Florianópolis – SC, Outubro/2000; DEGEN Ronald J., *O EMPREENDEDOR – FUNDAMENTOS DA INICIATIVA EMPRESARIAL*, McGraw-Hill, São Paulo, 1989.

² – GOMES, Rosemary, MELLO, Ricardo, SILVEIRA, Caio Márcio, *METODOLOGIAS DE CAPACITAÇÃO, CEFE – GESPAR – CAPACITAÇÃO MASSIVA*, publicado pela FASE, NAPP e FINEP, Rio de Janeiro, 1997.

conformem um metamodelo empreendedor popular brasileiro. Nossos esforços de pesquisa se dedicaram então, a decifrar, decodificar e interpretar esse tipo de “microempresário-de-si-próprio”. E, ao definir e interpretar esse empreendedor popular buscaremos contribuir também para a discussão sobre uma certa tipologia de empreendedor brasileiro: *o virador*.

A literatura especializada, notadamente estrangeira (e a *nossa*, por aqui, por influência daquela), por exemplo, aborda com frequência e profundidade o tema utilizando as terminologias “artesão” e “oportunista” entre os vários tipos de empreendedor³. Por aqui, é freqüente o uso de tais tipologias, mas sem a devida contextualização. Aqui o “artesão” tem outras especificidades sócio-históricas e culturais diferentemente daquelas percebidas no caso do artesão do hemisfério norte e que referencia aquela literatura⁴. E sobre o “oportunista”, não ouse chamar alguém disso por aqui, soa mal, é quase até *nome-de-mãe*⁵.

Visto isso, tentaremos então contribuir com especificidades que contextualizem o nosso *virador* – que tanto pode ser um artesão, um camelô, um dono de uma *bodega* qualquer, um autônomo, um desempregado ou um assalariado sem carteira, enfim, aquele que “se vira”⁶ – que difere, por

³ – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V. 34, n. 2, pp: 05/28, Abril/Junho 1999; URIARTE, Luiz Ricardo, DALMAU, Marcos Baptista Lopes, BARCIA, Ricardo Miranda *et al.*, *EMPRESÁRIO OU EMPREENDEDOR?*, Anais do I EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, UEM/UUEL, Maringá-PR, pp: 71/80, Outubro/2000.

⁴ – SOUZA NETO, Bezamat, *CONTRIBUIÇÃO E ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR: O CASO DO ARTESÃO BRASILEIRO*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; SOUZA NETO, Bezamat, *BUSCANDO CONHECER ESSA MODERNIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA DO ARTESANATO: O CASO DA PRODUÇÃO DO CARRO DE BOIS*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Março de 1995.

⁵ – SOUZA NETO, Bezamat, *GENEALOGIA E ESPECIFICIDADES ACERCA DE UM TIPO DE EMPREENDEDOR POPULAR: O ARTESÃO BRASILEIRO*, Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 106/116.

⁶ – LESSA, Carlos, *AUTO-ESTIMA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2000.

razões sócio-histórica e cultural, dos clássicos tipos – conforme o modelo taxionômico do pensamento empreendedor – do hemisfério norte.

Caminharemos no sentido de que nenhuma tipologia é suficientemente completa a ponto de cobrir todos os tipos de empreendedores. Cada caso pode ser considerado único. Entretanto, elas provêm uma base para a compreensão dos pontos de apoio, bem como dos valores e do pensamento dos empreendedores, e as linhas para a compreensão da consistência comportamental geral desses atores, na medida em que devemos contextualizar o ambiente o qual aquele está inserido.

Ao levantarmos tais especificidades, veremos também o quanto está embaçado o debate acadêmico por aqui acerca do tema Empreendedorismo, nota-se uma grande lacuna. Reina, no nosso entendimento, uma certa adoção acrítica de modelos estrangeiros e em cuja aceitação (inconscientemente, às vezes), *não antropofágica* e não relativizada, perde-se muito. Não existe por aqui, ainda, uma preocupação epistemológica no sentido de uma *teoria empreendedora à brasileira* ancorada em nossos valores (mas quais?, de antemão). E constata-se, infelizmente, o dito de um certo poeta de que: “*o Brasil não conhece o Brasil*”⁷.

Por exemplo, e de forma ainda introdutória (como dito), Max Weber ao escrever “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”⁸ não fazia uma apologia dos povos sob a esfera religiosa protestante, nem preconizava um “mero bom senso comercial” daqueles. Ele se interessava – e “esta é a essência do problema” – em “uma ética peculiar”, através da conformação de um *ethos*⁹ que deu vida ao tal *espírito do capitalismo moderno*.¹⁰ Toda sua

⁷ – Não sei se Tom Jobim, Francis Hime ou outro arguto e tão sensível observador.

⁸ – WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1989.

⁹ – “O termo *ethos* é uma transliteração dos dois vocábulos grego *ethos* (com eta inicial) e *ethos* (com épsilon inicial). (...) A primeira acepção de *ethos* (com eta inicial) designa a morada do homem. O homem habita sobre a terra acolhendo-se ao recesso seguro do *ethos*. Este sentido de lugar de estada permanente e habitual, de um abrigo protetor, constitui a raiz semântica que dá origem à significação do *ethos* como costume, esquema praxeológico durável, estilo de vida e ação (...). A segunda acepção de *ethos* (com épsilon inicial) diz respeito ao comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos. (...) O *ethos* nesse caso, denota uma constância no agir que se

obra foi marcada, apesar da multiplicidade de interesses, por uma questão fundamental: a tentativa de estabelecer a especificidade do racionalismo ocidental. E, para ele, no caso do racionalismo ocidental, esse quadro de referência é o princípio da **dominação do mundo**, quando todas as dimensões do pensamento e da ação humana vão obedecer ao critério da **instrumentalidade**.¹¹

Ao agir, em sua busca, de forma comparativa e notadamente a partir das esferas religiosas, para Weber, é o protestantismo ascético que atualiza e radicaliza uma forma de consciência, nas suas dimensões cognitiva e moral, no contexto do racionalismo ocidental. Essa atualização se refere ao princípio do controle racional do mundo à medida que este é **desencantado**. E *a ética protestante e o espírito do capitalismo* reflete, de forma precisa, o esforço de percepção da gênese dessa revolução de consciência, a qual equivaleria à maior transformação da história humana e desencadeadora de todas as grandes conquistas do Ocidente.¹²

Como ele agiu de forma comparativa – e é isso que dá significação e validade universal ao Ocidente quando este é comparado a outros racionalismos culturais –, daí, uma certa presunção de superioridade do protestante sobre, por exemplo, nós “outros” ibero-americanos (*nosotros!*), que alguns de seus vários interpretadores e herdeiros, por aqui, equivocadamente pleiteiam, é digna de lástima.

Os trabalhos científicos elaborados pelos pensadores do campo de estudo do Empreendedorismo, pelo menos os que tenho visto até agora,

contrapõe ao impulso do desejo (órexis). Essa constância do ethos como disposição permanente é a manifestação e como que o vinco profundo do ethos como costume, seu fortalecimento e o relevo dado às suas peculiaridades. O modo de agir (trópos) do indivíduo, expressão da sua personalidade ética, deverá traduzir, finalmente, a articulação entre ethos como caráter e o ethos como hábito.” in VAZ, Henrique C. de Lima, ESCRITOS DE FILOSOFIA II. ÉTICA E CULTURA, Editora Loyola, São Paulo, 1993, pp: 13/14.

¹⁰ – WEBER, Max, op. cit., p. 31.

¹¹ – SOUZA, Jessé, *A ÉTICA PROTESTANTE E A IDEOLOGIA DO ATRASO BRASILEIRO*, in SOUZA, Jessé (Org.), *O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA*, Editora UNB, Brasília, 1999, pp: 17/54.

¹² – Ibid.

citam Weber sem aprofundar a questão (quando muito, o colocam como um dos “fundadores” ou “influenciadores” da corrente comportamentalista) e não percebem a dimensão da *ferramenta de análise* criada por ele. Aí entra-se numa comparação pobre e negativista: nós – ibéricos, católicos –, filhos do “outro” Ocidente, somos **atrasados** em relação ao *nosso-grande-irmão-do-norte*, USA, protestante, capitalista, democrático, eficientes e moderno.

A repercussão por aqui (que veremos a frente, e com os devidos detalhes), na mídia especializada, sobre o resultado do GEM-2002, *Global Entrepreneurship Monitor*, pesquisa de âmbito multinacional e de longo prazo, coordenada pelo *Babson College* e a *London School of Business* (em 2002, 37 países pesquisados, quase 2/3 da população do mundo e algo em torno de 92% do PIB mundial) – Brasil, 1º Lugar em **empreendedorismo por necessidade**, *Necessity-Based Entrepreneurial Activity by Country*, e 16º colocado em **empreendedorismo por oportunidade**, *Opportunity-Based Entrepreneurial Activity by Country* – foi sintomática. Houve um “constrangimento” generalizado: **realmente somos atrasados!**

Por essas e outras, em nossa *travessia* se pretende buscar especificidades acerca de um certo “jeitinho brasileiro” – embora o uso do diminutivo *inho*, para alguns, empreste uma certa valoração negativa, para nós, como nos ensinou Guimarães Rosa (que abusou do uso de diminutivos dos mais variados e inesperados tipos¹³), o *inho* denota e empresta afetividade à *travessia*. E é a partir dessa afetividade que nos recusamos a vislumbrar o “jeitinho brasileiro” como “folclore” ou simples “sobrevivência cultural”, destinado a desaparecer, como que por encanto, com a emergência de um suposto desenvolvimento econômico ou evolução histórica. Trata-se na verdade, da conformação de um *ethos* peculiar que propiciou nossa engenhosidade social, nossa forma de agir e de pensar, tanto nos aspectos de natureza subjetiva e de natureza externa, mundo social e econômico. Um

¹³ – MARTINS, Nilce Sant’ Anna, *O LÉXICO DE GUIMARÃES ROSA*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001; COUTINHO, Eduardo F., *GUIMARÃES ROSA: UM ALQUIMISTA DA PALAVRA*, no Prefácio de *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994, Volume I, pp: 11/24; LISBOA, Henriqueta, *O MOTIVO INFANTIL NA OBRA DE GUIMARÃES ROSA, JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Volume I, op. cit., pp: 133/141.

certo *espírito do empreendedorismo de um brasileiro*, daquele que “se vira”, principalmente, por necessidade.

E assim sendo, pretendemos nessa *travessia* portanto, **relativizar nossas especificidades e articular nossas diferenças** ao expor, a partir de uma revisão bibliográfica acrescida de doses de experimentos vivenciados, uma “matriz global” de uma teoria empreendedora que por aqui chegou e alimenta as nossas elites pensantes, e cuja essência e ação se dá de fora para dentro e de cima para baixo. Em contraposição com uma outra, uma “matriz local” de uma *nova* teoria empreendedora, enraizada em *terra brasilis* (e/ou *antropofagizada* daquela – num revisitar o nosso “tupi or not tupi”), e cuja essência e ação se dá de dentro para fora e de baixo para cima. Esta, no nosso entendimento, plena de esperança. Aquela, carregada de resignação e de preconceitos.

Como um contorno do presente trabalho, nos inspiramos também no dito de Antônio Cândido que ao iniciar o artigo “O Homem dos Aessos”¹⁴, dá-nos o seguinte aviso:

“Na extraordinária obra-prima Grande Sertão: veredas há de tudo para quem souber ler, e nela tudo é forte, belo, impecavelmente realizado. Cada um poderá abordá-la a seu gosto, conforme o seu ofício; mas em cada aspecto aparecerá o traço fundamental do autor, a absoluta confiança na liberdade de inventar.”¹⁵

Mais a frente, Antônio Cândido comparando Guimarães Rosa com Euclides da Cunha num paralelo entre “Grande sertão: veredas” e “Os sertões”, busca similitudes e as encontra nos três elementos estruturais que apoiam a composição: **a terra, o homem, a luta.**

“Uma obsessiva presença física no meio; uma sociedade cuja pauta e destino dependem dele; como resultado, o conflito entre os homens.”¹⁶

¹⁴ – CÂNDIDO, Antônio, *O HOMEM DOS AVESSOS*, in *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Volume I, op. cit., 78/92.

¹⁵ – Ibid., p.78.

¹⁶ – Ibid., p. 79.

Mas a analogia pára por aí, pois a atitude *euclideana*, segundo Cândido, é de uma marcha lógica e sucessiva do “*constatar para explicar*”, enquanto a de Guimarães Rosa é a de “*inventar para sugerir*”.

É, pois, nesse sentido que queremos, pretensiosamente, nortear nossa dissertação. Iniciamos, seguindo os ditames acadêmicos, com um “constatar para explicar” e, nos permitiremos encerrar com “um inventar para sugerir”. Mas também nos permitiremos que durante a *travessia*, uma trança com as quatro possibilidades – **constatar; explicar; inventar; e sugerir** – emersa, não necessariamente nessa ordem, ora aqui e ora acolá, ressaltando uma e/ou outra, de formas a permitir, pretensiosamente (mais uma vez!), a ressonância na imaginação e na sensibilidade.

E como a *travessia* busca “traduzir” em termos cognitivos o que é apreendido afetivamente, vai requerer, certamente, um esforço sistemático, do ponto de vista intelectual, para ser traduzível numa linguagem aproximadamente científica que abra espaços a discussões menos impressionistas.

E, nesse sentido, tenho plena consciência de que não é preciso nenhuma fundamentação acadêmica para afirmar que esse empreendimento é uma aventura ambiciosa, não só pela novidade que lhe é intrínseca, mas também pelo tamanho e a complexidade da tarefa: um grande e doloroso esforço de incorporação mental do mundo imediatamente dado como experiência. Tenho a curiosidade intelectual de investigar e trazer respostas aos questionamentos propostos e a ousadia de “inventar” meu próprio caminho. Nesse processo, sirvo-me e sinto-me, prazerosamente, parte de certo tipo de produção intelectual brasileira que, tradicionalmente, fez do entendimento do Brasil um de seus principais temas.

E aqui também um humilde convite a subir e a descer, a descer e a subir, morros, ruas e vielas, grotas e veredas, por esse *brasil-sertões-gerais*, e nesse:

“o convite a sentir as areias doces de uma certa praia sob nossos pés nus. A encontrar uma certa 'terra brasilis' onde sopra um hálito morno e doce de paixão. Apesar dos destertos de nossos tempos. Dos Herodes de nossos tempos.”¹⁷

¹⁷ – BARTHOLO JR., Roberto S. no prefácio de *ENGRENAGENS DA FANTASIA: ENGENHARIA, ARTE E CONVIVÊNCIA*, de SOUZA, Hamilton Moss de, Ed. Bazar das Ilusões, Rio de Janeiro, 1989.

I.2: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM SOBRE O TEMA, A PARTIR “DELES”¹⁸

Diante do que trata a literatura sobre o tema, em linhas gerais, parece ser possível perceber que o Empreendedorismo fora reconhecido como um elemento fundamental para a viabilização e a condução de empreendimentos e, em última instância, do processo de desenvolvimento do capitalismo – com o surgimento da economia de mercado, com as mudanças sociais e comportamentais decorrentes, e com o lucro sendo aceito como a origem do mercado de trabalho.¹⁹ Não obstante, o valor facultado ao empreendedorismo surge no bojo do paradigma liberal do século XIX e com a Revolução Industrial – marcos, a partir dos quais, vários teóricos, estudiosos e pesquisadores aprofundam questões alusivas à determinação de seu perfil, bem como, características de sua atuação²⁰.

Em inglês se utiliza o vocábulo francês “entrepreneur”²¹ para denominar os novos empresários e as pessoas que se estabelecem por conta própria, aos empreendedores. O termo *entrepreneur* também designa o indivíduo que tem o mérito de lançar-se no mercado em busca de novas oportunidades de negócio e, para tanto, esse personagem, continuamente,

¹⁸ – O possessivo “deles” aqui simboliza o que é dito na tal “literatura especializada” e não tem, em absoluto, nenhum juízo de valor. Nossa posição é de neutralidade, por enquanto, e de mero observador/relator e queremos, de antemão, começar a conformar, ainda que de forma introdutória, a tal “matriz global”. O que será dito é comumente encontrado na vasta literatura especializada e o que se pretende é apresentar uma “plataforma” para se adentrar ao *mundo* do Empreendedorismo.

¹⁹ – PASTRO, Ivete Inês, *ENTREPRENEUR: HABILIDADE DE CRIAR E INOVAR*, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 128/141; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., *GESTOR EMPREENDEDOR E INOVADOR*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

²⁰ – LEITE, Emanuel, *O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO CRIANDO RIQUEZAS*, Editora Bagaço, Recife, 2000; PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.

²¹ – Algumas palavras-chave usadas no vocabulário moderno das ciências gerenciais, curiosamente, vêm da língua francesa. Por exemplo, o termo *manager* (gerente) vem do francês antigo *ménager*, que significava cuidar bem da casa ou organizar cuidadosamente.[in FILION, Louis Jacques, op. cit.]

encontra-se disposto a assumir riscos, com a permanente inclinação à criação e inovação.²²

Na época atual, a globalização, suas mazelas e o seu evidente impacto sobre os negócios, não deixam dúvidas quanto a valorização do empreendedor – o *entrepreneur* –, uma vez que é difícil, diante desse contexto, manter a independência política e econômica, bem como, não participar de atividades voltadas intensamente à inovação, para fins exclusivos de enfrentamento das constantes mudanças no que tange ao cenário mundial dos negócios.²³

Para que haja uma melhor compreensão, vê-se a seguir algumas definições sucintas, bem como, variações de visões sobre o termo *entrepreneur*, a partir de uma perspectiva histórica.

O uso mais antigo do termo *entrepreneur* se registra no século XII, para definir “*aquele que incentivava brigas*”²⁴. Na história militar francesa, no século XVII, fazia referência a pessoas que se comprometiam em conduzir expedições militares²⁵. Mas atribui-se a um irlandês do século XVIII chamado Richard Cantillon (1697-1734), o primeiro uso do termo *entrepreneur* no contexto empresarial, para referir-se a alguém que compra bens e serviços a certos preços com vistas de vendê-los a preços incertos no futuro. Em outras palavras, correndo um risco não assegurado. Cantillon era um banqueiro que, hoje, poderia ser descrito como um capitalista de risco. Era um homem em busca de oportunidades de negócios, preocupado com o gerenciamento inteligente de negócios e a obtenção de rendimentos otimizados para o capital investido. Era um nobre que vivia de rendas e que buscava oportunidades de negócios. Viajou pelo mundo e era capaz de analisar uma operação identificando nela aqueles elementos que já eram lucrativos e os

²² – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, *BREVE HISTÓRIA DA FUNÇÃO EMPRESARIAL*, artigo disponível, em português, no site www.gtz.de/cefe

²³ – PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; LEITE, Emanuel, op. cit.

²⁴ – VÉRIN, H., *ENTREPRENEURS, ENTREPRISES, HISTOIRE D'UNE IDÉE*, Presses Universitaires de France, Paris, 1982, p. 31; FILION, Louis Jacques, op. cit., p. 18; GREATTI, Ligia, SENHORINI, Vilma Meurer, *EMPREENDEDEDORISMO – UMA VISÃO COMPORTAMENTALISTA*, Anais do I EGEPE, op. cit., pp: 22/34; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.

²⁵ – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, op. cit.; VÉRIN, H., op. cit.; FILION, Louis Jacques, op. cit., p. 18; GREATTI, Ligia, SENHORINI, Vilma Meurer, op. cit.

que poderiam vir a ser mais ainda. Investiu, por exemplo, em plantações de chá na Índia, até em operações de comércio no vale do Mississipi. Seu manuscrito, que relatava, em detalhes, suas viagens e seus negócios, “Essai sur la nature du commerce en général”, foi publicado postumamente, com correções do editor, vinte anos depois de ser amplamente distribuído em Paris e Londres. Para ele, basicamente, o *entrepreneur* era uma pessoa que aproveitava as oportunidades com a perspectiva de obter lucros, assumindo os riscos inerentes.²⁶

Na visão do economista escocês Adam Smith (1723-1790), nessa mesma época, ao *entrepreneur* atribui-se também o papel de “criador de riquezas”.²⁷

Depois, Jean-Baptiste Say (1768-1832), em 1803, descreveu a função do *entrepreneur* em termos mais amplos ao fazer a distinção entre empreendedores e capitalistas e entre os lucros de cada um. E ao fazê-lo, Say associou os empreendedores à inovação e além de vê-los como os agentes da mudança, também considerava o desenvolvimento econômico como resultado da criação de novos empreendimentos. Era um grande admirador de Adam Smith (cujas ideias levou para a França) e da Revolução Industrial (tentou estabelecer um corpo teórico que possibilitaria a chegada da revolução industrial na França). E, suas obras preocuparam-se, sobremaneira, com os impactos da criação e distribuição de riquezas na sociedade. Ele próprio era um *entrepreneur* e foi o primeiro a definir as fronteiras do que é ser um empreendedor na concepção moderna do termo. Say foi o primeiro a lançar os alicerces desse campo de estudo e pode-se considerá-lo o “pai” do empreendedorismo.²⁸

Contudo, as principais concepções sobre o empreendedor foram desenvolvidas pelo economista Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), considerado na literatura como quem melhor analisa o empreendedor e sua

²⁶ – OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, *ESTRATÉGIA EMPRESARIAL: UMA ABORDAGEM EMPREENDEDORA*, Editora Atlas, São Paulo, 1994; FILION, Louis Jacques, op. cit.; KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, op. cit.

²⁷ – LEITE, Emanuel, op. cit.; PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.

²⁸ – SCHUMPETER, Joseph A., *HISTORY OF ECONOMICS ANALYSIS*, George Allen & Unwin, London, 1967; FILION, Louis Jacques, op. cit.; KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, op. cit.; DOLABELA, Fernando, op. cit.

inserção na economia capitalista. Para ele, o entrepreneur é alguém que faz novas combinações de elementos, introduzindo novos produtos e/ou processos, identificando novos mercados de consumo ou fontes de suprimento, criando novos tipos de organização. E essa definição é, segundo vários autores, ainda hoje, com poucas variações, a que parece melhor aplicar-se ao referido termo.²⁹

Mas como não é fácil introduzir elementos de racionalidade dentro do complexo comportamento dos empreendedores e como também muitos pesquisadores e estudiosos, principalmente do ramo da economia, se recusavam em aceitar modelos não quantificáveis, isso acabou por levar o universo do empreendedorismo a voltar-se para os comportamentalistas – psicólogos e psicanalistas, sociólogos e outros especialistas do comportamento humano –, na busca de um conhecimento mais aprofundado do comportamento do entrepreneur.³⁰

Um dos primeiros autores desse grupo a mostrar interesse pelo entrepreneur foi Max Weber (1864-1920)³¹. Em sua clássica obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” ele identificou o sistema de valores como um elemento fundamental para a explicação do comportamento dos empreendedores. Para Weber, o principal fator motivador para quem se estabelecia por conta própria era a crença religiosa ou o trabalho ético protestante que **estabelecia normas de conduta que punham freio à extravagância, ao consumo ostensivo e à indolência**. O resultado era uma maior produtividade, uma diminuição das despesas e aumento da economia, todos fatores vitais para o crescimento econômico. Ele via os empreendedores como inovadores, pessoas independentes cujo papel de liderança nos negócios inferia uma fonte de autoridade formal. Em suma, e o mais importante, Max Weber, conectando à ética da alta produtividade, a poupança e a desmotivação do consumo dispendioso com o sucesso

²⁹ – OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, op. cit.; FILION, Louis Jacques, op. cit.; DOLABELA, Fernando, op. cit., p. 50; BYGRAVE, William D., *THE ENTREPRENEURIAL PROCESS*, in BYGRAVE, William D. (ed.), *THE PORTABLE MBA IN ENTREPRENEURSHIP*, John Wiley & Sons, Inc, 1998, pp:1/2.

³⁰ – KIRCHHOFF, Bruce A., *ENTREPRENEURSHIP ECONOMICS*, in BYGRAVE, William D. (ed.), *THE PORTABLE MBA IN ENTREPRENEURSHIP*, op. cit., pp: 446/448; DOLABELA, Fernando, op. cit.; FILION, Louis Jacques, op. cit.

³¹ – FILION, Louis Jacques, op. cit., p. 8.

econômico pôde articular uma forte defesa do impacto da cultura no crescimento das atividades empresariais.³²

Entretanto, o autor que realmente deu início à contribuição das ciências do comportamento para o empreendedorismo foi, sem dúvida, o psicólogo e professor da Harvard University, David C. McClelland. A obra de McClelland revela uma tentativa arrojada de um psicólogo behaviourist, versado nos métodos das ciências do comportamento, de isolar fatores psicológicos e culturais, e demonstrar, por métodos rigorosamente quantitativos, que esses fatores são, de modo geral, importantes para o desenvolvimento econômico.³³

Ele constatou, através de suas inúmeras pesquisas com sua equipe de colaboradores em várias partes do mundo, a influência dos valores de determinadas sociedades e de determinadas culturas, inclusive os valores ligados à religião, sobre as atitudes de indivíduos empreendedores e percebeu nestes, um certo padrão de excelência internalizado.³⁴

É ressaltado também que McClelland foi “inspirado” pela obra de Max Weber – “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” –, e que, sendo assim, concordava também com a “tese” de Weber com relação a certos valores religiosos mantidos pela ética protestante como consequência de um crescimento do capitalismo moderno através da expansão das atividades empresariais.³⁵

³² – FILION, Louis Jacques, op. cit.; KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, *COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA*, artigo disponibilizado, em português, no site www.gtz.de/cefe; DOLABELA, Fernando, op. cit. p.48.

³³ – McCLELLAND, David, *ENTREPRENEURSHIP AND ACHIEVEMENT MOTIVATION: APPROACHES TO THE SCIENCE OF SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT*, Editions P. Lengyel, / UNESCO, Paris, 1971.

³⁴ – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, *COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA*, op. cit.

³⁵ – LEITE, Emanuel, O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO CRIANDO RIQUEZAS, op. cit.. Inclusive, com relação a citada obra de Max Weber, o autor ressalta que: “Weber propôs a tese de que a Reforma Protestante produziria uma verdadeira revolução, infundindo um espírito mais vigoroso em trabalhadores e empreendedores, que teria levado ao capitalismo industrial moderno.” [p. 70]. E esse mesmo argumento é repetido em VASCONCELOS, I. E., ALMEIDA, Y. M. B.,

Em sua clássica obra “The Achieving Society”³⁶, McClelland se propunha a estabelecer uma relação entre o progresso econômico e a existência de uma cultura da “necessidade generalizada de realização” que ele definiu como:

“o desejo de fazer algo por fazê-lo, mais que com fins de poder, amor, reconhecimento ou se desejar, lucro.”³⁷

E, para “traduzir” esse *padrão de excelência internalizado*, essa novidade – “necessidade de realização” – ele usou, de forma original, o termo *achieving* que significa “conquistar algo com esforço próprio; realizar algo difícil; façanha; feito”.³⁸

Aprofundando a questão a partir dos resultados obtidos em suas pesquisas, o dado significativo é que McClelland criou bases e orientações para sessões de treinamento para motivar o êxito e a realização em executivos, cuja finalidade era melhorar tal característica “psicológica” e torná-la aplicável em situações empresariais. Nesse sentido, ele foi o pioneiro na capacitação para comportamentos mais empreendedores de adultos.³⁹

E, diferentemente dos economistas, para os comportamentalistas – notadamente os psicólogos – um empreendedor não precisa estar

SANTOS, M. J., UMA REFLEXÃO SOBRE O PERFIL EMPREENDEDOR DO ENGENHEIRO NO BRASIL, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.. No nosso entendimento, e como veremos a frente, esse “argumento” é equivocado.

³⁶ – McCLELLAND, David, THE ACHIEVING SOCIETY, Princeton, Van Nostrand, New Jersey, 1961.

³⁷ – McCLELLAND, David, THE ACHIEVING SOCIETY, op. cit., p. 38; KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA, op. cit.

³⁸ – Em nossa linguagem coloquial ou, no dizer de Guimarães Rosa, numa linguagem-de-dia-de-semana, “achieving” seria facilmente traduzido, no nosso entendimento, e com todo respeito, por *tesão*.

³⁹ – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA, op. cit.; GREATTI, Ligia, SENHORINI, Vilma Meurer, op. cit.; SHEFKY, Lloyd E., ENTREPRENEURS ARE MADE NOT BORN, McGraw-Hill, New York, 1994.

necessariamente ligado à atividade empresarial. Ele pode também estar relacionado ao mundo social de maneira geral.⁴⁰

Para Louis Jacques Filion, professor canadense e um dos mais conceituados pensadores sobre o tema na atualidade, diferentemente do “dirigente-operador”⁴¹, que se encontra na maior parte do tempo ocupado com tarefas rotineiras, preocupado com questões mais concretas, acreditando ser o planejamento e as análises das tendências de mercado pura teoria, o “dirigente-empendedor” apresenta um modelo de gestão pautado no planejamento, na análise do contexto, visando detectar oportunidades de negócios para realizá-las⁴².

Para Filion,

“Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”.⁴³

E a ação empreendedora, para ele, deverá estar sustentada no que ele chama de “visão”:

“Visão é definida como uma projeção: uma imagem, projetada no futuro, do lugar que o empreendedor deseja que seu produto venha a ocupar no mercado. É, também, uma imagem do tipo da empresa necessária

⁴⁰ – PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.

⁴¹ – Diz-se do dono ou sócio da empresa, do empreendimento, bem como de seu gestor.

⁴² – Filion define as seguintes etapas do processo de gestão do empreendedor: visionar, arquitetar, animar, verificar, aprender. Já as etapas do processo de gestão do dirigente-operador são: ajustar, verificar, alocar, designar, cumprir, escolher. Para maior aprofundamento ver FILION, Louis Jacques, *DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS GERENCIAIS DE EMPREENDEDORES E OPERADORES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V. 39, n. 4, Outubro/Dezembro 1999, pp. 6-20.

⁴³ – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, op. cit., p. 19.

para alcançar esse objetivo. Em suma, visão refere-se a onde o empreendedor deseja conduzir seu empreendimento.”⁴⁴

E, na perspectiva de Filion, a imaginação é obviamente necessária para que se tenha visões. O termo visão denota habilidade em definir e alcançar objetivos. E ele ressalta que visão é algo mais “racional” que sonho e remete sua reflexão teórica para um “confronto” ao assinalar tal diferença, a partir de bases “mais racionais”, com uma outra, mais brasileira – “*é empreendedor, em qualquer área, alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade.*”⁴⁵ –, a qual veremos depois:

“A diferença entre um sonho e uma visão é o fato de a visão ser uma forma realista e alcançável de sonho – em outras palavras, uma imagem desejada de uma situação futura.”⁴⁶

Peter Drucker, define o *entrepreneur* como alguém que consegue resultados, e não necessariamente alguém que manipula recursos disponíveis utilizando-se de certas práticas. Todavia, na identificação de um empreendedor com relação ao seu perfil, ele apresenta três traços importantes: a criatividade, a insatisfação com o *status quo* e a determinação pessoal.⁴⁷

E para William Bygrave, sua definição, mesmo sendo deficiente em descrição e detalhe, é talvez, a mais simples e elegante:

⁴⁴ – FILION, Louis Jacques, VISÃO E RELAÇÕES: ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR, Revista de Administração de Empresas – RAE, V. 33, n. 6, pp: 50/61, Nov/Dez 1991, p.52.

⁴⁵ – DOLABELA, Fernando, PEDAGOGIA EMPREENDEDORA – ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, Belo Horizonte, 2003, p. 35 [no prelo].

⁴⁶ – FILION, Louis Jacques, EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS, op. cit., p. 19.

⁴⁷ – DRUCKER, Peter F., INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR: PRÁTICA E PRINCÍPIOS, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1993; PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, op. cit.; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.

“An entrepreneur is someone who perceives an opportunity and creates an organization to pursue it.”⁴⁸

Segundo Gifford Pinchot, devido à “revolução empreendedor”, algumas grandes empresas perderão, num futuro próximo, quase todos os seus melhores gerentes. Logo, sem perceber, a empresa estará servida por “mortos-vivos”. Ele adverte que a necessidade de buscar uma forma de motivar os executivos e funcionários é a questão estratégica mais importante dos tempos atuais.⁴⁹

Daí, um novo termo – *intrapreneur*⁵⁰ – é introduzido na literatura para designar uma pessoa que tem espírito empreendedor, mas ao invés de montar um negócio próprio para viabilizar suas ideias, usa a estrutura da empresa onde trabalha.⁵¹

E em função da explosão de informações disponibilizadas hoje por meios vários, as empresas estão encorajadas a abandonarem os sistemas hierárquicos, em favor de sistemas nos quais os inovadores agem em pé de igualdade com os que formam um sistema de apoio. Esse novo método é denominado “desenvolvimento do intraempreendedorismo”, e ele interage diretamente sobre aqueles que assumem a responsabilidade pela criação e inovações de qualquer espécie dentro de uma organização, através do

⁴⁸ – BYGRAVE, William D., THE ENTREPRENEURIAL PROCESS, in BYGRAVE, William D. (ed.), op. cit., p. 2. [Um empreendedor é alguém que percebe uma oportunidade e cria uma organização para lutar por ela.]; KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA, op. cit.; DOLABELA, Fernando, OFICINA DO EMPREENDEDOR, op. cit.

⁴⁹ – PINCHOT, Gifford, INTRAPRENEURING: POR QUE VOCÊ NÃO PRECISA DEIXAR A EMPRESA PARA TORNAR-SE UM EMPREENDEDOR, Editora Harbra, São Paulo, 1985; PEZZI, Marcelo R., FARIAS, Giovana A., BARCIA, Ricardo M., INTRAEMPREENDEDOR E EMPREGABILIDADE: ASPECTOS COMUNS ENTRE AMBOS, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; BLATT, Cleide R., INTRAPRENEURISMO: UMA FERRAMENTA PRÁTICA À MUDANÇA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA ORGANIZACIONAL, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

⁵⁰ – empreendedor interno, aqui é traduzido como **intraempreendedor**.

⁵¹ – PINCHOT, Gifford, op. cit.; LEITE, Emanuel, op. cit.; BRINGHENTI, Cassiano, DA RÉ, Castorina Baron Zimmer, FRIEDLAENDER, Gilda Maria Souza et al., CARACTERÍSTICAS DO INTRAEMPREENDEDOR, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.;

incentivo sistemático àqueles funcionários que, voluntariamente, se enquadram no perfil. O *intrapreneur* pode não ser o criador ou o inventor, mas será sempre aquele que, dentro da organização, concebe como transformar uma ideia em uma realidade lucrativa ou exitosa.⁵²

Ressalta-se também que os fatores inerentes ao *intraempreendedorismo* podem ser adotados em qualquer tipo de organização, independente de seu tamanho. Acredita-se que, mesmo com as limitações normais de toda e qualquer empresa, o *dirigente-empendedor* precisa estar ciente da confiança que precisa ter em seus colaboradores para poder atingir o sucesso que esse novo “método” propicia.⁵³

Pode-se constatar através da literatura uma busca por distinguir o empreendedor entre os seus semelhantes. Não é a posse do capital e nem mesmo a simples gestão de uma organização que irá defini-lo. Variáveis como “inovação”, “risco” e “decisão” tendem a permear a ação do empreendedor, que também é reconhecido pelo resultado alcançado. Ter a posse dos melhores meios para alcançar os fins desejados e a consecução dos objetivos propostos tendem a delinear a imagem do empreendedor no seu sentido mais estrito.

Essa perspectiva impulsiona vários autores no sentido de conhecer, ressaltar e analisar as características comportamentais e as razões que levam o empreendedor a empreender.

Pesquisas realizadas nas últimas décadas buscam conhecer e/ou confirmar algumas características apresentadas pela literatura clássica, bem como criar tipologias de empreendedores – embora muitas delas na verdade apresentam taxinomias de empresários e/ou gerentes que não seriam necessariamente reconhecidos como empreendedor.⁵⁴

⁵² – PINCHOT, Gifford, op. cit.; PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.; CAGNIN, C. H., ABREU, A. F. de, O PAPEL DO INTRAEMPREENDEDOR NA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL, in Anais do II ENEMPRESA, op. cit.

⁵³ – PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; PEZZI, Marcelo R., FARIAS, Giovana A., BARCIA, Ricardo M., op. cit.

⁵⁴ – VERSIANI, Ângela França, GASPAR, Renata de Magalhães, *DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CONFECÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE*, in NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antônio, (orgs.),

Tais estudos e pesquisas, via de regra, privilegiam variáveis de análise, como: influências antecedentes (meio familiar, meio social, educação e experiência anterior), o tipo de organização “incubadora” (de onde veio o empreendedor) e percepção quanto à influência de fatores ambientais gerais para o sucesso do empreendimento, expectativas sobre o próprio trabalho, origens étnicas e sociais do empresário, gênero e crença religiosa, dentre outras. E no que tange aos traços psicológicos, tais estudos consideram os seguintes fatores: necessidade de realização, *locus* de controle, propensão ao risco, tolerância à ambiguidade, etc.⁵⁵

É ressaltado também que os estudos e as pesquisas que buscam características pessoais do empreendedor são especialmente úteis e estimulantes quando usados como parte de estudos de caso na área de empreendedorismo e possibilitam que as análises dos elementos de consistência sejam levadas bem mais adiante. Isso é extremamente valioso em um campo com tão grande variedade de casos. E a maioria dos autores contemporâneos que desenvolvem tais estudos e pesquisas sobre o empreendedorismo, concorda que existem algumas características que são peculiares às pessoas empreendedoras.⁵⁶

Existem várias tipologias e com vários e os mais diferentes tipos de empreendedor, vários. E, de forma geral, os tipos de empreendedor mais citados na literatura são os seguintes⁵⁷:

Empreendedor artesão: o indivíduo que é essencialmente um técnico e escolhe (ou é obrigado a) instalar um negócio para praticar seu ofício.

RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS, Instituto de Relações do Trabalho – IRT, PUC Minas, Belo Horizonte, 1999, pp: 237/285; DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit.

⁵⁵ – VERSIANI, Ângela França, GASPAR, Renata de Magalhães, op. cit.; FILION, Louis Jacques, op. cit.

⁵⁶ – FILION, Louis Jacques, op. cit.; DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit.

⁵⁷ – YOUNG, Robert, *FORMAÇÃO ENTREPRENEURIAL E CONSOLIDAÇÃO DE DESEMPENHO EMPRESARIAL*, no Relatório Final de Pesquisa apresentado à USAID, 1990; URIARTE, Luiz Ricardo, DALMAU, Marcos Baptista Lopes *et al.*, op. cit.; URIARTE, Luiz Ricardo, LAPOLLI, Édis Mafra, BARCIA, Ricardo Miranda *et al.*, *CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS NECESSÁRIAS PARA SOBREVIVÊNCIA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

Empreendedor oportunista: o indivíduo que enfoca o crescimento e o ato de criar uma nova atividade econômica e que monta, compra e faz crescer empresas em resposta a uma oportunidade observada.

Empreendedor tecnológico: o indivíduo associado ao desenvolvimento ou comercialização de um novo produto ou um processo inovador e que monta uma empresa para introduzir essas melhorias tecnológicas e obter lucro.

Empreendedor por estilo de vida: o indivíduo autônomo ou que começa um negócio por causa da liberdade, independência ou outros benefícios de seu estilo de vida que esse tipo de empresa torna possíveis.

E, apesar dessa concepção não ser unânime, na literatura especializada há uma concordância geral entre os teóricos do assunto, quanto a um ponto: a capacidade de assumir riscos constitui a principal característica do empreendedor e este possui uma posição de centralidade no desenvolvimento das economias nacionais. O empreendedor reage à mudança, vista como inevitável e sadia, de forma a transformá-la em oportunidade. A principal tarefa da prática empreendedora na sociedade e, especialmente, na economia é a de fazer coisas diferentes, buscando a inovação em diversas esferas sociais.⁵⁸

Entretanto, ressalta-se também que não se deve dar a esses perfis, importância exagerada e que tentar encontrar traços sociais ou psicológicos nos empreendedores é apenas embarcar num mito – não existe um “perfil clínico” do empreendedor⁵⁹. Ainda, a maior parte desses traços é inútil, quando não perigosamente enganosos na medida em que serão sempre

⁵⁸ – SCHUMPETER, Joseph A., TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO, Editora Nova Cultural, Série Os Economistas, São Paulo, 1997; DOLABELA, Fernando, PEDAGOGIA EMPREENDEDORA – ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, op. cit.; DOLABELA, Fernando, OFICINA DO EMPREENDEDOR, op. cit.; VERSIANI, Ângela França, GASPAR, Renata de Magalhães, op. cit.; PASTRO, Ivete Inês, op. cit.

⁵⁹ – FARRELL, Larry C., ENTREPRENEURSHIP – FUNDAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES EMPREENDEDORAS: TÉCNICAS QUE AS TORNAM COMPETITIVAS, Editora Atlas, São Paulo, 1993.

estáticos demais, limitados demais, para conter toda a gama de variáveis e suas manifestações que o papel realmente encerra.⁶⁰

É importante assinalar também que, no que diz respeito ao termo e/ou função do *entrepreneur*, embora muitas vezes a maioria dos conceitos, estudos e pesquisas efetuadas sobre empreendedores refiram-se a área de negócios, hoje, isso deve ser vislumbrado em todos os ramos da atividade humana como as artes, o esporte, a política, a música, dentre outras, e ele habita e age (ou deveria agir) em todos os setores da sociedade.⁶¹

⁶⁰ – OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, op. cit.; PASTRO, Ivete Inês, op. cit.; BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., op. cit.

⁶¹ – DOLABELA, Fernando, *PEDAGOGIA EMPREENDEDORA – ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA*, op. cit.; DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit.; DRUCKER, Peter F., *INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR: PRÁTICA E PRINCÍPIOS*, op. cit.; DRUCKER, Peter F., *ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS – PRINCÍPIOS E PRÁTICAS*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1997; OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, op. cit.; VIEIRA, Renata de Martins Faria, GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni, *INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza, RESENDE, Grazielle Andrade, *DESVENDANDO O TERCEIRO SETOR: TRABALHO E GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS*, in NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antônio, (orgs.), *RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS*, op. cit., pp: 237/285; DOLABELA, Fernando, *MANUAL DO CURSO DE EMPREENDEDORISMO PARA O TERCEIRO SETOR*, Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, Brasília, 2001; DOLABELA, Fernando, *MANUAL DO CURSO DE EMPREENDEDORISMO PARA O GOVERNO*, Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, Brasília, 2001; DE PAULA, J., BASTOS, L. C., FRANZONI, A. M. B., *EMPREENDEDOR NO ECOTURISMO*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.; URLARTE, L. R., BARAÚNA, Alessandra, CAMIOTTI, Luciane *et al.*, *EMPREENDEDORISMO ECOLÓGICO: SOLUÇÕES EMPREENDEDORAS PARA O LIXO*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.; TAVARES, Paulo Victor, ABREU, A. F. de, *EMPREENDEMENTOS TURÍSTICOS VIRTUAIS*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.; MICHELS, Glycon, POTIGUASSÚ, P. de Vasconcellos, PASQUALLI, Rita de Cássia *et al.*, *QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE – UMA INICIATIVA EMPREENDEDORA*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.; FARHAT, Eleide Margareth Pereira, BUENO, Raphael Nunes, MICHELS, Glycon *et al.*, *GESTÃO NOS SERVIÇOS*

Por fim, com a recente, e crescente, importância dada ao empreendedorismo, é interessante notar que seu desenvolvimento enquanto disciplina não seguiu padrão semelhante ao de outras. Professores e pesquisadores filiados às mais diversas disciplinas – e cada um usando cultura, lógica e metodologia estabelecidas em graus variados em seus próprios campos de estudo – começaram a se interessar e a aprender sobre empreendedorismo. A maneira como se apresenta, com uma série de definições tão diferenciadas, de acordo com a origem de quem as faz, denota um caráter singular em relação às outras disciplinas. Tal diversidade explica esse fato, embora pareça uma certa aura de confusão no ar. Contudo o reverso também pode ser verdade; observa-se que as definições feitas por especialistas de um mesmo campo de estudo apresentam um consenso surpreendente. Por exemplo, os economistas enxergam os empreendedores como inovadores e vetores de desenvolvimento econômico. Os comportamentalistas concedem aos empreendedores as características de criatividade, persistência, internalidade (capacidade de controlar o ambiente) e liderança. Engenheiros de produção vêem os empreendedores como bons distribuidores e coordenadores de recursos. Os especialistas em finanças definem os empreendedores como pessoas capazes de calcular e medir riscos. Os de marketing os enxergam como pessoas diferenciadas que identificam oportunidades e com foco no consumidor. Para o pessoal de gerenciamento, os empreendedores são organizadores competentes e desembaraçados.⁶²

E ressaltamos também que, em função da singularidade apresentada, Filion sugere inclusive que na próxima década o empreendedorismo, enquanto campo de estudos, será um dos principais pontos de aglutinação das ciências humanas.⁶³

DE SAÚDE, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; BARBOSA, Clarice Gonzaga, BERGO, Heliane Maria, MARTINS, Janae G. et al., *A TECNOLOGIA NUMA PROPOSTA MULTIDISCIPLINAR DE ODONTOEDUCAÇÃO*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; CAGNIN, C. H., ABREU, A. F. de, op. cit.

⁶² – FILION, Louis Jacques, EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS, op. cit.; DOLABELA, Fernando, OFICINA DO EMPREENDEDOR, op. cit.

⁶³ – FILION, Louis Jacques, O EMPREENDEDORISMO COMO TEMA DE ESTUDOS SUPERIORES, CNI – IEL Nacional, Brasília, Maio/1999; FILION, Louis Jacques,

Com esse preâmbulo, como dito, uma primeira abordagem sobre o tema, a partir “deles”, ainda que superficial e panorâmico, esperamos ter colocado a tona os principais elementos e considerações, ressaltando seu caráter eminentemente transdisciplinar, que emergem da literatura sobre empreendedorismo. Mais a frente, tentaremos aprofundar a questão a partir de algumas das várias correntes e perspectivas elaboradas “por lá” que, sobremaneira, têm influenciado “por cá” nossos pensadores.

I. 3: ALGUMAS RÁPIDAS CONSTATAÇÕES, A PARTIR DO NOSSO COTIDIANO

Maria da Glória Silva Pacheco, 44 anos, negra, educadora e mãe de cinco filhos. Há quinze anos, ela percebeu, com indignação, que para suas duas filhas pequenas brincarem com bonecas não restava outra alternativa que comprar *barbies* ou outras bonecas brancas e/ou louras. Maria da Glória já militava em movimentos negros e populares, e tinha plena consciência de que presentear suas filhas com as bonecas disponíveis no mercado estaria reproduzindo aquela situação de preconceito e racismo velado, tão comum em nossa cultura. Ela, que era filha única e foi criada cercada de *vós* e *tias*, conscientes de sua situação de raça e gênero, no então pacato município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, cresceu num ambiente que valorizava os ofícios manuais e caseiros. Na sua criação, como em várias outras localidades desse imenso Brasil, quando menina, aprendeu com aquelas mesmas *tias*, a confeccionar suas próprias bonecas, “*de meia-calça*” (que tinha uma tonalidade mais parda por causa do *nylon* de então), e cabelo *sarará*, além de costurar suas próprias roupas, “*bem coloridas*” no dizer dela. Cresceu assim consciente e orgulhosa de sua condição. Mas quando teve de criar suas próprias filhas, por falta de tempo em função do trabalho como professora de Educação Física, não pôde repassar para elas aquele ofício de fazerem as próprias bonecas e roupas, os tempos eram outros. Na Nova Iguaçu urbana do final da década de oitenta já não cabia tais “anacronismos”, a batalha pelo (baixo) salário não deixava tempo. Até que um dia sua filha mais nova perguntou a ela “*por que todas as bonecas são brancas e louras?*”. Segundo Maria da Glória, nesse momento “*a ficha levou um tombo*” e caiu fundo em sua consciência de educadora, mulher e negra. O quê fazer então?

Arrumou um tempo e foi ao “Sobrado das Bonecas”, loja tradicional que existia no centro do Rio de Janeiro, e comprou duas bonecas “comuns e daquelas antigas e morenas” e pintou-as de preto. Deu um enorme trabalho mas foi com prazer que presenteou suas filhas. Foi um sucesso, as vizinhas e os parentes também queriam. Arrumou um dinheiro emprestado com um tio, voltou ao “Sobrado das Bonecas” e comprou mais dez. Pintou-as, fez novas roupas, “*mais coloridas*”, a partir de retalhos e vendeu-as. Com o dinheiro arrecadado, pagou ao tio e ainda deu para comprar mais cinco bonecas. Pintou-as novamente e vendeu-as na escola em que trabalhava para colegas e mães de alunas negras. De repente, percebeu que poderia viver daquilo além de, o mais importante, demonstrar a sua indignação para com a situação da criança negra. Percebeu também que pintar uma a uma além de trabalhoso, a tinta “*em contato com o material da boneca tinha um prazo de validade muito curto*” e, em pouco tempo, as bonecas começavam a “*enbranquiçar*”. Mais uma vez, o quê fazer? Recorreu então ao marido, César, que era oficial mecânico na Refinaria de Duque de Caxias. Ele tinha também um primo que era químico e trabalhavam juntos na mesma refinaria. Após muito trabalho de pesquisa e muito experimento conseguiram moldar, a partir de resina de petróleo cozido, o corpo de uma boneca, igualzinha às outras, só que negra, *retinta*. A coisa foi num crescendo. Em seguida ela largou a escola, ele saiu num PDV e se mudaram para uma casa maior em Piratininga, município de Niterói, onde construíram um segundo andar em que colocaram as “máquinas” (construídas e adaptadas por César) para confeccionar as bonecas. Hoje, seus três filhos, homens, trabalham com o casal, ela tem uma rede de costureiras, terceirizadas, para confeccionar as roupas, com motivos “*bem afro*” (ela ressalta!), produzem uma média de 200 bonecas por mês e que são vendidas, todas, a 25 reais cada, em feiras e eventos com conteúdos étnicos e raciais em todo o país.

Estação da Luz, bairro pobre e miserável da periferia de Itaobim, Minas Gerais, à beira da BR-116 (antiga Rio – Bahia), e às margens do Rio Jequitinhonha. Um grupo de 20 pessoas, todas evangélicas e desempregadas, viviam de catar taboa nas margens do Jequitinhonha e confeccionar esteiras que vendiam “*prum moço do Espírito Santo*” por 80 centavos (centavos!) a dúzia (a dúzia!). Uma técnica do Programa Comunidade Solidária, componente “Artesanato Solidário”, Luciana Vale, passava sempre por ali a caminho de Santana do Araçuaí, onde desenvolvia um trabalho com a grande ceramista “Dona Isabel” que repassava seu ofício e dom para crianças e

adolescentes. Um dia furou um pneu de seu carro perto da Estação da Luz e ela viu aquele grupo saindo da lama do rio com fardos de taboa na cabeça. Conversou com eles e ficou espantada com os valores de cada esteira: “*assim eles jamais sairiam daquela condição de miséria*”, me disse ela depois. Na volta, a caminho de Brasília, passou por Belo Horizonte e aproveitou para visitar o “Mãos de Minas”⁶⁴, para saber se não haveria ali alguma possibilidade de um trabalho junto daquele grupo de Itaobim. Ela foi encaminhada ao Instituto Centro CAPE⁶⁵, parceiro do “Mãos de Minas” e responsável pela capacitação dos artesãos. Após as demandas burocráticas e institucionais, em novembro de 2001, fui contratado para “organizar” aquele grupo de artesãos. Na minha primeira viagem, fiquei impressionado com a vontade, e a motivação do grupo em mudar aquela realidade miserável. Como o treinamento “roubava-lhes” o tempo para a sobrevivência, combinei então com a Prefeitura local – *petista* – a cessão de cestas básicas para cada participante de pelo menos 40 horas de capacitação. Era a forma encontrada para eles se dedicarem aos trabalhos sem se preocupar, em tese, com a sobrevivência. Iniciamos o grupo com 22 participantes e começamos a trabalhar a organização do coletivo, uma vez que a Prefeitura iria doar para a futura associação, devidamente formalizada, um terreno onde seria construído um barracão de produção além de exposição e venda, a beira da BR. Mas isso tudo tinha prazo, e esse prazo era curto (a princípio achava inclusive que seria impossível atingirmos tamanho objetivo). Nos freqüentes contatos com o grupo fomos nos conhecendo melhor e fui observando que algo os movia: a fé (às vezes até exagerada, repetindo, eram evangélicos) e a necessidade. Eram pontuais e não perdiam uma sessão de treinamento (diferentemente de outros grupos de outras localidades com os quais já havia trabalhado). Tinham um líder, um jovem de 22 anos, Antônio Paulo Pereira da Silva, o *Paulinho*, que anteriormente fora tentar a vida como servente de pedreiro em Belo Horizonte e quase *caiu no crime*. Com esse comportamento fui percebendo o que eles me comunicavam (por vias indiretas): que a “salvação” deles estava naquele barracão e no aprimoramento daquele ofício de trançagem com a taboa. Trouxemos um “Mestre” cesteiro de Araçuaí, *Chico do Pote*, que em pouco tempo ensinou a eles novas técnicas e novos produtos com a taboa. Em março de 2002, três

⁶⁴ – Vide www.maosdeminas.org.br

⁶⁵ – Vide www.centrocape.org.br

meses após o início dos trabalhos, fizemos a Assembleia de Instalação da “Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros da Estação da Luz”, a *ARTELUZ*, com o *Paulinho* como Presidente. Foi emocionante. Em seguida seus produtos: vasos e cachepôs, porta-revistas, luminárias, bancos e mesas, cestos, bolsas e sacolas, extremamente originais e belos já estavam expostos na loja do “Mãos de Minas” em Belo Horizonte. Participaram de uma feira cultural sobre o Vale do Jequitinhonha na UFMG e, em Abril foram parar na “Gift Fair”, feira anual para lojistas realizada em São Paulo. Hoje, ocupam e gerenciam o barracão doado pela Prefeitura e construído, em parte, com recursos próprios, e, já exportam.

Tem também aquele autônomo prestador de serviços, um “faz-tudo”, misto de marceneiro, bombeiro hidráulico, gasista, pintor e pedreiro de pequenos reparos, Sr. Rafael, lá da favela da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, que em uma sessão de treinamento demonstrou com simplicidade sua “estratégia” de contato com seus clientes: ele, que não tinha endereço fixo, adotou o celular de cartão, mas ficava parado, na calçada, perto de um telefone público, esperando receber a chamada; quando tinha de responder, usava o cartão do *orelhão*, era muito mais barato, e uma economia fundamental nas ligações e, o mais importante, não perdia clientes, caso não pudesse ou estivesse ocupado, dali repassava as *empreitas* para outros colegas que também usavam do celular como forma de contato. Uma verdadeira rede.

Ou aquele misto de artesão (um excelente *santeiro* e entalhador de madeira), pedreiro, agricultor, domador de cavalos, caseiro, jardineiro, vendedor de lotes, terrenos e casas nas “horas vagas”, e ainda *especialista* em furar poços, cisternas e fossas em tempos de clima seco (“*a época ideal*”, ele explica), como o *Geraldo do Argeu*, lá de Tiradentes, Minas Gerais, e que, nos finais de semana, ainda arruma um bico, sempre que possível, como garçom em festas e recepções e, muitas vezes, por lá mesmo encontra os clientes para suas múltiplas habilidades. Uma simples estratégia de marketing.

Ou, ainda, aquele flanelinha, em fato inusitado contado pelo Professor Carlos Lessa, que criou uma empresa móvel de flanelinhas com uma criatividade que beira a genialidade e cujo “esquema de atuação da empresa” é explicado de forma bem simples quando o Professor indo a uma recepção de um casamento depara com o mesmo grupo pela segunda vez (semanas antes havia encontrado ele em outro local quando ia dar uma aula inaugural),

e espantado e perplexo, não resistiu à pergunta: “Como é isso? Você lá, você aqui?”, e ele, o “empresário”, respondeu: “Nós temos um grupo. Vemos nos jornais onde vão ocorrer aulas inaugurais, casamentos importantes, eventos especiais, estreias... Vamos para esses lugares porque sabemos que ali vai haver muitos carros e ninguém organizando. Então, nós organizamos tudo direitinho”⁶⁶. Sem comentários.

Saindo um pouco da realidade e entrando na ficção⁶⁷, o recente filme “Cidade de Deus”, de Fernando Meirelles (e baseado no livro homônimo de Paulo Lins), com toda sua beleza contundente mostra-nos uma realidade visceral e medonha. Incrível como, à medida que o filme avança, o que se desenha na tela é uma parábola fiel do mundo dos negócios, em toda sua selvageria. Refiro-me, sim, ao mundo dos negócios legais. Lá pela metade do filme, quando as rajadas de balas perdidas já perfuraram qualquer boa intenção do espectador, o narrador, o personagem *Buscapé*, em *off*, diz que, se o tráfico de drogas não fosse crime, o bandido *Zé Pequeno* seria “o homem de visão” daquele ano. A gente ri. Depois de rir, a gente se toca: a anedota faz um sentido profundo. Aquilo era mais uma bala perdida.

Zé Pequeno é um homem sem coração. Mata por amor ao ofício de matar. É um *killer* – e aqui a palavra *killer*, lança uma ponte entre a Cidade de Deus e as cidades dos negociantes legalizados. Muitos dos grandes executivos que hoje correm o mundo conduzindo conglomerados maiores que nações inteiras, muitos deles se orgulham de ser chamados *killers* (por exemplo, Jack Welch, ex-*big boss* da *GE*, é considerado um dos grandes *killers* da atualidade, como pouco tempo atrás, era Lee Iacocca, da *Chrysler*, e eles vendem e venderam livros, que relatam suas trajetórias, aos borbotões). Demitem dez mil funcionários de uma canetada só. São frios feito máquinas de calcular na hora de “enxugar a folha”. São os *killers*. Como *Zé Pequeno*. Mas nisso, *Zé Pequeno* é imbatível. Despacha os subordinados chatos com um disparo traiçoeiro como quem acerta o pernilongo distraído com a palma da mão. Brinca de tiro-ao-alvo nos reféns amarrados na cozinha do motel, como um chefe de seção que se espreguiça na cadeira e atira papel amassado ao cesto, quando dá o fim do expediente. *Zé Pequeno* fuzila o desafeto enquanto ri, e isso desde criança.

⁶⁶ – LESSA, Carlos, op. cit., pp. 66/67.

⁶⁷ – A partir do artigo *CIDADE DE DEUS (E DO MERCADO)*, de Eugênio Bucci, *Jornal do Brasil*, Caderno B, 05/Setembro/02, p. B8.

Mas não é por saber matar que *Zé Pequeno* seria eleito o homem de visão. É porque, já adulto, aos 18 anos, sabe ampliar os seus negócios sobre as ruínas dos concorrentes (detalhe: não sem antes passar num pai-de-santo e, num beco escuro, fazer um “pacto” com um *Exu* disponível). Tomando as *bocas-de-fumo*, uma a uma, e eliminando, literalmente, os concorrentes, um a um, ele assume praticamente o monopólio das drogas em Cidade de Deus. Dita o preço da mercadoria, emprega os trabalhadores disponíveis sem que ninguém dispute mão-de-obra com ele. Impõe e regula todas as fases do “plano de carreira” do tráfico. *Zé Pequeno* seria enfim o “homem de visão” por ter sabido dizimar os rivais, absorvendo suas clientelas.

Veja um desses livros de *business* que hoje infestam os *bookstores* dos *shopping centers*. Eles falam em alvo, falam em logística, falam de tática, em guerra de guerrilha, em surpreender o inimigo; falam de equipes como quem fala de tropa, de pelotão, falam em moral de vitória, em disciplina, em cerrar fileiras, em matar ou morrer. São esses livros que endeusam os *killers*. Pelas metáforas de que eles se servem, a gente vê que o mundo dos negócios é a sublimação da guerra, mas uma sublimação que potencializa a ideia de guerra. Nesse mundo sublimado, a guerra corre solta, sangrenta, pérfida. Apenas um pouquinho disfarçada, e até banalizada, encobrendo por vezes a dura realidade. *Zé Pequeno*, cru e bruto, surge aí como o ideal inconfessável do executivo (*ou do empreendedor de sucesso!*, como gostariam alguns...). Entretanto a parábola se completa com *Bené* – amigo de infância, sócio e comparsa de *Zé Pequeno* –, mas antípoda do *killer*. *Bené*, com seu jeitão *legal* e *sangue-bom*, alia ao “negócio” a prática de “agradar” a clientela, (*foco no cliente*), doa cerveja e drogas para a rapaziada, ajuda aos moradores, frequenta todas as rodas e *bocas* da Cidade de Deus (*cria redes*) e proíbe pequenos furtos por lá. E chega ao cúmulo de, na festa de sua despedida daquela vida de crime (sério, ele resolve abandonar tudo por amor, amor a uma *cocotinha*), ele consegue reunir todo mundo. Dos evangélicos, passando pela turma dos *blacks*, dos *cocotas*, além dos chefes de outras *bocas* da localidade, todo mundo! Mas ele não consegue seu intento, o *killer* surge em cena e provoca, de forma indireta, a eliminação do amigo e sócio (mas isso são outros quinhentos: não queremos *entregar* o filme).

Que bom que o nosso argumento percorreu o caminho da ficção. Mas que ela é real, ah isso ela é. Na ótica das teorias do *business* e nos manuais de empreendedorismo, pessoas como a Maria da Glória, que montou um negócio a partir da indignação de sua condição de gênero e de raça; ou, pessoas como aquelas da Estação da Luz, que montaram seu negócio a partir

da necessidade (mesmo ainda que movidas pela fé); aqueles autônomos prestadores de serviço como o Rafael da Rocinha e o Geraldo de Tiradentes, além do flanelinha genial, jamais integrariam como um *case* exemplar na literatura técnica e naqueles manuais que tratam do mundo real dos negócios. Lá somente *supermen* ou, quando muito, algumas *superwomans*. Os nossos, da Estação da Luz, a Maria da Glória, a turma da Rocinha, de Tiradentes, e outros muitos, muitos outros, que habitam e insistem em produzir, de forma criativa, por aqui mesmo, em nossos *quintais*, não passam de *sobreviventes* e como tal, não merecem o olhar dito acadêmico. Na ótica deles, daqueles manuais, e por serem meros sobreviventes, além de serem também “incapazes” do ponto de vista gerencial (por não “aplicarem” as regras e os métodos contidos nos ditos manuais), eles não se encaixam dentro dos padrões das PECs – *Personal Entrepreneurship Characteristics* (“características pessoais empreendedoras”), nem, o principal, constituíram grandes fortunas. Agora, o mais irônico é que como de repente, e a partir de uma obra de ficção, desnuda-se uma certa hipocrisia e *Zé Pequeno* (+ *Bené*), *ipsis literis*, incorpora um típico executivo *killer*: seria até eleito, caso não vivesse tanto no ilícito, um *homem-de-visão-do-ano*. Mas voltemos à realidade dessa nossa *travessia* que, de parábola, não pretende nada ter.

I.4: ALGUMAS EXPLICAÇÕES, DE CARÁTER INTRODUTÓRIO TAMBÉM

A abordagem inicial sobre o tema mais aquelas poucas constatações visíveis em nosso dia-dia, de alguma forma, marcam o rumo de nossos questionamentos. Principalmente quando percebemos que na época atual, aos empreendedores tem sido atribuído um papel e uma importância de certa relevância pois eles incrementam a dinâmica da função empresarial, seja em pequenos, médios ou grandes negócios/empreendimentos ou através do auto-emprego, proporcionando um crescimento e um desenvolvimento econômico nunca dantes visto. Do início da teoria econômica, com Adam Smith, até recentemente, alguns economistas explicavam o desenvolvimento das nações como resultado de três variáveis: mão-de-obra barata, matéria-prima abundante e capital disponível para investimentos. Hoje, sabe-se que existem pelo menos duas outras variáveis: a tecnologia e o “empreendedorismo”.

E atualmente, por exemplo, aqui no Brasil, o empreendedorismo tem sido um “remédio” para qualquer mal. Tais movimentações partem de setores tanto governamentais quanto não governamentais, além das universidades,

dando continuidade às duas *veredas* com que iniciamos nossa *travessia*. E o cerne metodológico de tais ações, em sua maioria, é o treinamento e a capacitação para comportamentos mais empreendedores. Mas de onde elas trazem o referencial teórico para essa “educação empreendedora”? Quais as “características pessoais empreendedoras” com que elas trabalham? E por aí vai...

Daí, o nosso grande questionamento, qual lugar ocupam aqueles criadores de “perplexidades produtivas” – que causam tantos arrepios e dificuldades analíticas para as ciências sociais e para os manuais de empreendedorismo e de gerenciamento de negócios – dentro de tais “ações calcadas no empreendedorismo”? Eles que, efetivamente, sobrevivem com criatividade, desenvolvem suas aptidões, reprocessam, recriam, assimilam e recombina, de forma extremamente genial e engenhosa, tudo o que conhecem, e assim, produzem cultura praticando a mais fina e irônica *antropofagia*. Quem são eles, de onde vieram, como se *formaram*, e, será que deles poderemos apreender, e aprender principalmente, alguma coisa? Tentaremos então, dar as respostas.

O que percebemos é que esse enorme contingente de anônimos produtores que habita um certo subterrâneo econômico, a despeito de todos os ditames dos manuais da moderna *business administration* e das elites “herodianizadas”⁶⁸, são uma possibilidade concreta e real, e verdadeiros vetores de um desenvolvimento mais humano e sustentável. Eles formam um coletivo dinâmico de agentes, mas aqui, “agentes”, na concepção de Amartya Sen, “na forma mais antiga e grandiosa”:

“...de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não segundo algum critério externo.”⁶⁹

⁶⁸ – de Herodes, aquele que vivia com os pés na Palestina e a cabeça em Roma, in BARTHOLO JR, Roberto dos Santos, *EUROPA E OS OUTROS*, in *A DOR DE FAUSTO – ENSAIOS*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 1992, pp: 17/26; e por exemplo, são aqueles que, principalmente, se sentiram “constrangidos” com o resultado do GEM 2002.

⁶⁹ – SEN, Amartya, *DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2000, p. 33.

Aquela nossa elite *herodianizada*, teima e insiste, a partir de uma visão parcial do problema, e as vezes de forma inevitável e inconsciente, a criar uma nova escolástica onde tudo se ajusta por analogia. De certo modo percebemos também que essa situação poderia ser explicada em função de que aquilo que entendemos por modernidade, em nosso contexto periférico, sempre se apresentou como uma realidade encontrada pronta, “lá fora”, e logo, por esse motivo, serviu de paradigma para nossos intelectuais. O que significa dizer que, para estes a modernidade aparece como um modelo a ser alcançado, a partir do momento em que os obstáculos do atraso forem removidos ou, no máximo, adaptados. E aí, o nosso caráter *macunaímico*, a indolência, ou a irreverência e a astúcia do malandro, ou ainda a tristeza do sertanejo e do *Jeca Tatu*, por exemplo, constituem, efetivamente, características do atraso. E como tal, devem ser removidas, ou eliminadas, pois constituem barreiras para a “modernidade”. É incrível a memória dessa mesma elite, ela se esquece que mesmo com nossa raiz ibérica – mais lusitana, diga-se de passagem (Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, dentre várias outras coisas, nos ensinou que: “*uma digna ociosidade sempre pareceu mais nobilitante a um bom português ou a um espanhol que a luta insana pelo pão de cada dia*”⁷⁰) –, “o brasileiro é antes de tudo um forte”. Ele resiste e insiste. Para o brasileiro, no geral, o que constatamos, a vitória é a **sobrevivência** e não a dominação do mundo ao redor pela imposição da própria vontade apoiada no raciocínio lógico e no cálculo. Sobrevivência a partir de uma atitude de resistência passiva daquele que sobrevive.

Mas a nossa elite *herodianizada* duvida da nossa capacidade de moldar a realidade de acordo com a nossa própria visão de mundo, com determinação e esforço. Para ela, não somos brasileiroamente aptos a um esforço consciente, determinado, lento e cumulativo, tal como em contraste o são os povos desenvolvidos, que tiveram na reforma protestante o evento inaugural da modernidade contemporânea, e instaurador de uma concepção de trabalho compatível com a atitude *empreendedora*. Eis aí o *Outro* que nos impingem. Basta ter olhos para ver o olhar de insignificância e desprezo que essa elite lança sobre as *marias-da-glória*, a turma dos *itaobins*, os *rafaels* das *rocinhas*, os *geraldos* dos *tiradentes*, os *flanelinhas* do

⁷⁰ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1988, p. 81.

Professor Lessa, e quejandos. **Eles são sobreviventes.** Quando muito essa elite se assusta ao *cair-na-real* com as *balas-perdidas* dos *zé-pequenos-da-vida*.

Hans Freyer⁷¹ explica-nos que, na época atual, resistência assume um sentido físico-moral e, portanto, de qualquer forma, real. Se o encosto da cadeira não oferecesse qualquer resistência, eu não poderia me apoiar nele. Para Freyer, a possibilidade de apoiar-se em alguma coisa se identifica com a resistência a que ela se opõe. E portanto, não se trata de uma resistência oposta, de fora para dentro, mas, antes, de resistência que constitui membro integrante essencial de tudo aquilo que se mantém, viva ou vigore: enfim, **sobreviva.**

“A vida, em todos os seus graus, desde as células mais simples, é um processo estruturalmente relacionado, e uma estrutura que se concretiza dentro de um processo; neste sentido ativo é também resistência à sua própria destruição. A vida não possui nenhum impulso de autoconservação: ela é este impulso.”⁷²

Roberto Bartholo⁷³, ao nos enxergar a partir da “Europa e os Outros”, explica-nos também que o processo civilizatório europeu ocidental (que é a matriz de um certo “pensamento teórico-desenvolvimentista” que nutre aquela mesma elite *herodianizada*) transcorre em regiões de mútua delimitação de unidades de ação. Essa fronteira é apreendida através de conceitos binários de pretensão universal. Pares conceituais como heleno/bárbaro e cristão/pagão caracterizam a forma de experiência essencial desse processo, que, se bem que tenha sofrido ao longo do tempo metamorfoses em sua efetividade, manteve sempre inalterada a semântica de sua estrutura de argumentos.

⁷¹ – FREYER, Hans, *TEORIA DA ÉPOCA ATUAL*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

⁷² – Ibid., p. 135.

⁷³ – BARTHOLO JR, Roberto dos Santos, *EUROPA E OS OUTROS*, in *A DOR DE FAUSTO – ENSAIOS*, op. cit.

O conceito de “bárbaro”⁷⁴, segundo Bartholo, contém simultaneamente uma delimitação e uma determinação negativa do “estrangeiro”: os “bárbaros” são inferiores, porque são “covardes”, “desprovidos de arte”, “cruéis”, “incultos”, etc. Essa subvalorização dos bárbaros é acompanhada de uma supervalorização da qualidade dos helenos. Um dualismo assimétrico de subvalorização para fora e supervalorização para dentro que reduz o bárbaro, dentro da *polis*, a tornar-se unicamente, um escravo. A determinação negativa dos bárbaros serve no entanto fundamentalmente para uma delimitação espacial, e não para a dissolução da barbárie. O bárbaro é um estrangeiro que pode ter o seu próprio espaço. Fora desse espaço, ou seja, dentro da *polis*, o bárbaro não pode existir. Ele pode apenas tornar-se escravo.

Continuando, Bartholo acrescenta que essa forma de experiência é profundamente alterada pela Cristandade. A mensagem de Cristo é universal. Na fé em Cristo não se é nem heleno nem bárbaro, mas apenas e unicamente cristão. O novo par conceitual cristão/pagão concederá ao estrangeiro apenas uma identidade provisória, pois é um estrangeiro que é colocado diante da alternativa absoluta: conversão ou danação. Com isso a relação com o “Outro” ganha uma dinâmica espaço-temporal inteiramente desconhecida pela Antiguidade. Cada homem é um cristão em potencial.

Bartholo complementa que na concepção de mundo da modernidade, o cientificismo e o tecnocratismo são partes constitutivas indissolúveis, e que representam, também, um necessário fundamento de legitimidade para aquele “pensamento teórico-desenvolvimentista”. E é dessa forma que os “Outros” poderão se constituir simultaneamente em objeto de conhecimento, de experimentação e de controle para as chamadas “teorias do desenvolvimento”.

“Temos aqui sempre diante de nós uns ‘Outros’ cuja alteridade nunca é deixada em paz, e sim sistematicamente desrespeitada, destituída,

⁷⁴ – É interessante acrescentar aqui a explicação para o termo “bárbaro”, a partir de Leopoldo Zea, in *DISCURSO DESDE LA MARGINALIZACIÓN Y LA BARBÁRIE*, apud WERNECK, Jurema Pinto, *CONHECIMENTO, PODER E GÊNERO: O DESAFIO DAS YALODÊS*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Março de 2000, p. 59: “Bárbaros; bárbaro, palavra onomatopéica que em latim traduz-se como ‘balbus’, isto é, o que balbucia, tatamudeia: Bar-ba, balbus ... bárbaros”.

negada, ou transformada em artigo de consumo para a predação turística. O ‘bárbaro’ e o ‘pagão’ metamorfoseiam-se no ‘selvagem’ e no ‘nativo’, no ‘subdesenvolvido’. Ao longo de suas metamorfoses a semântica assimétrica da subvalorização ‘para fora’ e da supervalorização ‘para dentro’ apreende e define sempre o ‘Outro’ como um ser carente de desenvolvimento”⁷⁵

Um breve parêntese, talvez esteja aqui uma pista para a causa do tamanho *constrangimento* percebido com relação aos resultados do GEM 2002. A contemporaneidade brasileira criou um novo par conceitual, **oportunidade/necessidade**, que remete àqueles ditos anteriormente na “explicação” de Bartholo. E, esse “novo” par conceitual guarda as mesmas especificidades daqueles outros ditos anteriormente – um dualismo assimétrico de subvalorização para fora e supervalorização para dentro. A subvalorização, para fora, da **necessidade** é acompanhada da supervalorização, para dentro, da **oportunidade**. O bárbaro e o pagão se metamorfoseiam no necessitado e este, obviamente, é um ser carente de desenvolvimento. E é interessante ressaltar também como o GEM 2002 jogou luzes no cenário – “Mais luz, mais sombras?”⁷⁶. Para a nossa elite *herodianizada*, envergonhada e constrangida, o GEM 2002, certamente, *atirou no que viu e acertou no que não viu*. E isso é inadmissível, não é racional, não tem lógica (aliás, atirar e acertar no que não viu é algo muito próximo de uma *balapérdida*). E, por enquanto, fechamos esse parêntese.

E ainda, dentro dessa linha de raciocínio exposta por Roberto Bartholo surge em cena Hassan Zaoual⁷⁷, um autor marroquino (portanto, como nós “outros”: *nosotros!*) que propõe o surgimento de um novo “*homo situs*” para contrapor ao homem-racional, econômico, etc. e tal que nos impigem, como forma de desconstruir o paradigma do mercado como “*centro nervoso da globalização*” na medida em que aquele *homem-econômico* é uma das categorias mais essenciais do discurso globalizante e o *homo situs* é, logo, um homem comunicando-se com seu meio.

⁷⁵ – BARTHOLO JR, Roberto dos Santos, *EUROPA E OS OUTROS*, op. cit., p. 22.

⁷⁶ – Frase atribuída a Karl Marx, in BERMAN, Marshall, *TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1988, p. 235.

⁷⁷ – ZAOUAL, Hassan, *GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL*, Editora Cortez, São Paulo, 2003.

Para Zaoual:

“Os homens nunca reagem de maneira idêntica em todos os lugares. Suas racionalidades se constroem socialmente in situ. Pelo menos parcialmente, são rebeldes ao modelo científico da racionalidade padrão da economia ortodoxa. Essas racionalidades situadas são diversas, compósitas, flexíveis, complexas e abertas. Nesse contexto, o homem concreto deve ser tomado em consideração por meio de um conceito flexível. Aí está o alcance do conceito de homo situs que integra e supera o homo oeconomicus, sobre o qual tem sido construída a ideologia econômica oficial.”⁷⁸

Por essas e outras, que a nossa pesquisa, nossa *travessia*, tomou como fundamento, enquanto “método”, um *estar-com-o-outro*. O mais próximo possível e ainda, além das fronteiras de um *participativo*. Pura e simplesmente. Utilizamos então, e abusamos, do “diálogo livre” como forma de obter os dados relevantes que norteassem nossos passos. Diálogo livre, entendido aqui como observação participante, presente em todas as etapas da *empreita*, da pesquisa⁷⁹. Não há momento na convivência entre pesquisador e pesquisado que seja destituído de valor para conhecimento do “outro”. No princípio utilizamos do gravador como ferramenta da memória mas, muitas das vezes, percebemos que na conversa informal, longe do gravador, o “outro” se soltava mais e aí revelava aspectos decisivos para a compreensão de sua experiência social. A fala descontraída apresenta o cotidiano na organização dos afazeres diários e na transmissão dos saberes comuns, e nessa conversa se revelam as relações que dão forma à vida em sociedade. Abandonamos o gravador.

⁷⁸ – Ibid., p. 22. Mais a frente ele acrescenta que o conceito de sítio é “flexível”. Pode aplicar-se em múltiplas escalas e organizações: um bairro, uma cidade, uma região, qualquer localidade, uma tribo, uma etnia, um país, uma cultura, uma civilização, uma profissão, um ofício, uma empresa ou organização qualquer.

⁷⁹ – GOMES, Núbia Pereira de Magalhães, PEREIRA, Edimilson de Almeida, *MUNDO ENCAIXADO. SIGNIFICAÇÃO DA CULTURA POPULAR*, Mazza Edições / UFJF, Juiz de Fora, 1992.

“A rede de relações entretecidas entre a pessoa e a comunidade nem sempre registra à primeira vista o seu significado mais importante. É preciso deixar que as pessoas e as comunidades falem, explicando elas mesmas as regras de seu universo social. A reflexão teórica do pesquisador se constrói no diálogo com o saber popular, ampliando os horizontes de compreensão da realidade social.”⁸⁰

Assim, foi buscado um *encontro*, pelas vielas, veredas e grotas da vida. E esse “encontro”, em sua preocupação de não *issificar* a relação e seus resultados, teve também como balizamento a obra de Martin Buber, “Eu e Tu”⁸¹, que para melhor compreensão, abaixo, o “resumo”, extremamente objetivo, de Roberto Bartholo:

“O fundamento de ‘Eu e Tu’, a obra principal de Martin Buber, não são conceitos abstratos, é a própria experiência existencial se revelando. Não se trata de uma obra de metafísica ou de teologia sistemática. Nela encontramos uma fenomenologia da palavra e uma ontologia da relação que fundamenta uma antropologia e uma ética do inter-humano.

Buber diferencia duas atitudes fundamentais do homem diante do mundo, traduzíveis pelas duas ‘Grundworte’ (palavras-fundantes): Eu-Tu e Eu-Isso, cada uma expressando um modo de existir. O par Eu-Tu manifesta o encontro de parceiros na reciprocidade e na mútua confirmação, e o par Eu-Isso, a objetivação, a requisição utilitária. Cada dualidade é uma totalidade em que os ‘eus’ não são idênticos, mas expressam diferentes possibilidades existenciais: a relação ontológica Eu-Tu e a experiência objetivante Eu-Isso.

A ‘Grundworte’ Eu-Tu é o suporte da vida dialógica, na qual o eu é uma pessoa. No Eu-Isso, o eu é um sujeito que se defronta com um objeto. Nesse encontro dialógico, o Eu e o Tu estão presentes frente a frente, em reciprocidade e simultaneidade. No relacionamento Eu-Isso, a presença do Isso para o Eu não se dá na alteridade. Somente no Eu-Tu o Eu está presente como pessoa e o Tu como o outro.

⁸⁰ – Ibid., p. 6.

⁸¹ – BUBER, Martin, *EU E TU*, Introdução, Tradução e Notas por Newton Aquiles Von Zuben, 2ª Edição Revista, Editora Moraes, São Paulo.

O 'mundo do isso' é indispensável para a vida humana. Sem ele, seria inviabilizada a possibilidade de se assegurar a continuidade da vida humana, suprindo as necessidades vitais por meio de toda uma variada gama de atividades técnicas, econômicas, institucionais, jurídicas etc. Mas o mundo do Isso não se basta como fundamento ontológico do inter-humano.

A relação Eu-Isso não é nunca, em si, um mal. Mas o mal pode residir na escravidão humana a essa atitude, apagando da face do homem a resposta responsável, a disponibilidade para o encontro com o outro, e dissolvendo no anonimato a personalidade da condição humana. O homem precisa do 'mundo do Isso' para viver, mas quem vive somente na relação Eu-Isso se desumaniza.

O Isso pode ser qualquer ente tomado como objeto de experimentação, conhecimento ou uso de um Eu. E o Tu não se limita à esfera do inter-humano apenas. Diz respeito a todo o âmbito do interpessoal, que não se restringe apenas a relações com pessoas 'humanas', mas com entes que são suportes da presença de uma irredutível alteridade, perante a qual me confronto face a face, em condição de vulnerabilidade. Alteridade e vulnerabilidade são o selo das relações do tipo Eu-Tu.

Eu-Tu e Eu-Isso são dois modos de existência. Sobre eles o homem é reiteradamente chamado a escolher, em liberdade e responsabilidade, ao longo de sua vida. Essa decisão do Eu não é uma pseudocriação do outro: é o Tu que sempre se antecipa como 'oferta' na situação dialógica. Cabe ao Eu a decisão de ir a seu encontro, acolhendo-o em sua irredutível e inefável alteridade, que sempre ultrapassa as possibilidades da objetivação e das descrições conceituais."⁸²

É interessante assinalar também que, em Buber, a autenticidade do eu é referida à **relação**: eu sou autêntico quando consinto a presença desta alteridade. Pois,

A vida não decola precisamente quando eu jogo comigo mesmo este misterioso jogo de xadrez, mas sim quando me **encontro** colocado na

⁸² – BARTHOLO JR., Roberto dos Santos, *VOCÊ E EU*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2001, pp: 78/80.

presença de um ser com o qual não acordei nenhuma regra do jogo e com o qual tampouco poderia acordar.⁸³

E, se o eixo de referência do pensamento hegemônico da modernidade ocidental é o sujeito, que pode tomar tanto a forma individualista quanto a coletivista radical, a concepção dialógica de Buber muda essa referência das certezas do sujeito para a vida em relação, que tem como princípio a alteridade, a responsabilidade e a reciprocidade, presentes na ideia de uma “comunidade orgânica”. Ou seja, a concepção dialógica *buberiana* implica na sua prática a possibilidade de realização de uma comunidade “genuína” e aponta para a formulação de uma “antropologia do inter-humano”.⁸⁴

Entretanto, cabe salientar que o “inter-humano” *buberiano* não exclui a forma relacional da sociedade industrial moderna, mas abre a possibilidade de um “tenso” caminhar lado a lado, como uma terceira possibilidade ante as alternativas do individualismo e do coletivismo.⁸⁵

Prosseguindo, a convivência com esses “Outros” sob a *forma buberiana*, sem dúvida, foi que alimentou nossa curiosidade, propiciando essa *travessia*, com o surgimento de uma série de questões que, conforme Boaventura de Souza Santos⁸⁶, *apud* Laura Duarte,

“começam sempre por se manifestar como perplexidades produtivas’ e irão se converter, por certo, em desafios produtivos.”⁸⁷

Nossa *travessia*, portanto, deu-se na busca de um encontro que estabelecesse algo além da relação meramente especulativa com o Outro, o

⁸³ – BUBER, Martin, *QUE ES EL HOMBRE?*, Fondo de Cultura, México, 1985, p. 90. [grifo nosso]

⁸⁴ – BUBER, Martin, *DO DIÁLOGO E DO DIALÓGICO*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1982; BUBER, Martin, *SOBRE COMUNIDADE*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1987.

⁸⁵ – Para um aprofundamento: AYRES, Andreia Ribeiro, *O INTER-HUMANO E O MUNDO DO ISSO. MARTIN BUBER E AS POSSIBILIDADES DE PADRÕES RELACIONAIS COMUNITÁRIOS NA SOCIEDADE INDUSTRIAL MODERNA*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Fevereiro/1999.

⁸⁶ – SANTOS, Boaventura de Souza, *PELA MÃO DE ALICE; O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE*, Afrontamento, Porto, 1994.

⁸⁷ – DUARTE, Laura M. G., na Introdução de LESSA, Carlos, op. cit., p. 16.

objeto de estudo (o número de amigos e amigas, companheiros de xícaras, copos e de prosas, por aí..., atesta). Simplesmente isso.

E o princípio que norteia essa *travessia*, além de estar embutido em todas as palavras que antecedem, principalmente nos ditos de Martin Buber, é agora acrescido também pelas palavras de Wilhem von Humboldt, *apud* Roberto Bartholo, quem nos diz que:

“Agir eticamente, fazendo do mundo o material de seu dever, é para Humboldt o fim último da formação universitária, estruturada segundo o objetivo de visar ‘... metamorfosear tanto mundo quanto possível na própria pessoa (...) pela vinculação do nosso eu com o mundo para as mais gerais, provocantes e livres inter-relações’.”⁸⁸

Por outro lado, que fique claro também que quando anteriormente tentamos explicar algumas constatações a partir da matriz europeia ocidental de um certo pensamento teórico-desenvolvimentista, nos engajamos e nos colocamos nas trincheiras abertas por Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade” (que aliás, e *antropofagicamente*, tem sido o mote de nossa experiência prática enquanto *facilitador* de posturas mais empreendedoras e gerenciais de “agentes” por aí):

“De fato, a condição de agente dos indivíduos é, em última análise, central para lidar com essas privações. Por outro lado, a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos. Existe uma acentuada complementaridade entre a condição de agente individual e as disposições sociais: é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social. (...)”

⁸⁸ – BARTHOLO JR., O TERRITÓRIO DA UNIVERSIDADE – A CONTEMPORANEIDADE DE WILHELM VON HUMBOLDT, in A DOR DE FAUSTO – ENSAIOS, pp: 27/40, op. cit., p. 37. [grifos nosso]

A expansão da liberdade é vista, por essa abordagem, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.”⁸⁹

Diante do que trata a literatura sobre o tema (a partir “deles”), o Empreendedorismo fora reconhecido como um elemento fundamental para a viabilização e a condução de empreendimentos e, em última instância, do processo de desenvolvimento do capitalismo. Polanyi enfatiza que com o surgimento da economia de mercado, com as mudanças sociais e comportamentais decorrentes, “*a sociedade humana torna-se um acessório do sistema econômico*”⁹⁰. Ainda segundo Polanyi, apesar de trabalho, terra e dinheiro serem trocados no mercado, eles não são mercadorias.

“O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo que é comprado e vendido tem que ser produzido para a venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas um outro nome para a atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo de poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais.

⁸⁹ – SEN, Amartya, op. cit., p. 10. [grifos nosso]

⁹⁰ – POLANYI, Karl, *A GRANDE TRANSFORMAÇÃO. AS ORIGENS DE NOSSA ÉPOCA*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1988, p. 87.

Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.”⁹¹

Enfatizamos também que considerado o comportamento empreendedor, enquanto uma atitude, uma forma de ser, ela passa a extrapolar o âmbito empresarial e desliza para todas as atividades humanas. Ou seja, a forma empreendedora de ser tem a ver com o estilo de vida, visão de mundo, reação diante às ambiguidades e incertezas, protagonismo, inovação, capacidade de produzir mudanças em si mesmo e no meio ambiente, meios e formas de se buscar a auto-realização.⁹²

Esta visão mais ampla do empreendedorismo, e somente ela, abre portas para se falar de meios e formas de se lidar com a própria sobrevivência, além da sobrevivência do meio que circunda o empreendedor.

Não se trata, portanto, quando se pensa em capacitar possíveis “agentes” no sentido de “tornar as iniciativas aperfeiçoadas”, como diria Sen, de vincular o empreendedorismo exclusivamente à atividade de criação de empresas ou a geração de auto-emprego. Não se propõe a orientação ou a indução para uma determinada atividade, ação, profissão, trabalho. Fala-se em **ser empreendedor**. Simplesmente isto.

Alertamos também que as características e comportamentos do empreendedor que emergem, de maneira genérica, da literatura especializada e/ou sustentadas através de inúmeras pesquisas, despertam alguns mitos em torno do empreendedor. Desejo de conquistar, necessidade de realização, necessidade de colocar ideias em prática, disposição para assumir riscos, inteligência, liderança, alegria de exercitar, energia e engenhosidade, disposição para o trabalho, dentre outras qualidades que levam à imagem do “grande homem”, dotado de características que o tornam personagem peculiar dentre os demais atores da sociedade. E, na maioria das vezes, remete para o estereótipo do “self-made man”.

Acreditamos que essa visão de homem capaz de uma construção quase solitária, possuidora de uma verdadeira apologia do “eu”, desprovida, portanto, de uma dimensão mais coletiva, possa ser considerada um mito, já que transporta o empreendedor para o reino do fabuloso e, até mesmo do

⁹¹ – POLANYI, Karl, *A GRANDE TRANSFORMAÇÃO. AS ORIGENS DE NOSSA ÉPOCA*, op. cit., pp:84/85. Ressaltamos que na atualidade tanto o conhecimento, a informação e a tecnologia foram acrescidos às análises com base nesse autor como também *mercadorias fictícias*.

⁹² – DOLABELA, Fernando, *PEDAGOGIA EMPREENDEDORA – ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA*, op. cit.

irreal. Narrativas que ressaltam trajetórias de empresários de sucesso, tão comuns nas capas expostas em nossas bancas de jornais, contribuem, certamente, para sustentar essa perspectiva, criando um imaginário de poder e de sucesso vinculado ao empreendedor. Na perspectiva meramente econômica, que vincula o empreendedor ao processo empresarial, percebe-se a tendência de sustentar a sua imagem a partir da racionalidade econômica, possibilitando a construção de uma outra faceta desse mito, ou seja, o empreendedor como indivíduo que se pauta apenas e somente dentro dos parâmetros da lógica racional. Ele não “sente”, não sonha, não é “cordial”.

O empreendedor seria, então, aquele que tem condições de reconhecer e de deter os melhores meios e/ou condições capazes de produzir a maximização dos lucros, desconsiderando, portanto, a dimensão limitada da racionalidade humana. Essa figura central para o desenvolvimento da economia não só alcança a maximização dos lucros, detendo os meios mais adequados, como também tem a capacidade assertiva de determinação dos fins a perseguir.

As figuras do “grande homem”, do *self-made man*, do “homem racional” tendem a ser exacerbadas pela literatura de negócios, privilegiando, assim, uma visão romântica do empreendedor. Essa visão tende a ser construída devido à simplificação das análises e estudos dos empreendedores, desconsiderando aspectos que poderiam situá-los fora da perspectiva mitificadora. Suas dificuldades, suas características, que poderiam ser reconhecidas enquanto negativas, mesmo que por vezes consideradas e apontadas como impeditivos para uma boa gestão empresarial, tendem a ser subvalorizadas (ou desvalorizadas), prevalecendo a supremacia de suas características capazes de os tornarem um tipo especial de pessoa. E, para desmitificar esse “grande homem”, dotado de atitudes totalmente planejadas e calculadas, enfim racionais, precisamos antes entender o **porquê** de tudo isso ao *situá-lo*.

Por fim, iniciamos nossa travessia a partir de duas *veredas* e ali, introdutoriamente, apresentamos a *ferramenta weberiana* e discorreremos sobre o tema “empreendedorismo”. Foram expostos alguns princípios, constatamos e nos espantamos com o cotidiano, e contornamos nossa ousadia. Em seguida, Bartholo/Zaoual deram-nos “pistas” que certamente têm a ver com o que nos aponta Weber. Agora, dando prosseguimento, vamos *correr trecho, romper rumbo, buscar sentidos*.

E nessa *travessia*, essa será a nossa próxima *vereda*.

CAPÍTULO II

SOBRE O EMPREENDER

“Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder.”
(Riobaldo em Grande sertão: veredas – J. Guimarães Rosa)

Iniciamos com uma constatação. Conforme o aurélio, tanto o vocábulo **empreendedor** (“Adj.1. Que empreende; ativo, arrojado, cometedor. – S. m. 2. Aquele que empreende, cometedor”.) como **empreendimento** (“S. m. 1. Ato de empreender, empresa. – 2. Efeito de empreender; aquilo que se empreendeu e levou a cabo; empresa; realização; cometimento.”) derivam do termo **empreender** (“Do latim imprehendere – V. t. d. 1. Deliberar-se a praticar, propor-se, tentar [empresa laboriosa e difícil]. 2. Pôr em execução.”). Com relação ao termo **empreendedorismo**, reafirmamos, nada é dito.

Numa até invenção, se quisermos podemos remeter também, **empreender** (e seus correlatos) para o campo do **trabalho** humano, na medida em que todos eles falam de **realizar algo** e que, para tal, precisaria da “aplicação de forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim”, através de uma “atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento”, conforme o mesmo aurélio. Poderíamos portanto, e por ora, mesmo que por sobre uma área pantanosa, associar **empreender** com **trabalhar**.

Embora essa “semelhança semântica” seja um pouco forçada – trata-se de uma invenção, como já dito –, ela vai nos servir para sugerir reflexões.

Feito isso, antes de adentrarmos ao campo do trabalho humano, cabe a seguir uma investigação mais acurada a respeito da condição humana frente a esse novo fenômeno que se apresenta, o **empreendedorismo**. **Ser empreendedor** enquanto uma manifestação elementar, uma atitude do ser individual, à luz de atividades que, tradicionalmente, estão ao alcance de

todo ser humano. Se entendemos aquele “agente” como um indivíduo que é empreendedor, ou seja, dotado de iniciativas devidamente aperfeiçoadas e atitudes que o liberem do fardo do trabalho, enquanto tal, e da necessidade.

Antes, e de antemão, se vislumbramos uma porção libertadora, por aqui, nesse empreendedorismo, precisamos ter em conta que:

“A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade.”⁹³

Precisamos então inserir o **empreender** numa discussão tal como fez Hannah Arendt:

“O que proponho, portanto, é muito simples: trata-se apenas de refletir sobre o que estamos fazendo.”⁹⁴

O que faremos.

II.1: SOBRE A CONDIÇÃO HUMANA

Ao considerar, desde uma perspectiva histórica, a condição humana à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes, H. Arendt aborda somente as manifestações mais elementares – *o que estamos fazendo* –, por serem atividades que tradicionalmente estão ao alcance de todo ser humano: o labor, o trabalho e a ação. E por isso, a “*atividade de pensar*” – *vita contemplativa* –, “*a mais alta e talvez a mais pura atividade de que os homens são capazes*”⁹⁵, não é levada por ela em consideração.

Para ela, a condição humana é algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem.

⁹³ – ARENDT, Hannah, *A CONDIÇÃO HUMANA*, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2000, p. 12.

⁹⁴ – Ibid., p.13.

⁹⁵ – Ibid., p. 13.

“Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. (...)”

Para evitar erros de interpretação: a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constitui algo que se assemelhe à natureza humana. Pois nem aquelas que discutimos neste livro nem as que deixamos de mencionar, como o pensamento e a razão, e nem mesmo a mais meticulosa enumeração de todas elas, constituem características essenciais da existência humana no sentido de que, sem elas, essa existência deixaria de ser humana.”⁹⁶

E *vita activa*,

“Tradicionalmente, e até o início da era moderna, a expressão *vita activa* jamais perdeu sua conotação negativa de ‘in-quietude’, *neotium*, *a-skholia*. (...) O primado da contemplação sobre a atividade baseia-se na convicção de que nenhum trabalho de mãos humanas pode igualar em beleza e verdade o *kosmos físico*”.⁹⁷

Embora não conteste a validade da experiência que existe por trás dessa distinção, ela ainda acrescenta que o uso da expressão *vita activa*, tal como proposto, está em manifesto conflito com a tradição, em função de sua dúvida com relação à ordem hierárquica que a acompanha desde o início. Ela não pretende contestar ou até mesmo discutir o conceito tradicional de verdade como revelação e, sendo assim, como algo essencialmente dado ao homem. E, nem mesmo coloca-se ao lado do argumento, pragmático, da era moderna de que o homem só pode conhecer aquilo que ele mesmo faz⁹⁸.

⁹⁶ – Ibid., pp: 17/18.

⁹⁷ – Ibid., op. cit., pp: 24.

⁹⁸ – Sobre o argumento pragmático da era moderna, Antonio Houaiss “traduz” como: “*Mito moderno é – creio – crer que a Obra se explica sem o Autor – pois vale*

“Afirmo simplesmente que o enorme valor da contemplação na hierarquia tradicional obscureceu as diferenças e manifestações no âmbito da própria *vita activa* e que, a despeito das aparências, esta condição não foi essencialmente alterada pelo moderno rompimento com a tradição e nem pela eventual inversão da ordem hierárquica em Marx e Nietzsche..”⁹⁹

O uso dado por ela à expressão *vita activa* pressupõe que a preocupação subjacente a todas as atividades não é a mesma preocupação central da *vita contemplativa*, “*como não lhe é superior nem inferior*”.¹⁰⁰

Mas, prosseguindo, com base na categorização apresentada por Hannah Arendt, a expressão *vita activa* compreende três atividades humanas fundamentais: **labor**, **trabalho** e **ação**:

“O **labor** é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O **trabalho** é a atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana, (...). O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.

A **ação**, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. (...) A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem

por si mesma e perdura (ou não) por si mesma.”, na Apresentação de MILLÔR FERNANDES – DESENHOS, Editora Raízes Artes Gráficas, São Paulo, 1981.

⁹⁹ – ARENDT, Hannah, op. cit., pp: 25.

¹⁰⁰ – Ibid., p. 26.

que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.”¹⁰¹

O **labor** está condicionado ao movimento cíclico do processo vital e, portanto, não tem nem início nem fim. Aquele que labora, tem por preocupação contínua a produção dos meios necessários à sua sobrevivência. Além disso, ele está isolado do mundo pois a condição de satisfação das próprias necessidades torna-o um indivíduo preso à privacidade do próprio corpo, já que suas necessidades não podem ser compartilhadas nem comunicadas por inteiro. A atividade do labor não requer a presença de outros.

O esforço despendido no labor tem por finalidade produzir algo que será consumido tão logo esteja disponível. Sendo assim, é próprio do labor não deixar produtos duráveis ou utilizáveis; pode-se dizer, nesse sentido, que o labor se assemelha ao trabalho improdutivo. Porém, por mais fúteis ou pouco duráveis que sejam seus produtos, o labor possui uma produtividade intrínseca.

“Essa produtividade não reside em qualquer um dos produtos do labor, mas na ‘força’ humana, cuja intensidade não se esgota depois que ela produz os meios de sua subsistência e sobrevivência, mas é capaz de produzir um ‘excedente’, isto é, mais que o necessário à sua ‘reprodução’.”¹⁰²

O **trabalho** tem sempre um início definido e um fim previsível; e isto o distingue das demais atividades humanas. Os objetivos do trabalho não são ditados por necessidades subjetivas, são inventados pelo homem. Além disso, o trabalho é iniciado e orientado a partir de um modelo que se encontra fora do fabricante, como uma simples imagem mental ou um esboço desenhado, e que precede o processo de trabalho. Como o modelo não desaparece ao estar concluído o trabalho, este pode ter uma continuidade infinita.

H. Arendt, utiliza ainda as expressões “*animal laborans*” e “*homo faber*” para ressaltar o contraste. A primeira para indicar que o homem que labora apenas se diferencia dos animais enquanto participante de uma espécie animal, na melhor das hipóteses, mais desenvolvida. Aquele que

¹⁰¹ – Ibid., pp: 15/16.

¹⁰² – Ibid., p. 99.

labora em total solidão se assemelha ao animal, o qual tem sua vida condicionada pelas pulsões vitais. E ela, com ênfase, acrescenta uma citação de Adam Smith em “A Riqueza das Nações”: “*Ninguém jamais viu um cão trocando um osso com outro cão honesta e propositalmente*”¹⁰³. A segunda expressão, para designar aquele que faz, que constrói, que trabalha sobre os materiais.

Ao contrário do *animal laborans*, que tem uma vida alheia ao mundo e, portanto, é incapaz de construir ou habitar uma esfera pública, o *homo faber* possui a sua própria esfera pública, porém não política. Tal esfera é representada pelo mercado de trocas, no qual ele expõe seus produtos e recebe a apreciação que merece.

“O fato é que o homo faber, construtor do mundo e fabricante de coisas, só consegue relacionar-se devidamente com as pessoas trocando produtos com elas, uma vez que é sempre no isolamento que ele os produz.”¹⁰⁴

E daí, o trabalho possui, portanto, duas esferas, uma objetiva, que diz respeito à relação do *homo faber* com o mundo dos objetos, e a outra intersubjetiva, que diz respeito à relação do *homo faber* com as pessoas a quem ele destina os produtos de seu trabalho.

Isso quer dizer que ao se relacionar com as pessoas em busca do **mérito** em função de seu trabalho, o *locus* reservado ao *homo faber* está na esfera pública:

“A excelência em si, arete, como a teriam chamado os gregos, virtus como teriam dito os romanos, sempre foi reservada à esfera pública, onde uma pessoa podia sobressair-se e distinguir-se das demais. Toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na intimidade; para a excelência, por definição, há sempre a necessidade da presença de outros, e essa presença requer um público

¹⁰³ – Ibid., Nota 27, p.174.

¹⁰⁴ – Ibid., p. 174.

formal, constituído pelos pares do indivíduo; não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores.”¹⁰⁵

Fica claro portanto que o **mérito**, enquanto tal, necessita de espaço público para sua ampla realização. Não adianta produzir a *obra-prima* se não houver quem possa avaliá-la. A esfera pública é o local adequado para a excelência humana. E o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo,

“..., tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem.”¹⁰⁶

E embora tenha havido épocas em que foi proibida a excelência, bem como o orgulho subsequente,¹⁰⁷ é da relação entre pessoas e mundo que o mérito individual acontece.

Diferentemente, o *animal laborans* tem seu *locus* na esfera privada. Privada, em sua acepção original de “privação”.

“Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse.”¹⁰⁸

¹⁰⁵ – Ibid., p. 58.

¹⁰⁶ – Ibid., p. 62.

¹⁰⁷ – Por exemplo, veja o Artigo 57 do Regulamento Beneditino: “*se um dos monges passava a sentir orgulho do seu trabalho, era forçado a abandoná-lo.*”, in ARENDT, Hannah, op. cit., Nota 47, p. 64.

¹⁰⁸ – ARENDT, Hannah, op. cit., p. 68.

Um parêntese, talvez esteja aí a raiz do preconceito da literatura de negócios e de uma certa elite pensante, dito anteriormente quando no início de nossa *travessia* fizemos algumas constatações a partir de nosso cotidiano, para com aqueles indivíduos que sobrevivem de forma digna e criativa, os *nostros* “microempresários-de-si-próprio”. Além do fato de que eles são meros sobreviventes, eles “não existem”. Não estão inseridos no “mercado de trocas” formal, na esfera pública. E aí, como perceber o mérito deles, a excelência? Fechamos o parêntese.

A **ação** é prerrogativa exclusiva dos seres humanos e somente ela depende inteiramente da constante presença de outros. A pluralidade humana não é apenas condição para a ação como também para o discurso. A ação e o discurso são modos pelos quais os seres humanos se distinguem e manifestam enquanto seres humanos, isto é, são meios através dos quais os seres humanos revelam suas identidades pessoais e singulares ao mundo e a si mesmos. Sem o discurso a ação perde o seu sujeito, que se revela através das palavras. Se o sujeito não se apresenta, a ação deixa de ser ação e passa a ser apenas um meio para se atingir um fim.

A teia de relações humanas preexistentes, responsável por tornar a ação real, faz com que a ação produza histórias, da mesma forma como a fabricação produz coisas. Podemos dizer então que a ação é a atividade humana que constrói a esfera política do mundo, comum a todos nós.

A imprevisibilidade e a irreversibilidade são características intrínsecas da ação. A ação tem sempre um início definido, mas, uma vez desencadeada, não é possível prever seu resultado, assim como, é impossível revertê-la, pois a tentativa de reversão seria apenas o início de uma nova ação. A imprevisibilidade está relacionada ao fato de ser a ação a atividade política por excelência. Quando estão em jogo relações intersubjetivas não é possível prever os destinos das ações, nem tão pouco as reações que tais ações desencadearão.

O *animal laborans* depende dos instrumentos fabricados pelo *homo faber* para poder escapar da eterna sujeição à necessidade. De maneira semelhante, o *homo faber*, para dar significado ao seu mundo determinado pela categoria de meios e fins, necessita das categorias da ação e do discurso, as quais produzem histórias significativas. Entretanto, com relação ao impasse, inerente, da irreversibilidade e da imprevisibilidade da ação, os recursos são buscados dentre as potencialidades da própria ação. E é, neste sentido, que a ética tem por função neutralizar os riscos da ação.

Labor, trabalho e ação não são categorias estanques. Na *vita activa* elas se interpenetram; e o equilíbrio da vida humana depende de um certo equilíbrio entre as três atividades. Um homem, portanto, deve poder laborar, trabalhar e agir para afirmar-se enquanto pessoa.

“As três atividades e suas respectivas condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade. O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história.”¹⁰⁹

Porém, com o advento da modernidade,

“...inicia-se uma metamorfose na forma de dissociação vigente entre trabalho intelectual (‘mente’) e trabalho manual (‘corpo’). Não mais se trata aqui de dois universos simbólicos separados, mas sim de uma nova forma de dissociação interior ao próprio processo produtivo. (...) ..., uma fusão que redefine o mundo tecnológico através de uma reconstrução racionalizante que subordina o ‘fazer técnico’ ao ‘pensar científico’.”¹¹⁰,

e, com relação ao trabalho humano, acima de tudo, vê-se acentuada a dicotomia entre **concepção** e **execução**, e aí... .

¹⁰⁹ – Ibid., p. 16.

¹¹⁰ – BARTHOLO JR., Roberto dos Santos, *LABIRINTOS DO SILÊNCIO. COSMOVISÃO E TECNOLOGIA NA MODERNIDADE*, Editora Marco Zero/COPPE-UFRJ, São Paulo, 1986, p. 42.

II.2: DA CONDIÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE: SOBRE A ÉPOCA ATUAL

Dando continuidade às nossas reflexões vamos adentrar em outra *vereda*, a da essência da relação de trabalho, e esta, pelas palavras de Padre Vaz:

“Se entendermos, numa primeira aproximação, o trabalho como o ato humano de transformação da natureza e, por conseguinte, da sua humanização, a relação do trabalho surge como mediadora entre pessoas que, não sendo puros espíritos, devem comunicar-se entre si pela mediação de uma realidade exterior à sua imanência espiritual. Ora, tal realidade é a natureza mesma, humanamente significada pelo trabalho.

Humanizador da natureza, o trabalho é, pois mediador entre os homens. Nesse sentido a relação de trabalho constitui-se como mediação primordial, que se articula nos fundamentos mesmos da vida social. Como, por outro lado, a margem deixada às opções livres e a utilização convencional dos sinais tornam a comunicação social estruturalmente ambígua, compreende-se que tal ambiguidade mostre na relação do trabalho a sua face mais dramática: pois é através da natureza submetida, pelo trabalho, ao seu domínio e aos seus fins que o homem cria formas históricas de utilização e opressão do outro. Mediador social, o trabalho pode ser também – e é efetivamente – uma fonte de alienação.”¹¹¹

A partir de Padre Vaz podemos depreender como o modo de produção capitalista, que extirpa o controle sobre o trabalho das mãos daquele que o realiza, promove um alheamento do mundo. A alienação do trabalhador em relação ao mundo está diretamente relacionada com esse fato. Por outro lado, o **trabalho** conforme explicitado anteriormente, *apud aurélio*, na época atual é cada vez mais raro.

¹¹¹ – VAZ, Henrique C. de Lima, *ESCRITOS DE FILOSOFIA: PROBLEMAS DE FRONTEIRA*, Editora Loyola, São Paulo, 1986, p. 122.

"Atualmente designa uma atividade que se exerce: 1) por conta de um terceiro; 2) em troca de um salário; 3) segundo formas e horários fixados por aquele que paga; 4) visando fins que não são escolhidos por quem o executa." ¹¹²

O próprio uso, atualmente, da palavra **emprego** como sinônimo de trabalho é sintomático. Revela que o trabalhador, enquanto mero detentor de um emprego, não realiza um trabalho, apenas emprega suas energias no desempenho que lhe foi confiado no mecanismo social. O objetivo de "*realizar algo e alcançar um determinado fim*" ao se dispender um certo esforço no trabalho, não é mais um produto acabado que se possa dispor dele livremente, mas sim um salário que será consumido na satisfação das necessidades.

"Tem-se um bom ou um mau trabalho antes de mais nada conforme o que se ganhe; só depois é que se pensa na natureza das tarefas e nas condições de sua realização." ¹¹³

A ideia de que o trabalho assalariado é nobre, típica de nosso tempo, vai ao limite do absurdo: leva em consideração não o objeto, o sentido e a natureza de uma atividade, mas apenas sua remuneração assalariada.

Por outro lado, o compasso da vida não é mais marcado pela atividade do trabalho, mas sim pelo tempo em que dele se está liberado. Anseia-se pelo final do expediente, pelo final de semana e pelas férias anuais, numa espécie de compensação ou reposição do que se perdeu durante o trabalho.

As conseqüências do alheamento do mundo a que estão sujeitos os trabalhadores são ambíguas: por um lado, são subjetivas pois transformam o homem em um ser orientado basicamente pelo imediatismo de sua existência, na medida em que ele trabalha para suprimir suas necessidades vitais e, sendo assim, anula sua individualidade. Por outro lado, são objetivas pois com a crescente supressão de postos de trabalho ocorre a perda de um lugar no mundo, visto que o trabalho é também responsável pela mediação entre os homens, pela inserção do homem na sociedade. Assim, o desempregado torna-se, efetiva e definitivamente, um excluído da sociedade.

¹¹² – GORZ, André, *ADEUS AO PROLETARIADO*, Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1977, p. 9.

¹¹³ – *Ibid.*, p. 10.

A condição de desempregado, na época atual, torna-se um “novo” fardo a carregar.

O que se percebe é que o capitalismo e seu modo de produção, acrescido de todas as conseqüências no processo produtivo (e, como decorrência, no próprio Homem) advindas da Revolução Industrial antes e da Revolução Tecnológica hoje, promoveu (e a dura realidade nos mostra), de forma até radical, uma expropriação dos meios, sem precedentes, que leva à expropriação dos fins. Mas, vamos por partes...

Já falamos que o modo de produção capitalista ao arrancar o controle sobre o trabalho das mãos daquele que o realiza, promove um alheamento do mundo. E também que a alienação do trabalhador em relação ao mundo está diretamente relacionada com esse fato. Mas a possibilidade de transformar em capital a riqueza acumulada por alguns, em virtude da expropriação de uma certa camada da população, forneceu as condições básicas para o desenvolvimento da economia capitalista. A transformação da riqueza em capital realimentou o processo, que gerou mais expropriações, maior produtividade e mais apropriações.

A expropriação gerou trabalhadores despojados dos meios que lhes garantia formas autônomas de subsistência e, ao mesmo tempo, livres para venderem suas forças de trabalho, único bem que lhes restara. Portanto, o que foi liberado com os primeiros trabalhadores “livres” da história foi exatamente a força de trabalho, que tem como qualidade intrínseca a capacidade de gerar excedente, isto é, *“algo mais que do necessário à sua reprodução”*, conforme H. Arendt nos *explicou* lá atrás.

Como decorrência, a acumulação de riqueza e a possibilidade de transformar essa riqueza em capital, fez surgir em cena a figura do capitalista – aquele que compra força de trabalho e a quem pertence os resultados da produção.

O capitalista, ao comprar força de trabalho, está interessado em produzir, além de mercadorias, mais-valia, ou seja, ele está interessado no excedente quantitativo do trabalho, o qual é responsável pela ampliação de sua unidade de capital. É fundamental portanto que ele tenha o máximo de controle possível sobre o processo de produção. Sendo esta a razão histórica do processo de expropriação progressiva do controle sobre os processos de produção das mãos do trabalhador.

“A colaboração duma grande quantidade de operários trabalhando ao mesmo tempo e no mesmo local (...), sob as ordens do mesmo capitalista, com vistas à produção da mesma espécie de mercadorias, constitui o ponto de partida histórico e formal da produção capitalista.”¹¹⁴

As primeiras oficinas capitalistas eram constituídas por pequenas unidades de produção controladas pelos próprios produtores e operadas segundo modos e processos tradicionais, com máquinas e equipamentos simples em que o capital fixo era pouco significativo. O capital investido era representado apenas pela matéria prima para produção e pelo adiantamento dos salários. Com relação às Corporações de Ofícios, essa forma de organização dos trabalhadores apresentava portanto, apenas uma diferença de ordem quantitativa, na medida em que mantinha um grande número de operários sob o mesmo capital.

Depois, com passar dos tempos, surge a divisão manufatureira do trabalho a partir da subdivisão das especialidades em operações limitadas, com os operários que exerciam ofícios diferentes e independentes sendo reunidos numa mesma oficina, sob o controle de um mesmo capitalista, para desenvolverem um objeto que necessitava da intervenção sucessiva de todos eles. Com a explícita vantagem (para o capitalista) da divisão parcelar do trabalho, cada operário deixou de realizar diversas tarefas e passou a executar continuamente uma só e mesma tarefa.

Coisa que ocorreu não por questões de superioridade tecnológica, mas sim por que tal método garantiu ao capitalista maior controle sobre o processo de trabalho, na medida em que limitava a atuação dos trabalhadores.¹¹⁵

A fragmentação do trabalhador destruiu o “ofício” – ao surgir a figura do encarregado que passava as instruções para a execução de cada tarefa ao operário, tornando sem importância o conhecimento técnico necessário à realização de um trabalho integral, materializando a tal dicotomia entre

¹¹⁴ – MARX, Karl, *O CAPITAL: EDIÇÃO POPULAR*, Edições 70, Lisboa, 1979, p. 47.

¹¹⁵ – MARGLIN, Stephen, *ORIGENS E FUNÇÕES DO PARCELAMENTO DAS TAREFAS. PARA QUÊ SERVEM OS PATRÕES?*, in GORZ, André (Org.), *CRÍTICA DA DIVISÃO DO TRABALHO*, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1971.

concepção e execução, dita anteriormente – e passou para as mãos do capitalista o controle total sobre o trabalho.

E hoje, na indústria moderna a complexidade e o potencial dos equipamentos automáticos coloca o trabalho humano como uma força secundária. Está em pauta uma produção mais flexibilizada, mais voltada às demandas do mercado. À flexibilização do aparato produtivo implica em uma flexibilização do trabalhador. O número de trabalhadores “efetivos” é mínimo, sendo que a necessidade casual de mais mão-de-obra é suprida com horas extras, trabalhadores temporários, subcontratações ou “terceirizados”. Daí passa a haver uma subproletarização do trabalho provocada por uma desproletarização do setor industrial “flexibilizado”.

E esses trabalhadores, homens inteiramente adaptados, “escravizados”, às regras da empresa, não por vontade própria, mas por necessidade, são também completamente alienados, expropriados das condições que lhes permitiam dar orientação às suas vidas. Pois tais indivíduos têm como preocupação central, apenas, a garantia das condições de sobrevivência, e é por isso que labutam.

Com a única exceção, talvez, do artista, que ao executar a sua obra realiza um trabalho genuíno, os demais “trabalhadores” da sociedade contemporânea são, na verdade, homens que laboram, isto é, homens preocupados essencialmente com a reprodução de suas condições de vida.

“O último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer um tipo funcional de conduta entorpecida e ‘tranqüilizada’.”¹¹⁶

Aprofundando a questão, o progresso tecnológico nos transportes e nas comunicações ao invés de possibilitar uma maior integração entre as nações, tornou possível que sistemas de poder de dimensões planetárias se estabelecessem de forma efetiva.

¹¹⁶ – ARENDT, Hannah, op. cit., p. 335.

Pode-se dizer que existe hoje, concretamente, uma sociedade mundial, um mercado mundial e um poder imperial planetário que ultrapassam as fronteiras nacionais e exercem uma influência maior ou menor sobre comportamentos locais.

Segundo Hans Freyer¹¹⁷, o estabelecimento de uma sociedade mundial com base na técnica e com um projeto de ter o mundo como sua área de atuação surgiu como evolução natural de alguns pré-requisitos históricos, quais sejam: a possibilidade de fazer as coisas, a possibilidade de organizar o trabalho, a possibilidade de civilizar o homem e a possibilidade de consumir a história. O resultado destas quatro possibilidades é um modelo de sociedade que Freyer chamou de "Modelo Secundário".

A partir daí,

"povos e continentes inteiros se transformaram em campos de experiência do modelo, desde que tomaram impulso ou foram atirados no desenvolvimento industrial nessas poucas décadas, e especialmente quando o novo não surgiu de sua própria história, mas foi trazido dos focos de origem na Europa." ¹¹⁸

Vejam então quais são as características da sociedade mundial atual geradas a partir das quatro possibilidades básicas identificadas por Freyer.

A **possibilidade de fazer as coisas** permite ao homem agir sobre matérias-primas e dar-lhes a forma e a composição mais adequadas para o uso que se tem em mente. Esta ação nos dias de hoje vai até ao íntimo da matéria, possibilitando ao homem a criação de novos materiais, e, o mais importante, "vida" *nova*.

Mas nessa ação sobre a matéria, quaisquer considerações que não dizem respeito às leis físicas que regem seu comportamento e cujo conhecimento é necessário para transformá-la até o estado final desejado são consideradas irrelevantes, ou mesmo prejudiciais à eficiência do processo de transformação que, não encontra quaisquer restrições que não as impostas pelas suas propriedades físicas e as possibilidades técnicas em termos de ferramentas, instrumentos e habilidades do homem.

A prática da intervenção sobre a matéria inerte, que não conhece limites e considera supérfluo tudo o que não pode ser tocado e dissecado

¹¹⁷ – FREYER, Hans, *TEORIA DA ÉPOCA ATUAL*, op. cit.

¹¹⁸ - Ibid., p. 71.

como um objeto, tornou-se dominante pela possibilidade de construção de um mundo inteiramente moldado pelo homem, supostamente mais adequado ao mesmo pelo fato de ter sido construído sob medida. Esta foi uma das ideias que serviram de base para a construção da sociedade industrial que possui existência concreta nos dias de hoje.

A possibilidade de organizar o trabalho permite ao homem atuar em grupo com outros homens de forma a ter como resultado final um tempo significativamente menor para a produção de um objeto. Quando o homem subdivide o trabalho, distribui tarefas e atribui-lhes uma ordem de execução, está organizando o trabalho e possibilitando a intervenção de vários indivíduos no processo de produção. Ao subdividi-lo e ordená-lo, ao extremo de subdivisões elementares, abre espaço para o uso intensivo de máquinas no processo de produção. Resumindo, o homem deve adaptar-se à máquina.

A massificação desta utilização leva por sua vez a uma nova concepção. Projetar uma fábrica significa agora distribuir todo o conjunto de elementos tais como instalações de toda a espécie, ferramentas, máquinas, força de trabalho, as atitudes individuais e coletivas e a estrutura organizacional propriamente dita, de forma a atender aos imperativos da eficiência de forma a utilizá-la em toda a sua potencialidade. Em suma, a própria fábrica torna-se uma grande “máquina”, onde outras máquinas e homens são suas correias e engrenagens.

A possibilidade de organizar o trabalho leva também, por um lado, até o nível de forças auxiliares que se pode formar à vontade, por meio de simples aprendizado de tarefas elementares, e, por outro lado, até ao super-especialista altamente qualificado. Num e noutro caso o resultado é a adaptação exata do homem à fábrica organizada.

As formas de vida e pensamento que se adaptam à fábrica regida pela organização do trabalho e que retiram seu poder de convicção do costume de trabalhar nestas fábricas espalharam-se pelo mundo construindo uma ética que mede o homem em sua situação de organizado. O valor funcional deste homem na fábrica,

"...da sua parte no produto total transformar-se-á em fonte de prestígio social e, talvez mesmo, em autoridade. Não existem outras autoridades neste sistema de vida. Valores pessoais pertencem ao quadro da família, da amizade ou de qualquer outro círculo fechado. Os deveres e

compromissos morais que não podem ser calculados racionalmente pertencem à esfera privada." ¹¹⁹

A possibilidade de civilizar o homem, viabiliza uma otimização do comportamento deste em seu contato com outros homens num âmbito não necessariamente restrito ao ambiente de trabalho. Esta otimização do comportamento interpessoal, da forma como tem sido feita na sociedade industrial, é sinônimo da adoção de um comportamento médio que minimize a possibilidade de surpresas desagradáveis no processo de inter-relacionamento. Civilizar neste sentido significa afastar-se do campo aberto, próprio da natureza fora de nós e da natureza dentro de nós. Reprimir, este é o termo, situações em que o coração, a emoção falem mais alto, ao invés da razão e da civilidade, pois tais ações não podem ser previstas, planejadas e portanto são potencialmente perigosas.

"Daí, todo o interesse reside em transformar sentimentos em contratos, expectativas em previsões, esperanças em cálculos de probabilidade, anseios em planos." ¹²⁰

Estas são as paredes refinadas mas sólidas que delimitam a faixa média na qual a civilização faz seu trabalho. Tornam-se então possíveis os elevados rendimentos de uma humanidade refinada e bem formada.

"O reverso disso é o temor de que o homem, cuja possibilidade de tornar-se civilizado foi provada com tão grande sucesso, tenha ficado não somente sensato, decente e absolutamente tratável, como também 'cavernal', inteiramente lavado e desprovido de toda a seiva, 'acabado', num sentido cruel desse termo." ¹²¹

Lembramos que o estabelecimento de regras não implica necessariamente na dissolução da liberdade criadora, embora não se tenha nenhuma garantia de que isto não ocorra.

A quarta possibilidade, a de consumir a história, vem completar os pré-requisitos para o estabelecimento da sociedade mundial tecnificada ao

¹¹⁹ - Ibid., p. 40/41.

¹²⁰ - Ibid., p. 42.

¹²¹ - Ibid., p. 42.

nível institucional e político. Esta tendência corresponde à constatação de que o homem é capaz de atuar em relação ao geral, ao macroscópico e ao distante, e isso, hoje, *em tempo real*. A ação humana pode, em grande ou em pequena escala, mudar as próprias condições e, nessa medida, constituir um novo começo.

Existe também um outro processo pelo qual a história se consoma. É o processo das modificações silenciosas e imperceptíveis, quando instituições antigas em seu uso são substituídas gradualmente por novas. Também nestes casos a história pode ser influenciada.

Entretanto, para se fazer história, é preciso se encontrar num lugar que seja historicamente relevante, ou então abrir caminho até lá.

"Somente a partir da ponte de comando é que se torna possível manobrar um navio..."¹²²

As quatro possibilidades que acabamos de comentar apontam para um modelo de sociedade: o modelo que Hans Freyer chamou de "modelo secundário". Um modelo fáustico de civilização que, pelo próprio nome, "secundário", reduz o homem a apenas algumas qualidades relacionadas ao seu papel dentro do sistema produtivo, seja como trabalhador, seja como consumidor. Neste modelo o homem é o mecânico, o operário, a médica, a psicóloga, o engenheiro, etc., com funções e comportamentos definidos e necessidades determinadas pela sua renda monetária que é a unidade de medida de seu valor em relação a outros homens. O desenvolvimento de qualidades morais desvinculadas ao estrito cumprimento de funções não é considerado neste modelo. Ações movidas por sentimentos e paixões são consideradas indesejáveis pois não podem ser adequadamente previstas e, portanto, controladas por um plano estabelecido a priori.

O estabelecimento de regras é uma característica básica do "modelo secundário". Parte-se do pressuposto de que as mesmas tornam mais eficientes os atos dos homens. A normatização, de uso geral nas fábricas, extrapola suas fronteiras e passa a abranger todos os detalhes da vida das pessoas no "modelo secundário". Normatiza-se tudo, o vestir, o comer, o rezar, o morar, o lazer, o amar, e, acostumado a esta forma de viver, o homem sente-se amedrontado em situações não normatizadas.

¹²² - Ibid., p. 57.

E a Ciência, instância máxima do pensamento racional, é a legitimadora de toda a norma neste modelo. Aí reside também uma grande diferença entre o “modelo secundário” e outros que o precederam como processo civilizatório, pois a legitimidade passa a ser criada unicamente a partir de processos racionais, transformados em normas e então entregues à sociedade. A legitimidade que surge da tradição, ou seja, que vai se construindo pouco a pouco em função de necessidades e limitações reais da sociedade é deixada de lado. Apenas o produto do pensamento é levado em conta. O método científico deixa de ocupar-se apenas do estudo dos fenômenos da natureza e invade a esfera dos fenômenos sociais, não apenas como observador mas como interventor. Nessa segunda invasão, a Ciência, já suficientemente fortalecida pela sua capacidade de explicação e intervenção no campo dos fenômenos naturais, assume um papel de criadora de normas, dizendo o que deve ou não ser feito numa sociedade, a partir de uma lógica apreendida no mundo das coisas.

A Ciência e sua co-irmã, a Técnica, são os pilares do “modelo secundário” de sociedade, onde exige-se delas a explicação para tudo, a solução para tudo. Desde a produção de artefatos para os mais diversos fins até a produção de normas para resolver conflitos internos da alma humana, sejam os originados pela própria condição de finitude da vida humana, sejam os conflitos originados pela redução do homem no “modelo secundário”.

Este modelo não reconhece fronteiras para sua aplicação, expandindo-se geograficamente por todo o planeta em sua macrodimensão e penetrando na própria alma do homem. Valores morais e afetivos, que possam implicar em perda de tempo na tomada e implementação de decisões, devem ser deixados de lado. A maximização da produção de bens de consumo com conseqüente aumento do bem estar material de crescentes faixas da população é a promessa oferecida pelo “modelo secundário” em troca de sua adoção.

Nos países ditos subdesenvolvidos o modelo chega pronto e é institucionalizado através da importação de estilos de vida das nações ditas desenvolvidas. "Modernização" é a palavra mágica nos mais variados discursos e serve como justificativa para as mais variadas intervenções na vida das populações locais. Manifestações locais de organização social são relegadas a segundo plano, deixadas de lado como manifestações folclóricas ou combatidas violentamente, dependendo de representarem ou não riscos à implantação da "modernidade".

O “modelo secundário” tem como defensores instituições fortes que o propagam eficientemente. Instituições de ensino, programas de treinamento de empresas, programas de desenvolvimento, meios de comunicação de massa, e outros, são usados como propagadores do modelo. E a consequência prática, ao nível mundial, da expansão deste modelo é a divisão do mundo em países desenvolvidos, nos quais o modelo atingiu sua maturidade e países subdesenvolvidos, nos quais o modelo deve ser impositivamente implantado.

As “quatro possibilidades” de Freyer que redundam no “modelo secundário” constituem um quadro de “tendências” que apontam para um *novo* processo civilizatório que se concretiza – a partir da artificialização da sociedade – nas Instituições, no Estado e na Economia que aparecem como domínio do “Isso” no mundo, onde as ações são calculadas a partir de regras que fazem parte da racionalidade econômica e política. Como decorrência, os laços mútuos que ligam os homens ficam atrelados a pré-condições, tornando-se cada vez mais enfraquecido o campo de vigência das relações face a face, ocorrendo um congelamento da relação “Eu-Tu” e um processo de “issificação da vida”: um movimento que pretende colocar-se como fim em si, e se apresenta sem comprometimento algum com a essência¹²³.

Por outro lado, e como fruto desse mesmo processo (como vimos anteriormente), a essas “tendências” Freyer aponta “resistências”,

“Existem relações entre os homens cuja essência consiste em que as pessoas a que dizem respeito não se reduzem a um mínimo de humanidade atuante, mas, pelo contrário, se ‘tomam em sua plenitude’, isto é, incluem-nas com toda a sua pessoa.”¹²⁴

Mas para que essa “resistência” *resista* às tendências hegemônicas da época atual, isso implica que,

“...o homem se torna consciente de sua parte na realização do reino, consciente de sua contribuição na realização da comunidade da criação.”¹²⁵

Mas como me tornar *consciente* se aquelas “tendências” me obrigam a tão somente laborar?

¹²³ – BUBER, Martin, *EU E TU*, op. cit.

¹²⁴ – FREYER, Hans, *TEORIA DA ÉPOCA ATUAL*, op. cit., p. 75.

¹²⁵ – BUBER, Martin, *SOBRE COMUNIDADE*, op. cit., p. 79.

II.3: UMA INVENÇÃO (OU “VIVER É MUITO PERIGOSO”)

Se reafirmarmos que somente o restabelecimento da autonomia produtiva é capaz de proteger a liberdade individual, na medida em que coloca a subjetividade como bússola da ação pessoal, poderemos encontrar um nicho por aí e sugerir que o incremento de negócios próprios, de quaisquer natureza e dimensão, a partir de atitudes de indivíduos empreendedores, de “agentes” com suas iniciativas devidamente aperfeiçoadas, poderá ser um atenuante para o “caráter laborial” que a sociedade contemporânea nos apresenta. Pois para imaginar, desenvolver e realizar uma visão, o indivíduo precisa antes de mais nada **ser** empreendedor.

Nesse sentido cabe aqui e agora uma construção “inventada” a partir das explicações de Hannah Arendt e dos condicionantes da época atual.

Se afirmarmos que dá para sobreviver, trabalhar e principalmente agir de forma empreendedora, estaremos criando uma nova manifestação dentro daquelas atividades mais elementares da condição humana, e que está ao alcance de todo ser humano (uns mais, outros menos...): **o empreender**. E aqui usaremos a expressão “*homo imprehendor*”¹²⁶ para ressaltar a novidade. E acrescentaremos que a condição humana do empreender é um somatório daquelas propostas por H. Arendt: **a própria vida** (labor), **a mundanidade** (trabalho) e **a pluralidade** (ação).

O *homo imprehendor*, para imaginar, desenvolver e realizar uma visão, ou ainda, para perceber uma oportunidade e criar uma organização para lutar por ela, ou melhor ainda, para sonhar e buscar transformar seu sonho em realidade, ele **tem** de se relacionar com o mundo e com as pessoas através do trabalho e da ação e, para tanto, **tem** também de estar vivo. **Esta é a condição**.

Ele sobrevive mas não está isolado dos outros, é político. Seus produtos, invariavelmente, são ações empreendedoras – novidades e até perplexidades – radicalizando o labor e o trabalho. Embora ele aja, a

¹²⁶ – Do latim *imprehendere*, verbo empreender. *Imprehendor* é o substantivo/adjetivo, *aquele que empreende, empreendedor*. Embora uma “invenção”, não se trata aqui de nenhuma contrafação. A ideia foi fruto de pesquisas, e foi atestada pelo Professor Dr. Valmiki Villela Guimarães, do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras/UFMG. O “h” intermediário é apenas um “charme” do Latim Antigo.

princípio, na privacidade de seus planos, sonhos e pensamentos, ele necessita da esfera pública para demonstrar a excelência e obter o mérito, seu combustível principal. E a ação empreendedora produzida pelo *homo imprehendor* também tem as características da imprevisibilidade e da irreversibilidade mas de forma sistematicamente diferenciada, pois ele planeja e replaneja suas ações, faz parte do empreender. Ao agir de forma inovadora, ele lança mão do planejamento como uma “outra” ação dentro da ação empreendedora. Pensa, tenta, experimenta, erra, repensa, aprende, volta e vai. Mesmo na ânsia ou na necessidade de *fazer – vita activa* –, ele *pensa*, planeja – *vita contemplativa*.

E como o *homo imprehendor*, por força da literatura reinante, habita o reino dos negócios e das empresas, o balizamento ético, para ele, se faz mais do que necessário. Trata-se, como já dito, do elemento neutralizador dos riscos do empreendimento, da ação empreendedora, dentro das potencialidades da própria ação (lembrem-se do traficante *Zé Pequeno* da Cidade de Deus – o “*killer*” –, lá atrás, pois é...).

Sendo assim, esse “experimento” inventado – *homo imprehendor* – equilibra uma certa valoração negativa imputada à *vita activa* como nos apontou H. Arendt, ao colocar o pensar, o sonhar, e o planejar como características elementares na ação daquele que empreende. E nesse sentido, por aqui vislumbra-se aquela porção libertadora no empreendedorismo: a “condição de agente”, como quis Amartya Sen, torna-se parte constituinte do *homo imprehendor*.

E ao praticar *a mais alta e talvez a mais pura atividade de que os homens são capazes – a atividade de pensar* –, de forma real e efetivamente livre (como disse Millôr Fernandes: “*livre pensar é só pensar*”), na busca de satisfazer suas necessidades vitais, o *homo imprehendor* pratica aquilo que nos remete também à “Meditação da Técnica” de Jose Ortega y Gasset¹²⁷ que denominou toda essa *ação tecnológica* como “ato técnico”, ou melhor ainda, *tática de vida*.

Segundo Ortega y Gasset,

“O homem, queira ou não, tem de fazer-se a si mesmo, autofabricar-se.

(...) Todas as atividades humanas que especificamente receberam ou

¹²⁷ – GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, Livro Ibero-Americano Ltda, Rio de Janeiro, 1963.

merecem o nome de técnica não são senão especificações, concreções desse caráter geral de auto fabricação próprio do nosso viver.”¹²⁸

E, se para ele, “a técnica é a tática da vida”,

“Na vida do homem a técnica é uma presença ubíqua, submergente, avassaladora, não se limitando apenas à produção e emprego dos recursos para a subsistência material da vida, mas atinge a cada uma das ações humanas.”¹²⁹

Para Ortega, a vida é realidade radical na medida em que o homem tem o poder decisório, autocrático, sobre o seu viver. E este viver é pois a necessidade originária de que todas as demais são meras conseqüências, e como tal é a “necessidade das necessidades”. E (repetia, enfaticamente, Riobaldo em sua *travessia no grande sertões*¹³⁰) como “viver é muito perigoso”...

Nessa linha de pensamento, Ortega, em sua *meditação da técnica*, parte da ideia corrente de que o objeto da técnica é satisfazer as “necessidades humanas”. Por intermédio de uma vasta análise deste conceito, que nos remete aos célebres diálogos “socráticos” de Platão, chega à conclusão de que a *necessidade humana* inclui o objetivamente necessário e o supérfluo ou, que o homem é “o ser para o qual o supérfluo é necessário”, e a técnica, além de ser “a criação de possibilidades sempre novas que não existem na natureza do homem” é também, “o esforço para poupar esforço”. O homem inventa (ou é impingido por) suas necessidades, seu “programa vital”, daí as várias e diferentes “táticas de vida”, daí os vários e diversos tipos “técnicos”, de *homos imprehendere*. E Ortega ressalta esse fato ao discorrer sobre o tipo “gentleman” a partir de suas “*exigências técnicas*”¹³¹ – e isso nos remete, sobremaneira, à

¹²⁸ – Ibid., p. 41.

¹²⁹ – VITA, Luís Washington, no Prólogo de GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, op. cit., p. X.

¹³⁰ – Ao longo da narrativa de “Grande sertão: veredas”, essa frase é repetida por exatas 18 vezes (sem contar as variações) por Riobaldo, o *fio-condutor* da trama, não só para enfatizar os *acidentes* inesperados da vida mas, principalmente, pelas dificuldades em saber como vivê-la.

¹³¹ – GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, op. cit., pp: 59/63.

preocupação taxinômica da literatura sobre empreendedorismo, as tipologias de empreendedor, relatadas anteriormente.

Para Ortega, os “atos técnicos” são específicos do homem. E a técnica é definida como a “reforma” que o homem impõe à natureza como resposta para satisfazer suas necessidades que, por sua vez, são impostas pela natureza, através dos “atos técnicos”. Estes, não são aqueles que fazemos esforço para satisfazer diretamente nossas necessidades, mas aqueles em que, primeiro, dedicamos esforço para “inventar”, e depois, para “executar” um plano de atividades que nos permita: a) assegurar a satisfação das necessidades, inclusive as elementares; b) obter essa satisfação com o mínimo de esforço; c) criar possibilidades novas.¹³²

Para ele, a técnica, como “tática de vida”, tem o poder libertador da pressão terrível da dor corporal e da natureza, da pressão surda do dia-a-dia, entretanto, “*também ela, a libertadora, deve ser libertada*”¹³³.

E ele arremata, num “diálogo” com Hans Freyer, dizendo que o homem ao arrebatá-la à Natureza o privilégio da criação – “hacer un poder”¹³⁴ –, hoje, *filosoficamente*, a técnica surge como obra da inteligência – “o tecnicismo”: o método intelectual que opera na criação da técnica – que pretende preordenar e predeterminar abstratamente todas as coisas e reduzir não só o trabalho mas a própria vida a uma regularidade que exclui a novidade e o imprevisto e que substitui a espontaneidade da vida pela ação uniforme de um mecanismo.¹³⁵ Mecanismo esse também “traduzido” como anteriormente visto na *explicação* de Karl Polanyi pelas *mercadorias fictícias* além do fato de que a sociedade humana ter se tornado um acessório do sistema econômico.

Fica claro portanto que também a “técnica”, na concepção *orteguiana*, sofre com os condicionantes da época atual. E o *homo imprehendedor*, enquanto “homem-técnico” – que labora, trabalha e age pela “necessidade”, qualquer que seja –, na época atual, passa a “inventar” outros “programas vitais” cuja “execução” carece de outros “planos de atividades”, mais elaborados, mais “racionais”. Ele passa a ter um outro *status*, que não apenas

¹³² – Ibid., p. 30.

¹³³ – VITA, Luís Washington, no Prólogo de GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, op. cit., p. XL.

¹³⁴ – Ibid., p. XXXVIII.

¹³⁵ – GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, op. cit., pp; 87/92.

o de “homem-técnico”, surgindo daí o “homem-racional” que passa a (ou tem de) laborar, trabalhar e agir de forma “racional” e menos pelo “simples” impulso da necessidade. A necessidade perde em *status*, e se vê obrigada a um prévio “plano de atividade” racional. E essa passagem é radical e é, também, o grande *pano-de-fundo* da época atual.

Sendo assim, esse “experimento” de que falamos – o *homo imprehendedor* –, no bojo de um “fenômeno”, o Empreendedorismo, acrescido das condicionantes explicitadas tanto na condição humana como, e principalmente, na época atual, não deixa de estar marcado por um determinado padrão cultural. Portanto, se essa interpretação estiver correta podemos argumentar em torno de um sem número de relações possíveis a partir de certas estruturas conceituais.

O empreendedor não nasce pronto¹³⁶, muito pelo contrário, ele é fruto do meio em que vive, do tipo de educação recebida pelos pais, pela escola, o jeito de ser e de agir da família e as experiências vividas tanto na infância quanto na adolescência. Ele se desenvolve de diferentes maneiras devido ao ambiente social e cultural no qual está inserido, sendo que as condições ambientais, políticas e econômicas favorecem ou não seu surgimento e o seu crescimento.

Daí, um questionamento emerge, qual o impacto dos valores da sociedade na formação de uma cultura empreendedora?

Ou seja, podemos perceber a importância dos valores no *homo imprehendedor* – sejam eles nacionais, culturais, ambientais, econômicos, políticos ou religiosos – e, se partirmos do pressuposto de que não existem valores universais ou absolutos, podemos chegar à conclusão como Max Weber chegou que:

“Não existe análise científica diretamente objetiva da vida cultural ou dos fenômenos sociais, que seja independente de pontos de vista específicos e unilaterais, que fazem com que estas manifestações sejam, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecio-

¹³⁶ – SHEFKY, Lloyd E., *ENTREPRENEURS ARE MADE NOT BORN*, op. cit.

nadas como objeto de pesquisa, conformadas e organizadas no corpo de exposição.”¹³⁷

Dentro desse aspecto, não parece ser difícil perceber que o *homo imprehnditor* pode ser a representação de uma determinada estrutura e, nesse caso, ela passaria a ser compreendida como um produto sociocultural de uma época ou de uma sociedade. Pois, tal como no indivíduo, em que, por exemplo, o autoconhecimento e a auto-estima são instrumentos essenciais para o empreender, é fundamental que busquemos entender as origens e a estrutura de valores desenvolvidas enquanto sociedade.

Parece-nos óbvio portanto – e todas as veredas trilhadas apontam, de formas explícita ou implícita, nesse rumo –, que existe um ambiente propício para a formação desse *homo imprehnditor*, mas qual?

Para o nosso caso, esse é o ponto, e esse ponto, essa *vereda*, pede (e merece!) uma parada.

II.4: O PROTESTANTISMO ASCÉTICO, O CATOLICISMO IBÉRICO E O “MUNDO”

A contribuição weberiana na elucidação do contraste entre as esferas religiosas e o contexto mais amplo, foi marcada, como vimos, fundamentalmente pela tentativa de estabelecer a especificidade do racionalismo ocidental.

Então, e de forma comparativa, lançaremos mão de algumas concepções weberianas que podem ajudar na elucidação de contrastes no que se refere à esfera religiosa e o contexto mais amplo. E isso, a partir do pressuposto weberiano de que o catolicismo ibérico e o protestantismo ascético representam, de fato, “tipos ideais” de visões de mundo religiosas contrastantes.¹³⁸

¹³⁷ – WEBER, Max, apud LOWY, Michael, AS AVENTURAS DE KARL MARX CONTRA O BARÃO DE MUNCHHAUSEN – MARXISMO E POSITIVISMO NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO, Editora Busca Vida, São Paulo, 1987, p. 34.

¹³⁸ – Weber atenta para o fato de que o protestantismo ascético ser o que mais se aproxima da conduta metódico-racional, acrescentando a dimensão transcendental que levou ao extremo a racionalização do mundo. E para ele, o movimento religioso metódico-racional é designado por puritanismo com suas quatro formas de desenvolvimento: o calvinismo, o pietismo, o metodismo e as seitas batistas. E os

Embora com o devido cuidado para que, ao evocar razões religiosas, essas não sejam mantidas num alto grau de generalidade e assim impossibilitem um diálogo com nossos propósitos; é o próprio Weber que nos socorre ao enveredarmos por tais razões. Primeiro ao afirmar que “o movimento religioso agiu sobre a cultura material”¹³⁹; depois ao reafirmar seu interesse “em algo inteiramente diferente: na influência daquelas sanções psicológicas que, originadas da crença religiosa e da prática da vida religiosa, orientavam a conduta e a ela prendiam o indivíduo, eram derivadas das peculiaridades das ideias religiosas”¹⁴⁰; e, finalmente, ao concluir que, “a organização racional da vida econômica, que depende da previsão do futuro, tem, em certo sentido, um paralelo no campo da vida religiosa.”¹⁴¹

E, de antemão, que fique claro também que essa abordagem comparativa não tem nenhuma conotação de ordem hierárquica. Ela é meramente exploratória e tem o sentido de subsidiar futuras reflexões.

Mas, por outro lado, essa comparação terá como objetivo mostrar como a racionalização da ética protestante, por exemplo, ajudou na configuração de um novo padrão de relações sócio-econômica e cultural nos Estados Unidos, enquanto o catolicismo ibérico no Brasil levava a um outro caminho, diferente.

E, no nosso entendimento, esse *novo padrão de relações* é que demarca, por exemplo, as possibilidades de um ambiente propício à formação do *homo imprehendedor* (não nos esqueçamos que o termo *entrepreneur*, conforme a vasta literatura, não nasceu no *lado de baixo do equador*, nasceu em ambientes impregnados da ética protestante).

Mas, o mais importante, ao partir da própria concepção de racionalização, apontando algumas concepções weberianas, de forma comparativa, procuraremos evidenciar como ela foi equacionada na esfera

Estados Unidos por ele é concebido como o país do sectarismo ascético por excelência. In [ECONOMIA E SOCIEDADE, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2000, p. 409; A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., pp: 65/109].

¹³⁹ – WEBER, Max, A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., p. 62.

¹⁴⁰ – Ibid., p. 67.

¹⁴¹ – Ibid., p. 97.

religiosa e estaremos criando bases para, enfim, **relativizar nossas especificidades e articular nossas diferenças.**

Feito isso, a primeira concepção weberiana de que lançaremos mãos é a *ideia de salvação* no mundo protestante. Essa ideia foi intensificada com o calvinismo que mostrou como o “chamado” puritano abriu caminho para o compromisso responsável e impessoal. Para o calvinismo, o dogma mais característico é a “doutrina da predestinação”, segundo a qual apenas alguns homens são eleitos para a vida eterna, sem que se possa ter acesso aos motivos que levaram Deus a fazer tal escolha. A totalidade da condução da vida como unidade é o que conta para que se alcance a salvação, e não a soma de ações isoladas.

“só por uma mudança fundamental no significado total da vida, em cada momento e em cada ação, podiam os efeitos da graça, transformando o homem do status naturae no de status gratae, ser provados.”¹⁴²

Para o calvinista, que é responsável por sua salvação “*sola fide*”, diferentemente do *ethos* católico,

“Não havia lugar para o ciclo essencialmente humano dos católicos, de: pecado, arrependimento, reparação, relaxamento, seguidos de novo pecado”¹⁴³.

Para Weber, o católico “*nasce na igreja*” e a expectativa do recebimento da graça é dada “*para o justo e para o injusto*”. E, essa ideia de salvação trazia uma transferência paternalista para o católico, que não se sente responsável por sua salvação, uma vez que a distribuição da graça é de responsabilidade eclesiástica. Então a liberdade de consciência do católico resume-se na obediência ao papa e à hierarquia eclesiástica.

“O sacerdote era um mágico que realizava o milagre da transubstanciação e que tinha em suas mãos a chave da vida eterna. O indivíduo podia voltar-se para ele arrependido e penitente. Ele dispensava reparação, esperança e graça, certeza de perdão, e, assim, garantia o

¹⁴² - Ibid., p. 82.

¹⁴³ - Ibid., p. 82.

relaxamento desta tremenda tensão a qual o calvinista estava condenado por um destino inexorável, que não admitia alívio algum.”¹⁴⁴

Em outras palavras, na medida em que foram abolidos os canais de mediação na ética protestante, além do fechamento dos espaços de “compromisso”, o fiel puritano passou a estar, em completa solidão na conquista da graça, sendo o único responsável pela própria *salvação*, restando para ele apenas a “palavra de Deus”.

Para os calvinistas, esse trágico isolamento individual cria uma sensação de insegurança insuportável para as necessidades emocionais do homem comum.

“Em sua patética desumanidade esse pensamento deve acima de tudo ter tido uma conseqüência para a vida de uma geração que se rendeu à sua magnífica consistência: o sentimento de uma inacreditável solidão interna do indivíduo. No que era, para o homem da época da Reforma, a coisa mais importante da vida – sua salvação eterna – ele foi forçado a, sozinho, seguir seu caminho ao encontro de um destino que lhe fora designado na eternidade. Ninguém poderia ajudá-lo. Nenhum sacerdote,...”¹⁴⁵

No entanto, a questão da dúvida da própria eleição ganha um significado central, propiciando a elaboração da doutrina da “certeza da salvação”. Essa doutrina traz uma enorme responsabilidade individual para o fiel ao conferir um sentido sagrado ao trabalho intramundano interpretando-o como meio para o aumento da glória de Deus na terra, dando ao crente a segurança de que seu comportamento é não apenas “agradável a Deus”, mas, acima de tudo, “fruto direto da ação divina”, possibilitando assim o bem maior, qual seja: a certeza da salvação.

Outra concepção importante explorada por Max Weber, para melhor entendimento da ética puritana, a *ideia de vocação*, ganha, assim, um novo entendimento, na medida em que passa a contar como “sinal de salvação”, mais ainda, como sinal de salvação a partir do *desempenho* diferencial.

¹⁴⁴ – Ibid., p. 81.

¹⁴⁵ – Ibid., p. 72.

“Não há dúvida de que já na palavra alemã ‘Beruf’, e, quem sabe, ainda mais, na palavra inglesa ‘calling’, existe uma conotação religiosa – a de uma tarefa ordenada, ou pelo menos sugerida por Deus – que se torna tanto mais manifesta, quanto maior for a ênfase do caso concreto.”¹⁴⁶

E ele ainda acrescenta que,

“Da mesma forma que o significado da palavra – e isto deve ser sabido de todos – o pensamento subjacente é novo, e é um produto da Reforma.(...) Foi, portanto, nesse conceito de vocação que se manifestou o dogma central de todos os ramos do Protestantismo, (...), e segundo a qual a única maneira de viver aceitável para Deus não estava na superação da moralidade secular pela ascese monástica, mas sim no cumprimento das tarefas do século, imposta ao indivíduo pela sua posição no mundo. Nisso é que está sua vocação.”¹⁴⁷

Tem-se então uma ascese intramundana que direciona toda a força psicológica dos prêmios religiosos para o estímulo do trabalho, segundo critérios de maior desempenho e eficiência possíveis. O elemento ascético age como inibidor do gozo dos frutos do trabalho, sendo o desempenho compreendido como atributo da graça divina e um fim em si, o que confere de uma positividade extremamente relevante à competição entre os homens.

Em lugar de uma percepção da salvação segundo a acumulação de boas ações isoladas, há agora a perspectiva de que a vida tem de ser guiada a partir de um princípio único e superior a todos os outros: o de que a vida terrena deve ser concebida apenas como um meio e, o homem, como mero instrumento de Deus. Em outras palavras, “*Deus ajuda quem se ajuda.*”¹⁴⁸

O objetivo da salvação e o caminho da salvação, então, passam a exercer uma influência recíproca de forma a propiciar uma condução de vida metódica religiosamente determinada.

¹⁴⁶ – Ibid., p. 52.

¹⁴⁷ – Ibid., p. 53.

¹⁴⁸ – Ibid., p. 80.

Weber lembra, ainda, que Lutero estaria, nesse aspecto, mais próximo do catolicismo, pois partiu de Calvino a ideia de anexar a provação individual na atividade secular, na ética da vocação.¹⁴⁹

A profissão como vocação, e a dignificação e valorização do trabalho como decorrência, é um fundamento analítico crucial para o entendimento do *ethos* protestante que perpassa toda a conduta do fiel e a conseqüente inserção do indivíduo no mundo.

A ideia de vocação é então um grande diferenciador entre católicos e protestantes, por não representar, para o católico, um “chamado” – que implica o envolvimento do fiel no mundo, na medida em que sua religiosidade é vivida “dentro do mundo”. No catolicismo ibérico, muito pelo contrário, o exercício da fé permanece numa relação de afastamento ou descolamento do mundo.

Finalmente, outra concepção weberiana importante é *a distinção entre seita e igreja*. Max Weber, observa que, no seu tipo ideal mais puro, a seita rejeita as indulgências eclesiásticas e o carisma oficial. É uma comunidade que tem o ideal de uma igreja pura, de santos invisíveis, em que o indivíduo tem de ser qualificado para converter-se em membro dela. Há um envolvimento pessoal implícito nesse processo que marca um sistema voluntário “natural”, bem como um processo de pertencimento, através de um associativismo horizontal racionalizado, que vai ser muito importante na afinidade entre religião e política, política e sociedade, sociedade e economia.¹⁵⁰

A natureza das seitas, seu caráter privativo e sua pluralidade (as várias denominações), seu sistema voluntário, o pressuposto de igualdade entre seus membros para a persecução da salvação, a autonomia na relação direta com Deus, a busca de auto-aperfeiçoamento na vida diária, todos esses traços fazem com que haja uma efetiva inserção do fiel no mundo.

Weber aponta também como de grande importância sociológica o fato de na seita a comunidade passar a ser o “aparato de seleção” que separa os qualificados dos não qualificados, ressaltando assim a importância da associação religiosa para a credibilidade social.¹⁵¹

¹⁴⁹ - Ibid., pp: 80, 88/89.

¹⁵⁰ – WEBER, Max, *ECONOMIA E SOCIEDADE*, op. cit.

¹⁵¹ – Ibid.

Na Igreja Católica, em contrapartida, a crescente centralização e racionalização do poder do Vaticano e a ênfase tomista na organicidade de sua prática religiosa foram fatores essenciais para a manutenção de uma esfera religiosa pouco afeita a mudança, a qual apresentou uma enorme resistência à tendência racionalizante do mundo ocidental perfazendo um movimento totalmente inverso ao verificado na ética protestante.¹⁵²

“Os católicos não levaram tão longe quanto os puritanos (e antes deles os judeus) a racionalização do mundo, a eliminação da mágica como meio de salvação.”¹⁵³

Por fim, as três concepções weberianas apresentadas – a *ideia de salvação*, a *ideia de vocação*, a *distinção entre seita e igreja* – nos ajudam a elucidar os contrastes pretendidos e, apontam para a “revolução de consciência” vista por Weber como a desencadeadora de todas as grandes conquistas do Ocidente, tais como: capitalismo moderno competitivo e calculável, democracia, Estado racional burocrático, direito racional e formal, imprensa livre, arte moderna, ciência experimental e, acima de tudo, capacidade o indivíduo de criticar a si mesmo e a tradição a qual foi criado.¹⁵⁴

Porém, Weber ao colocar essa “revolução” como a desencadeadora de todas as conquistas explicitadas acima, ele é claro, primeiro, ao afirmar que devemos “*evidentemente libertar-nos da ideia*” de que é possível “*interpretar a Reforma*” como “*consequência histórica necessária*” de certas mudanças econômicas. E nem aceitar “*uma tese tola e doutrinária*” segundo a qual o espírito do capitalismo moderno e suas decorrências, “*somente teria surgido como consequência de determinadas influências da Reforma*”, ou que o Capitalismo, como sistema econômico, seria um “*produto da Reforma*”.¹⁵⁵ Depois, mais a frente, ele ainda reafirma, e de forma conclusiva, que um dos componentes fundamentais não só do espírito

¹⁵² – MORSE, Richard M., *O ESPELHO DE PRÓSPERO: CULTURA E IDÉIAS NAS AMÉRICAS*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

¹⁵³ – WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, op. cit., p. 81;

¹⁵⁴ – SOUZA, Jessé, op. cit., p. 28.

¹⁵⁵ – WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, op. cit., p. 61.

do moderno capitalismo, mas de toda a cultura moderna, “*nasceu do espírito da ascese cristã*”.¹⁵⁶

Como vimos anteriormente (bem no início de nossa travessia), Weber expõe que a passagem da ética da convicção para a ética da responsabilidade implica o fato de que todas as dimensões do pensamento e da ação humana vão obedecer ao critério da instrumentalidade pressupondo daí o controle racional do mundo à medida que este é desencantado. E, como essa passagem se dá de forma “espontânea” somente no Ocidente cristão¹⁵⁷, e como vimos acima também: os católicos não levaram tão longe quanto os puritanos a racionalização do mundo ou seja, e de forma relativa, não foram tão “avançados” quanto aqueles. Nesse caso, o processo de racionalização do mundo que, além de ser irreversível, é também contínuo – e, portanto, gerou (e gera) *ethos* diferenciados –, aponta para dois “modelos” sugeridos como “modos de modernidade”¹⁵⁸: uma modernidade “avançada” – promovida pela

¹⁵⁶ – Ibid., p. 130.

¹⁵⁷ – WEBER, Max, *ECONOMIA E SOCIEDADE*, op. cit.; WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, op. cit.; SOUZA, Jessé, op. cit.

¹⁵⁸ – O assunto “modos de modernidade” ligado à reflexão filosófica, como consequência desta – modernidade como um *jeito* de olhar para trás, criticando e analisando a autoridade no passado, o mito –, para um aprofundamento vide VAZ, Henrique C. de Lima, *ESCRITOS DE FILOSOFIA: PROBLEMAS DE FRONTEIRA*, op. cit. Nesta obra, o autor apresenta a ideia de que onde há filosofia, há modernidade e, sendo assim, ela inicia com os gregos. Portanto, modernidade para ele, não é um fato “novo”, mas uma sucessão de atualidades (modernidade vem de modo, e significa *há pouco, recentemente*) e que são uma “*construção da razão nelas*” em que pressupõe uma “*vivência histórica do tempo*”, uma consciência historiadora. Mas esta é **uma** forma de experienciar a temporalidade, e **não a única**. Foi a partir de um certo momento que o *fluir* do tempo passou a assumir a forma histórica. Estando aí a raiz do *filosófico* e, portanto, da história. A modernidade expressa a experiência filosófica do tempo: desqualificação do tempo passado e valorização do tempo presente, fazendo deste o domicílio do discernimento. Portanto, o presente com autoridade para qualificar e/ou desqualificar o passado. O autor inclusive apresenta, num pleonasma evidentemente proposital, a expressão “*modernidade moderna*” [ver Nota 6, p. 154], para denominar a modernidade secularizada que emerge no século XVII – com a chamada “Revolução Científica” e principalmente com Descartes – e que, a partir de então, se pretende “A”

ação do protestantismo ascético –, e uma modernidade “atrasada”, pela ação do catolicismo ibérico¹⁵⁹.

E adiantamos também que é nesse contexto que o pensamento social brasileiro, em especial, vai atuar: numa tensão constante entre “o avançado” (*eles*) e “o atrasado” (*nós*). E é isso que vai marcar nossas diferenças.¹⁶⁰

Mas continuando nossas reflexões comparativas acerca das esferas religiosas, e de forma simplificada também, segundo Weber, o motivo central que levou os reformistas e Lutero a romperem com a Igreja foi muito mais a “plasticidade” do catolicismo do que a visão utilitária dos protestantes que, oficialmente, queriam resgatar o lucro do rol dos pecados. Lutero contestava na Igreja a multiplicidade ética do comportamento de seus líderes e seguidores. Condenava-se o lucro no domínio religioso – “esse” nascia, segundo Santo Agostinho, do uso indevido de um tempo que não pertencia aos homens, mas sim a Deus – mas no domínio da prática social a Igreja

modernidade (assim como, por decorrência, a técnica associada à sociedade industrial se pensa como “A” técnica). Esta *modernidade* supera um primeiro ciclo da modernidade ocidental que viria dos gregos da Antiguidade Clássica até o *tomismo* e que se caracteriza pela constituição das teologias e se organiza, pelo “compromisso” entre religião e razão filosófica, em uma estrutura “*onto-teológica*” (estrutura teológica do tempo) do discurso da razão. Com o triunfo do cartesianismo, uma profunda reformulação é operada e aquela é substituída por uma estrutura “*onto-antropológica*”. E aí o Homem, como sujeito, tornou-se o centro do universo inteligível. O *cogito* Cartesiano é sincronismo pleno e começa quando o filósofo começa a pensar – “*cogito ergo sum*”. Nele está o privilégio de um começo absoluto e a religião, antes explicação do mundo, torna-se objeto de estudo onde quem fala não é mais o divino – transformado em objeto de estudo – e sim o sujeito humano. Em suma, a *modernidade moderna* resultou de um esforço “desesperado” para emancipar a ordem social da ordem divina. Tal esforço possibilitou a emergência de uma representação **individualista da sociedade**, com clara distinção entre homem e corpo social. Esse assunto – “modos de modernidade” – é tratado também em VAZ, Henrique C. de Lima, *RELIGIÃO E MODERNIDADE FILOSÓFICA*, *Revista Síntese – Nova Fase*, v. 18, n° 53, pp: 147/165, Edições Loyola, São Paulo, 1993.

¹⁵⁹ – Para um maior aprofundamento no sentido como apresentado, vide MORSE, Richard M., *O ESPELHO DE PRÓSPERO*, op. cit.

¹⁶⁰ – Esse assunto, de suma importância, será tratado mais à frente quando *interpretarmos* alguns de nossos *interpretadores*.

cobrava penitências e vendia absolvições. E ao se insurgir, Lutero inaugura o primado da unidade ética – que, o protestantismo ascético, como vimos, atualiza de forma radical (inclusive, discordando em alguns pontos com Lutero). Daí, para o protestante comum, o esquema de valores que eu uso na minha igreja passa a ser o mesmo que devo acionar em casa, no meu trabalho e na minha comunidade, ou seja, **no mundo**. Essa “coerência” acarretará num alto nível de exigência na medida em que manter uma coerência de valores em ambientes tão distintos como igreja, casa e comunidade, implica numa prática social mais uniforme.

Para o católico comum, o dispositivo da confissão e do perdão juntamente com a absolvição e a penitência, reforçam uma prática social mais maleável, na medida em que alteram, constantemente, os limites das situações anteriores que os fiéis vivenciam, abrandando assim a necessidade de uma coerência permanente. E aí, constatamos, parece ser muito mais problemático no protestantismo que no catolicismo, pecar, infringir normas, etc.

Visto isso, e para os nossos propósitos, em ambientes onde a vertente ascética do protestantismo, principalmente, foi a parteira desse movimento – e aí, a Inglaterra cujas instituições políticas Weber “invejava”¹⁶¹, e os Estados Unidos, a “*nação por excelência do protestantismo ascético, onde esse pode desenvolver-se livre de outras influências, quase que como um tipo puro*”¹⁶², são lugares privilegiados – essa “revolução” possibilitou (e

¹⁶¹ – Além de uma carta endereçada a Adolf Harnack no começo de 1916 onde tal fato é explicitado e citada pelo autor; “...as instituições políticas britânicas, especialmente um parlamento livre e atuante, eram a base do poderio mundial britânico. Impressionava a Weber a conexão entre puritanismo, democracia, capitalismo competitivo e poderio mundial. Era isso que ele queria para a Alemanha de sua época.” In SOUZA, Jessé, pp: 29/30.

¹⁶² – SOUZA, Jessé, op. cit., p. 32. Acrescentamos também que Weber inclusive começa a sua tentativa de determinação do objeto “espírito do capitalismo” a partir de uma série de sentenças atribuídas à Benjamin Franklin – que podem ser resumidas em uma única e emblemática: “Time is money” –, um calvinista, e ao final conclui que: “Ninguém duvidará que é o ‘espírito do capitalismo’ que aqui se expressa de forma característica, muito embora esteja longe de nós o desejo de afirmar que tudo que possa ser entendido como pertinente a este ‘espírito’ esteja

possibilita), por exemplo, uma sociedade em que seus valores propiciam, por excelência, e de forma “natural”, o surgimento do *entrepreneur*. Por outro lado, o *ethos* gerado pelo catolicismo ibérico, principalmente também, resultou diferente, ao percorrer um caminho outro. E aí, a imagem do *entrepreneur* que emerge da literatura – como vimos e alertamos anteriormente: as figuras do “grande homem”, do *self-made-man* e do “homem racional” –, se confunde pois com o *ethos* gerado pelo moderno “espírito” do capitalismo naqueles locais privilegiados. E isso não por coincidência, mas sim porque essa é a definição primeira daquele ator social e, como tal, é a definição dominante e a visão predominante.

Anteriormente foi dito que o **mérito**, advindo da excelência, e seu devido reconhecimento na esfera pública, seria o combustível principal do nosso *homo imprehendor* – aquele movido pela “satisfação de necessidades” e que para consumá-las elaborava e carecia apenas de “atos técnicos”. Mas agora seu **empreender** tem outras “exigências técnicas”, impostas pelo “novo” contexto que exige dele posturas, condutas, leis, normas, etc., racionais. Agora, mérito deixa de ser a excelência ou o êxito de uma pessoa sobressair-se ou distinguir-se das demais a partir de uma ação empreendedora, passando a ser “traduzido” como **sucesso**¹⁶³. Sucesso advindo de um plano racional com todas as suas etapas previstas (e em que as “quatro possibilidades” de Hans Freyer se encaixam como luvas). E aqui também, a *vita activa* é suplantada pela *vita contemplativa* de forma radical¹⁶⁴ e a dicotomia entre “concepção” e “execução” vê-se cristalizada passando a existir aquele que “só faz” – normalmente tangido pelas

nele contido.” In WEBER, Max, A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., pp: 29/31.

¹⁶³ – É interessante ressaltar que: “No fim do século passado e início do atual, começa-se a enfatizar o desejo de ganhar. (...) Os profetas do pensamento positivo, que se tornaram populares nesse mesmo período, afirmaram que o amor ao dinheiro era um incentivo para se obter aquilo que se desejava. O sucesso torna-se um fim em si mesmo, a vitória sobre os pares.” in BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001, p. 25.

¹⁶⁴ – Conforme exposto anteriormente, segundo H. Arendt, essa hierarquização já existia desde a Antiguidade Clássica, o contexto imposto pela modernidade só fez radicalizar.

“necessidades” básicas que a vida lhe impõe e portanto somente *labora* – e aquele que “só pensa”, o *técnico* como tal, normalmente imerso em pensamentos, condutas, previsões, contratos, a partir de pressupostos lógicos e racionais – mas que também *labora*, em função dos condicionantes impostos pela época atual, como vimos.

E, com relação ao *mérito* – ainda, ou mais ainda, o combustível preferencial pois torna-se a constatação pública do *sucesso* de todo e qualquer empreendimento idealizado e realizado pelo indivíduo que empreende –, no caso da sociedade norte-americana, o individualismo que tanto marcou seu sistema de valores (além do liberalismo – e o neoliberalismo mais recentemente), deu condições, de maneira geral, para o surgimento da expressão pura, vivente, do *entrepreneur* como tal. E se, para Weber, o fundamento do individualismo moderno – que já era judaico, mas que o puritanismo atualiza e leva-o ao limite – é a obrigação de se obedecer mais a Deus do que aos homens. “Deus”, aqui, pode (e *deve*) ser substituído por *um ente legal e abstrato* – como por exemplo, a Constituição, normas em geral, contratos, ..., e mercado capitalista – o que prepara e possibilita um indivíduo de forte componente voluntarista, proativo, e que o leva à conexão entre autocontrole e dominação do mundo exterior pois, para dialogar com esse “Deus”, aquele indivíduo – o *entrepreneur* – não precisa de intermediários.

Por outro lado, vimos também o quanto o desempenho individual – aqui entendido como o conjunto de talentos, habilidades e esforço de cada um –, a partir da maior eficiência possível, é importante dentro do ethos puritano (constituindo-se inclusive – o desempenho diferencial – como um sinal de salvação), diferentemente do ethos católico. E, se o *mérito* avalia esse desempenho, teremos, obviamente, visões diferenciadas de um mesmo tema – a meritocracia. E certamente, o panorama da ambiência da meritocracia em um dado contexto será um, e num outro contexto será, no mínimo, diferente. Ora, isso acarretará conseqüências óbvias e talvez esteja aí a pista para que possamos dar rumo às coisas nessa nossa travessia.

Percebe-se que o desempenho na esfera pública e sua avaliação são muito mais que simples ferramentas gerenciais, e que a meritocracia se constitui num dos principais sistemas de hierarquização social das

sociedades modernas embora sua presença seja notada também desde tempos pretéritos.¹⁶⁵

Mas antes, e numa visão mais geral, o que é mesmo meritocracia¹⁶⁶?

“Poderíamos defini-la, no nível ideológico, como um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser conseqüência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais. (...) Além disso, do ponto de vista histórico, ela é considerada, desde a Revolução Francesa, o critério fundamental em nome do qual se lutou contra todas as formas de discriminação social”¹⁶⁷

E, em suma,

“A meritocracia, enquanto sistema de valores, baseia-se na rejeição de qualquer tipo de privilégio hereditário; na igualdade jurídica; na pressuposição de que o talento é aleatoriamente distribuído entre as

¹⁶⁵ – BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit.

¹⁶⁶ – É interessante assinalar que o termo “meritocracia” também não aparece no *aurélio* – o mais popular de nossos dicionários. Portanto, essa palavra “quase escondida” na língua portuguesa permanece com essa “condição” quando migramos do vocábulo, da língua, para a dimensão conceitual. E, “*nesta, a meritocracia aparece diluída nas discussões sobre desempenho e sua avaliação, justiça social, reforma administrativa do Estado, neoliberalismo, competência, produtividade, etc., e nunca de forma clara e explícita.*” [BARBOSA, Livia, op. cit., p. 21]. Portanto, que fique bem claro, que nosso propósito não passa por um estudo do termo na nossa sociedade (uma tarefa por demais fascinante). Nossa *vereda* é outra, é tentar mostrar algumas especificidades e singularidades do mérito – enquanto “combustível” do *homo imprehendedor* – por aqui, em *terra brasilis*. E aí explicitar como “acontece” um certo *empreendedorismo de necessidade do nosso “virador”*. Coisa que o GEM-2002 demonstrou, por nós, como extremamente impactante (fomos os “primeiros” do mundo!) e que, portanto, deve haver algum “mérito” nisso (mas qual?).

¹⁶⁷ – BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit., p. 22.

peçoas; nas diferenças inatas entre as peçoas; na competição dos indivíduos entre si; na comparação relativa dos resultados individuais; numa perspectiva sincrônica da avaliação do desempenho; na responsabilidade do indivíduo pelos seus próprios resultados; e na recompensa conferida aos melhores.”¹⁶⁸

Isso tudo quer dizer, e de antemão, que a definição de meritocracia, assim como colocada, definitivamente não se encaixa nos padrões brasileiros. A base de seu sistema de valores são exatamente os pressupostos do *ethos* puritano e diametralmente oposta ao que constatamos no dia-a-dia por aqui, em *terra brasilis*.

Mas dando prosseguimento à nossa perspectiva comparativa, vale a pena agora adentrar por uma rápida incursão sobre alguns elementos da sociedade norte-americana que conformaram um sistema que, de alguma forma, possibilitaram, e possibilitam, aos olhos de muitos, o surgimento daquela cultura altamente empreendedora.

Nesse sentido, talvez, o elemento mais importante, e até mítico, é o “the log cabin myth”, imortalizado por Horatio Alger ao descrever a ascensão social dos jovens pobres mas virtuosos, sintetizado nas palavras de Abraham Lincoln, que de lenhador tornou-se presidente dos Estados Unidos. Em 1859, num discurso à Sociedade de Agricultura de Wisconsin, Lincoln assim descreveu essa trajetória mítica, baseada na determinação, no “esforço”¹⁶⁹ pessoal e no trabalho duro:

“A pessoa prudente, pobre, que se inicia no mundo, trabalha por um salário certo tempo, economiza um excedente para comprar ferramentas ou terras para seu próprio uso, depois trabalha por conta

¹⁶⁸ – Ibid., p. 34.

¹⁶⁹ – Livia Barbosa alerta que a categoria “esforço” tem outro significado dentro do sistema de valores norte-americano, diferentemente do brasileiro. No caso brasileiro “esforço tem também a conotação de dedicação, e não só de persistência em relação a um determinado objetivo.” No caso norte-americano, esforço significa “determinação de um indivíduo em busca de suas realizações individuais.” (grifo nosso) in BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit., Nota 27, p.38.

própria durante mais algum tempo e, finalmente, contrata um novo principiante para ajudá-la.”¹⁷⁰

Nos Estados Unidos, a literatura popular primeiro, e o cinema depois, reforçaram essa ideia de que é possível sair do nada, literalmente de uma cabana (log cabin), ou até de Hollywood, e chegar à Casa Branca.¹⁷¹

Essa visão norte-americana do indivíduo e do valor do trabalho ancora-se na concepção de igualdade – **igualdade de oportunidades** – que atribui ao indivíduo total responsabilidade por seu próprio destino – com sua “gênese”, conforme apontada anteriormente, na esfera religiosa puritana –, e em assim sendo,

“O igualitarismo norte-americano não significa que todos os homens nasceram iguais, nem que todos devem viver em pé de igualdade, mas que todos devem ter inicialmente as mesmas chances de utilizar suas aptidões como desejarem, em favor de seus interesses. A primeira função do governo é, portanto, zelar para que esse princípio seja respeitado, pois ele não pode – nem deve – tentar promover a igualdade absoluta entre os cidadãos: ‘Os homens não são iguais: eles nasceram com direitos iguais’.”¹⁷²

Nesse sentido, para a sociedade norte-americana a diferença entre as pessoas é **valorizada positivamente** e vista como o resultado do “diferencial de talento”, que permite alguns indivíduos realizarem certas ações com mais eficiência e eficácia que outros – uns mais e outros menos; e do “esforço” e da “vontade de realização” (achievement) que cada um tem em doses

¹⁷⁰ – BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit., p.36.

¹⁷¹ – Aqui nos permitimos a um pequeno parêntese, no momento que escrevo esta dissertação é confirmado a eleição de um novo Presidente da República Federativa do Brasil: Luís Inácio Lula da Silva, um retirante nordestino, ex-operário, líder sindical, enfim, um legítimo filho do povo brasileiro. O impacto desse fato no sistema de valores da sociedade brasileira será sentido, certamente, mais a frente. É esperar para ver.

¹⁷² – BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit., p. 38.

variadas. E, na medida em que tal fato exprime a essência de cada um de nós, vê-se aqui o elemento central de todo sistema social moderno, igualitário e individualista – “o indivíduo como personalidade única e irrepetível”¹⁷³.

Daí, o desempenho – enquanto conjunto de talentos, aptidões e realizações – funciona como um mecanismo socialmente legítimo que permite à sociedade diferenciar, avaliar, hierarquizar, premiar e punir os indivíduos. Ele é o conjunto das realizações objetivas de cada indivíduo e resultado de processos e mecanismos intrínsecos ao ser humano e, portanto, de ordem mais “psicológica” do que social.

É importante frisar também que, alimentada por seus heróis, desde o início da construção da nação norte-americana, as pessoas acreditaram na igualdade de oportunidade para si mesmos e para seus filhos. Da corrida para o Oeste, literalmente às vezes, em que os primeiros a chegar garantiam as melhores terras, é que surgiu grande parte das lendas e dos heróis norte-americanos, como David Crockett, Daniel Boone e o cowboy imortalizado pelo cinema na figura de John Wayne.

Como não tinham nada a perder, lançavam-se na competição geral, na qual, segundo a mitologia corrente, os melhores triunfavam em virtude de seus desempenhos. Era a forma mais rápida, e “democrática”, de praticarem uma mobilidade social vertical.

Fica muito claro agora porque o herói norte-americano por excelência é o self-made-man. Trata-se do indivíduo que se fez sozinho, sem a ajuda de amigos e parentes, que venceu todas as barreiras em virtude apenas de seus méritos pessoais. É esse personagem que aparece no imaginário norte-americano, nos mais diferentes papéis – cowboy, detetive imbatível, supermen ou regular guy – e nos mais diferentes cenários, mas reproduzindo sempre a mesma história, a história de que sua luta e quase sempre a sua vitória graças a seus próprios recursos interiores.

“O herói norte-americano é basicamente um sujeito proativo, que age sobre a realidade, transformando-a e moldando-a de acordo com sua visão de mundo, e que se pauta por uma ética de assertividade pessoal. Não tem ajuda de ninguém, a não ser dos inferiores estruturais. Não

¹⁷³ – Ibid.

aceita passivamente a realidade ou as imposições do sistema (leia-se sociedade). Luta e impõe-se a ela.”¹⁷⁴

Com o liberalismo, o individualismo é levado às últimas conseqüências. A ideia é que o progresso é regido pelo interesse individual, e a igualdade de oportunidades permite a cada um exercer seus talentos. Na vida cotidiana, como o indivíduo é suficientemente responsável para ocupar-se de seus próprios negócios, até o direito à indiferença social e a recusa em deixar-se controlar pela administração, pelo governo ou por qualquer outro que não ele mesmo, são naturalmente reconhecidos.

“A moralidade pública norte-americana se baseia nos direitos individuais e na auto-realização. Isso pressupõe que a pessoa criará suas próprias relações sociais e econômicas ao invés de herdá-las. Estas serão regidas por laços estritamente contratuais, que, um sistema abstrato legal se encarregará de aplicar. Nessa lógica, o que se considera permanente são os indivíduos e o contrato entre eles e não o vínculo social.”¹⁷⁵

É interessante assinalar também que a própria forma de apresentação pessoal e os principais documentos de identidade nos Estados Unidos, indicam a importância de ser reconhecido como indivíduo em si e por si. Regra geral, a pessoa é apresentada pelo seu prenome e qualificado pela sua atividade profissional. E, com relação aos principais documentos de identidade norte-americanos – carteira de motorista, social security e cartão de crédito – não constam referências à filiação dos portadores.¹⁷⁶

Por outro lado, nas relações familiares, desde a infância é incentivada a independência, a marcarem sua individualidade por opções próprias, pela independência dos cuidados maternos até a independência econômica final e

¹⁷⁴ – Ibid., p. 44.

¹⁷⁵ – Ibid., p. 43.

¹⁷⁶ – Ibid.

definitiva, em virtude do afastamento físico do núcleo familiar, que começa a se delinear, normalmente, quando ainda são estudantes.¹⁷⁷

Ainda sobre as relações familiares, tem um pequeno caso contado por um antropólogo sino-americano, que relata comparativamente o comportamento de um pai norte-americano e outro chinês com relação à ajuda recebida do filho na velhice. No caso, o pai norte-americano esconderia tal fato, por considerá-lo humilhante por significar seu fracasso como indivíduo, pois seu desempenho não foi suficientemente bom para provê-lo na velhice, tornando-o dependente do filho. O pai chinês alardearia por toda a aldeia a bondade e a generosidade de seu filho e sua sorte de pai.¹⁷⁸

Essa crença, exagerada, no desempenho como produto de características individuais e na igualdade de oportunidades é que permite a sociedade norte-americana se autodividir em *winner*s e *loser*s (vencedores e perdedores). Os *winner*s são aqueles que “chegaram lá”, construíram uma vida de independência e bem-estar, obtiveram sucesso, ou seja, o reconhecimento público de seus méritos. Os *loser*s são aqueles que não conseguiram “chegar lá”, seja esse “lá” aonde for. O cruel é que partindo do pressuposto de que todos tiveram as mesmas oportunidades, os *loser*s não podem, legitimamente, se queixar dos resultados, mas apenas de si mesmos.¹⁷⁹

Com essa exposição, fica clara a “coincidência” entre as definições do entrepreneur vistas até então e o modo de ser e de agir do cidadão norte-americano, forjado naquele sistema de valores: o entrepreneur é “O” self-made-man, mas dotado de “astúcias” tais que o remetem para uma visão de futuro estritamente em bases racionais – a tática passa a ser uma “técnica de vida”, numa “inversão” (ou “transgressão racional”) orteguiana. Trata-se, como já dissemos, de uma visão predominante e que muitos a adotam por aqui, sem muitos (ou nenhum) questionamentos.

¹⁷⁷ – SHEFKY, Lloyd E., *ENTREPRENEURS ARE MADE NOT BORN*, op. cit; McClelland, David, *THE ACHIEVING SOCIETY*, op. cit.

¹⁷⁸ – HSU, Francis L. K., *AMERICAN AND CHINESE: TWO WAYS OF LIFE*, Abelard Schumann, New York, 1955.

¹⁷⁹ – BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit.

Por outro lado, é óbvio que existe um sistema meritocrático à brasileira, por mais diferente que seja. Além do que, existem alguns elementos na sociedade brasileira que, embora contrastantes, ao nosso ver conformaram um sistema de valores que possibilitou (e possibilita), também, e a seu modo e “jeito”, uma cultura empreendedora (e isso, infelizmente, aos olhos de poucos). Mas essa é uma trilha que adentraremos mais a frente quando tratarmos, em especial, do caso brasileiro.

Agora, visto o panorama de todas essas *veredas* podemos dar prosseguimento à *travessia* retomando uma trilha já adentrada, mas *isso*, com um sentido de um maior aprofundamento para que depois, já municiados de mais certezas, possamos refletir melhor sobre nossos propósitos.

CAPÍTULO III

SOBRE EMPREENDEDORISMO

“Vou lhe falar: lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão. Não sei, ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas e essas poucas veredas.”

(Riobaldo em Grande sertão: veredas – J. Guimarães Rosa)

Iniciamos com outra constatação. Louis Jacques Filion, em seus inúmeros artigos tem manifestado, direta ou indiretamente, a necessidade de se avançar no campo de estudos sobre Empreendedorismo. Para ele,

“..., o campo do empreendedorismo pode ser definido como aquele que estuda os empreendedores, examina suas atividades, características, efeitos sociais e econômicos e os métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora. Contudo, nenhum campo acadêmico pode prescindir da teoria. Para a criação de uma teoria do empreendedor, provavelmente será necessário separar pesquisa aplicada de pesquisa teórica, estabelecendo uma nova ciência, a **empreendedologia** (entrepreneurology). Essa nova ciência talvez possa criar um corpo teórico composto por elementos convergentes de estudos teóricos sobre empreendedores, efetuados por **empreendedologistas** (entrepreneurologist) em várias disciplinas. O próprio empreendedorismo permaneceria como um campo de pesquisa aplicada, produzindo resultados de interesse para empreendedores potenciais e empreendedores de fato.”¹⁸⁰

¹⁸⁰ – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, op. cit., p. 21.

Esta também, modestamente, é a preocupação de nossa *travessia* e já passamos inclusive por algumas *veredas* que apontam nesse sentido. E é bom que se diga que de todo o material pesquisado e levantado sobre o tema, atualmente, Filion tem sido um dos únicos que manifestam, reiteradamente, essa “necessidade” epistemológica.

Mas sem entrar no mérito da questão, e já concordando, pois nossa travessia como dito, pretensiosamente, tem um quê de “*empreendedológica*”. Iniciamos aqui a tentativa de conformação de uma certa “matriz teórica global”, de caráter mais universal, no sentido de, a frente, chegarmos à *nossa* “matriz local”, mais particular. Como já dissemos anteriormente, é dessa “matriz global” que, invariavelmente, a nossa “academia” busca subsídios para pensar o empreendedorismo por aqui. De certa forma por isso é que nossa *empreita* ganha uma certa relevância. O que aumenta, e muito, nossa responsabilidade.

Já fizemos uma primeira abordagem sobre o tema, de caráter introdutório, e mostramos o que “eles” dizem sobre. Agora, apelamos, novamente, para uma visão panorâmica, que tem o grave defeito de apagar todas as diferenças relevantes, mas que servirá para ilustrar nossas reflexões. Podemos dizer então, e a princípio, que as aspirações, grosso modo, acerca do empreendedor e do empreendedorismo, são as mesmas. Todavia o caminho que as guiava e, o mais importante, o seu contexto, como já vimos anteriormente, se mostrava diferente. O empreendedorismo, por exemplo, foi identificado pelos economistas, em um primeiro momento, como um elemento útil à compreensão do desenvolvimento. Subseqüentemente, os comportamentalistas tentaram entender o empreendedor como pessoa. Atualmente, o campo está em processo de expansão para quase todas as disciplinas das ciências humanas. Daí, os pesquisadores tendem a perceber e a definir empreendedores usando as premissas de suas próprias disciplinas. Como em toda disciplina, há um desejo, às vezes inconsciente, de compreender os fenômenos e as tendências, e de formular leis universais em torno das quais o conhecimento possa ser estruturado; o pesquisador ao analisar o empreendedorismo e o empreendedor, a partir das premissas de uma dada disciplina, logo que arriscasse uma posição sobre o assunto, ultrapassava as fronteiras daquela dada disciplina, e tinha dificuldades em manter-se dentro daqueles limites e, sendo assim, nunca receberia o reconhecimento de seus pares.

Portanto, como o campo é novo e extremamente amplo, vamos a seguir apresentar, e de forma mais aprofundada, alguns dos vários pontos de vista e algumas de suas várias perspectivas que, no nosso entendimento, são as mais relevantes para o nosso propósito.

III.1: A “PERSPECTIVA” NEOLIBERAL

Se antes dissemos que o mérito assume uma grande relevância na formação do *homo imprehendedor*, na medida em que ele é o seu principal combustível, com o recente advento da ideologia neoliberal, principalmente em suas versões *reaganiana* e *thatcheriana*, as discussões ao entorno da meritocracia, enquanto tal, tomaram uma dimensão maior. Podemos dizer que o neoliberalismo passou a ser mais que uma “perspectiva” do ponto de vista teórico para se tornar então o “pano de fundo” preferencial nas discussões acerca do empreendedorismo na medida em que o termo *entrepreneur* foi “apropriado” pelos neoliberais e o mérito “travestiu-se” de sucesso.

Não vamos aqui, por favor, confundir ideologia neoliberal com empreendedorismo. Essa “perspectiva” tem um quê de “invenção”. Mas é no bojo desse quadro, principalmente a partir dos anos 80, que, de certa forma, a importância dada ao *entrepreneur* foi ressaltada, pesquisada, estudada e, principalmente, estimulada. Por outro lado, é bom que se reafirme também que dentro dessa “perspectiva”, a imagem que emerge a partir da racionalidade econômica e que mitifica o *entrepreneur* como aquele que se pauta somente dentro dos parâmetros da lógica racional – “o homem-racional” e, principalmente, o *self-made-man*, vistos anteriormente – é ressaltada de formas radical e até inconvenientemente. E aí, os “killers”, dentre outros (numa “mistura” até confusa), são os grandes atores:

“The 1980s are often referred to as the ‘decade of entrepreneurs’. But who are the entrepreneurs? To some, entrepreneurs are those who form new businesses that prosper and create new employment. Examples are Bill Gates at Microsoft, Michael Dell of Dell Computer Co. and Mitch Kapor at Lotus Development Inc. But others view entrepreneurs as unscrupulous business owners and managers who cheat America out of millions of dollars. The Wall Street mogul Michael Milken and California savings and loan promoter Charles Keating are

well-known examples. A third perspective is that entrepreneurs are corporate managers who achieve outstanding success with their firms. For example, Lee Iacocca with Chrysler Corporation and Jack Welch with General Eletric are frequently mentioned as entrepreneurs.”¹⁸¹

A ideologia neoliberal, ao contrapor não só o Estado do bem-estar mas, principalmente, o tipo de homem que ele criou –

“reativo, acomodado, esperando da ação do Estado e da sociedade a solução de seus problemas, despreocupado de onde vem o seu salário.”¹⁸²

–, apresentou, como antítese desse ator social, aquele que deve encarnar os princípios da meritocracia:

“autônomo, competitivo, **empreendedor**, criativo, esforçado, tendo o trabalho como valor central de sua existência, o self-made-man por excelência do credo norte-americano.”¹⁸³

E para completar, o neoliberalismo colocou, de forma impositiva, sobre os ombros dos indivíduos a responsabilidade exclusiva pelos resultados de suas vidas, ignorando quaisquer outras variáveis, ao enfatizar que “*o mundo não deve nada a ninguém*” – assim vociferava Margareth Thatcher.

Dentro dessa lógica (cruel), o progresso e o fracasso das pessoas são vistos como diretamente proporcionais aos talentos, às habilidades e ao esforço de cada um, independentemente do contexto.

O local que abriga esse personagem central do neoliberalismo é o “mercado” e seus pressupostos, que deixa de ser um espaço de relação e de trocas e passa a ser, de forma exagerada, um *ente abstrato* legal, frio e destituído dos aspectos afetivos da natureza humana – sentimentos, expectativas, esperanças, ..., e anseios. Um local de encontro de indivíduos juridicamente iguais e autônomos, capazes de firmar contratos que não interessam a mais ninguém, à exceção das partes diretamente envolvidas.

¹⁸¹ – KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 444. [grifos nosso]

¹⁸² – BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit., p. 26.

¹⁸³ – Ibid., p. 26.

Um modelo de relações sociais baseado na competição e na busca de realização individual. Sendo assim, o mercado recompensa o mérito, a capacidade, a coragem de correr riscos, a sorte e o sucesso dos indivíduos empreendedores por meio de, além do reconhecimento público, remunerações, lucros, ganhos de capital e dividendos. Para uns mais, para outros menos. Os “prêmios” diferem porque o desempenho difere.

Pressupõe-se que o mercado funcione como um mecanismo alocador de recursos e recompensas, na medida em que deve refletir a distribuição diferenciada de capacidade e talentos, em oposição à estratificação que ocorria em virtude dos privilégios hereditários e corporativos.

Na “perspectiva” neoliberal, a esfera pública deve ser gerida, predominantemente, por uma lógica de custos e benefícios em detrimento de uma solidariedade social.

Porém,

“É importante entender que essas lógicas não estavam inteiramente ausentes no Estado do bem-estar. A diferença é o peso paradigmático atribuído pelo neoliberalismo aos critérios meritocráticos. No Estado do bem-estar, a preocupação com políticas sociais e a noção de responsabilidade social pelo destino dos contemporâneos são a admissão implícita de que outras variáveis além do desempenho individual influenciam no resultado e no progresso dos indivíduos. Cabe em parte à sociedade a responsabilidade de regular a maneira desigual com que as variáveis históricas afetam os resultados individuais.”¹⁸⁴

É importante reafirmar também que apesar do valor facultado ao empreendedorismo ter surgido no bojo do paradigma liberal do século XIX, com o neoliberalismo esse mesmo valor passa a ser exageradamente amplificado e levado às últimas conseqüências.

Empreendedorismo, terra, trabalho e capital são os quatro pilares de uma sociedade fundamentada na livre iniciativa.¹⁸⁵

¹⁸⁴ – Ibid., p. 27.

¹⁸⁵ – HOLT, David, *ENTREPRENEURSHIP*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992; LEITE, Emanuel, op. cit.

Assim criou-se um verdadeiro *modismo* ao divulgar a ideia de que qualquer um pode ser “patrão”. Passando um conceito – Empreendedorismo – que não revela as desigualdades nem os conflitos da sociedade e que associa a saída para a crise econômica à capacidade individual de resolver problemas. Aí, o problema sai da dimensão pública e vai para a privada.

E, certamente, essa estratégia de amplificar as ações empreendedoras – um verdadeiro *modismo* – é uma forma mais rápida de garantir empregabilidade para parcelas de trabalhadores sem condições de sobrevivência frente às mazelas neoliberais executadas, principalmente, pelos *killers* de plantão (*downsizing*, privatização de estatais,...). Uma *válvula de segurança* para a economia moderna, já que o progresso técnico inevitavelmente gera pouquíssimos empregos num quadro de aumento de produtividade, além do que, um problema que não será resolvido se deixado por conta apenas das “forças de mercado” – a julgar pelo que vem acontecendo em todo mundo. E assim, *falseando* alguns indicadores sociais.

Mas isso, infelizmente, tem feito com que alguns pensadores, erroneamente, passassem a confundir empreendedorismo com neoliberalismo. *Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa*. A questão é que, se existe uma “ideologia” empreendedora, esta é confundida, em meio a tantas “coincidências”, com a ideologia neoliberal. E por aqui, por exemplo, “aquela” chegou e “daquela” forma, como já vimos (na década de oitenta: tempos de redemocratização, “Nova República”, e com as esquerdas ocupando postos-chave na administração pública, ...), sob a égide da arrogância neoliberal misturada com um certo assistencialismo-clientelista (as *LBA*s da vida...).¹⁸⁶

¹⁸⁶ – Cabe notar que de 1987 até 1989, fui Diretor da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, SETAS-MG, e pude “assistir”, de camarote, e participar dos debates sobre o recente convênio com a alemã GTZ para utilização do Método CEFE, a partir do PRORENDA, em projetos de geração de emprego e renda em favelas de Belo Horizonte no denominado “Projeto GERAR”. Minha postura “esquerdista”, além da de vários colegas, só me fez enxergar “neoliberalismos” por detrás das ações daqueles alemães (embora já nutrisse uma certa curiosidade sobre o tema e inclusive, só não fui participante da primeira turma de um primeiro TOT – *Training of Trainers* – do Método CEFE na América Latina, ocorrido no Uruguai em Março/89 porque era um Diretor).

O problema é que, aqueles gestores, professores, intelectuais e ativistas (notadamente os *nossos*), deixaram de conhecer e vislumbrar o viés libertador no *homo imprehendedor* que se confunde, no nosso caso, com aqueles *microempresários-de-si-próprio*. E, sendo assim, muita oportunidade se perde, ainda.

O neoliberalismo, como ideologia dominante (atualmente nem tanto, são tantas as *outras vias* que têm surgido por aí...), funciona como um mecanismo reverberador que incentiva e fomenta a carreira empreendedora, através dos negócios próprios e do auto-emprego, mas dentro de sua lógica e dentro de seus pressupostos. E para isso, conta com muitos fãs e admiradores *herodianizados*, além de diversas instituições que impõem aqueles valores preconizados pelo modelo neoliberal mundo afora.

Mas mesmo nos *quintais* norte-americanos percebe-se hoje, no geral, um franco movimento crítico ao modelo e a essa imposição, meio *brega* até, do *american-way-of-life*. Uma, meio às avessas, através da profusão da literatura de auto-ajuda que comprova uma certa falência do culto exagerado do *self*. Fato esse que faz-nos constatar uma proliferação de indivíduos *cavernais* e *cruelmente acabados*, como nos *explicou* Hans Freyer anteriormente. Outra, mais direta, e até por ironia, através da literatura popular – os *cartoons* – e principalmente do cinema e da TV, que têm sido protagonistas importantes nessa cruzada. E como exemplos emblemáticos destes, os seriados “Os Simpsons”, “Malcolm in the middle”, “Titus” e “South Park”, dispensam comentários.

III.2: A PERSPECTIVA ECONÔMICA

Bruce A. Kichhoff inicia uma discussão sobre o tema colocando o empreendedorismo como o principal meio para se responder às duas principais questões da teoria econômica com relação à sociedade:

“Economic theory is concerned with two major questions about society: How does a society create new wealth? Without new wealth, as population increases, per-capita wealth declines. Thus, any society that wants to improve its standard of living must find ways to continuously increase its overall wealth.

How does a society distribute wealth among its members? Unless there is some form of equitable wealth distribution, less fortunate members of the society will be dissatisfied, and the society will not be stable.

Obviously, wealth creation and distribution are fundamental to social progress. And, entrepreneurship is a major mechanism for ensuring both wealth creation and distribution.”¹⁸⁷

Essa é a *perspectiva* que aponta a perspectiva econômica acerca do empreendedorismo: **criar e distribuir riquezas**.

Não entraremos no mérito aqui, e nem temos a pretensão, de criar uma “teoria econômica do empreendedorismo”. Mas sim, e em linhas gerais, perceber através de seus principais pensadores e suas formulações, como os economistas entendiam o “fenômeno” empreendedorismo.

Antes, é importante frisar que, até a segunda metade do século XX, as ciências gerenciais, enquanto tal, não existiam. Então quem “falasse” de comércio, de empresas, criação de novos empreendimentos, desenvolvimento e gerenciamento de negócios, era rotulado de “economista”. Foi assim com Richard Cantillon e com Jean-Baptiste Say, os primeiros a usar o termo *entrepreneur*, como já vimos. Daí, uma crença generalizada de que o empreendedorismo surgiu só das ciências econômicas. Contudo, a teoria econômica forneceu uma base para um pensamento sistematizado e uma definição do empreendedorismo que ressalta com especial importância o tema.

A “Classical Capitalism Economic Theory”, principalmente após as formulações de Adam Smith em “A Riqueza das Nações”, praticamente “desova” (*spawned*) o empreendedorismo¹⁸⁸. Na medida em que ela passa a se interessar, primordialmente, na compreensão do papel do *entrepreneur* como motor do sistema econômico. E, em linhas gerais, a partir desse ponto de vista, os economistas viam os empreendedores como detetores de oportunidades de negócios, criadores de empreendimentos e aqueles que corriam riscos.¹⁸⁹

Com o surgimento da “Neoclassical Theory”, capitaneada pelas formulações de Walras e Marshall na segunda metade do século XIX:

“Following Sir Issac Newton’s development of logical and mathematical analysis, Leon Walras (in 1874) and Alfred Marshall (in 1890)

¹⁸⁷ – KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 445.

¹⁸⁸ – Ibid., pp. 445/446

¹⁸⁹ – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, op. cit. p. 7.

separately developed similar models of capitalist economics that incorporate a rigorous logical framework and provide a foundation for mathematical description. The key component of this theory is the specification that markets consist of many buyers and many sellers who interact so as to ensure that supply equals demand. When supply equals demand, the market is said to be in 'equilibrium'. Equilibrium is achieved by fluctuations on prices. (...) Economists call neoclassical markets 'perfectly competitive', meaning that such markets perfectly match the theoretical definition. (...)

Perfect competition is the mathematically precise, theoretical model of equilibrium markets.”¹⁹⁰

Sendo assim, praticamente o termo *entrepreneur* é deletado deste corpo teórico.¹⁹¹ E, com a recusa em aceitar elementos não quantificáveis e isentos de racionalidade do complexo comportamento dos empreendedores, daí, como decorrência,

“Os empreendedores são pouco citados em economia, mas aparecem muito pouco – às vezes nem aparecem – nos modelos clássicos de desenvolvimento econômico. Onde aparecem são representados por uma função.”¹⁹²

Entretanto, e como já dissemos anteriormente também, foi o economista Joseph Alois Schumpeter quem realmente lançou o campo do empreendedorismo – “Schumpeter’s Reaffirmation of the Entrepreneur”¹⁹³ –, associando-o claramente à inovação¹⁹⁴.

¹⁹⁰ - KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., pp: 446/447.

¹⁹¹ - Ibid., p. 446/448.

¹⁹² - FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, op. cit. p. 7.

¹⁹³ - KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 449/451.

¹⁹⁴ - Schumpeter admitia textualmente que a parte mais importante de seu trabalho era transmitir aos anglo-saxões o universo dos empreendedores como descrito por Jean-Baptiste Say. In SCHUMPETER, Joseph A., *HISTORY OF ECONOMIC ANALYSIS*, op. cit.

Joseph Schumpeter, dono de uma vasta erudição foi um economista singular. E, para sintetizar sua genialidade e versatilidade:

“Existiram muitos Schumpeters: o brilhante enfant terrible da Escola Austríaca que, antes de completar trinta anos, havia escrito dois livros extraordinários; o jovem causídico que chegou a advogar no Cairo; o criador de cavalos; o Ministro da Fazenda na Áustria; o filósofo social e profeta do desenvolvimento capitalista; o historiador das doutrinas econômicas; o teórico de Economia que preconizava o uso de métodos e instrumentos mais exatos de raciocínio; o professor de Economia.”¹⁹⁵

Joseph Schumpeter contestava a “ausência” do empreendedorismo no modelo neoclássico. Ele vislumbrava o empreendedorismo como parte do capitalismo por demais importante para ser ignorada pelo motivo de que a predisposição para empreender – “achieving predictability” – carecia da lógica e do rigor das modelagens matemáticas. E ele apresentava seus argumentos em termos especulativos. Afirmava que o *entrepreneur* através da inovação criava e distribuía riqueza. E discordava da teoria neoclássica, principalmente, no tocante à distribuição das riquezas. Para ele, o “neoclassical perfect markets” com muitos compradores e vendedores, além de não ter o “equilibrium” preconizado, não existe; e o conceito de “free exchange” não é real. O que existe é um “chaotic markets” promovido pela presença do *entrepreneur*.¹⁹⁶

“The two theories defy systematic comparison. Neoclassical theory depicts the market as ‘static’, with changes occurring only as movement from one equilibrium condition to another. In Schumpeter’s theory the market is ‘dynamic’, depending upon continuous changes in buyer and supplier behavior.”¹⁹⁷

¹⁹⁵ – Depoimento de Paul Samuelson na Introdução de SCHUMPETER, Joseph A., TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO, op. cit., p. 5.

¹⁹⁶ – KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 450.

¹⁹⁷ – Ibid., p. 451.

O equilíbrio estacionário deve dar lugar ao desequilíbrio dinâmico provocado pelo *entrepreneur*.

Para Schumpeter:

“A essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades no âmbito dos negócios (...) sempre tem a ver com criar uma nova forma de uso dos recursos nacionais, em que eles sejam deslocados de seu emprego tradicional e sujeitos a novas combinações.”¹⁹⁸

Para ele, a trajetória econômica do capitalismo é descrita como um “fluxo circular” cuja tendência é o equilíbrio. Sendo assim, o desenvolvimento econômico só ocorre no momento em que há uma

“mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.”¹⁹⁹

E para ele, assim era a “figura” do *entrepreneur*:

“... na vida econômica, deve-se agir sem resolver todos os detalhes do que deve ser feito. Aqui, o sucesso depende da intuição, da capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não possa ser comprovado, e de se perceber o fato essencial, deixando de lado o perfunctório, mesmo que não se possa demonstrar os princípios que nortearam a ação.”²⁰⁰

E sua motivação, para ele, assim era atribuída:

¹⁹⁸ - SCHUMPETER, Joseph A., apud FILION, Louis Jacques, EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS, op. cit., p. 7.

¹⁹⁹ - SCHUMPETER, Joseph A., TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO, op. cit., p. 75.

²⁰⁰ - Ibid., p. 92.

“Antes de tudo, há o sonho e o desejo de fundar um reino privado, e comumente, embora não necessariamente, também uma dinastia. (...) Há então o desejo de conquistar: o impulso para lutar, para provar-se superior aos outros, de ter sucesso em nome não de seus frutos, mas do próprio sucesso. (...) Finalmente há a alegria de criar, de fazer as coisas, ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade.”²⁰¹

Para Schumpeter, a relação entre inovação, a criação de novos mercados e a ação empreendedora, está claramente descrita quando ele nos diz que:

“É, contudo, o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores, se necessário, são por eles ‘educados’; eles são, por assim dizer, ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir.”²⁰²

Daí, a contribuição do *entrepreneur* para o processo de desenvolvimento da economia capitalista, segundo a teoria *schumpeteriana*, envolve a capacidade de promoção do que se denominou “**destruição criativa**” – a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos –, ou seja, um processo capaz de introduzir o novo e gerar riquezas para um país.

“Schumpeter derived his theory of creative destruction through observations of the real world during the first half of the twentieth century, but it is still evident in the United States. Examples are easy to find in the highly innovative computer markets. Apple Computer Company brought the microcomputer to markets that were dominated by a few manufacturers of minicomputers and mainframes. Within 15 years the structure of these markets was irrevocably changed. Minicomputer companies such as Digital Equipment Company and Data General Corporation have declined. Prime Computer was acquired, and Wang Computer experienced severe financial difficulties

²⁰¹ – Ibid., pp: 98/99.

²⁰² – Ibid, p. 71.

and emerged as a shadow of its former self. Still others have disappeared. (...)

Schumpeter's theory of creative destruction, with innovative entrepreneurs as central actors in creating market chaos, stands in sharp contrast to neoclassical theory, with its systematically operating markets with passive reactive buyers and sellers responding to price fluctuations to adjust demand and supply and achieve equilibrium."²⁰³

Alguns espaços passíveis de inovação, considerados por Schumpeter, foram: o produto, a produção, a comercialização/distribuição, o mercado, os componentes/suprimentos e o espaço da gestão organizacional.

O primeiro refere-se à descoberta de um novo bem ou uma nova qualidade para um produto ou serviço. Em relação à produção, fala-se, nesse caso, da introdução de um novo método capaz de revolucionar o processo produtivo; em relação à distribuição, de algo capaz de promover uma maior aproximação dos consumidores em relação aos produtos ou serviços. Quanto ao mercado, o empreendedor deverá ser capaz de descobrir um novo nicho, bem como uma nova fonte de componente de fabricação de um produto ou serviço. E, em relação à gestão, cabe ao indivíduo empreendedor encontrar uma nova forma de organização do negócio, capaz de assegurar sua manutenção e crescimento.

Portanto, para Schumpeter, o entrepreneur tem a função de realizar novas combinações nos canais de produção, tendo como resultado a constituição de um “novo” empreendimento.

“Mas, qualquer que seja o tipo, alguém só é um empreendedor quando efetivamente ‘levar a cabo novas combinações’, e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios.”²⁰⁴

Ainda para Schumpeter, é essencialmente a capacidade de implementação das novas possibilidades de combinação que destaca o

²⁰³ – KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 450/451.

²⁰⁴ – SCHUMPETER, Joseph A., TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO, op. cit., p. 86.

entrepreneur enquanto uma categoria especial, que assegura o desenvolvimento econômico. Este difere do crescimento econômico, pautado no aumento populacional e da riqueza sem que haja mudanças qualitativas no processo de produção.

“Nem será designado aqui como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza. Por isso não suscita nenhum fenômeno qualitativamente novo, mas apenas processos de adaptação da mesma espécie que as mudanças nos dados naturais. Como desejamos dirigir nossa atenção para outros fenômenos, consideramos tais incrementos como mudanças nos dados.”²⁰⁵

O grande mérito de Joseph Schumpeter foi que com suas especulações, elegantes e extremamente provocativas, ele colocou o entrepreneur, enquanto um ente econômico inovador, no centro das discussões acerca do desenvolvimento econômico e social.

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, com o surgimento de forças políticas mais conservadoras nos Estados Unidos e na Europa (leia-se neoliberalismo), emerge uma sólida ênfase na responsabilidade, autoconfiança e crescente reconhecimento da necessidade de que o setor privado tenha uma participação mais proeminente no crescimento da economia.

Em 1979 o economista David Birch causou furor no establishment econômico norte-americano²⁰⁶ ao publicar o resultado de uma ampla pesquisa²⁰⁷ nos arquivos de todas as empresas americanas sobre os níveis de contratação e demissão de 1969 à 1976. Seu trabalho concluiu que as pequenas empresas – aquelas com no máximo 100 empregados – foram

²⁰⁵ – Ibid., p. 74.

²⁰⁶ – KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 453.

²⁰⁷ – BIRCH, David L., *THE CONTRIBUTION OF SMALL ENTERPRISE TO GROWTH AND EMPLOYMENT*, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1979.

responsáveis pela criação de 81% dos novos empregos líquidos – “net new jobs”²⁰⁸ – nos Estados Unidos.

A descoberta de Birch evidenciou a condição de vetor de crescimento econômico extremamente relevante para as pequenas empresas. E, desde então, a criação de *novos empregos líquidos* passou a ser aceita como medida de crescimento econômico.²⁰⁹

“Birch’s work was largely discounted by mainstream economists at the time because it is counter to the conclusions reached using methods derived from neoclassical theory. But economists who replicated his work in the United States and other nations have verified his conclusions.”²¹⁰

A partir de então, vários trabalhos com levantamentos estatísticos, tomando por base o de David Birch, foram feitos por vários pesquisadores e várias instituições. Destas, a mais importante, sem dúvida, foi a da U. S. Small Business Administration (*SBA*) que utilizou arquivos de todas as empresas de 1976 a 1990 e chegou à mesma conclusão de David Birch, embora com mais detalhes e refinamentos estatísticos. Ela, por exemplo, verificou que durante períodos de recessão econômica (1981-82, 1989-90) e logo após cada recessão (1977-78, 1983-84), as pequenas empresas demonstraram uma contribuição substancial aos níveis de criação de *novos empregos líquidos*. Por outro lado, em períodos de expansão econômica após uma recessão (1979-80, 1985-88), os níveis de contribuição das pequenas empresas para a criação de *novos empregos líquidos* decaíam.²¹¹

Além de por em cheque a “general equilibrium theory” do modelo neoclássico, a consequência mais importante da descoberta de Birch foi que o *entrepreneur*, proprietário ou operador de pequena empresa, enfim teve um merecido reconhecimento por parte das Ciências Econômicas. Agora as

²⁰⁸ – *NET NEW JOBS* é definido como o total de novos empregos subtraídos do total de empregos perdidos no mesmo período. BIRCH, David L., op. cit., p. 17.

²⁰⁹ – David Birch aprofundou sua descoberta e em 1987 publicou sua obra que, inclusive, se tornou uma referência, *JOB CREATION IN AMERICA*, The Free Press, New York.

²¹⁰ – KIRCHHOFF, Bruce A., op. cit., p. 454.

²¹¹ – *Ibid*, p. 454

evidências não vinham mais através das “especulações” de Schumpeter e de seus seguidores. Elas vinham através de números, dados e análises estatísticas. “Coisas” extremamente mensuráveis, como queriam os economistas. Por outro lado, reforçou também as posições de Schumpeter ao descrever o funcionamento global da economia através de sua, original, “destruição criativa”:

“These impact of these findings on neoclassical economic theory (and general equilibrium theory) is profound. First, the results provide convincing evidence that economies of scale do not dominate economic growth since small firms, not large firms, create most of the growth. Second, it suggests that Schumpeter’s theory of creative destruction offers a better description of the overall economy. These findings cast doubt on neoclassical theory as an appropriate model for American capitalism. Without economies of scale and with entrepreneurial suppliers as active participants in the economy, general equilibrium theory is without a solid foundation and without predictive powers.

Since 1979 the job creation research has made entrepreneurs into heroes:

Entrepreneurs are the creators of wealth through innovation.

Entrepreneurs are the center of job and economic growth.

Entrepreneurs provide a mechanism of wealth distribution that depends on innovation, hard work, and risk taking. This is widely respected as an appropriate basis for wealth distribution. Thus, entrepreneurs provide a ‘fair and equitable’ method of wealth redistribution.”²¹²

Agora, e finalmente, já se pode falar em uma “Emerging Theory of Entrepreneurship Economics”²¹³ que busca explicar as diferenças de sucesso no processo de desenvolvimento econômico na contribuição da ação do homem por cujos talentos e habilidades, recursos como terra, capital, trabalho e tecnologia, são convertidos em rentáveis empreendimentos. Ou seja, a ação do *entrepreneur*.

²¹² – Ibid., p. 455.

²¹³ – Ibid., p. 456.

Portanto, e em suma, na linguagem dos economistas, a ação empreendedora envolve um conjunto de aptidões como capacidade de inovação, capacidade para assumir riscos e controlar as situações de uma empresa e confiança nas próprias habilidades para enfrentar imprevistos e situações adversas.²¹⁴

A partir de então, as teorias econômicas têm sustentado o papel do *entrepreneur* como componente vital do processo de crescimento econômico. E, atualmente, o planejamento de estratégias de desenvolvimento de uma nação, ou de uma região, invariavelmente, enfatiza a promoção da ação empreendedora. Tal ação, na perspectiva econômica – muito em função da “descoberta” de David Birch –, tanto em países desenvolvidos, como em países em desenvolvimento, tem sido relacionada com a criação de pequenas empresas – o *habitat* natural e preferencial do *entrepreneur*.

O *small business* é o meio, por excelência, pelo qual pessoas de diferentes estilos de vida, especialmente aquelas com recursos financeiros limitados, alguma experiência técnica e escassa experiência gerencial, buscam o progresso econômico e a realização pessoal. Mas principalmente, na ótica dos economistas, pessoas que consideram ter os elementos essenciais para iniciar um negócio. Sendo, o principal deles, o conhecimento e a familiaridade com o processo de produção ou comercialização de algum bem ou serviço, aliados a alguma competência técnica ou profissional específica. A disponibilidade de algum capital, de mão-de-obra e a percepção da demanda de mercado por produtos/serviço são outros fatores que também estimulam um indivíduo a optar pela ação empreendedora.

Por fim, tem sido demonstrado também que a mera existência de capital, na forma de dinheiro ou tecnologia, inclusive a disponibilidade de programas de apoio financeiro para a criação de negócios e oportunidades no meio econômico, entretanto, não são suficientes para motivar pessoas para a ação empreendedora e menos ainda para possibilitar o sucesso da iniciativa. Além das variáveis externas, um conjunto de variáveis internas do indivíduo determinam, não só a opção, como as chances de sucesso da ação empreendedora. Assim, como os economistas têm estudado a influência da ação individual empreendedora no processo econômico, cientistas

²¹⁴ – KIRTCHHOFF, Bruce, *ENTREPRENEURSHIP AND DYNAMIC CAPITALISM*, Quorum Books, Westport, 1994.

comportamentais – principalmente os psicólogos – vêm pesquisando, há várias décadas, quais as motivações, valores e traços de personalidade que caracterizam o indivíduo empreendedor. E isso, é o que veremos a seguir.

III.3: A PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL

A palavra *entrepreneur* não só deve ser lembrada por sua designação de correr riscos, inovação, e, muito menos pela capacidade de *empresariar*, ganhar dinheiro ou tornar-se rico. Ela simboliza muito mais do que isso. Significa a atitude psicológica materializada pelo desejo de iniciar, desenvolver e concretizar um projeto, um sonho. Significa *ser* empreendedor.

Diante desta perspectiva, reafirmamos que o Empreendedorismo é algo que transcende o campo dos negócios e da economia.

A ênfase é que não se traduza *entrepreneur* por empresário e, sim, por empreendedor. Este tem que se lançar em coisas que ainda estão embaçadas, usando a sua sensibilidade, criatividade e arriscando. E, por outro lado, não é preciso montar uma empresa para empreender. O que se deve ter são atitudes que tornem uma pessoa empreendedora.

Enfim,

“Atitude é um sistema duradouro de avaliações positivas e negativas, sentimentos emocionais e tendências pró ou contra, com respeito a um objeto social.”²¹⁵

Atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais, ou mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido ao entorno de nosso meio.²¹⁶

Há várias décadas que os empreendedores vêm sendo descritos como indivíduos internamente motivados para agir de forma empreendedora – mais auto-confiantes e mais desejosos de independência e autonomia –, que pessoas não empreendedoras. Também como pessoas que possuem forte predisposição pessoal para o progresso e como sendo menos permeáveis a atitudes fatalistas sobre o futuro e sobre as próprias condições para enfrentar

²¹⁵ – KRECH, D., *INDIVIDUAL IN SOCIETY*, apud FRETZEN, Silvino José, *JANELA DE JOHARI*, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2000, p. 47.

²¹⁶ – FREEDMAN, J. L., *PSICOLOGIA SOCIAL*, Editora Cultrix, São Paulo, 1997; FRETZEN, Silvino José, op. cit.

os fatores adversos do meio. Tendem a acreditar na capacidade do ser humano em forjar o próprio destino e melhorar o ambiente externo e a encarar situações difíceis como desafios. Portanto, agem de maneira oposta à conduta típica de pessoas que agarram-se à crença de não poderem controlar seus destinos e que asseguram-se psicologicamente contra as experiências de fracasso optando pela negação da responsabilidade pessoal, pela passividade e pelo embotamento da criatividade.

Enquanto as pessoas em geral e, especificamente, os teóricos e pesquisadores do desenvolvimento econômico, delineavam um perfil comportamental dos empreendedores a partir de observações da conduta e das conseqüências da conduta desses indivíduos, cientistas da linha comportamentalista realizaram numerosos estudos e experimentos para definir cientificamente as diferenças comportamentais entre empreendedores e não empreendedores. Deve haver centenas de estudos sobre o perfil psicológico que resultaram em uma lista de dezenas de traços que o caracterizam. Entretanto, os estudos mais conhecidos e mais aceitos foram realizados pelo psicólogo norte-americano e professor da *Harvard University* David McClelland e seus colaboradores.

McClelland então, por curiosidade intelectual (e da mesma forma que vários outros pesquisadores, políticos, gestores etc.), buscou respostas para as seguintes questões:

“Quais os principais fatores que possibilitam a formação de empreendedores?” e “Por que a população de alguns países parece ter uma maior incidência de conduta empreendedora?”²¹⁷

Na busca de respostas, realizou estudos e pesquisas, vários, e constatou, por exemplo, que a família é um dos fatores mais decisivos na formação de indivíduos empreendedores. Ambientes familiares encorajam a emergência de empreendedores e, especialmente, famílias que estimulam a independência e a autonomia de seus membros. Passou a examinar a literatura popular, de vários países e regiões, em distintas etapas da história na busca de “imaginação de êxito” que, nessas lendas, estava marcada pela quantidade e a força das referências a:

²¹⁷ – Manual CEFE, GTZ / CENTRO CAPE, Belo Horizonte, 1999, p. 17.

“ganhos únicos, competência com níveis auto-impostos de excelência, participação a longo prazo e desejo de êxito em competição com os demais.”²¹⁸

E passou a pontuar tais incidências nas lendas e em seguida a buscar indicadores de rápido crescimento econômico. Em seguida ele passou a estudar história das grandes civilizações na tentativa de encontrar uma analogia nos valores da história recente, trabalho esse que redundou na sua mais importante obra, “The Achieving Society”.

Em “Achieving Society” ele também identificou a presença de heróis na literatura como um elemento fundamental.

“As gerações seguintes tomariam esses heróis como modelos e tenderiam a imitá-los em seu comportamento. Os heróis superavam obstáculos e estendiam o limite do possível. Segundo McClelland, o povo treinado sob tal influência desenvolvia grande necessidade de realização e associava essa necessidade aos empreendedores.”²¹⁹

Com isso ele deu por respondida as duas questões anteriores que o perseguiam ao constatar que não havia necessidade de converter uma dada sociedade para o protestantismo para promover a formação de indivíduos empreendedores e, através da ação destes, um conseqüente desenvolvimento empresarial. Concluiu que existem sistemas de valores que estimulam o desenvolvimento econômico. E, o mais importante, estes valores podem ser promovidos por sociedades que almejam o desenvolvimento econômico.²²⁰

Em suma, David McClelland descreveu o empreendedor, fundamentalmente, por sua estrutura motivacional. E ele corroborou, tal suposição, por muitas pesquisas e experimentos que utilizaram um teste de avaliação motivacional – o TAT (*Thematic Aperception Test*) – além de testes de resolução de problemas e, nesses trabalhos, o indivíduo

²¹⁸ – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA, op. cit.

²¹⁹ – FILION, Louis Jacques, EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS, op. cit. p. 8.

²²⁰ – MCCLELLAND, David, ENTREPRENEURSHIP AND ACHIEVEMENT MOTIVATION: APPROACHES TO THE SCIENCE OF SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT, op. cit.

empreendedor se mostrou com uma estrutura motivacional diferenciada pela presença marcante de uma necessidade específica: a necessidade de realização. Para ele, a necessidade de realização – “*achieving*” – era a “*força motriz da ação empreendedora*”.²²¹

Mas, como se comportam as pessoas que buscam satisfação para a intensa necessidade de realização?

Para McClelland, a necessidade de realização impele o indivíduo a buscar objetivos que envolvam atividades desafiantes, com uma acentuada preocupação em fazer bem e melhor o que não é determinado apenas pelas possíveis recompensas em prestígio e dinheiro. Pessoas movidas pela necessidade de realização, canalizam muita energia para o aperfeiçoamento e o progresso constantes em seus desempenhos e realizações. Gostam de resolver problemas que signifiquem um desafio para as próprias capacidades e cuja resolução produza sentimentos de competência pessoal.²²²

Um aspecto fundamental que caracteriza a atitude de pessoas motivadas pela necessidade de realização diante de novas tarefas e resolução de problemas, para McClelland, é o sentimento quanto as próprias possibilidades de êxito. Enquanto algumas pessoas são dominadas pelo medo do fracasso e, como consequência, podem ficar paralisadas diante de um problema ou passar a responsabilidade da solução para os outros, os indivíduos mobilizados pela necessidade de realização tendem a fazer cálculos informais de suas chances de sucesso ou de fracasso e entusiasma-se por tarefas onde prevêem boas possibilidades de êxito bem como de tarefas onde o sucesso eventual possa ser atribuído fundamentalmente a seus esforços e capacidades.²²³

Com a investigação sistemática, conduzida por McClelland e seus colaboradores, da atitude típica das pessoas movidas por intensa necessidade de realização, foi possível a identificação e a descrição das tendências de ação diante de realização de tarefas, resolução de problemas, estabelecimento de objetivos e formulação de estratégias que as distinguem

²²¹ – McCLELLAND, David, THE ACHIEVING SOCIETY, op. cit., McCLELLAND, David, ENTREPRENEURSHIP AND ACHIEVEMENT MOTIVATION: APROACHES TO THE SCIENCE OF SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT, op. cit.

²²² – McCLELLAND, David, THE ACHIEVING SOCIETY, op. cit.

²²³ – McCLELLAND, David, ENTREPRENEURSHIP AND ACHIEVEMENT MOTIVATION: APROACHES TO THE SCIENCE OF SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT, op. cit.

de indivíduos não empreendedores, e portanto, com menor necessidade de realização.

Em 1983, McClelland coordenou um trabalho arrojado de pesquisa financiado pela USAID junto a empresários de três países: Índia, Malawi e Equador. O estudo sugeriu que havia uma grande quantidade de características associadas ao êxito. Sendo que tais características estavam concentradas em três grupos principais: o primeiro com características relacionadas à necessidade de realização, como persistência, compromisso com um contrato de trabalho, exigência por qualidade e assumir riscos calculados; o segundo grupo estava composto por características de planejamento, como fixação de objetivos, planejamento e controle sistemáticos e busca de informação; enquanto o terceiro se relacionava com características associadas ao poder, integrado por persuasão, geração de redes e autoconfiança.²²⁴

Após a identificação destas características se criava uma proposta de capacitação para mostrar tais características aos empresários. Depois as características foram melhor organizadas, agrupadas e redundaram no que é conhecida como PECs – *Personal Entrepreneurship Characteristics* (“características pessoais empreendedoras”) e trata-se do *fiio-condutor* de muitas sessões de treinamento e capacitação para a formação de empreendedores, em várias metodologias.

Pode-se dizer que David McClelland foi um causador de polêmicas em função da premissa básica de sua teoria de que os adultos poderiam adquirir tais características a partir de treinamentos. Seus métodos, embora rigorosamente científicos, causaram (e ainda causam) muito furor no meio acadêmico.

Primeiro entre seus pares, os psicólogos, que naquela época, a maioria era pessimista com relação à mudança da personalidade e muitos poucos acreditavam que esta poderia ser alterada depois da infância.²²⁵

Depois entre os profissionais das Ciências Gerenciais que questionavam a validade da hipótese de que somente pessoas com certas características, as PECs, poderiam ter empreendimentos de sucesso ou dirigir de forma independente empresas de sua propriedade. Afirmavam, a

²²⁴ – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA, op. cit.

²²⁵ – Ibid.

maioria, que tais características se apreendem na prática da atividade empresarial. Por exemplo, para Allan Gibb, professor da Faculdade de Administração da Universidade de Durhan, no Reino Unido, levar adiante uma capacitação para motivação do êxito como módulo separado para empresários era artificial porque, a totalidade do programa de capacitação deveria estar orientada para a apreensão e desenvolvimento das técnicas necessárias para triunfar nos negócios.²²⁶

Outro fato polêmico foi a sua concentração, nas pesquisas efetuadas, em gerentes de grandes organizações e que por isso, não havia condições de conectar a necessidade de auto-realização e a decisão de lançar, possuir ou até mesmo gerenciar um negócio – premissas básicas do empreendedorismo. Ainda, a sua fixação na necessidade de realização a despeito por exemplo da necessidade de poder, embora identificada por ele mas não muito trabalhada em seus experimentos.²²⁷

É importante assinalar também que ele não definia empreendedores da mesma forma que o encontrado na literatura sobre o assunto. Sua definição era a seguinte:

Um empreendedor é alguém que exerce controle sobre uma produção que não seja só para seu consumo pessoal. De acordo com a minha definição, um executivo em uma unidade produtora de aço na União Soviética é um empreendedor.²²⁸

A despeito de todas essas polêmicas ressaltamos a importância de David McClelland para o desenvolvimento do campo de estudos do empreendedorismo e, principalmente, o seu pioneirismo na formulação de programas de treinamento e capacitação para a formação de empreendedores.

A partir de David McClelland, tem sido através de estratégias de mudanças de atitudes que muitos programas de formação de empre-

²²⁶ – Ibid.

²²⁷ – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEADORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS-GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, op. cit.; DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit.

²²⁸ – McCLELLAND, David, *THE ACHIEVING SOCIETY*, op. cit., p. 65. (É importante ressaltar que tal definição foi publicada em 1961, ano em que a Guerra Fria atingia seu ápice, por isso é de se imaginar a polêmica causada)

endedores são montados. Bem como, uma profunda reflexão acerca da problemática que envolve o estudo da medida das atitudes e comportamento dos empreendedores tem sido também o eixo central de pesquisas sobre o processo de criação de empresas. A análise do processo de criação de empresas é normalmente baseada em estudos que envolvem atitudes. Determinar que atitudes e comportamentos são praticados pelos empreendedores tem sido uma variável relevante para os vários pesquisadores sobre o tema.

Mas, por outro lado, é importante salientar que as atitudes em si, não fazem de um empreendedor um empresário. Para tanto, é necessário, além do desejo, da auto-estima e do autoconhecimento, por exemplo, a ideia de um negócio lucrativo, um produto certo, adequado a um mercado que as outras empresas não estavam preparadas para atender. É necessário também, ter acesso a capital e a outros bens de produção, contatos pessoais e tempo suficiente para a implementação e realização de seu sonho, além de, é claro, competências essenciais para geri-lo e poder competir. Aqui evidencia-se uma grande diferença entre as perspectivas econômica e a comportamental mas, fica claro também uma outra “perspectiva”, a de complementariedade. E esta, ficará clara e de forma bem evidente nos vários métodos de formação de empreendedores.

Muito em função da polêmica provocada por McClelland e seus “programas de formação de empreendedores” que se restringiam, basicamente, a módulos independentes para fomentar a “necessidade de realização” em executivos, várias questões, com o passar do tempo, vieram a tona. Destas, as mais relevantes foram: O que um programa de formação empreendedora deveria conter? Quais cursos deveriam ser ministrados? Como esses cursos deveriam ser ministrados? Na busca de respostas, vários pesquisadores e professores além de inúmeras instituições e organizações partiram para colocar em prática seus “experimentos”, principalmente a partir de meados da década de 80.

Entretanto percebeu-se, na prática de tais experimentos, diferenças consideráveis nos métodos operacionais de gerentes e empreendedores e, como decorrência, a formação tanto de um quanto de outro, exigiam desenhos diferentes, métodos educacionais e de treinamento diferentes.

Para Filion, o quadro abaixo sintetiza os estudos efetuados e suas revelações.

Diferença nos sistemas de atividades de gerentes e empreendedores²²⁹

GERENTES	EMPREENDEDORES
Trabalham com a eficiência e o uso efetivo dos recursos para atingir metas e objetivos	Estabelecem uma visão e objetivos e identificam os recursos para torná-los realidade
A chave é adaptar-se às mudanças	A chave é iniciar as mudanças
O padrão de trabalho implica análise racional	O padrão de trabalho implica imaginação e criatividade
Operam dentro da estrutura de trabalho existente	Definem tarefas e funções que criem uma estrutura de trabalho
Trabalho centrado em processos que levem em consideração o meio em que ele se desenvolve	Trabalho centrado na criação de processos resultantes de uma visão diferenciada do meio

Em suma, a forma de atuação do empreendedor é essencialmente proativa, já que ele identifica coisas novas que deverá aprender, tendo em vista as coisas novas que deseja realizar. Daí, a forma de aprendizagem parece ser tão importante quanto o que deve ser aprendido.

“No treinamento para as atividades empresariais, pode-se dizer que ‘o frasco’ é mais importante que o conteúdo. Para um empreendedor, a coisa mais importante é estar num processo dinâmico de aprendizagem em que possa continuar a aprender indefinidamente.”²³⁰

²²⁹ – in FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEDORISMO E GERENCIAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS PORÉM COMPLEMENTARES*, RAE Light, V. 7, n. 3, pp:02/07, Julho/Setembro 2000, p. 3. E, para maior aprofundamento ver FILION, Louis Jacques, *DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS GERENCIAIS DE EMPREENDEDORES E OPERADORES DE PEQUENOS NEGÓCIOS*, op. cit.

²³⁰ – FILION, Louis Jacques, *O PLANEJAMENTO DE SEU SISTEMA DE APRENDIZAGEM EMPRESARIAL: IDENTIFIQUE UMA VISÃO E AVALIE O SEU SISTEMA DE RELAÇÕES*, Revista de Administração de Empresas, São Paulo, V. 31, n. 3, pp. 63-71, Julho/Setembro 1991, p. 64. Sobre isso, Marshall MacLuhan dizia que “o meio é a mensagem”.

O que se percebe é que com muita frequência programas de empreendedorismo e pequenos negócios assumem uma perspectiva puramente gerencial.²³¹ Em alguns casos, cursos de gerenciamento já existentes são incluídos em programas de empreendedorismo ou de pequenos negócios sem nenhum cuidado em adaptá-los para refletir o contexto do empreendedorismo ou dos pequenos negócios. No nosso entendimento, o que os empreendedores fazem está intimamente ligado à maneira como interpretam o que está ocorrendo em um setor em particular do meio que o circunda.

“Na educação geral, o que normalmente se enfatiza é a aquisição de conhecimento, enquanto, na educação gerencial, é a aquisição de know-how e, na educação empreendedora, a aquisição de autoconhecimento.”²³²

Para Filion, fica claro portanto, que quando se fala de noções de gerenciamento e de noções de empreendedorismo, de uma maneira geral, o gerenciamento é associado à racionalidade e o empreendedorismo, à intuição, embora, em ambos os casos, esses atributos devam ser considerados predominantes, em vez de exclusivos. Atividades empreendedoras requerem estruturas de trabalho sistêmicas que incluem conceitos, mas seu foco recai sobre a aquisição de autoconhecimento. E nelas, repetindo (e enfatizando!), “o fracasso” parece ser mais importante do que seu conteúdo e deve ser permitido também ao *candidato* a empreendedor estabelecer seu próprio método de aprendizagem, no sentido da “visão” identificada, para que ele o possa continuar utilizando no futuro. Atividades gerenciais, por outro lado, também requerem elementos de intuição e de imaginação, mas seu foco cairá sobre a aquisição de *know-how*. No entanto, as atividades conceituais e as habilidades dos dois grupos são diferentes. Dessa forma, seus requisitos educacionais também deveriam ser diferentes, porém complementares.²³³

²³¹ – Como exemplo desses aqui no Brasil temos o “clássico” TGB (*Treinamento Gerencial Básico*) difundido pela Rede SEBRAE.

²³² – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEADORISMO E GERENCIAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS PORÉM COMPLEMENTARES*, op. cit., p. 4/5.

²³³ – FILION, Louis Jacques, *EMPREENDEADORISMO E GERENCIAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS PORÉM COMPLEMENTARES*, op. cit.

Vejamos agora dois dos mais significativos métodos de formação de empreendedores – o *Visionário* de Filion e o CEFE – e sendo que todos os dois têm fortes ligações aqui em *terra brasilis* na medida em que dão continuidade às duas *veredas* do início de nossa *travessia* e, portanto, serão de muita utilidade para os nossos propósitos.

III.3.1: O processo visionário do empreendedor

Louis Jacques Filion com o objetivo de conhecer o funcionamento dos mecanismos da “visão” do empreendedor, desenvolveu uma pesquisa, na Europa e no Canadá, com 51 empresários de pequenas empresas, para examinar a maneira como os mesmos atuavam. Daí, ele propôs as bases teóricas de um sistema de aprendizagem àqueles que pretendem se tornar um empresário empreendedor.²³⁴

Diferentemente de outras metodologias, ele se preocupou basicamente com o sistema de atividades do empreendedor. Buscou respostas, através das pesquisas, estudando como o empreendedor desenvolve seu trabalho e, a sua definição de empreendedor e seu conceito de “visão”, vistos anteriormente, é que norteiam o seu “processo visionário”.

A visão é uma ideia ou um conjunto de ideias e objetivos (imagens) que se quer atingir no futuro. Ele apresenta três categorias de visão: as emergentes (primária), as centrais e as complementares.

As **visões emergentes** resultam de ideias acerca de produtos e/ou serviços imaginados pelo empreendedor antes do início de um novo negócio. De um processo de seleção particular entre as visões emergentes, resulta a escolha de uma em particular que fornecerá ao empreendedor um ponto de referência para focalizar suas ideias. Nesse estágio, o empreendedor tem apenas uma imagem pouco nítida do formato final que terá seu empreendimento. Ele normalmente se “inspira” com um *insight* súbito sobre

²³⁴ – Comunicação apresentada na “Terceira Conferência Canadense de Estudos Empresariais”, Universidade de Calgary, 28 a 30 de setembro de 1989 e depois aqui traduzida como: FILION, Louis Jacques, O PLANEJAMENTO DO SEU SISTEMA DE APRENDIZAGEM EMPRESARIAL: IDENTIFIQUE UMA VISÃO E AVALIE O SEU SISTEMA DE RELAÇÕES, Revista de Administração de Empresas, v. 33, n. 3, pp: 63/71, jul./set. 1991; a pesquisa que redundou e corroborou esse sistema de aprendizagem foi também, por aqui traduzida como: FILION, Louis Jacques, VISÃO E RELAÇÕES: ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR, op. cit.

alguma característica do produto e/ou serviço, que o torna especial ao atender a alguma necessidade de mercado, sem saber ainda se a ideia é economicamente viável ou onde encontrar os recursos para financiá-la.

A **visão central** resulta de uma única visão emergente ou da combinação de várias visões emergentes. Ela ainda se divide em duas componentes, uma externa, ou seja, o lugar que se quer ver ocupado pelo produto ou serviço no mercado, e outra interna, o tipo de organização do qual se tem necessidade para alcançá-lo. A esta altura, o empreendedor já passou tempo suficiente preparando um “plano de negócios” ou mesmo realizando a sua visão para que conheça alguns dos fatores de custos, mercado potencial, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças envolvidas. Nesse estágio, a ideia evoluiu até tornar-se um escopo claro de atuação. A capacidade de produção ou de prestação de serviço foi estabelecida, as fontes de apoio financeiro foram negociadas e os protótipos e operações de pré-lançamento já foram testados e aprovados. Ou seja, os aspectos característicos da visão central – tanto interno quanto externo –, devem expressar algo realista, viável e acreditável do espaço que o empreendedor deseja que seus produtos ocupem no mercado e do tipo de organização para se chegar lá.

As **visões complementares** estão relacionadas com aspectos gerenciais do novo negócio para sustentar a visão central. Uma visão central raramente continuará a se desenvolver além de um certo ponto, se não tiver esse apoio das visões complementares. Essas atividades de gestão ou “refinamentos operacionais” podem incluir, por exemplo, melhorias de logística, inovações do tipo *learn-by-doing*, melhorias de produto, segmentação do mercado e ajustes da estrutura da empresa.

“As três categorias de visões interagem entre si intensamente. Para evoluir de uma categoria para outra, o empreendedor precisa de um alto nível de articulação pessoal, coerência e tenacidade, todos eles fatores importantes para o sucesso ou o fracasso de sua estratégia.”²³⁵

De acordo com os resultados apresentados pela pesquisa de Filion, muitos empreendedores não têm sucesso porque não distinguem entre uma *ideia de negócio* e uma *oportunidade de negócio*. Muitas visões

²³⁵ – Ibid., p. 56.

emergentes levaram pessoas erradas a liderarem o negócio errado num contexto de mercado inadequado. Uma oportunidade é uma ideia de negócio nas mãos de alguém capaz de identificar os recursos para implementá-la com sucesso e fazê-la prosperar.

“Oportunidade é uma idéia que está vinculada a um produto ou serviço que agrega valor ao seu consumidor, seja através da inovação ou da diferenciação. Ela tem algo de novo e atende a uma demanda dos clientes, representando um nicho de mercado. Ela é atrativa, ou seja, tem potencial para gerar lucros, surge em um momento adequado em relação a quem irá aproveitá-la – o que a torna pessoal – é durável e baseia-se em necessidades insatisfeitas.”²³⁶

Mas como identificar tais peculiaridades ou ainda, além de perceber a oportunidade, como visualizar uma organização para lutar por ela? Filion respondeu a questão incorporando cinco elementos que sustentam a visão, cada um deles influenciando os demais e vice-versa. Assim, visões empreendedoras podem estar mais ou menos inclinadas ao sucesso, dependendo de cinco fatores básicos: a) *Weltanschauung*²³⁷; b) a qualidade e quantidade de pontos na rede de relações pessoais que ele mantém; c) o conhecimento do setor; d) a energia pessoal que ele está disposto a dedicar ao projeto; e) sua capacidade de liderança.

Weltanschauung

Weltanschauung é o prisma através do qual o indivíduo enxerga o mundo real. Para Filion a imagem que o empreendedor tem de si mesmo e do mundo ao redor influenciará diretamente na capacidade que ele terá de criar produtos e serviços que sejam o reflexo do que ele sabe. E, *weberianamente*, aqui estão contidos os valores de cada um, sua forma de

²³⁶ – DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit., p. 87.

²³⁷ – Traduz-se como **visão de mundo** mas para a literatura corrente o adotado é **conceito de si**. Aqui vê-se o “dedo” de Max Weber, e o próprio Filion admite isso, conforme nota do Editor, tanto em *O PLANEJAMENTO DO SEU SISTEMA DE APRENDIZAGEM EMPRESARIAL: IDENTIFIQUE UMA VISÃO E AVALIE O SEU SISTEMA DE RELAÇÕES*, op. cit., p. 65, e *VISÃO E RELAÇÕES: ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR*, op. cit., p. 56.

ver o mundo, a motivação, atitudes, humor, intenções. Como tal, não é fixo, sendo continuamente reformulado em função do contexto que o indivíduo opera ou decide operar, ou seja, pode variar em função das relações que estabelece, do trabalho que desenvolve, da visão que constrói do mundo afetivo, ..., suas conquistas e fracassos. Este é um dos pontos mais fundamentais da teoria de Filion, é a base com a qual se desenvolve o processo de criação da visão do empreendedor. Uma parte significativa da sua metodologia de aprendizagem de empreendedorismo consiste exatamente em fazer com que os estudantes ganhem consciência de que as empresas que eles vão criar **serão necessariamente uma extensão do que eles são** enquanto seres humanos. Segundo Filion, projetamos o futuro baseados no que somos e em como percebemos o mundo. Portanto, é necessário conhecer a si mesmo a fim de saber que tipo de negócio se é capaz de criar e manter. Enquanto empreendedor, o indivíduo deve perguntar-se constantemente o que ele acha interessante em uma determinada área de negócios e porque ele pode fazer essa atividade melhor do que os outros. Esse será o seu diferencial.

Rede de Relações

Para Filion, a rede de relações, aparentemente, é o fator mais decisivo para explicar a evolução da visão. A interação entre todos os cinco fatores é importante para condicionar o processo visionário; entretanto, resultados de sua pesquisa apontam a capacidade de construir e manter redes de relações pessoais como um dos itens de maior importância. Segundo Filion, os círculos familiares, que ele chama de “relações primárias”, é um ambiente de motivação crucial para os empreendedores. A maioria dos empreendedores entrevistados durante a pesquisa demonstrou algum tipo de contexto familiar na sua infância que condicionou a decisão de empreender. A família segue sendo uma das fontes primárias de conselhos sobre o desenvolvimento da visão empreendedora ao longo de todo o ciclo de empreendedorismo. As “relações secundárias” são também de grande importância. Amigos próximos, membros de um clube ou uma sociedade, fornecedores, clientes fiéis, são exemplos de contribuintes vitais para a visão empreendedora. Por fim, as “relações terciárias” não se constituem necessariamente de outras pessoas, mas também de livros, revistas especializadas, viagens, feiras e congressos.

Conhecimento do Setor

Filion detectou que encontrar uma oportunidade de negócios e desenvolver uma visão depende muito do grau de conhecimento que o empreendedor detém sobre um determinado mercado. Conhecer o setor significa entender a maneira como estão organizadas as empresas competidoras, quais são os procedimentos negociais envolvidos, quem são os clientes, como eles se comportam e qual é o seu potencial de compra, quais são os fatores críticos de sucesso no setor e como aumentar as vantagens competitivas da empresa. O empreendedor deve entender da tecnologia envolvida, da cadeia de fornecedores, expectativas de mercado de médio e longo prazo, aspectos legais do negócio e perfil das pessoas a serem contratadas ou associadas. Muitas entrevistas com empreendedores revelaram que a *intuição* e não o *conhecimento* foi o fator chave para o sucesso do negócio. Embora essa “capacidade de intuição” esteja diretamente relacionada com quanto tempo o empreendedor passou *conhecendo* aspectos vitais do setor.

Outros Fatores que Influenciam o Processo Visionário

A *liderança* e a *energia* pessoal são dois outros fatores críticos apresentados pelo modelo de Filion. A sua importância para o sucesso de uma empresa é facilmente perceptível: sem a habilidade de influenciar pessoas e motivá-las, “contaminando-as” com suas ideias, o empreendedor certamente não obterá bons resultados. A liderança é, assim, um elemento comumente encontrado em empreendedores de sucesso. Por outro lado, se um empreendedor não é capaz de dedicar muito do seu tempo e concentração ao desenvolvimento da visão, é pouco provável que ela se realize. Sabe-se quão intensa é a energia pessoal que empreendedores de sucesso dedicam às suas ideias; mesmo quando têm de trabalhar à noite e durante os finais de semana enquanto dedicam os seus dias a outros empregos. Empreendedores devem estar apaixonados pelo que eles estão prestes a criar se o empreendimento espera chances mínimas de êxito. Quando estudantes são apresentados à metodologia de aprendizado de empreendedorismo, é preciso que se deixe claro que ser o próprio chefe normalmente significa o sacrifício de muito do seu tempo livre e contato com família e amigos.

Enfim,

“Os elementos essenciais parecem ser o desenvolvimento da imaginação e da criatividade, bem como a habilidade de canalizar energia para os objetivos que o empreendedor quer atingir.”²³⁸

Mais a frente veremos que as ideias acima apresentadas por Filion têm sido um “pano de fundo” para o aprendizado de empreendedorismo em várias instituições de ensino superior no Brasil. Usando a metodologia sugerida por Louis Jacques Filion – “o processo visionário de Filion” –, ou a partir dela, os estudantes são preparados para soltar a sua energia criativa e identificar oportunidades de negócio em qualquer que seja o seu campo de estudo. Obviamente que alguns obstáculos, e algumas experiências bem sucedidas, têm sido apresentados ante a difusão do empreendedorismo nesse meio, mas isso veremos depois.

III.3.2: O Método CEFE ²³⁹

O Método CEFE, *Creation of Enterprises, Formation of Entrepreneurs* (Criação de Empresas e Formação de Empresários²⁴⁰), foi criado no início da década de 80 pela GTZ, *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) subordinada ao Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha, por

²³⁸ – FILION, Louis Jacques, VISÃO E RELAÇÕES: ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR, op. cit, p. 61.

²³⁹ – A redação deste tema foi adaptada a partir de vários artigos, trabalhos e informações disponibilizados nos sites [www.gtz.de/cefe], alguns traduzidos do alemão por Ebehart Baerenz, outros já disponibilizados em inglês, português ou espanhol, e [www.centrocape.org.br]. Também várias versões do Manual CEFE, a de 1989 em espanhol publicada pela *ong* uruguaia FUNDASOL; a de 1991, o primeiro publicado no Brasil pela *ong* CENTRO CAPE, GTZ e LUSOCONSULT; e a de 1999, do CENTRO CAPE (quando, finalmente, fiz o TOT). Além de, GOMES, Rosemary, MELLO, Ricardo, SILVEIRA, Caio Márcio, *METODOLOGIAS DE CAPACITAÇÃO, CEFE – GESPAR – CAPACITAÇÃO MASSIVA*, op. cit.

²⁴⁰ – Essa denominação foi usada pela primeira vez já em abril de 1989 no Programa de Colombo (Sri-Lanka), in [www.gtz.de/cefe], e aqui vê-se a predominância da “perspectiva” econômica, naquela época, ao se traduzir, por aqui, *Entrepreneur* por Empresário. Foi assim que ele chegou ao Brasil.

iniciativa de Jim Tomecko e Rainer Kolshorn em um projeto de melhoria urbana na cidade de Bakhtapur, cidade histórica e patrimônio da humanidade, no Nepal.

Após alguns anos ficou evidente que era preciso promover o desenvolvimento sócio-econômico da população local, muito pobre, para que a própria cidade viesse a ter condições de realizar a manutenção necessária das melhorias realizadas pelo projeto.

Foi estruturado então um novo componente naquele programa de desenvolvimento urbano, de geração de emprego e renda, o Projeto de Promoção de Pequenos Negócios (SBPP – *Small Business Promotion Project*), com o modelo de Criação de Novos Negócios (*New Business Creation*), que incluía também uma linha de financiamento em que a concessão do crédito dependia da análise e aprovação do projeto de negócio realizada pelos analistas financeiros dos bancos. E muitas vezes projetos “pré-fabricados” foram apresentados e devolvidos, uns sem a mínima noção do candidato ao crédito sobre o conteúdo e os compromissos financeiros envolvidos, outros devido à falta de viabilidade econômica do negócio proposto.

Daí, a equipe do SBPP decidiu dar condições aos futuros pequenos empresários de elaborarem eles mesmos um projeto viável. Foi desenvolvido então um modelo de treinamento e assessoria objetivando especificamente a criação de negócios, o NBCP (*New Business Creation Program*). O programa teve como primeira atividade um curso de quatro semanas de treinamento de treinadores (TOT – *Training of Trainers*).

Na elaboração do modelo, Tomecko e Kolshorn basearam-se nos resultados de pesquisas realizadas por várias universidades de renome e, particularmente, na teoria e nos trabalhos de David McClelland sobre comportamento empreendedor²⁴¹. Eles procuraram utilizar instrumentos, a partir das *PECs* e dos testes *TAT* de McClelland, que além de desenvolver a

²⁴¹ – Além da equipe da GTZ que trabalhou no Nepal (Rainer Kolshorn, Jim Tomecko, Ebehart Baerenz, Devi Gynwali, Deepak Adhikari e Ed Canella), o modelo construído contou também com a assistência e a assessoria do escritório da *McClelland & Associados* (que na época desenvolvia trabalhos e pesquisa com o TAT, *Thematic Aperception Test*, na Índia, Indonésia, Nepal, Malásia e Filipinas) além da consultoria de professores e pesquisadores como Allan Gibb, Malcom Harper, Nagen Singh, Angie Resurrection e Patsy Diaz. *In* [www.gtz.de/cefe].

capacidade empreendedora, trabalhasse outros fatores críticos como a capacidade de promover, sustentar e expandir o negócio²⁴². Optaram então por tornar o treinamento altamente participativo, com estruturação de situações de simulação do dia-a-dia de uma empresa e trabalhos de campo, para que o participante realmente elaborasse o próprio projeto de negócio, ao final do curso, a partir das próprias capacidades.

O primeiro curso de criação de pequenos negócios, de aproximadamente quatro semanas, em que o participante estruturava um projeto de negócio, foi realizado no início de 1984. E a partir de então o Modelo CEFE passou a ser desenvolvido em projetos de estímulo a pequenos negócios, em países da África e da Ásia. Utilizando modelos de gestão do mundo capitalista e aplicando indicadores econômicos para avaliar seu impacto, com a ideia básica de que a ação de indivíduos empreendedores com competência pessoal para transformar ideias de negócios em empresas lucrativas gera crescimento econômico e desenvolvimento social para o país. Porém, que fique claro, que com isso o CEFE não pretende equiparar desenvolvimento com sucesso empresarial ou capitalismo.

Com o passar do tempo o modelo CEFE que tem por base o desenvolvimento e o fortalecimento da competência empreendedora, evoluiu de um método de capacitação de pessoas que desejavam iniciar um negócio próprio para se transformar em uma metodologia baseada em um modelo para gerar comportamentos e aptidões com iniciativas frente a várias situações. Tornando-se CEFE, *Competence Based Economies through Formation of Entrepreneurs* (Competência Econômica através da Formação de Empreendedores), um conjunto de instrumentos de capacitação para as áreas gerencial e comportamental, que utiliza um sistema orientado para a ação e métodos de aprendizagem com o objetivo de desenvolver e melhorar a administração de empresas e as competências pessoais de grupos, principalmente para a geração de emprego e o desenvolvimento econômico. A suposição fundamental é a de que pessoas com uma visão mais clara de seus objetivos e com especialização para alcançá-los têm muito mais probabilidade de serem produtivos na sociedade.

Para tanto, envolve a possibilidade de habilitar indivíduos com vistas a desenvolver posturas empreendedoras usando: desenvolvimento próprio

²⁴² – É importante salientar que dentre os vários consultores contratados para a construção final do modelo estavam alguns dos críticos aos inúmeros trabalhos apresentados por McClelland, como o professor Allan Gibb.

através de auto-análise; desenvolvimento de capacidades através de técnicas de negócio, conhecimento geral e administrativo; e o desenvolvimento do meio em que vivem, estruturando instituições e organizações.

A partir de 1989, o modelo CEFE tem passado por diversas adaptações, sendo utilizado em vários países no bojo de projetos de estímulo a pequenos negócios e em programas de desenvolvimento econômico.

Quando falamos em *modelo* CEFE estamos nos referindo a um amplo leque de elementos e instrumentos usados em programas de desenvolvimento econômico pela GTZ, do qual a capacitação na metodologia CEFE é o fio condutor²⁴³. Com a difusão do CEFE para além dos parâmetros institucionais da GTZ, o conceito passou a ser fortemente identificado com a metodologia de capacitação empresarial, em detrimento dos demais aspectos do modelo, como assessoria, serviços de informação e crédito.

Segundo seus formuladores, o CEFE extrai elementos de diferentes teorias para propor um novo conceito de intervenção e fomento. As principais assertivas que nortearam a formulação do modelo são:

- “Trabalho é um direito humano e renda suficiente é uma necessidade básica;
- A iniciativa empresarial é o motor da economia;
- O indivíduo é o ator de suas atividades econômicas;
- O indivíduo possui competências que permitem um melhor resultado econômico;
- Programas de apoio devem ser participativos e não assistencialistas, respeitando a independência dos indivíduos.”²⁴⁴

Também como base teórica, a metodologia CEFE, enquanto *ferramenta* de intervenção, baseia-se na ideia de que o número de opções pessoais pode ser ampliado através do desenvolvimento das qualidades empreendedoras do indivíduo (ou ao “tornar as iniciativas aperfeiçoadas”, no dizer de Amartya Sen). E, em assim sendo, diminuindo o grau de incerteza inerente ao cotidiano empresarial. E, nesse sentido, os empreendedores

²⁴³ – Uma curiosidade, segundo Ebehart Baerenz, hoje o termo cefista, criado na ong mineira CENTRO CAPE em meados da década de 90, identifica todo aquele que utiliza do *modelo* como linha de ação programática, ao redor de todo o mundo. Sejam eles facilitadores, técnicos, gestores, consultores, etc.

²⁴⁴ – GOMES, Rosemary, MELLO, Ricardo, SILVEIRA, Caio Márcio, op. cit., p. 22.

podem aumentar a capacidade de reagir estrategicamente a qualquer situação dada, levando em conta sua própria visão pessoal.

O conceito de *empreendedor* então, nas formulações do Método CEFE, corresponde à ideia do indivíduo com forte predisposição pessoal para o progresso, com uma visão afirmativa sobre o futuro e sobre suas próprias condições para enfrentar os fatores adversos do meio. Isto significa acreditar na capacidade do ser humano forjar o próprio destino e melhorar o ambiente externo, encarando situações difíceis como desafios.

Em relação a modelos tradicionais de capacitação empresarial, os cursos CEFE apresentam dois aspectos inovadores principais: o método pedagógico e os objetivos de desenvolvimento comportamental.

O CEFE utiliza um método de aprendizagem vivencial e participativo que tem base na APA (Aprendizagem pela Ação / *Action Learning*). Nesta forma de aprendizagem, o treinando aprende pela participação em jogos e atividades estruturadas, denominadas *vivências*, onde são simuladas e dramatizadas diferentes situações-problema do dia-a-dia do empreendedor que exijam a tomada de decisões e a superação de obstáculos que evidenciam as formas de condutas produtivas e improdutivas utilizadas pelo indivíduo. O que é aprendido nessas atividades, vivenciando seus comportamentos diante de metas estabelecidas e internalizando a experiência vivida, é generalizado para a vida real.

A natureza comportamental do CEFE está nos objetivos de todas as atividades pedagógicas que visam desenvolver no treinando a conduta empreendedora. Esta se caracteriza por determinadas motivações, atitudes, formas de percepção e ação diante de resolução de problemas, aceitação de riscos, aproveitamento de oportunidades e experiências de fracasso.

A concepção do *aprender fazendo* é a valorização da experiência como ponto de partida para a prática pedagógica. Acredita-se que a prática é o espaço de domínio de todos e é onde se revelam os comportamentos, como expressão do saber de cada um. Trabalhar a prática seria mexer com comportamentos que permitem evidenciar concretamente as questões-problema.

O conceito de *aprender fazendo* é desenvolvido, no método CEFE, nas vivências. Elas têm como objetivo colocar as pessoas diante da resolução de tarefas/problemas coletivos ou individuais. Somente num segundo

momento, após a prática, toda a experiência é “processada”, evidenciando-se os pontos aprendidos. O aprendizado corresponde assim à prática refletida.

Naturalmente, o modelo CEFE de treinamento trabalha com a transmissão de conhecimentos, fórmulas e conceitos imprescindíveis à administração empresarial e pessoal. Entretanto, tais conhecimentos são instrumentos a serem utilizados no processo de tomada de decisões eficaz, por uma pessoa que percebe, pensa e age como empreendedor.

E, ao invés de instrutores, no sentido tradicional do termo, o método requer *facilitadores*, que não devem impor conhecimentos já elaborados, mas orientar os participantes para o processo de aprendizagem vivencial e coletivo. O “processamento” das experiências vividas nas atividades, conduzido pelos *facilitadores*, é um dos momentos mais importantes de cada atividade, de cada sessão de treinamento, na metodologia²⁴⁵.

É na figura do *facilitador* o centro onde se apoiam todos os méritos e riscos do uso de uma metodologia como o CEFE, com forte conteúdo lúdico e vivencial, que faz aflorar muitas emoções e conflitos, ao se buscar trabalhá-los para uma orientação empreendedora.

²⁴⁵ – O termo “processamento”, muito comum entre os *cefistas*, diz respeito à *chave* da aprendizagem dentro do Método CEFE e trata-se do momento seguido a cada atividade estruturada (normalmente um “jogo de empresa”) denominado de “Ciclo de Aprendizagem Vivencial”. Esse, referencia-se, além do velho ditado atribuído a Confúcio: “Ouço e esqueço; vejo e recordo; faço e compreendo”; na abordagem proposta por David Kolb e denominada “O Circuito de Kolb” em que a dinâmica de aprendizagem é representada por um circuito que passa por quatro estágios, sem ponto final: uma experiência vivencial concreta, fazendo algo (estágio I); uma etapa de observação e reflexão (estágio II); a atitude de refletir sobre o vivenciado que permitirá a elaboração de conceitos, abstrações e generalizações (estágio III); e, os conceitos apreendidos poderão ser testados através de uma experimentação ativa. No Método CEFE, o ciclo CAV toma a forma de cinco estágios, a partir do “Circuito de Kolb”: **Vivência** – o “jogo” em si: fazer, realizar, construir –; **Relato** – espaço para o grupo compartilhar reações e sentimentos –; **Processamento** – momento para avaliar o “jogo” e avaliar resultados –; **Generalização** – o grupo faz comparações e analogias com a realidade –; e, **Aplicação** – momento de se comprometer com mudanças e planejar comportamentos mais eficazes. [in, além do Manual *JOGOS DE EMPRESA E O CICLO DE APRENDIZAGEM VIVENCIAL*, Edições Centro CAPE, Belo Horizonte, 2002; Manual CEFE, op. cit.; GRAMIGNA, Maria Rita Miranda, *JOGOS DE EMPRESA E TÉCNICAS VIVENCIAIS*, MAKRON Books, São Paulo, 1993]

O *facilitador* deve ter maturidade e experiência suficiente em dinâmicas de grupo para arcar com essa responsabilidade, trabalhando os conflitos sempre com o grupo e não de forma individual. Deve, ainda, ser capaz de adaptar o seu estilo pessoal ao nível de discernimento dos participantes. Não se postula uma atitude de neutralidade amorfa, porém é requerida sensibilidade para o debate de temas específicos ou polêmicos, levando em conta que mesmo na posição de *facilitador*, e não como professor ou *expert*, não está descartada a diferença de papéis treinador-treinando durante a capacitação.²⁴⁶

Devido a prolongada aplicação do CEFE durante os últimos quinze anos em mais de sessenta países dos quatro continentes e o compromisso de observar o seu impacto, o método tem evoluído e vem se transformando em uma das ferramentas, reconhecidamente, de maior aprovação para oferecer a grupos marginalizados o estímulo a atitudes empreendedoras, à competências profissionais e promoção de pequenos negócios e ao desenvolvimento do meio em que vivem. Ainda com relação a flexibilidade e adaptabilidade aos diferentes públicos-alvo, o CEFE, além dos grupos preferenciais²⁴⁷, vem sendo utilizado nos diversos contextos e grupos sociais, tais como: prostitutas nas Filipinas, soldados desmobilizados em El Salvador, refugiados em Moçambique, ex-prisioneiros no Chile, *sem-terras* no Brasil, demissionários voluntários do setor estatal em vários países atingidos pelas mazelas neoliberais, graduados de universidades no Vietnã, *dekasseguis*

²⁴⁶ – Como se trata de uma metodologia alemã, a formação e o desenvolvimento de Facilitadores é bastante rigorosa, em tese, para os padrões brasileiros. Primeiro tem o repasse metodológico no curso “Jogos de Empresa” (48 horas), depois o TOT (84 horas) propriamente dito que perfazem um total de 132 horas de formação. Em seguida tem toda uma hierarquização assistida na prática com a metodologia, primeiro como Co-facilitador e depois como Facilitador de eventos CEFE, até que o candidato possa, após alguma experiência e avaliações positivas, conduzir eventos de repasse metodológico CEFE, o mais alto estágio. [*in*, além do Manual CEFE, op. cit.; *CEFE: A EXPERIÊNCIA DO CENTROCAPE E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL*, onde a formação e o desenvolvimento de um facilitador é explicitada em detalhes, documento disponível no site www.centrocape.org.br]

²⁴⁷ – candidatos a microcrédito, pescadores, artesãos, trabalhadores informais e formais dos setores urbano e rural, desempregados e favelados em geral, dentre outros, e todos com qualquer nível de escolaridade. É importante frisar que existem atividades específicas para se trabalhar até com grupos de analfabetos.

brasileiros no Japão, além de empregados de empresas privatizadas no Uzbequistão e na *ex*-Alemanha Oriental, somente a título de exemplo.

As atividades relacionadas à difusão em todo o mundo do conceito CEFE estão respaldadas pelo Ministério da Cooperação Econômica da Alemanha, através do projeto denominado *CEFE INTERNACIONAL*²⁴⁸, executado sob a coordenação da GTZ. Além do site www.gtz.de/cefe onde informações e notícias, contatos, debates e fóruns, cursos, seminários, livros e artigos, biblioteca virtual, *chats* e outras possibilidades *internéticas*; desde 1990, a GTZ publica num periódico bimestral, chamado *Brainstorm*, as atividades CEFE do mundo inteiro, que objetiva uma divulgação e uma comunicação internacional entre os vários programas que utilizam o modelo.

Como vimos no início de nossa travessia, o CEFE tem presença marcante aqui em *terra brasilis*. Mas deixaremos para mais a frente, quando analisarmos o empreender e o empreendedorismo na condição brasileira, para um aprofundamento maior do caso por aqui.

Já vimos alguns fundamentos teóricos que compõem as perspectivas ao entorno do Empreendedorismo além de modelos e processos de aprendizagem que visam a formação de empreendedores mas, por outro lado, resta-nos uma pergunta: existe algum meio ou modo de mensuração do “fenômeno” empreendedorismo, além da simples observação empírica no dia-a-dia por aí? Pois se podem dizer que determinadas culturas e sociedades são mais propensas a atitudes empreendedoras que outras, como essa afirmação, hoje, concretamente (e cientificamente) pode ser corroborada?

Certamente, o meio acadêmico já providenciou os meios e as formas para responder tais questionamentos. E é isso que veremos a seguir.

²⁴⁸ – O Certificado de conclusão do TOT é dado pelo *CEFE INTERNACIONAL* e é reconhecido mundialmente.

III.4: O GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR²⁴⁹

Em 1997, foi criado o Global Entrepreneurship Monitor – GEM²⁵⁰, como uma iniciativa de pesquisa consorciada entre o Babson College²⁵¹ e a London Business School²⁵² com amplo apoio do Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership ligado à Ewing Marion Kauffman Foundation²⁵³. Com o propósito de aproximar o que há de melhor nos meios acadêmicos e de pesquisa, na área de empreendedorismo no mundo além de, principalmente, investigar o intrincado e complexo relacionamento entre empreendedorismo e crescimento econômico.

Para efeito desse projeto, Empreendedorismo foi conceituado como:

“Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou novo empreendimento, como por exemplo a atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente, por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas.”²⁵⁴

E os dados foram organizados a partir de três fontes principais:

- a) Pesquisa de campo junto à população adulta;
- b) Entrevistas de profundidade com especialistas em empreendedorismo em cada país; e

²⁴⁹ – Para discorrer sobre esse assunto, adaptamos de um material intitulado “Sumário Executivo – GEM Internacional 2000”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná, IBQP-PR [www.ibqppr.org.br], disponibilizado, via e-mail, em Fevereiro/2001 pela Editoria da *Revista EMPREENDEDOR*, para um grupo de pesquisadores, do qual fiz parte, para que subsidiasse nossas opiniões na matéria produzida por Lúcio Lambranh, intitulada “Por um país empreendedor” e publicada, na mesma *EMPREENDEDOR*, no nº 80, Junho/2001, pp: 54-57. Bem como no relatório *EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001*, IBQP-PR, SEBRAE Nacional, disponível no site www.ibqppr.org.br, além, e principalmente, dos recentes “GEM 2002 – Executive Report” disponibilizado no site [www.emkf.org/gem2002] e “GEM – Empreendedorismo no Brasil – Relatório Global 2002”, publicado pelo IBQP-PR e a mim enviado pelo correio em Março/2003.

²⁵⁰ – Vide [www.gemconsortium.org].

²⁵¹ – Vide [www.babson.edu]

²⁵² – Vide [www.london.edu]

²⁵³ – Vide [www.emkf.org]

²⁵⁴ – “Sumário Executivo – GEM Internacional 2000”, op. cit., p. 6.

- c) Uma ampla seleção de dados oficiais padronizados.

O estudo partiu de três questões fundamentais que nortearam o desenho do modelo utilizado e todo o levantamento realizado:

- Existe variação do nível de atividade empreendedora entre os países, e em caso positivo, em que medida?
- O nível de atividade empreendedora afeta a taxa de crescimento econômico de um país?
- O que torna um país empreendedor?

A pretensão do GEM, ao abordar essas três questões, é a de procurar prover de argumentos para a realização de fóruns de debates sobre políticas públicas e desenvolvimento que possam dar novos rumos aos esforços despendidos no apoio e fomento da atividade empreendedora. Embora os países que participam do GEM apresentem diferenças marcantes, muitos enfrentam um desafio comum: o de facilitar a atividade empreendedora e, por consequência, o crescimento econômico nacional. Construído sobre uma estrutura sólida de pesquisa, o GEM propicia uma base de sólidos fundamentos para municiar o debate sobre o tema.

O modelo GEM fornece uma estrutura pela qual se pode avaliar as principais relações empíricas. A ideia central do modelo é que o crescimento econômico nacional depende de dois conjuntos paralelos de atividades interrelacionadas: as relacionadas a grandes empresas já estabelecidas e aquelas diretamente relacionadas com o processo empreendedor.

Com relação ao papel das grandes empresas já estabelecidas, fica claro que elas, que muitas vezes competem em escala global, constituem uma das principais contribuições para o crescimento e a prosperidade econômicos. Seu sucesso é determinado, em parte, pelo contexto nacional onde operam. Uma série de importantes projetos internacionais de pesquisa enfoca o papel dessas grandes empresas no crescimento econômico.

Entretanto, testes empíricos provaram, como já vimos, que a atividade transnacional entre as grandes empresas explica apenas parcialmente a variação em crescimento econômico. A ação empreendedora também parece ser responsável por uma parcela significativa das diferenças em prosperidade econômica existente entre os países.

Para o GEM, o crescimento econômico, no seu sentido mais verdadeiro, reflete os dois conjuntos de processos, apesar do mix de contribuições relativas variar nos diferentes países.

Ao se considerar a natureza da relação entre empreendedorismo e crescimento econômico, para o modelo GEM, é útil fazer uma distinção entre oportunidade e capacidade de empreendimento. O empreendedorismo é impulsionado pela percepção das oportunidades de empreendimento associada à capacidade e motivação para explorá-las. Quando as oportunidades se aliam à capacidade e à motivação, o resultado é a criação de novos empreendimentos e, inevitavelmente, a destruição de empresas existentes. As novas empresas, freqüentemente, substituem empresas ineficientes ou ultrapassadas. Esse processo de “destruição criativa”, conforme proposto, e já visto, por Schumpeter, é mostrado no modelo. Concordando com Schumpeter, para o modelo, apesar de sua conotação negativa, a destruição criativa tem um impacto positivo no crescimento econômico, à medida em que as empresas em declínio desaparecem e as novas empresas se inserem de maneira competitiva no mercado. Essas transações dinâmicas ocorrem num contexto muito particular, apresentado no modelo GEM como “Condições Estruturais de Empreendimento”, que inclui, entre tantas, as seguintes variáveis:

- a) Disponibilidade de financiamento;
- b) Políticas e programas governamentais projetados para dar apoio a novas empresas; e
- c) Educação e treinamento em empreendedorismo.

Uma contribuição fundamental do GEM é a compreensão de como o processo empreendedor funciona e como a sua contribuição ao crescimento econômico varia de país para país.

Com as primeiras pesquisas iniciadas em 1997 e publicadas em Junho de 1999, na sua fase inicial, o projeto teve a participação de 10 países. O Relatório GEM 1999 relaciona os países do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) mais a Dinamarca, Finlândia e Israel. Os resultados argumentaram que o empreendedorismo faz a grande diferença para a prosperidade econômica, e que um país sem altas taxas de criação de novas empresas corre o risco de estagnação econômica. Países que são capazes de renovar o estoque de empresas e empregos e têm a capacidade de acomodar a volatilidade e turbulência no setor empresarial estão em melhores condições de competir efetivamente.

As pesquisas do GEM revelaram que o empreendedorismo é o fator que mais contribui para o bem estar econômico de um país, tanto em termos de crescimento econômico como no que diz respeito à geração de empregos, sendo responsável aproximadamente por um terço das diferenças nas taxas de crescimento entre os países analisados.

Para o GEM 1999, entre os dez países analisados, Canadá, Estados Unidos e Israel estão experimentando o mais alto nível de atividade empreendedora – *TEA, Total Entrepreneurial Activity*²⁵⁵ –, seguidos de Itália e Inglaterra. Os países que têm os mais baixos *TEA* são Alemanha, Dinamarca, Finlândia, França e Japão.

Segundo o professor Paul Reynolds da *London Business School* e um dos Coordenadores do GEM,

“Esta pesquisa fornece evidências conclusivas de que a principal ação de qualquer governo para promover o crescimento econômico consiste em estimular e apoiar o empreendedorismo, que deve estar no topo das prioridades das políticas públicas. Em países onde tais políticas são mais efetivas, como os Estados Unidos, onde para cada doze pessoas é criada uma empresa, as perspectivas de crescimento econômico são significativamente maiores do que em países como a Finlândia, onde essa relação é de 67 pessoas para cada empresa.”²⁵⁶

²⁵⁵ – A taxa *TEA* (Taxa de Atividade Empreendedora Total) é considerada pelo GEM, como o principal indicador de empreendedorismo nos países, por combinar informações de “empresas nascentes” nos últimos doze meses – esse negócio pode ainda estar em processo de implantação, não representando fonte de remuneração para o proprietário ou empregados ou, caso esteja em funcionamento, deve, no máximo, ter remunerado alguém durante três meses – e de “novas empresas” – aquelas que vêm remunerando proprietários e/ou empregados até 42 meses. E, se para um determinado país ela tem um valor “*x*”, isso quer dizer que *x%* da “população economicamente ativa” daquele país está empreendendo. Em suma, ela indica a proporção de empreendedores, conforme a definição adotada pelo GEM, na população adulta.

²⁵⁶ – *apud* DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit., pp: 40/41.

Como “produto-final” do referido relatório o GEM apresentava uma série de recomendações para os países que buscam o desenvolvimento econômico que, em suma, apresentaremos alguns tópicos mais relevantes²⁵⁷:

- O apoio ao empreendedorismo e o aumento da dinâmica empreendedora de um país deveriam ser prioridades de qualquer política ou ação governamental que tenha por objetivo promover o desenvolvimento econômico.
- As habilidades e capacidades necessárias para criar uma empresa deveriam integrar os programas de ensino em todos os níveis: primeiro, segundo e terceiro graus.
- Independentemente do nível de ensino, a ênfase deve ser concentrada no desenvolvimento da capacidade individual de procurar e identificar novas oportunidades.

O Relatório GEM 1999 validou amplamente o arcabouço conceitual desenvolvido no lançamento do projeto. Como, desde a sua criação, o projeto foi concebido para transformar-se em um empreendimento perene e multinacional de longo prazo, o modelo foi mantido para o GEM 2000, GEM 2001 e GEM 2002 com a introdução de novas variáveis analíticas, apesar da quantidade de dados e suas análises ficarem mais complexas.

O GEM 2000 obteve a adesão de outros 10 países: Argentina, Austrália, Bélgica, Brasil, Coreia, Irlanda, Índia, Noruega, Cingapura e Suécia. No Brasil a coleta e análise dos dados foram coordenadas pelo IBQP-PR e patrocinadas pelo SEBRAE Nacional²⁵⁸. O Relatório GEM 2000 ampliou a base amostral em relação ao levantamento anterior, utilizou métodos sofisticados de pesquisa, incorporou também uma nova dimensão de grande importância para a análise feita, qual seja, uma avaliação do papel do capital de risco (*venture capital*) em cada um dos países participantes, além de aprofundar o “desenho” do perfil dos empreendedores introduzindo questões que os classificassem quanto ao gênero, idade, nível educacional e rendimento familiar.

O GEM 2000 apresentou como resultado o Brasil, **que em sua estreia obteve a mais alta TEA de 20,40** – que quer dizer que um em cada oito adultos estão empreendendo –, seguidos dos Estados Unidos (TEA de 16,58), Coreia (TEA de 16,34), Austrália (TEA de 15,18), Canadá (TEA de

²⁵⁷ – Adaptado de DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit.

²⁵⁸ – O “olhar” do GEM sobre o Brasil será tratado mais a frente com maiores detalhes.

12,22), Noruega (TEA de 11,86), Argentina (TEA de 9,22), Índia (TEA de 8,97). E os países que obtiveram os índices mais baixo foram: Cingapura (TEA de 4,22), seguidos da Bélgica (TEA de 4,80), da França (TEA de 5,62), Japão (TEA de 6,38), Suécia (TEA de 6,67), Irlanda (TEA de 6,85), Reino Unido (TEA de 6,91), Israel (TEA de 7,14), Dinamarca (TEA de 7,17), Itália (TEA de 7,33), Alemanha (TEA de 7,45) e Finlândia (TEA de 8,12).

O “produto-final” desse relatório, além dos citados anteriormente, incorpora novos princípios norteadores, muito em função dos novos países participantes da pesquisa, em suma²⁵⁹:

- Para garantir um efeito de longo prazo de maior impacto, deve-se procurar encorajar o envolvimento dos indivíduos com idade inferior a 25 anos e superior a 44 anos no processo empreendedor.
- Qualquer governo comprometido com o crescimento econômico sustentado deve assegurar que todos os aspectos que, de alguma forma, induzem ou apoiam a iniciativa empreendedora, estejam bem ajustados. Estão incluídos neste contexto a redução da carga tributária, as formas contratuais flexíveis ao trabalho, a redução dos encargos trabalhistas, a eliminação dos encargos e entraves burocráticos, e maior facilidade nas relações comerciais com entidades governamentais.
- É importante a adoção de políticas que facilitem o desenvolvimento de uma estrutura profissionalizada, de capital para investimentos de risco (*venture capital*) e a criação de incentivos para a atração do investidor privado individual, para que este seja compelido a se interessar por negócios nascentes.

É interessante assinalar que considerando a hipótese original da pesquisa, que afirma que o crescimento da atividade empreendedora impulsiona o crescimento econômico, o Brasil representou uma contradição: enquanto as taxas de empreendedorismo situam-se nos patamares mais altos, seu PIB é o penúltimo dos países pesquisados, sendo superior apenas ao PIB da Índia.²⁶⁰

²⁵⁹ – Adaptado de “Sumário Executivo – *GEM* Internacional 2000”, op. cit.

²⁶⁰ – O *GEM*, como era de se imaginar, tem explicação para essa “contradição”. A primeira é a de que o PIB brasileiro de 1999 para 2000 foi o sétimo em crescimento,

O GEM 2001, além dos anteriores, obteve a adesão de mais oito países – México, Rússia, África do Sul, Espanha, Polônia, Holanda, Hungria, Nova Zelândia –, e introduziu duas novas variáveis analíticas – *Opportunity-Based Entrepreneurial Activity by Country* (Taxa de Empreendedorismo por Oportunidade-TEO) e *Necessity-Based Entrepreneurial Activity by Country* (Taxa de Empreendedorismo por Necessidade-TEN) – para melhor mensurar a motivação empreendedora na verificação se esta decorre do aproveitamento de oportunidades de negócio ou se estão relacionadas à falta de opções no mercado de trabalho. Além de aprofundar também, através de novas questões nas pesquisas, no perfil das atividades.

O GEM 2001 apresentou como resultado o México (*TEA* de 18,7) em primeiro lugar, seguido da Austrália (*TEA* de 16,2), da Nova Zelândia (*TEA* de 15,6), da Coreia (*TEA* de 14,9), do Brasil (*TEA* de 14,2), da Irlanda (*TEA* de 12,1), Estados Unidos (*TEA* de 11,7), Hungria (*TEA* de 11,4), Índia (*TEA* de 11,3), Canadá (*TEA* de 11,0), Argentina (*TEA* de 10,5), Itália (*TEA* de 10,2), Polônia (*TEA* de 10,0), África do Sul (*TEA* de 9,4), Finlândia (*TEA* de 9,3), Noruega (*TEA* de 8,7), Dinamarca (*TEA* de 8,1), Espanha (*TEA* de 7,8), Reino Unido (*TEA* de 7,7), França (*TEA* de 7,2), Portugal (*TEA* de 7,1), Alemanha (*TEA* de 7,0), Rússia (*TEA* de 6,9), Suécia (*TEA* de 6,7), Holanda (*TEA* de 6,4), Israel (*TEA* de 6,0), Cingapura (*TEA* de 5,2), Japão (*TEA* de 5,1), e, em último lugar, Bélgica (*TEA* de 4,6).

Com relação às duas novas variáveis analíticas – TEO e TEN – o quadro final em 2001, ficou da seguinte forma:

Medida de atividade empreendedora por motivo, segundo países –
2001²⁶¹

PAÍSES	Taxa de Empreendedorismo por Oportunidade – TEO	Taxa de Empreendedorismo por Necessidade – TEN
	Valor	Posição

entre os países pesquisados. E a outra é a de que o Brasil, ao lado da Índia, tem uma economia predominantemente baseada na atividade agrícola, diferentemente, por exemplo, das economias orientadas para transações internacionais como a da Bélgica, Irlanda e Cingapura.

²⁶¹ – in EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit., p. 22.

Contribuição para um metamodelo empreendedor brasileiro

Índia	3,8	25 ^a	7,5	1 ^a
México	11,4	3 ^a	6,9	2 ^a
Brasil	8,5	6^a	5,7	3^a
Coreia	8,0	7 ^a	5,7	4 ^a
Polônia	4,7	23 ^a	5,0	5 ^a
Argentina	5,8	15 ^a	4,5	6 ^a
Hungria	7,9	8 ^a	3,4	7 ^a
Austrália	12,5	2 ^a	3,2	8 ^a
Canadá	7,6	11 ^a	3,0	9 ^a
África do Sul	6,0	14 ^a	2,9	10 ^a
Nova Zelândia	12,8	1 ^a	2,7	11 ^a
Itália	7,8	9 ^a	2,1	12 ^a
Irlanda	9,0	5 ^a	2,1	13 ^a
Espanha	5,5	17 ^a	2,0	14 ^a
Japão	2,3	28 ^a	1,9	15 ^a
Alemanha	4,8	22 ^a	1,9	16 ^a
Portugal	5,5	16 ^a	1,4	17 ^a
Reino Unido	5,0	20 ^a	1,4	18 ^a
França	3,8	26 ^a	1,3	19 ^a
Estados Unidos	10,4	4 ^a	1,2	20 ^a
Cingapura	4,0	24 ^a	1,2	21 ^a
Rússia	5,0	21 ^a	1,1	22 ^a
Bélgica	3,6	27 ^a	0,8	23 ^a
Suécia	5,5	18 ^a	0,8	24 ^a

Bezamat de Souza Neto

Finlândia	7,6	10 ^a	0,7	25 ^a
Israel	2,1	29 ^a	0,6	26 ^a
Dinamarca	6,7	13 ^a	0,4	27 ^a
Holanda	5,4	19 ^a	0,4	28 ^a
Noruega	7,4	12 ^a	0,2	29 ^a

Ressaltamos alguns resultados: a Índia que teve a mais alta TEN (7,5), e teve também uma das mais baixas TEO (3,8); o México que teve a segunda TEN (6,9) por sua vez teve também a terceira mais alta TEO (11,4); o Brasil teve a terceira TEN (5,7) e a sexta TEO (8,5); a Coreia teve a quarta TEN (5,7) e a sétima TEO (8,0). Por outro lado, a Noruega teve a mais baixa TEN (0,2) e a 12^a TEO (7,4); a Holanda teve a penúltima TEN (0,4) e a 19^a TEO (5,4); e os Estados Unidos teve a 20^a TEN (1,2) e a quarta TEO (10,4).

Ainda como “produto-final” desse relatório, além dos citados anteriormente (que são sempre reafirmados, de uma forma ou de outra, a cada novo relatório), foram incorporados *novos* princípios norteadores, em função dos “novos” resultados observados, em suma²⁶²:

- Educação e Capacitação Profissional: a formação empreendedora deve ser orientada por princípios éticos de responsabilidade e participação ativa na transformação e no desenvolvimento da cultura nacional, ao mesmo tempo em que promove o ensinamento dos conhecimentos e habilidades necessários para a prática empreendedora.
- Criando uma Cultura Empreendedora: para que a atividade empreendedora seja melhor compreendida e aceita como opção profissional respeitável e atraente pelos indivíduos e a sociedade em geral, é primordial trazer à consciência dos meios de comunicação a importância de promover de forma sistemática e apreciativa a imagem do empreendedor como elemento realizador, que cumpre um papel crítico na renovação e capacidade da adaptação da sociedade,

²⁶² – Adaptado de EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit.

contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do país. Estimular a maior presença e o envolvimento destes empreendedores em eventos de natureza cultural, educacional e de ação comunitária, humanizando e desmistificando o personagem.

- Acesso e Custo do Capital: Estimular o sistema bancário nacional a criar formas e fontes alternativas de financiamento e crédito para empresas nascentes e novas, tendo por orientação a política de tratamento diferenciado a cada categoria de investimento, fazendo uma necessária distinção, observando suas particularidades, entre *empreendedor por oportunidade* e *empreendedor por necessidade*. Estimular também e viabilizar a maior presença do investidor privado (*angel*), introduzindo aperfeiçoamentos na regulamentação e mecanismos de operação da atividade de capital de risco no país.

O recente GEM 2002, além dos anteriores (com a exceção de Portugal que não pode participar por motivos operacionais), obteve a adesão de mais nove países – China, Tailândia, Chile, Taiwan (Formosa), Suíça, Hong Kong, Croácia, Eslovênia e Islândia – e manteve a mesma sistemática da pesquisa mas introduzindo alguns “refinamentos” na busca de respostas para a motivação empreendedora (as taxas TEO e TEN) além de melhorar o “desenho” pretendido do perfil do empreendedor – introduzindo as variáveis TEO e TEN nas dimensões do perfil do empreendedor: gênero, idade, nível de escolaridade e renda familiar.

O GEM 2002 apresentou como resultado a Tailândia (*TEA* de 18,9) em primeiro lugar, seguida da Índia (*TEA* de 17,9), do Chile (*TEA* de 15,7), Coreia (*TEA* de 14,5), Argentina (*TEA* de 14,2), Nova Zelândia (*TEA* de 14,0), Brasil (*TEA* de 13,5), México (*TEA* de 12,4), China (*TEA* de 12,3), Islândia (*TEA* de 11,3), Estados Unidos (*TEA* de 10,5), Irlanda (*TEA* de 9,1), Canadá (*TEA* de 8,8), Noruega (*TEA* de 8,7), Austrália (*TEA* de 8,7), Suíça (*TEA* de 7,1), Israel (*TEA* de 7,1), Hungria (*TEA* de 6,6), África do Sul (*TEA* de 6,5), Dinamarca (*TEA* de 6,5), Cingapura (*TEA* de 5,9), Itália (*TEA* de 5,9), Reino Unido (*TEA* de 5,4), Alemanha (*TEA* de 5,2), Espanha (*TEA* de 4,6), Eslovênia (*TEA* de 4,6), Holanda (*TEA* de 4,6), Finlândia (*TEA* de 4,6),

Polônia (*TEA* de 4,4), Taiwan (*TEA* de 4,3), Suécia (*TEA* de 4,0), Croácia (*TEA* de 3,6), Hong Kong (*TEA* de 3,4), França (*TEA* de 3,2), Bélgica (*TEA* de 3,0), Rússia (*TEA* de 2,5), e em último lugar, Japão (*TEA* de 1,8).

Com relação à motivação empreendedora alguns refinamentos estatísticos foram introduzidos, como dissemos anteriormente, em função da gama de informações surgidas no relatório do ano anterior – algumas apontando inclusive para uma certa “contradição” – muitos questionamentos vieram à tona. Uma, de certa relevância, “incomodava” aos pesquisadores do GEM: “em que medida os tipos de empreendimentos por oportunidade e por necessidade se diferenciam?”. Ou melhor ainda: “o potencial de um empreendimento trazer uma contribuição substancial para a economia seria afetado, antes de tudo, pelo tipo de motivação presente no empreendedor no momento em que decide iniciar um negócio?”

Isso quer dizer que, se estariam os empreendedores motivados por necessidade, por exemplo, envolvidos apenas em iniciativas relativamente simples e em pequena escala, que oferecem para seus “fundadores-proprietários” pouco mais que um auto-emprego? Seriam, portanto, apenas os empreendedores motivados por oportunidade, a única fonte de fato de empreendimentos inovadores e de “alto impacto”?

Então para abordar essa questão de suma importância, a equipe de pesquisa do GEM 2002 comparou essas duas motivações juntamente com as quatro dimensões que, acredita-se, contribuam para a vitalidade das economias locais: 1) expectativa de geração de emprego; 2) perspectivas de exportação do produto para fora do país; 3) intenção de se replicar o negócio ou de se criar um novo nicho; e, 4) participação em um dos quatro setores de negócio.

Com relação aos anos anteriores em que a motivação empreendedora, tanto por oportunidade (TEO) quanto por necessidade (TEN), foi apresentada com um quadro que apontava as várias taxas, dessa vez, em função de as variáveis TEO e TEN *perpassar* por outras dimensões da pesquisa, o resultado foi apresentado na forma de gráficos sem a explicitação dos valores. E isso ocorreu tanto no relatório global “Executive Report – GEM 2002” como no relatório “Empreendedorismo no Brasil – GEM 2002”. Mas vamos nos ater ao que interessa, o seu resultado.

Em 2002, apenas três países apresentaram TEN maior que TEO: Brasil (que foi o **primeiro colocado**, para o “desespero” de muitos...), Argentina e Chile. A TEN oscilou entre 0,1 (França, a mais baixa) e 7,5 (Brasil, a mais

alta), sendo que, na maioria dos países (26, em um total de 37), ela foi inferior a 2. A TEO variou de 1,2 (Japão) a 15,3 (Tailândia), e o Brasil ficou em 16º lugar com 6.

Buscando construir um “retrato” do empreendedorismo mundial a partir do GEM 2002, os 37 países participantes reúnem 3,9 bilhões de pessoas – 62% da população mundial; nesses países, a população com 18 a 64 anos totaliza 2,4 bilhões de pessoas e desta, 50,8% masculina, o que representa um pequeno predomínio masculino. Aproximadamente 12%²⁶³, cerca de 286 milhões de pessoas nessa faixa etária estão diretamente envolvidas no processo de iniciar ou administrar um empreendimento, ou são sócios-proprietários de um empreendimento de 42 meses ou menos de idade. Desse total de empreendedores, 77,4% estão no continente asiático.

O perfil desse “empreendedor mundial” aponta, para ambos os gêneros, para as pessoas entre 25 e 34 anos. Essa faixa etária do “típico” empreendedor é seguida daquelas entre 18 e 24 anos e 35 e 44 anos. Acima de 55 anos a participação é baixa e de 65 anos acima quase não existe atividade empreendedora.

As mulheres representam 39,9% do total de empreendedores, nesse conjunto de países, envolvendo um contingente de 114 milhões de pessoas. Em todos os países a participação masculina foi maior, sendo que apenas em sete a participação feminina superou 40%: África do Sul, Argentina, Brasil, China, México, Polônia e Tailândia. O Japão foi a o único país onde a participação das mulheres ficou abaixo de 20%. O GEM observa uma moderada correlação positiva entre a TEA e a participação feminina. Como as mais elevadas TEAs relacionam-se a países em desenvolvimento, a maior participação feminina nesses países associa-se, em muito, a formas precárias de ocupação, visando complementar ou prover a renda familiar.

Sobre o tema “Women and Entrepreneurship” o GEM 2002 ainda concluiu e destaca o seguinte:

²⁶³ – A TEA média dentre os diversos países – que atribui o mesmo peso a cada país, independentemente de seu tamanho – consta como um percentual de 8%. Entretanto, quando se considera o volume da força de trabalho em cada um dos países, a taxa sobe para 12%. Isso reflete o impacto das 1,4 bilhões de pessoas que compõem a força de trabalho na China e na Índia, o que significa a metade da população incluída na amostra. *In* “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., p. 8.

- “Population growth is associated with more female entrepreneurship only in developing countries.
- Greater economic security is associated with less entrepreneurship in all countries for both men and women.
- Higher female-to-male participation in the labor force is associated with reduced participation in entrepreneurship, particularly in developing countries.
- More female entrepreneurship in public or private administrative roles is associated with more entrepreneurship in high income countries, but less in low income countries.
- A higher proportion of women working in industry (manufacturing, wholesale and construction) is associated with less entrepreneurship. More women working in agriculture is positively correlated with more entrepreneurship in low income countries. Greater numbers of women working in services is related to higher levels of entrepreneurial activity in high income countries.
- Female unemployment, short and long term, is associated with less entrepreneurship in low income countries.(...)

In sum, women make up a substantial proportion of those pursuing entrepreneurship. However, the process of involvement appears to differ significantly in comparison to the process that affect men. Particularly, in countries where there is a shortage of entrepreneurs, the overall participation of women should be especially encouraged. This research demonstrates that any rational effort to be more inclusive may be greatly facilitated by a more complete understanding of the unique experience of entrepreneurial females.”²⁶⁴

Com relação à principal medida GEM de empreendedorismo – *TEA* –, conforme verificou-se em anos anteriores, ela apresentou enorme variação. Em 2002, ela apresentou valores entre 1,8 (Japão) e 18,9 (Tailândia). Para o GEM, essa variação está relacionada a diversos fatores, dentre os quais: o perfil etário da população; o nível de desenvolvimento; o padrão de proteção social; e, valores culturais. E, de modo geral, as maiores taxas são observadas

²⁶⁴ – Ibid., pp: 22/23.

em países em desenvolvimento, enquanto a maioria dos países europeus e os países desenvolvidos da Ásia situam-se nas posições inferiores.

Segundo o GEM 2002, podemos classificar mais de 97% daqueles indivíduos ativamente envolvidos em alguma atividade empreendedora como empreendedores *por oportunidade* ou *por necessidade*. E considerando-se o total de empreendedores nos 37 países, 61% afirmaram ter iniciado suas atividades em função de uma oportunidade de negócio, com esse tipo envolvendo cerca de 174 milhões de pessoas, enquanto 37% agem por falta de qualquer outra opção viável.

É interessante ressaltar que, ainda assim, existe uma grande variabilidade entre os 37 países ao se combinar essas duas motivações. Por exemplo, apenas 1% da força de trabalho no Japão procura hoje empreendimentos motivados por oportunidade, enquanto na Índia e na Tailândia, esses percentuais são de 12 e 15%, respectivamente.

A distribuição de empreendedorismo motivado por necessidade revela uma variação ainda maior. Não há, por exemplo, praticamente nenhum empreendedor motivado por necessidade na França ou na Espanha, enquanto no Chile, na China, no Brasil e na Argentina, até 7% da força de trabalho está engajada em um empreendimento por necessidade. Em 17 dos 37 países, o nível se mostra abaixo de 1% e, em seis deles, está abaixo de 0,5%. Em outras palavras, nos países classificados em um nível mais baixo, menos de uma em cada 200 pessoas que integram sua força de trabalho participa “involuntariamente” do empreendedorismo.

Com relação à distribuição de empreendedorismo motivado por necessidade/opportunidade, TEO e TEN, mas agora perpassando pela dimensão gênero a pesquisa GEM 2002 revela dados “*highly statistically significant – that is, these patterns occur with predictable regularity*”:

“Overall, men are about 50 percent more likely to be involved in entrepreneurial activity than women (13.9 percent to 8.9 percent). This ratio is even greater for opportunity-based entrepreneurship (9.3 percent to 4.9 percent), but becomes more equal with necessity-based entrepreneurship (4.2 percent to 3.8 percent for women).”²⁶⁵

Numa rápida observação, o acúmulo de informações, nas quatro edições do GEM, sobre os níveis de empreendedorismo, vem demonstrando

²⁶⁵ – Ibid., p. 26.

que os países apresentam certa estabilidade em suas taxas, mantendo-se nos mesmos patamares nos vários anos, apesar da inclusão de novos países – fato que altera o *ranking*. Mas geralmente aqueles que já vinham apresentando um alto nível de empreendedorismo mantêm-se no grupo de maiores taxas, e vice-versa. E esse fato tem propiciado verificar, por exemplo, que os países europeus em sua maioria apresentam nível de empreendedorismo total (TEA) abaixo da média dos demais países. E, por outro lado, a quase totalidade dos países em desenvolvimento situa-se em patamar superior à média dos países pesquisados.

Para os pesquisadores do GEM, essas constatações parecem indicar que o nível de empreendedorismo dos países está relacionado, entre outros fatores, ao nível de desenvolvimento e aos mecanismos de seguridade social e de regulamentação do mercado de trabalho dos países. A combinação entre menor nível de desenvolvimento, baixo dinamismo do mercado de trabalho e a baixa cobertura de seguridade social parecem contribuir para os níveis mais elevados de empreendedorismo nos países em desenvolvimento. Por outro lado, mesmo os países desenvolvidos apresentam diferença no nível de atividade empreendedora, como em países de colonização britânica (Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia) e os europeus, particularmente a Bélgica, Holanda, Suécia, Alemanha e França, caracterizando-se estes últimos por mercados de trabalho mais regulados e esquemas de seguridade social mais abrangentes.

Com relação às variáveis TEN e TEO, é interessante aqui ressaltar a opinião dos pesquisadores do GEM sobre os resultados apresentados em função dessa “novidade” (a partir do GEM 2001). Para os pesquisadores esse resultado sugere que, por exemplo, embora sejam importantes no caso do nível de empreendedorismo por necessidade, a dinâmica dos mercados de trabalho e os esquemas de seguridade social não são suficientes para explicar o nível de empreendedorismo por oportunidade e, conseqüentemente, a taxa total de empreendedorismo. Em 2001 por exemplo, Finlândia e Israel são países que apresentam praticamente a mesma taxa por necessidade (TEN 0,7 e 0,6 respectivamente), indicando a irrelevância desse fenômeno nesses países, porém apresentam níveis muito distintos de empreendedorismo por oportunidade, com a taxa finlandesa superando em quase quatro vezes a de Israel (TEO 7,6 e 2,1 respectivamente). O mesmo ocorre, como vimos acima, em 2002.

Eles ressaltam ainda que,

“a fraca correlação entre esses dois tipos (se referindo às taxas TEO e TEN) sugerem que ‘as duas formas de empreendedorismo respondem, certamente, a estímulos diferentes’, cuja identificação é necessária para a definição de medidas de apoio às atividades empreendedoras. E mais, embora essa tipologia possa sugerir que os negócios motivados por oportunidade sejam de ‘maior qualidade’, e de fato eles se diferenciam quanto às atividades desenvolvidas, há que se considerar que: 1) ambos contribuem para a geração de empregos e o dinamismo da economia; 2) ambos expõem as pessoas ao ambiente de negócios, possibilitando o desenvolvimento de habilidade e agilidade para responder aos estímulos do mercado; 3) o empreendedorismo por necessidade apresentou, em 2001, forte correlação com o crescimento do PIB.”²⁶⁶

Ainda conforme o GEM 2002 – “Special Topics” – é interessante (e importante!) assinalar também que²⁶⁷:

- A atividade econômica informal está associada com baixos níveis de empreendedorismo em países de alta renda per-capita e alto nível de empreendedorismo em países de baixa renda per-capita. [*“Unregistered (i.e., ‘black market’) economic activity is associated with less entrepreneurship in high per capita income countries and more entrepreneurship in low income per capita countries.”*]
- Analfabetismo em países de baixa renda parece estar associado com altos níveis de atividade empreendedora. [*“Illiteracy in low income countries*

²⁶⁶ – ARENIUS, Pia, AUTIO, Erkko, KOVALAINEN, Anne et al., *GEM 2001 – FINNISH EXECUTIVE REPORT*, Helsinki University of Technology, p. 25, *apud EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001*, op. cit., pp: 21/22. [grifos nosso]

²⁶⁷ – “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., p. 22 e 23. [grifo nosso, inclusive ressaltamos a redação original por esse assunto ser de extrema importância para os nossos propósitos].

seems to be associated with higher levels of entrepreneurial activity.”]

O GEM 2002 trouxe também uma série de conclusões que, abaixo, destacamos algumas²⁶⁸:

- Os níveis locais (*national level*) de atividade empreendedora parecem refletir as condições macroeconômicas gerais – subindo e descendo, segundo alterações do PIB nacional – e, ao mesmo tempo, sofrendo a influência de fatores culturais, sociais e institucionais – mantendo a ordem de posição geral dos países ano após ano.
- Algo em torno de 7% dos esforços de *empresas nascentes* terão provavelmente condições de aumentar sua linha de bens ou serviços, mediante a criação de novos setores ou nichos de mercado. Além disso, enquanto a criação de novos mercados é mais pronunciada entre empreendimentos motivados por oportunidade, isso pode ser observado também dentre os motivados por necessidade [*its is found among necessity-based start-ups as well.*].
- De forma compatível com os estudos anteriores do GEM, o crescimento econômico local (*national economic growth*) está associado com níveis mais altos de empreendedorismo. Mais especificamente, as correlações entre a atividade empreendedora em um determinado ano e o crescimento do PIB dois anos depois, mostram-se significativas e positivas. Embora não tenha sido possível determinar os precisos mecanismos causais [*Though the exact causal mechanisms have not been established,*], pesquisas futuras deverão poder revelar como esses fatores estão relacionados. Estudos adicionais deverão explicar também por que as correlações são mais altas no empreendedorismo

²⁶⁸ – Traduzido e adaptado a partir do “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., pp: 32/33. [grifo nosso, inclusive ressaltamos a redação original por esse assunto ser de extrema importância para os nossos propósitos]

por necessidade do que por oportunidade [*“Additional study will also focus on why correlations are higher for necessity than for opportunity entrepreneurship.”*].

- A taxa de participação das mulheres no processo empreendedor corresponde a cerca da metade da taxa de participação dos homens. Embora elas sofram a influência de diversos fatores que afetam aos homens da mesma maneira, existem algumas diferenças significativas. Além disso, os fatores que afetam as mulheres em países altamente desenvolvidos assumem formas bem diferenciadas quando comparados à situação existente nos países em desenvolvimento. Por exemplo, uma maior participação na força de trabalho nos países desenvolvidos está associada a uma igualmente maior participação da mulher no empreendedorismo, enquanto nos países em desenvolvimento ocorre o contrário – as oportunidades de emprego para mulheres parecem limitar a participação destas no processo de *start-up*.
- O financiamento informal para empresas nascentes é cinco vezes maior do que o volume doméstico referente ao apoio concedido mediante capital de risco (US\$ 300 bilhões versus US\$ 60 bilhões) entre os 37 países do GEM 2002. O volume de capital de risco diminuiu significativamente de 2000 para 2001, ao mesmo tempo que foi reduzido o potencial de ofertas públicas iniciais. Entretanto, o apoio informal ficou mais consistente, refletindo uma maior estabilidade no nível de atividades empreendedoras de cunho popular [*“However, informal support was more consistent, reflecting greater stability at the grassroots level of entrepreneurial activity.”*].
- A maior parte dos empreendimentos no mundo inteiro é de propriedade de um único grupo familiar ou de um indivíduo com sólidas conexões familiares. Esse parece ser também o caso de empresas nascentes. Isso traz implicações com relação a processos e mecanismos por meio dos quais as

pessoas reúnem recursos e as competências necessárias para montar um novo empreendimento²⁶⁹.

²⁶⁹ – Sobre esse assunto “Family-sponsored entrepreneurship”, no intuito de melhor compreender os processos empreendedores e o impacto produzido pelo financiamento familiar, foi realizada, em 2002, uma “pesquisa” em paralelo pelo “Raymond Family Business Institute” em 10 países do GEM 2002: Austrália, Brasil, Hungria, Israel, Nova Zelândia, Cingapura, Espanha, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. Sendo que o critério de escolha desses países na aplicação desse teste preliminar foi o de maximizar a diversidade das regiões para tentar investigar o impacto no desenvolvimento de economias locais em diversos níveis. Duas questões foram feitas a todos adultos ativamente envolvidos em empreendimentos durante o levantamento da população adulta durante o GEM 2002: 1) “O empreendimento é atualmente registrado como propriedade dos membros da família em um percentual de 50% ou mais?”; e, 2) “Existe a expectativa de que a família terá a maior parte da propriedade nos próximos cinco anos?”. A investigação foi estruturada para se tentar saber se o empreendimento tinha um ou dois ou mais proprietários principais. Com base nas respostas, constatou-se que mais de 1/3 dessas personalidades jurídicas foram registradas em nome das famílias que detêm mais de 50% da propriedade. Se forem computadas as empresas individuais essa proporção chega a 75% (No Brasil essas proporções chegam a 50% no cômputo da TEA e 86% com a inclusão das empresas individuais). Tomando-se os índices obtidos para as duas situações, chega-se a algo em torno de 6 a 10 milhões de firmas de capital familiar. Esse fato, o papel desse tipo de capital e a presença da família no empreendimento, é extremamente relevante para a participação do capital de risco (*angel*). O investidor de risco tem na maioria dos casos objetivos e interesses distintos senão conflitantes com os de uma família, que normalmente assume atitudes de posse sobre o empreendimento – resistência ou menor intenção de expansão, influência na gestão, etc. Tal atitude, ao ser tratada como um dado cultural, torna o investimento menos atraente e incorpora um componente de risco maior devido à tendência de baixa profissionalização na gestão do negócio, para a atração de capital de terceiros. Ou seja, embora seja de suma importância a participação familiar nas atividades empreendedoras, principalmente no tocante ao financiamento, há que se ter uma discussão mais aprofundada, e urgente, sobre o assunto. In “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., pp: 30/31; “GEM – Empreendedorismo no Brasil – Relatório Global 2002”, op. cit., pp: 44/46.

Além das conclusões acima, o GEM 2002 encerra apresentando também uma série de “Implications for Policymakers”, mais gerais e favorecidas por um ponto de vista mais amplo, que poderão ser incluídas para um debate em suas respectivas áreas de atuação, as quais destacamos abaixo²⁷⁰:

- Talvez a mais significativa implicação que emerge desta pesquisa esteja relacionada com o escopo do próprio fenômeno. Mesmo nos países com baixos níveis de atividade empreendedora, dezenas de milhares, senão milhões, de cidadãos elegem o empreendedorismo como uma alternativa de vida. Assim, para o GEM parece que seria da responsabilidade de cada governo, individualmente, encetar um esforço de compreender, ou mesmo de tirar proveito desse tão difundido fenômeno sócio-econômico.
- A pesquisa GEM continua a revelar uma evidente e positiva relação entre o empreendedorismo e o crescimento de economias locais. Nos países em desenvolvimento, essa relação parece ser mais forte com o empreendedorismo por necessidade. Entretanto, alguns dos responsáveis por políticas públicas (até mesmo especialistas em empreendedorismo) demonstram pouco valorizar ou mesmo compreender esse mecanismo, a despeito de seu notável potencial [*In developing countries, the link appears to be strongest with necessity entrepreneurship. However, few policymakers (even experts in entrepreneurship) seem to appreciate or understand this mechanism, though it has considerable potential.*]. Em

²⁷⁰ – “The GEM 2002 report was designed to present a timely description of the major variations and features of entrepreneurship around the globe. This, in turn, was intended to spark discussions with regard to the policy implications indicated by these findings. As a result, this report does not offer suggestions for specific national policies or guideline. That task is better left to the GEM national teams who, because of their immersion in the local context, are better able to articulate the implications for their corner of the world.” A relação que segue abaixo foi traduzida e adaptada a partir do “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., p. 33 [grifos nosso, inclusive ressaltamos a redação original por esse assunto ser de extrema importância para os nossos propósitos]

algumas regiões do mundo, a efetiva formação e preparação de adultos mediante programas governamentais de educação para o empreendedorismo pode ser particularmente vital para o progresso econômico desses países.

- O capital de risco (*formal venture capital industry*) – uma importante fonte de financiamento para alguns empreendimentos em alguns setores econômicos emergentes – é hoje em dia objeto de quase a totalidade da atenção dispensada por governos como um mecanismo privilegiado para o aporte de financiamento para novos empreendimentos. Entretanto, se o capital de risco é indubitavelmente um componente essencial da visão do todo, a pesquisa do GEM 2002 mostra que o apoio financeiro propiciado por fontes informais é de dez a vinte vezes mais predominante. Esse tipo de apoio é, na realidade, o combustível que impulsiona a grande maioria dos novos empreendimentos. Portanto, governos deveriam ao menos tentar desenvolver meios discretos (*unobtrusive ways*) para se identificar e localizar os fluxos financeiros informais e pessoais que ocorrem dentro das fronteiras de seus países. Eles, os governos, poderiam posteriormente se voltar para o desenvolvimento de políticas capazes de fomentar ainda mais tais fluxos.
- O relatório GEM 2002 traz a tona evidências preliminares que demonstram ser os mecanismos que favorecem empresas nascentes baseadas em P&D e de “alto potencial” bem diferentes daqueles que tendem a favorecer uma variedade mais “típica” de empreendimento. Os investimentos governamentais a serem realizados para se compreender as reais diferenças entre as duas variedades seria uma iniciativa correta e oportuna. Toda a infraestrutura de apoio montada para uma dada variedade pode não ser útil, ou pior, pode vir a inibir o desenvolvimento da outra. Ambas poderiam contribuir eventualmente para uma maior vitalidade econômica, a despeito de seus mecanismos e processos diferenciados.

Com base na leitura do GEM 2002 podemos facilmente depreender que um extraordinário número de pessoas participa de atividades empreendedoras ao redor do mundo. Com base na amostragem deste ano, que compreendeu 37 países que incluem 62% da população mundial e 92% do PIB mundial, os pesquisadores puderam fazer uma estimativa sem muito exagero de que, no momento presente, 460 milhões de pessoas no mundo inteiro estão iniciando um novo empreendimento ou administrando um empreendimento recente do qual eles são proprietários. Essa amostragem revela também, e mais uma vez, que a atividade empreendedora não se encontra uniformemente distribuída nas diversas regiões do mundo ou países e que a motivação por trás dessas iniciativas empreendedoras afeta os seus processos e resultados. Mas fica claro também que o empreendedorismo é um mecanismo vital responsável pelo crescimento e ajuste econômico em quaisquer tipos de economias, sejam elas de países desenvolvidos, em transição ou em desenvolvimento. Apenas alguns poucos países desenvolveram estratégias por meio das quais possam crescer sem a necessidade de altos níveis de atividade empreendedora – Bélgica, Hong Kong, Holanda e Cingapura. Parece também incontestável que as diferenças locais no nível de atividade – tal como pode ser verificado nas posições relativamente estáveis ocupadas pelos países – possam refletir consideravelmente fatores institucionais, sociais e culturais difíceis de serem modificados a curto prazo. E mudanças substanciais nesses fenômenos e seus impactos, caso haja alguma ação nesse sentido – via programas e procedimentos para incentivar as atividades empreendedoras a partir de ações tanto governamentais como não governamentais –, somente serão percebidas bem mais a frente. Portanto, tenhamos muita calma.

Por fim, o que observamos é que, hoje, os relatórios do GEM se constituem, efetivamente, numa fonte preciosíssima de informação para melhor entendermos o “fenômeno” empreendedorismo. E mais que isso, ele confirma também a supremacia “teórica” das duas perspectivas apresentadas – econômica e comportamental – e ainda sugere alguns “princípios norteadores” bem ao gosto liberal (ou neoliberal), como vimos também.

Com relação à perspectiva comportamental o que se percebe é que a cada ano a busca de um “perfil” do empreendedor e principalmente qual a sua motivação para empreender, tem sido buscada através das pesquisas, além de uma certa “inspiração” *weberiana* sobre afinidades entre configurações culturais e desenvolvimento econômico e social.

Mas com relação à perspectiva econômica, a partir do GEM se pode também avaliar a grandeza de um Schumpeter que, sem nenhuma pesquisa e apenas “especulando” e criando a mais fina teoria, pode agora constatar todo o seu referencial teórico corroborado por um empreendimento da magnitude de um GEM.

E por falar em Schumpeter é bom trazer a tona o seu testemunho, pois não podemos

“prescindir daquele refinado senso comum que chamamos de ‘teoria’ e que nos fornece as ferramentas para abordar tanto os fatos quanto os problemas práticos. Por mais importante que possa ser a influência de novas massas de fatos não analisados, especialmente fatos estatísticos, sobre nosso aparato teórico – e sem dúvida a crescente riqueza de material factual deve sugerir continuamente novos modelos teóricos e, com isso, melhorar discreta e constantemente qualquer estrutura teórica existente –, em qualquer estágio dado **algum** conhecimento teórico constitui pré-requisito para o tratamento de novos fatos, ou seja, de fatos ainda não incorporados aos teoremas existentes.”²⁷¹

Mais uma vez Schumpeter nos dá um recado de extrema lucidez: a gama de informações contidas nos relatórios GEM nos possibilitam pensar, especular e fazer também teoria, além de praticar uma *empreendedologia* como também quis Fillion. Para tanto, basta-nos armar de uma boa dose de objetividade e, humildemente, colocar nossos próprios pés no chão, aqui em *terra brasilis* – fora dos “gabinetes”: por esse imenso *brasil-sertões-gerais*.

Entendo o recado, ao darmos uma rápida *panorâmica* sobre os relatórios GEM e a partir de seus resultados, **vem a tona uma questão inquietante: Max Weber estava errado ao “afirmar” (pela boca de alguns²⁷²)**

²⁷¹ – SCHUMPETER, Joseph A., no Prefácio à primeira edição na língua inglesa (Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, Março de 1934) de *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO*, op. cit., p. 20. [grifo do autor]

²⁷² – Esse assunto certamente voltará à tona, quando *interpretarmos* nossos interpretadores, mais a frente. Mas, anteriormente, já assinalamos e apontamos esse “equívoco preferencial” de nossa *elite herodianizada*.

que as sociedades impregnadas pelo protestantismo estavam *mais predestinadas* ao desenvolvimento do capitalismo? De antemão, afirmamos que não.

Embora Weber tenha **argumentado** – explícita e implicitamente – em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” e nos seus escritos sobre sociologia das religiões, que as culturas católicas e as religiões orientais não seriam propícias ao desenvolvimento do capitalismo; esse mesmo “capitalismo” sofreu transformações radicais que a época atual comprova. O capitalismo contemporâneo passa por alterações profundas geradas pela revolução científico-tecnológica das duas últimas décadas: a dimensão do papel do conhecimento como principal força produtiva; novas simbioses de articulação entre produção, infra-estrutura e superestrutura produzindo novos atores e novas relações sociais; uma nova configuração da sociedade do conhecimento, informatizada, que transforma concepções de trabalho e estilos de vida, gera novos padrões culturais, novas relações entre trabalho e lazer, dentre outras tantas, e que, evidentemente, não é mais aquele “capitalismo” observado por Weber.

Vendo então os resultados do GEM, e ainda constatando-os por um outro lado, num plano geral, através do desenvolvimento do Japão, dos “Tigres Asiáticos”, da Itália e da Espanha e, mais recentemente, de Portugal e da China, concomitante com um relativo declínio da Inglaterra e dos Estados Unidos, não indicam que Weber estivesse enganado, muito pelo contrário. Max Weber nos deu a *chave* para pensar a questão e melhor entender o momento contemporâneo.

A

“repressão dos elementos afetivo e sentimental da personalidade em nome do sucesso da empresa mundana”²⁷³,

deixa de ser fator ou critério de desempenho no capitalismo contemporâneo. Mudanças na base da solidariedade social são postuladas pelos arautos do novo paradigma na empresa moderna contemporânea, e, ao nosso ver, a **sociedade relacional**, parece ter mais afinidades com os novos espaços, tempos e movimentos, e articulações de sistemas produtivos e sociais em transformação.

²⁷³ – SOUZA, Jessé, *O BRASILEIRO E O PROTESTANTE*, *Série Sociológica*, n° 142, Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, Brasília, 1997, p. 29.

Nossa sugestão portanto, é que as transformações do capitalismo contemporâneo encontram **mais afinidades** com outras éticas e racionalidades do que com culturas originárias do protestantismo ascético. Na verdade, essa hipótese atesta a atualidade, a contemporaneidade da *intuição* weberiana. E essa hipótese também, evidentemente, tem claras implicações para o caso brasileiro.

E aí adiantamos, a plasticidade, a capacidade de acomodação e adaptação destacadas por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”, o jogo de cintura, o “se virar” e o “jeitinho”, de nossos “microempresários-de-si-próprios”, por exemplo, afinam-se com as “exigências” preconizadas e prescritas pelos *arautos-de-plantão*. E, as experiências de agilidade, solidariedade, criatividade e flexibilidade no dia-a-dia em empreendimentos vários, sendo estes e/ou a partir das várias “perplexidades produtivas” movidas pela **necessidade**, comprovam – como GEM tem comprovado! –, uma “vantagem competitiva” que, efetivamente, não se deixa traduzir por **atraso**.

CAPÍTULO IV

O EMPREENDER NA CONDIÇÃO BRASILEIRA

“Tudo é e não é...”

(Riobaldo em Grande sertão: veredas – J. Guimarães Rosa)

Uma constatação. Pelo menos até agora uma coisa ficou muito clara para nós, falar de empreendedorismo é falar de algo percebível e conhecível – os vários pensadores e seus vários “pensamentos” sobre, estão aí; as inúmeras pesquisas também estão aí e têm demonstrado os inúmeros “pensamentos” através de sua gama de informações com taxas, tipologias, até equações e etc. Falar do empreendedor porém, e principalmente, falar do empreender – da ação empreendedora em si – é falar de uma realidade um tanto quanto intuível ou até mesmo inabrangível, cheia de *curvas*, cheia de especificidades. São tantas as definições, tipologias e conceituações que, por mais que os *novos escolásticos* teimem em tudo ajustar por simples analogia, cada caso é e será um caso.

Agora, falar de empreendedorismo no Brasil, por exemplo, para muitos, basta pegar os resultados do GEM e daí, se o resultado foi “bom”, como no de 2000: “o empreendedorismo no Brasil vai muito bem obrigado. Somos os campeões mundiais!”. Quando o resultado foi “ruim”, como no último: “o empreendedorismo no Brasil vai mal. O problema é cultural. Precisamos mudar essa *indolência*, essa cultura de não planejar”. A culpa é da cultura, como se cultura fosse um *ente* meramente tático: um meio para se atingir um fim. Falam de “valores culturais” mas se “esquecem” dos *conselhos* de Max Weber. Falam de “visão, relações, rede” etc., mas se “esquecem” de praticar o *Weltanschauung* preconizado por Filion em seu “processo visionário” (muito difundido por aqui). Falam de inovação como se isso fosse o máximo mas não *especulam*, e não *recebem as novas massas de fatos não analisados de braços abertos* – especialmente fatos estatísticos – e, sendo assim, não praticam a “destruição criativa” em si mesmos, e se “esquecem”

também de Schumpeter: *não ousam e não inovam no pensar*. Se “esquecem” de Weber, de Filion e de Schumpeter além das *implications for policymakers* do GEM 2002 (por exemplo). Se “esquecem” de nossa história e de nossos valores nos impingindo a “inveja” de não termos sido colonizados por povos protestantes – num rasgado elogio a *Calabar*. Talvez o problema de nossos *novos escolásticos de plantão* não seja de memória, mas de entendimento sobre uma certa *brasilidade*.

O campo de atuação do Empreendedorismo é aquele que focado no empreendedor, normalmente através de pesquisas quantitativas/qualitativas e observações empíricas, examina as características e os métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora e, seus efeitos e impactos sociais e econômicos – conforme vimos *apud* Filion, além do suporte conceitual do GEM. Ou seja, o foco do empreendedorismo não é naquele que empreende mas, principalmente, *como?* aquele empreende. E isso, a partir de pesquisas – como o GEM, por exemplo –, é percebível e conhecível. E, como tal, essa “expressão da atividade empreendedora”, esse *comportamento*, pode ser repetível e treinável.

O popular jargão *como fazer?* assume ares extremamente “racionais” – *como empreender?* – e aqui, desse modo, indica a ruptura entre coisa e valor, entre epistemologia e ética, promovida pela Modernidade²⁷⁴. E o ganho de conhecimento passa a se constituir como uma busca a respostas para perguntas do tipo “como?”. E as respostas são cegas, ou no mínimo míopes, diante do estabelecimento de vínculos entre o saber científico – a teoria – e normas éticas de conduta. Elas, as respostas, são unicamente aptas para o estabelecimento de critérios sobre como algo se faz, e não sobre o que deve ou não ser feito. Passa a vigorar o pragmatismo – e aí, vale a pena tudo ajustar por simples analogia.

Já especular sobre o *empreender* é abordar o intuível, questionar o porquê do empreendedor. E essa especulação pode se apoiar em pesquisas, recebendo as novas massas de fatos não analisados de braços abertos, numa atitude conforme com a perspectiva humboldtiana de empenhar-se por *metamorfosear tanto mundo quanto possível na própria pessoa a partir de provocantes e livres inter-relações*. A pergunta *por que fazer?* indica a

²⁷⁴ – BARTHOLO Jr., Roberto Santos, *OS LABIRINTOS DO SILÊNCIO – COSMOVISÃO E TECNOLOGIA NA MODERNIDADE*, Editora Marco Zero / COPPE-UFRJ, São Paulo, 1986.

convergência entre coisa e valor, entre epistemologia e ética. E o ganho de conhecimento deve ser comprometido com respostas que vinculem o saber científico – a teoria – a normas éticas de conduta²⁷⁵. Não cabem mais apenas as simples mensurações e cálculos, pragmatismos e previsões. E sendo assim, no nosso entendimento, a necessidade, como tal, passa a ter vez e voz no *por que empreender?*

Já caminhamos um bocado. Não sei se estamos no meio de nossa *travessia*. Só sei que não estamos nem no início, nem no final dela, ainda. Mas já vimos muita coisa, adentramos em muitas *veredas*. A sensação é a de que estamos no alto de um morro e à sombra de um buriti frondoso, ouvindo uma *sonata-de-um-gringo-doido*. É hora de *botar sentido* no já visto e no *por vir*, e *romper rumo*. Buscar outras *veredas*. Pensar esse imenso *brasil-sertões-gerais*. Concluir.

Antes porém, constatando mais uma vez (e, alertando!), falar de tudo isso aqui na terra de um Sérgio *Stanislaw Ponte Preta* Porto, que criou um emblemático samba-de-enrêdo *dodecafônico* – não na forma mas no seu *louco* “conteúdo” estórico *des-harmônico*; na terra de um *antropófago-moderno* como um Oswald de Andrade que teve a petulância de *traduzir* a clássica questão *shakespeareiana* por “tupi or not tupi”; e, sendo já *hora do real se dispor*: a incorporação mental desse mundo – *terra brasilis* – imediatamente a mim dado como experiência torna-se uma grande *empreita*, um grande e doloroso/saboroso esforço.

E nesse esforço, se queremos atingir nosso objetivo, temos de seguir o “conselho” de Weber/Morse: a nossa racionalidade é racional, também, mas é outra, às vezes até *a-racional*. Temos de olhar para o que somos a partir de quem somos (talvez esteja aí a grande “lição” de Filion: o primado do *Weltanschauung* em seu “processo visionário”). E nos *relacionar*.

Mas por qual rumo seguir nessa *travessia* modesta e pretensiosamente *empreendedológica* para compor nossos propósitos – o conhecimento do *particular*: a construção de uma *matriz teórica local* que referencie o *empreender* na condição brasileira, além do desafio de, a partir do empreendedorismo de necessidade ou melhor, do *empreender por necessidade* (este, já vislumbrado e comprovado pelo GEM) – , *articular universalidade e diferença*, e, dar rumo às coisas?

²⁷⁵ – Ibid.

A bem da verdade, as “constatações primeiras” feitas a partir das *marias-da-glória*, da *turma dos itaobins*, dos *rafaels das rocinhas*, dos *geraldos dos tiradentes*, e dos *flanelinhas* do Professor Lessa, além do “case” dos *zês-pequenos* das *idades-de-deus*, no início de nossa *travessia*, já contornam uma solução para a questão colocada e nos dão algumas munições para pensar sobre, pois aqueles *empreendem*. E aqui, não nos interessa primordialmente o *como* eles empreendem. Isso, como já dito, é percebível, conhecível, repetível e treinável. E portanto passível de “melhorias comportamentais”, *adjetivas*. Mas sim, *por que empreendem?* Somente desde essa perspectiva temos acesso a respostas sobre o que deve ou não ocorrer para que se efetivem “melhorias substantivas”. E tais respostas não devem ser buscadas com olhos cartesianos e lineares pois aqueles que por aqui empreendem (e por necessidade principalmente), certamente não são *winners* e muito menos *losers*, são simplesmente *sobreviventes* e, principalmente, *forros*.

E após esse preâmbulo, se pretendemos circunscrever o empreender na condição brasileira, praticar uma “entreprenology” *tupiniquim*, antes de mais nada, o que é *brasilidade*? Eis a questão primeira e *rompedora*.

IV.1: A BRASILIDADE A PARTIR DO ROSA

João Guimarães Rosa, o grande artesão da palavra, soube como ninguém trabalhar, além dos estados líquido e sólido, a língua no estado *gasoso* e, ao mesmo tempo, um dos mais perspicazes interpretadores-investigadores dos matizes da alma humana brasileira em seus rincões mais profundos. Interpretou-a de forma radicalmente inovadora através de sua gente, sua luta e sua *lida*, suas coisas (principalmente o nome *daquelas coisas*), seus meios e sua inventividade. E, sem querer entrar numa “antropologia da literatura rosiana”²⁷⁶, certamente, ele muito nos ajudará nessa *empreita* e vai iluminar sobremaneira nossos caminhos.

“Visitar” Guimarães Rosa, é *interpretar* nosso interpretador – *interpreta-a-dor*. A dor/alegria de sermos periféricos, pobres/emergentes, subordinados/insubordinados, lucidamente enlouquecidos nos devaneios dessa jovem sociedade tropical.

²⁷⁶ – Para um maior aprofundamento vide, dentre outros, *AUGUSTO MATRAGA E A HORA DA RENÚNCIA*, in DAMATTA, Roberto, *CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS*, op. cit., pp: 305/334.

“A língua serve para expressar idéias” – disse ele a Günter Lorenz em famosa entrevista²⁷⁷. E a linguagem é um poderoso instrumento de ação na medida em que, ao expressar ideias pode atuar sobre os indivíduos, levando-os à reflexão. Mas como esse poder da linguagem, se enfraquece sempre que suas formas se acham desgastadas e condicionadas a uma visão de mundo específica, é preciso renová-las constantemente – “*somente renovando a língua é que se pode renovar o mundo*”, disse ele também a Lorenz.

Assim, ele abusou da exploração das potencialidades da linguagem, da face oculta do signo, ou para empregar as palavras do próprio, do

"ileso gume do vocábulo pouco visto e menos ainda ouvido, raramente usado, melhor fora se jamais usado." ²⁷⁸

E, ao lado das pelo menos quinze línguas que conhecia e utilizava em seu processo de voltar à origem da língua, também abusava dos “erros” – como mais uma possibilidade de expressão – pois para ele,

“terá de ser agreste ou inculto o neologista, e ainda melhor se analfabeto for.”²⁷⁹

“O escritor deve ser um alquimista”, disse também a Günter Lorenz, e ele foi um alquimista. Com sua alquimia, ele reativou palavras que haviam perdido sua energia primitiva e adquirido sentidos fixos e associados a um contexto específico como “*sertão*”, por exemplo. Reviveu expressões que haviam se tornado vagas e enfraquecidas, encobertas com significações que escondiam seu viço originário.

E, esse ato de renovação se reveste de um sentido ético que ele mesmo explicita ao referir-se ao “*compromisso do coração*” que, conforme

²⁷⁷ – LORENZ, Günter, *DIÁLOGO COM GUIMARÃES ROSA* in *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Volume I, op. cit., pp. 27/61. Trata-se de uma célebre entrevista realizada durante o “Congresso de Escritores Latino-Americanos”, em Gênova, Itália, em Janeiro de 1965.

²⁷⁸ - ROSA, João Guimarães, *SAGARANA*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1970, p. 238.

²⁷⁹ – Trecho de carta a João Condé, in ROSA, Vilma Guimarães, *RELEMBRAMENTOS: JOÃO GUIMARÃES ROSA, MEU PAI*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1983.

acreditava (novamente a entrevista com Günter Lorenz), todo escritor deve ter.

Quando ele afirma, por exemplo, através de Riobaldo em *Grande Sertão*, que “*toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo*”; assim, fornece ao leitor essa “palavra”, por meio das inovações que introduz, e, ao estimular sua reflexão, induzindo-o a pensar aquela *coisa diferente/esquisita*, faz dele um grande questionador, um *desbravador de caminhos*. Em se tratando de João Guimarães Rosa, temos que olhar as palavras com outros olhos. E as vezes até, nos *boquiabrir*.

Sua linguagem, então, é uma criação estética que funde elementos oriundos da experiência e da observação com outros inteiramente inventados no momento mesmo da expressão. Ela tem um componente regionalista, mas não constitui obviamente a reprodução fiel de nenhum dialeto específico falado no Brasil porém, ele aproveitava, principalmente, os elementos tradicionais das narrativas populares que *garimpava* em suas andanças sertão do Gerais anotando em seu famoso caderninho pendurado ao pescoço – não podia submeter-se à “*tiranía da gramática e do dicionário dos outros*”, como também confessou a Lorenz.

A isso, ele agregou contribuições quer provenientes de línguas estrangeiras (inclusive o latim e o grego clássico), quer de sua capacidade de inventar neologismos e construções totalmente novas²⁸⁰. E seu léxico enfim, é uma mistura de termos oriundos de fontes não só as mais diversas, como inclusive contraditórias, como arcaísmos e neologismos, regionalismos e estrangeirismos, coloquialismos e eruditismos.²⁸¹

Para ele, ainda na entrevista com Günter Lorenz:

“a língua e eu somos um casal de amantes que juntos procriam apaixonadamente, mas a quem até hoje foi negada a bênção eclesiástica

²⁸⁰ – *sagarana* por exemplo, é um composto de *saga*, de origem germânica – e que quer dizer conforme o nosso *aurélio*, “*história ou narrativa rica em incidentes*” – , e *ana*, aumentativo de origem tupi – e “*Sagarana*”, seu primeiro livro lançado, foi o que foi e é o que é.

²⁸¹ – MARTINS, Nilce Sant’ Anna, *O LÉXICO DE GUIMARÃES ROSA*, op. cit.

e científica. Entretanto, como sou sertanejo, a falta de tais formalidades não me preocupa.”²⁸²

Além de um pormenor: ele se dizia praticante de uma “*metafísica da língua*” e esse aspecto metafísico, como disse a Lorenz, “*faz com que minha linguagem antes de tudo seja minha*”.²⁸³

E para ele, no tocante ao seu peculiar “*artesanato*” literário, o que interessava era “*intuição, revelação e inspiração*”, ao invés das regras

²⁸² – Homem do sertão brasileiro, região marcada profundamente pelo mistério e o desconhecido, mas ao mesmo tempo dotado de enorme erudição, naquela entrevista com Lorenz ele dá um depoimento de sua condição sertaneja que “ilumina” bem a sua obra: “*nós, os homens do sertão, somos fabulistas por natureza, (...) desde pequenos, estamos constantemente escutando as narrativas multicoloridas dos velhos, os contos e lendas, e também nós criamos um mundo que às vezes pode se assemelhar a uma lenda cruel. Deste modo a gente se habitua, e narrar estórias corre por nossas veias e penetra em nosso corpo, em nossa alma, porque o sertão é a alma de seus homens. Assim não é de estranhar que a gente comece desde muito jovem. Deus meu! No sertão, o que pode uma pessoa fazer do seu tempo a não ser contar estórias? A única diferença é simplesmente que eu, em vez de contá-las, escrevia. Com isso pude impressionar, mas ainda sem perseguir ambições literárias. Já naquela época eu queria ser diferente dos demais, e eles não souberam deixar escritas suas estórias... Eu trazia sempre os ouvidos atentos, escutava tudo o que podia e comecei a transformar em lenda o ambiente que me rodeava, porque este, em sua essência, era e continua sendo uma lenda. Instintivamente, fiz então o que era justo, o mesmo que mais tarde eu faria deliberada e consciente: disse a mim mesmo que sobre o sertão não se podia fazer literatura do tipo corrente, mas apenas escrever lendas, contos, confissões*”. [In LORENZ, Günter, op. cit., p. 36]

²⁸³ – É interessante assinalar que na obra “Grande Sertão: veredas” a narrativa inicia com um sinal matemático (–) o travessão que significa o *nada*, e termina com o sinal matemático de infinito (∞), ou o *tudo*. Ou seja, tudo tem razão de ser naquela obra. Um estilo todo próprio e altamente “metafísico” (aliás, é Riobaldo quem avisa, repetidamente: “*Tudo é e não é...*” – que remete para o *diálogo socrático* de Platão em “*Parmênides*” quando ele demonstra de forma conclusiva para seu interlocutor que “*se o um não é, nada é*”). E, para um maior aprofundamento no aspecto “metafísico” da obra de Rosa, dentre outros: ARAÚJO, Heloísa Vilhena, *O ROTEIRO DE DEUS*, Editora Mandarin, São Paulo, 1996.

preestabelecidas de “ordem, clareza e forma” e, “*meditação e aventura*” era o que bastava para escrever. Ele narrava alguma coisa como pretexto exclusivo para aplicar aquela forma *artesanal* de manuseio linguístico.²⁸⁴

Assim, ele procurava a maior “*possibilidade de expressão*”, e assim também, ele revolucionou a sintaxe como um todo que havia abandonado suas múltiplas possibilidades e se limitara a clichês e estereótipos. Utilizou-se de várias *técnicas alquímicas* e de vasto leque de recursos como: a ruptura da linearidade tradicional e das relações de causa e efeito na narrativa, que cedem lugar à simultaneidade e à planos múltiplos de descrição (vai e vem, subida e descida, volteios, à interpenetração até confusa dos níveis descritivos); valeu-se do *dissemina/recolhe* para chamar o leitor a participar da trama num abrir e fechar de olhos; de *rosáceas*; do emprego de técnicas híbridas e a fusão dos gêneros tradicionais, dentre outros, vários outros.

Incomodava-o sobremaneira, como disse a Lorenz, “*a servidão à sintaxe vulgar e rígida*” imposta pela “*gramática e a chamada filologia, ciência linguística, que foram inventadas pelos inimigos da poesia.*”

Na sua ficção ele inova e transcende o Regionalismo tradicional. O homem – pivô de seu universo ficcional – constitui o eixo motriz e a paisagem é vista através dele. Os personagens de Guimarães Rosa então são tipos que expressam a sua região ou a sociedade e, principalmente, a função que desempenham neste contexto através de seus atos dotados de uma ampla dimensão humana. Sua obra é também, ou até principalmente, o espaço existencial dos personagens, e a reconstituição pela narração, de uma região humana e universal em que a realidade é mostrada como algo múltiplo e em constante transformação/mutação. Daí, *viver é muito perigoso...*

²⁸⁴ – As afirmações também constam na entrevista com Günter Lorenz mas, sua “rebeldia” é escancarada em carta a seu editor de “Sagarana”, João Condé: “*Rezei, de verdade, para que pudesse esquecer-me, por completo, de que algum dia já tivessem existido septos, limitações, tabiques, preconceitos, a respeito de normas, modas, tendências, escolas literárias, doutrinas, conceitos, atualidades e tradições – no tempo e no espaço. Isso porque: na panela do pobre tudo é tempero. E, conforme aquele sábio salmão grego do André Maurois: um rio sem margens é o ideal do peixe.*” In ROSA, Vilma Guimarães, *RELEMBRAMENTOS: JOÃO GUIMARÃES ROSA, MEU PAI*, op. cit.

Como um traço marcante em sua obra, Guimarães Rosa coloca em xeque a *tiranía do racionalismo* – para ele a "*megera cartesiana*"²⁸⁵ – condenando sua supremacia sobre os demais níveis de realidade.

Entretanto, ele (talvez por *mineirice* ou por seu *viés* diplomático) não rejeita o racionalismo como uma entre outras possibilidades de apreensão da realidade, pelo contrário, todas as vezes que afirma algo passível de sugerir a adoção de uma visão quer mítica quer racionalista dos fatos, segue-se imediatamente uma contrapartida, e ambas as categorias *se inserem* no reino *das possibilidades*, apresentando-as em constante tensão em suas narrativas.

“Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada realidade, que é a gente mesmo, o mundo, a vida. Antes o obscuro que o óbvio, que o frouxo. Toda lógica contém inevitável dose de mistificação. Toda mistificação contém boa dose de inevitável verdade.”²⁸⁶

O mito e a fantasia, bem como os demais níveis de realidade que transcendem a lógica racionalista, constituem parte integrante do complexo mental do homem do sertão e acham-se presentes na obra de Guimarães Rosa de formas as mais variadas: superstições e premonições, crença em

²⁸⁵ - J. G. Rosa em carta ao seu tradutor italiano de CORPO DE BAILE, Edoardo Bizzarri, declara que seus livros são, em essência, "antiintelectuais" e "defendem o altíssimo *primado da intuição, da revelação, da inspiração, sobre o bruxulear presunçoso da inteligência reflexiva, da razão, a megera cartesiana.*" (grifo nosso), in BIZZARRI, Edoardo, *J. GUIMARÃES ROSA / CORRESPONDÊNCIA COM O TRADUTOR ITALIANO*, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, São Paulo, 1972, p. 17. E o termo, inspira e toma o título de um ensaio em, ARROYO, Leonardo, *A CULTURA POPULAR EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1984, pp. 4/28.

²⁸⁶ - In MEYER-CLASON, Curt, *JOÃO GUIMARÃES ROSA E A LÍNGUA ALEMÃ*, Editora Globo, Porto Alegre, 1969, pp: 107/108. [Esse autor foi tradutor de suas obras para o alemão e, segundo Rosa em depoimento à Günter Lorenz, foi "o melhor tradutor que conheci". O trecho citado diz respeito a uma carta de Rosa para Curt Meyer]

aparições, devoção a curandeiros e videntes, misticismo e temor religioso, como o temor ao diabo, certa admiração pelo mistério e o desconhecido. E o questionamento da “megera cartesiana”, de forma significativa, se expressa, dentre as várias e inusitadas formas, pela simpatia que devotava a todos aqueles que, não encarando a vida por uma ótica predominantemente cartesiana, surgem como *marginalizados* na esfera do “senso comum”. É o caso de loucos, cegos, doentes em geral, criminosos, feiticeiros, artistas populares, crianças e velhos. E a estes, se acrescentam também outros dominados por estados de *desrazão* passageiros, como a embriaguez ou a paixão, além de animais e bichos dotados de extrema *humanidade*²⁸⁷.

”Não só o foco narrativo recai diversas vezes sobre eles, construindo-se o relato a partir de sua perspectiva, como é deles que emana a 'poiesis' a iluminar as veredas narrativas. Lúcidos em sua loucura, ou sensatos em sua aparente insensatez, os tipos marginalizados que povoam o sertão rosiano põem por terra as dicotomias do racionalismo, afirmando-se nas suas diferenças. E, ao erigir este universo, em que **a fala dos desfavorecidos** se faz também ouvir, Rosa efetua verdadeira desconstrução do discurso hegemônico da lógica ocidental, e se lança na busca de terceiras possibilidades”.²⁸⁸

A constante busca de outras possibilidades – de *terceiras, quartas, quintas*, ... –, de “**se virar**”. Nada mais empreendedor, nada mais contemporâneo, nada mais Brasil. Aliás, naquela entrevista com Günter

²⁸⁷ – Por exemplo, no conto “Conversa de Bois” ele narra, de forma *parabólica*, a inusitada prosa de bois de carro na lida ao levar uma carga de rapadura e o corpo de um defunto. E boi Brilhante – “*junta de contra-coice, lado direito*” –, para entreter o grupo, além de comandar um debate “metafísico” sobre o *bicho-homem*, relata a estória do boi Rodopião: **um boi cartesiano** que após bolar um “método” baseado na lógica racional para pastar capim mais verde e fresco, sobe um morro seguindo suas “coordenadas” e rola ribanceira abaixo virando pasto de urubu – “*uns e muitos...*”. In ROSA, João Guimarães, *CONVERSA DE BOIS*, in *SAGARANA*, op. cit., pp: 301/338. Ou no emblemático conto “Burrinho Pedrês” em que o burrico “Sete-de-Ouros” é *fio-condutor* de toda a trama genial sugerida por um acontecimento real. [pp: 15/79]

²⁸⁸ – COUTINHO, Eduardo F., op. cit., p. 20.

Lorenz, ao ser questionado para explicar o que é “brasilidade”²⁸⁹, Rosa, após muito *volteio* e ataques à “*lógica professoral que só enxerga baboseira nesse termo*”, afirma que: “*para entender a 'brasilidade' é importante antes de tudo aprender a reconhecer que a sabedoria é algo distinto da lógica.*”²⁹⁰

Eis o *mote* que procurávamos.

Nessa breve e inspiradora *visita* a João Guimarães Rosa alguns pontos importantes gostaríamos de ressaltar. O primeiro é afirmar que ele praticou o mais puro e fino empreendedorismo com sua ousadia e sua compulsão radical pela inovação que resultou numa verdadeira revolução empreendida na linguagem ficcional brasileira.

Apesar da complexidade de sua obra, o sucesso de Guimarães Rosa não se restringe ao contexto intelectual. Prova disto, a grande quantidade de edições que se sucedem de seus livros e o número expressivo de traduções que povoam cada vez mais o mercado internacional. E prova também a série de leituras e interpretações de sua obra nas mais diversas linguagens como a teatral, a televisiva e a cinematográfica.

De certo modo, assim ele *criou e distribuiu riqueza* conforme preconiza a perspectiva econômica exposta anteriormente. E, certamente ele não *visava* o lucro, escrevia porque escrevia, *se virava*: criava. Havia uma certa e forte “necessidade de realização” em seu produzir. E seu *empreender*, fortemente motivado pela *necessidade* e jamais por uma mera busca de oportunidades²⁹¹, nos remete, sobremaneira, à “destruição criativa” *schumpeteriana*. Ele foi um grande empreendedor *das letras*.

²⁸⁹ – Günter Lorenz é um escritor, ensaísta, crítico literário, mas principalmente, é um alemão especialista em literatura brasileira e a pergunta dele a Rosa é muito clara: “*Agora uma coisa muito concreta, sobre a qual ainda não falamos e que é muito importante para toda a literatura brasileira e, portanto, também para sua obra. Estou me referindo à chamada 'brasilidade'. Desde que me ocupo de literatura brasileira, já tentei várias vezes esclarecer esse conceito.*”.[in LORENZ, Günter, op. cit., p. 54]

²⁹⁰ – LORENZ, Günter, op. cit., p. 57. [grifos nosso]

²⁹¹ – A tal entrevista com Günter Lorenz, já citada, descortina muito bem esse fato. Mas, ressaltamos, sua “necessidade de realização” – *achieving*, como concebeu David McClelland – como aludimos, tinha os pés em *terra brasílica*, aliás, num *sertão*.

De sua vasta obra, ressaltamos alguns pontos, algumas passagens. O primeiro, o emblemático episódio do pacto com o ... (*sei-lá-o-nome*) de Riobaldo em “Grande Sertões: veredas” – por amor a Diadorim e pelo ódio a Hermógenes – em que a figura mítica não aparece como entidade concreta, mas sua presença é insinuada a cada instante²⁹². Nas *Veredas Mortas*, Riobaldo *surge*: nasce para uma nova maneira de viver – para a liberdade: “*Fui cativo para ser solto?*”. E, após esse episódio *fáustico*, em que ele *recebe*, também, uma nova maneira de pensar – *sapientia*²⁹³ –, ocorre uma evidente compensação psicológica para Riobaldo manifestada por uma alta confiança em si mesmo e, dentre outros fatos, ele passa a ser o chefe do bando de jagunços – “*O Demo então era eu mesmo?*”.

Outro, ainda em *Grande sertão*, quando a uma certa altura do diálogo *proseado* que marca toda aquela trama magistral, na varanda de sua casa com um interlocutor (que, muitos afirmam ser o “próprio” Guimarães Rosa), Riobaldo nos diz que:

“Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”.²⁹⁴

Mas, no *sentido rosiano*, o que é o *sertão*, quais são as *astúcias* e como *vir armado*?

Ainda outro, marcado pelo conto, “A Terceira Margem do Rio”²⁹⁵, quando um homem, “*cumpridor, ordeiro e positivo*”, e aparentemente bem

²⁹² – De acordo com o famoso dito de Charles Baudelaire: “a mais bela manha do Diabo é persuadir-nos que não existe”, Riobaldo nos diz o seguinte: “*Deus existe mesmo quando não há.. Mas o demônio não precisa existir para haver – a gente sabendo que ele não existe, aí é que ele toma conta de tudo.*” [in ROSA, João Guimarães, *GRANDES SERTÕES: VEREDAS*, op. cit., p.61]

²⁹³ – É o próprio Riobaldo que nos diz: “*E, o que eu fazia, era que eu pensava sem querer, o pensar das novidades. Tudo agora reluzia com clareza, ocupando minhas ideias, e de tantas coisas passadas diversas eu inventava lembrança, de fatos esquecidos em muito remoto, neles eu topava outra razão: sem nem que fosse por minha própria vontade. Até eu não puxava por isso, e pensava o qual, assim mesmo, quase sem esbarrar, o tempo todo.*” In ROSA, João Guimarães, *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*, op. cit., p. 321.

²⁹⁴ – ROSA, João Guimarães, *GRANDES SERTÕES: VEREDAS*, op. cit., p.237. [grifos nosso]

integrado em sua pequena comunidade, abandona subitamente tudo e confina-se a uma canoa, passando a viver, para sempre, em movimento de ir e vir, no leito de um rio, talvez, em busca de outras possibilidades, talvez, de uma *terceira-margem*.

Tais pontos, de uma criatividade extremamente inspiradora, servirão para os nossos propósitos à frente, quando, ao final de nossa *travessia* – num “inventar para sugerir” –, serão retomados onde, numa “*brincadeira séria*”, proporemos um “pacto” como *terceira-margem-de-rio*, na tentativa de responder às questões colocadas anteriormente a partir do dito de Riobaldo

Mas, a “nova” *condição-de-contorno* implícita em sua vasta obra de que, repetimos, “*para entender a ‘brasilidade’ é importante antes de tudo aprender a reconhecer que a sabedoria é algo distinto da lógica*” é, simplesmente, magistral. E, certamente, vai iluminar nossas reflexões a seguir, sobre uma certa *condição brasileira* pois Rosa, ao “inventar” uma *brasilidade*, “entendeu-a” como poucos.

Guimarães Rosa, com sua *sabedoria*, enfim, nos convida a olhar o Brasil com olhos *não cartesianos* e a nos despir de preconceitos. Por isso, antes de mais nada, vamos começar a decodificar *nossas raízes* e perceber até que ponto o racionalismo ocidental – a “megera cartesiana” – tem a ver com as interpretações reinantes.

IV.2: A MEGERA CARTESIANA E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: O OLHAR SOBRE A BRASILIDADE

Muitos de nossos pensadores, da mais alta importância, dedicados a interpretar o Brasil na sua especificidade, foram influenciados por Max Weber e sua “sociologia compreensiva”²⁹⁶ – que, em suma, procura a interpretação das ações individuais a partir do sentido dado pelo agente – como fonte inspiradora para a própria autocompreensão do Brasil. E ele foi convocado pela literatura *predominantemente* para explicar o atraso da sociedade brasileira e, nesse sentido, para ajudar a identificar os obstáculos

²⁹⁵- ROSA, João Guimarães, *PRIMEIRAS ESTÓRIAS*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1978, pp. 27/38.

²⁹⁶ – Para um maior aprofundamento: WEBER, Max, *ECONOMIA E SOCIEDADE*, op. cit.

que nos impediram de ser modernos na medida em que se tem limitado a irradiação de sua influência a uma “sociologia da modernização”.²⁹⁷

Sendo assim, essa interpretação dominante dos brasileiros sobre si mesmos, pode ser denominada também, como fez Jessé Souza, de “sociologia da inautenticidade”, em que a ideia de um Brasil modernizado *p’rá inglês-ver*, uma modernização superficial, epidérmica e “de fachada”, ganha corpo. Nessa “sociologia”, o Brasil é personalista, pré-moderno, ibérico e patrimonial. A partir dela nos vemos como o “outro” da modernidade. E essa tem sido a nossa “sociologia oficial”.²⁹⁸

E isso nos leva a pensar que todo fruto de nosso trabalho ou de nossa *preguiça* – uma das principais *marcas* de nosso “atraso”, para muitos –, parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. Esse é o ponto.

O que a gente percebe, é que realmente a “megera cartesiana” é o grande pano de fundo de toda a discussão acerca de nossa contemporaneidade e, principalmente, de nossas diferenças. A *chave* analítica para uma melhor compreensão desse fato nos foi dada por Weber, como vimos, e passava pela esfera religiosa.

Mas, de suma importância, é a ambiguidade weberiana em relação ao lugar do racionalismo ocidental. Ela marcará nossos interpretadores pois Weber não se refere apenas à significação cultural desse racionalismo, mas também àquilo que acarreta conseqüências em larga escala à exemplaridade do Ocidente protestante em relação às outras culturas mundiais.

Mesmo embora Weber trate o tema do racionalismo e os conceitos de racionalidade e racionalização em um contexto de neutralidade valorativa, o que significa que, em princípio, não existe um racionalismo superior a outros e, portanto, nenhuma cultura pode constituir-se como modelo absoluto para todas as outras, como já vimos. Weber fica a meio caminho entre considerar o racionalismo ocidental como um entre outros de igual valor, ou como “superior” ao de outras culturas.²⁹⁹

²⁹⁷ – VIANNA, Luiz Werneck, *WEBER E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL*, in SOUZA, Jessé (Org.), *O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA*, op. cit., pp: 173/193.

²⁹⁸ – SOUZA, Jessé, *A MODERNIZAÇÃO SELETIVA – UMA REINTERPRETAÇÃO DO DILEMA BRASILEIRO*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

²⁹⁹ – SOUZA, Jessé, *A ÉTICA PROTESTANTE E A IDEOLOGIA DO ATRASO BRASILEIRO*, op. cit.

E, se existe um “projeto cultural do protestantismo ascético” – que para os mais variados, e importantes, pensadores brasileiros a busca da singularidade nacional sempre esteve atrelada a uma *adesão acrítica* a tal “projeto” –, assim, os Estados Unidos e suas instituições – como a mais bem-sucedida realização desse projeto – seriam sempre vistos como a pura positividade em contraste com a tradição ibérica, a qual seria vista como a negatividade pura. E nisso se perderia o fundamental, ou seja, a noção de ambiguidade cultural entendida como a necessidade de se fazer um balanço de perdas e ganhos em qualquer escolha cultural.

“A literatura em questão pressupõe a aceitação, sem restrições, do diagnóstico weberiano acerca do desenvolvimento ocidental. Assim, o que é atrasado ou avançado ou, em outras palavras, o que é tradicional ou moderno está implícito nas análises como referência absoluta. O que é perdido nesse processo é a dimensão real da noção de ambiguidade cultural. Tal noção, fundamental para a ciência da cultura, apreende qualquer escolha cultural contingente como envolvendo, simultaneamente, perdas e danos.”³⁰⁰

Parece-nos, portanto, e como já enfatizado anteriormente, mais consistente considerar que as reflexões de Max Weber, concentradas na especificidade do racionalismo ocidental, adequam-se melhor à necessidade de compreender o momento contemporâneo. Por isso que, no nosso entendimento, o protestantismo deveria ser visto *apenas* como um entre outros caminhos dentro da herança ocidental, a qual produziu a moralidade individual na passagem da ética da convicção – típica de sociedades tradicionais legitimadas religiosamente segundo uma moral substantiva – para a ética da responsabilidade, ética essa que pressupõe contexto secularizado e subjetivação da problemática moral. Simplesmente isso.

Mas, de modo geral, pode-se dizer que essa relação, entre Ocidente x Ibero-América, se converte em uma tensão constante no pensamento brasileiro sob a forma de uma verdadeira *saia-justa* que se manifesta basicamente em dois pontos: na crítica ao caráter imitativo da cultura brasileira e na deficiência de nossas instituições jurídico-políticas.

³⁰⁰ – Ibid., p. 18.

E ainda, e de forma recorrente: o sentimento de desterro; o sentido predatório da colonização portuguesa; o desprezo pelo trabalho/ocupação e a valorização do ócio; a adoção acrítica de idéias estrangeiras; o bacharelismo e a cultura ornamental; o autoritarismo; a democracia como equívoco; os apelos à ética na política e à construção de uma verdadeira cidadania; a confusão entre as esferas pública e privada; a mudança pelo alto e a modernização sem modernidade, são algumas das tantas maneiras pelas quais se expressam os sentimentos de inadequação e artificialismo da vida política e cultural do país, e que levaram, e ainda levam, a que o tema da identidade nacional seja um dos principais itens da pauta do pensamento brasileiro.

A rigor trata-se de uma maneira de pensar que conduz sempre a analisar o país pelo contraste com a modernidade ocidental, seja para vê-lo diminuído em relação a ela, seja para considerá-lo dotado de potencialidades que o permitiriam superá-la em suas dificuldades. Esse tipo de comparação faz parte de um quadro mais amplo que permeia o pensamento brasileiro desde o século XIX e permanece presente ainda hoje. Primeiro com os sentimentos antilusitanos do pós-Independência. Depois serviu ao Romantismo na tarefa de buscar o Brasil verdadeiro no indigenismo – vide o caso, emblemático, do “nobre” *Peri* de José de Alencar. Em seguida a geração de 1870 que, motivada pela adoção de teorias raciais, nos condenava, como país mestiço e tropical, a um futuro inglório. Depois vem o Modernismo que inverte a equação: passa-se da vergonha ao orgulho de sermos o que somos – aí, por exemplo, “Macunaíma” de Mário de Andrade, mesmo “sem caráter”, passa à condição de herói, além da utopia de “Pindorama” de Oswald de Andrade que passa a ser nosso *lugar* desejado. E vem também o Regionalismo – com Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, José Lins do Rego, Jorge Amado, dentre outros, e, “subvertendo” as normas, João Guimarães Rosa. A partir da década de 30, os “intérpretes do Brasil”, que viriam a se tornar clássicos³⁰¹, conferem um *status* científico ao debate, mas, no fundo no fundo, para alguns, permanece a atração pelas “luzes” da civilização

³⁰¹ – Sérgio Buarque de Holanda, Viana Moog, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Roberto DaMatta, dentre outros.

européia, cujos padrões eram modelo a ser atingido.³⁰² E, depois, e em suma, a comparação se volta para os Estados Unidos, de formas até obcecada. E, mais recentemente, às “teorias desenvolvimentistas” – fato esse inclusive, enfatizado em nosso capítulo inicial *apud* Roberto Bartholo.

De forma geral, como disse Antônio Cândido, toda nossa vida intelectual

“se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. Ora a afirmação premeditada e por vezes violenta do nacionalismo literário, com veleidades de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus. Isto se dá no plano dos programas, porque no plano psicológico profundo, que rege com maior eficácia a produção das obras, vemos quase sempre um âmbito menor de oscilação, definindo afastamento mais reduzido entre os dois extremos.”³⁰³

De certa forma, poderíamos dizer que essa “variação” em nossa produção intelectual – não só no campo da literatura³⁰⁴ –, baseada na oscilação constante entre “localismo e cosmopolitismo”, é também a procura incessante (e até interessante) por uma identidade, ou seja, por alguma coisa que nos singularize perante ao “mundo” (e inclusive a *nós mesmo*).

Para os nossos propósitos então, vamos somar à *brasilidade* emanada da obra de Guimarães Rosa ao percorrer os caminhos interpretativos de dois pensadores que, embora se utilizem do “artesanato” *weberiano* para suas

³⁰² – Para um maior aprofundamento: CIVALE, Leonardo, *O AVESSO DO DOUTOR PROGRESSO – TRADIÇÃO, MODERNIDADE E “RAÍZES DO BRASIL”*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Março de 1995.

³⁰³ – CÂNDIDO, Antônio, *LITERATURA E SOCIEDADE*, Companhia e Editora Nacional, São Paulo, 1985, p. 109. É interessante assinalar aqui o sugestivo título escolhido por Antônio Cândido que nos remete sobremaneira à grande obra que *funda* a “sociologia compreensiva” de Max Weber: “Economia e Sociedade”.

³⁰⁴ – Estamos colocando num mesmo plano tanto a criação literária propriamente dita, como a criação de textos em ciências sociais, na medida em que ambas se reportam a uma imaginação sem fronteiras– tratam de “ficção”. Embora, que fique claro, as ciências sociais têm um compromisso com uma prática e com conceitos, a literatura não.

análises, localizam-se, de certa forma, em pólos opostos (ou no mínimo, em pólos diferentes): Sérgio Buarque de Holanda – que analisa, de forma singular e sofisticada, a cultura brasileira em comparação com o Ocidente – e Clodomir Viana Moog – que também analisa a cultura brasileira mas, em clara oposição ao Ocidente protestante (e, especificamente aos EUA). E, para complementar traremos também um outro pensador que, embora estrangeiro, teve (e tem) fortes laços acadêmicos e de amizade por aqui, e que trará suas considerações para ilustrar nossas reflexões sobre ibero-américa e anglo-américa, Richard Morse. Todos esses trazem, de uma forma ou de outra, Max Weber como referência.

A esse olhar “formal” de nossos *intérpretes*, acrescentaremos um outro “olhar”, mais “informal”, a partir de relatos de alguns viajantes que por aqui estiveram e andaram. E em todos esse *olhares*, fica evidente a influência da *megera cartesiana* a provocar “desvios”. Tais relatos, acrescidos da visão daquela “sociologia oficial” mais a *falta de lógica rosiana*, nos ajudarão “entender” a *brasilidade* e a conformar uma certa “condição brasileira” – um certo *como somos vistos* – na medida que trarão valores que compõem a nossa sociedade e principalmente aqueles que afetam ao nosso empreender.

Feito isso, adiantamos que os *olhares* “informais”, que seguirão mais a frente, não devem nada a alguns comentários que vemos hoje no dia-a-dia. E eles servem para ilustrar como nós “outros” – *nosotros!* – fomos (e somos) observados (*por lá e por cá*, ainda hoje).

IV.2.1: Sérgio Buarque e as nossas raízes ibéricas

Sérgio Buarque de Holanda, tido com toda justiça como um dos maiores pensadores brasileiros, é um caso típico daquele seguidor de Max Weber e sua “sociologia compreensiva” devidamente adaptada a *terra brasilis*.

O ponto zero da constituição da sociedade brasileira para ele é marcado pela circunstância de termos recebido nossa herança europeia de uma nação ibérica: Portugal. E em seu “Raízes do Brasil”, nossa tradição cultural, de matriz ibérica, é contraposta à herança nórdica protestante e o “personalismo” – ou melhor, a cultura da personalidade – o traço mais característico e decisivo da cultura ibérica que se implantou entre nós. Nesse livro, Sérgio Buarque introduz um eixo temático que a partir de então irá se

tornar dominante no pensamento social local: a mentalidade vigente mostra-se avessa ao associativismo racional típico dos países protestantes, especialmente dos calvinistas, em função desse *personalismo* que impedirá a solidariedade, formas de organização e de ordenação *horizontais* no nosso país (tanto ontem como hoje). E nossa tradição cultural seria “individualista-amoral” e incapaz de superar o imediatismo emocional que caracteriza as relações sociais dos grupos primários como a família.

“Com efeito, onde quer que se prospere e assente em bases muito sólidas a idéia de família – e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e evolução da sociedade segundo conceitos atuais. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes antifamiliares por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito de iniciativa pessoal e na concorrência entre cidadãos.”³⁰⁵

Em suma,

“Uma vez que as instituições modernas mais importantes, como o Estado e o Mercado, teriam como pressupostos a superação do horizonte da solidariedade familiar, aí estaria a causa de nosso descompasso político e econômico. A falta de um vínculo associativo horizontal, que possibilite as constelações de interesses de longo prazo, passa a ser percebida como a causa fundamental do nosso atraso de então.”³⁰⁶

Entretanto, para Sérgio Buarque, o personalismo ibérico possuiria, ao mesmo tempo, um caráter anti-tradicional e até “democrático”. E isso seria visível no componente meritocrático do pensamento ibérico sobrepondo-se à ideia de privilégios herdados.

³⁰⁵ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., pp: 103/104.

³⁰⁶ – SOUZA, Jessé, *A ÉTICA PROTESTANTE E A IDEOLOGIA DO ATRASO BRASILEIRO*, op. cit., p. 33.

Para ele,

“Nesse ponto, ao menos elas (as nações ibéricas) podem considerar-se legítimas pioneiras da mentalidade moderna. Toda gente sabe que nunca chegou a ser rigorosa ou impermeável a nobreza lusitana.”³⁰⁷

Pois afinal,

“A verdadeira, a autêntica nobreza já não precisa transcender ao indivíduo; há de se depender das suas forças e capacidades, **pois mais vale a eminência própria do que a herdada.**”³⁰⁸

A ética personalista seria, desse modo, intrinsecamente fidalga e aristocrática – “*não de vilões*” – e compartilhada igualmente tanto por nobres como por plebeus – a “*presunção de fidalguia*”.³⁰⁹

E, para os nossos propósitos, esse assunto – a “raiz” de nossa ideia de meritocracia dando condições por aqui para uma “atualização peculiar” do individualismo brasileiro – é de suma importância pois,

“O mérito pessoal, quando fundado em tais virtudes, teve sempre importância ponderável. (...)”

Efetivamente, as teorias negadoras do livre arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses. Nunca eles se sentiram à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento.

³⁰⁷ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, RAÍZES DO BRASIL, op. cit., p. 7.

³⁰⁸ – Ibid., p. 9. [grifos nosso]

³⁰⁹ – Sérgio Buarque ressalta o caráter “democrático” da sociedade portuguesa de então, afirmando que: “Na era dos grandes descobrimentos marítimos, Gil Vicente podia notar como a nítida separação das classes sociais que prevalecia em outros países, era quase inexistente entre seus conterrâneos: ‘...em Frandres e Alemanha, em toda França e Veneza, que vivem per siso e manha, por não viver em tristeza, não he como nesta terra; porque o filho do lavrador casa lá com lavradora, e nunca sobem mais nada; (...) isto per lei ordenada.’ ” In HOLANDA, Sérgio Buarque de, RAÍZES DO BRASIL, op. cit., p. 7.

Foi essa mentalidade, justamente, que se tornou o maior óbice, entre eles (os povos ibéricos), ao espírito de organização espontânea, tão característica dos povos protestantes, e sobretudo de calvinistas. Porque, na verdade, as doutrinas que apregoam o livre arbítrio e a responsabilidade pessoal são tudo, menos favorecedoras da associação entre os homens.”³¹⁰

Resumindo, para Sérgio Buarque, foi essa mentalidade do reconhecimento social pelo mérito e responsabilidade individual que se tornou o maior impedimento para a constituição de um espírito de auto-organização horizontal (entre iguais, portanto) e espontânea tão próprio dos calvinistas.

Essa associação de ideias soa no mínimo estranha. Como vimos anteriormente a partir de Max Weber, foi precisamente o *protestantismo ascético* que contribuiu mais decisivamente para a *criação e consolidação das ideias e dos valores de responsabilidade pessoal e mérito diferencial baseados no desempenho*. Deve haver alguma razão para isso, Sérgio Buarque não estava enganado.

Jessé Souza³¹¹ nos aponta que para Sérgio Buarque, dada a perspectiva real de mobilidade social na sociedade portuguesa – uma vez que a burguesia mercantil ascendente não teve a necessidade de constituir e defender valores específicos à consciência burguesa pela sua incapacidade de criar valores próprios –, houve, desse modo, antes uma assimilação dos valores tradicionais do personalismo aristocrático que se transformou, dessa maneira, em código valorativo da sociedade portuguesa como um todo.

Assim,

“Buarque refere-se aqui, certamente, a um outro contexto de ideias. Personalismo, no sentido utilizado por ele, vincula responsabilidade individual e respeito ao mérito individual **enquanto aspectos subordinados à própria personalidade**. Os fins e os objetivos perseguidos por essa personalidade fidalga jamais são **extrapessoais ou impessoais**, o que implicaria desse modo, submissão a objetivos

³¹⁰ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. 9. [grifo nosso]

³¹¹ – SOUZA, Jessé, *A MODERNIZAÇÃO SELETIVA – UMA REINTERPRETAÇÃO DO DILEMA BRASILEIRO*, op. cit.

exteriores, quer seja de natureza religiosa quer seja mundanos. O alfa e o ômega da idéia de personalismo em Sérgio Buarque aponta, portanto, para uma constelação de interesses e valores que encontram no próprio indivíduo sua razão de ser e seu norte.”³¹²

Eis aqui portanto uma das “peculiaridades” do nosso individualismo. Daí então, a fragilidade relativa das relações sociais baseadas em interesses racionais em uma sociedade personalista eivada de sentimentos e afetos cujo núcleo é a família. Como decorrência, tem-se a ausência da perspectiva dos acordos e compromissos entre iguais – e aí, a instituição mercado, que vive da impessoalidade e da distância afetiva de modo a permitir a eficácia específica do mecanismo da concorrência, também é “invadida” por esse *personalismo*³¹³.

E, em assim sendo, os caminhos abertos e propostos são os do mando e da obediência irrestrita a partir de vínculos verticais de hierarquia – o princípio unificador representado pelos governos, como um

“tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma de suas formas características nas ditaduras militares”.³¹⁴

Antônio Cândido ressalta ainda que a isso tudo – a ausência do princípio de hierarquia e a exaltação do prestígio pessoal com relação ao privilégio – se ligaria, na Península Ibérica, o que Sérgio Buarque, pela primeira vez, alude como um dos temas fundamentais do livro:

"a repulsa pelo trabalho regular e as atividades utilitárias, de que decorre por sua vez a falta de organização, porque o ibérico não renuncia às veleidades em benefício do grupo ou dos princípios." ³¹⁵

³¹² – Ibid., p. 163. [grifos nosso]

³¹³ – É interessante assinalar, nesse aspecto, a Nota 3 – “*Aversão às virtudes econômicas*” [pp: 96/99] –, além do que, é sintomático a forma depreciativa que se associou em português a palavras como: *tratante* (de trato, acordo, contrato) e *traficante* (de negociante) [p. 78]. In HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit.

³¹⁴ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. 9.

“Raízes do Brasil” é marcado pelas oposições – trabalhadas nos capítulos iniciais – entre “trabalho e aventura”, e entre “o ladrilhador e o sementeiro”³¹⁶. Tais oposições, sobremaneira, apontam para aquelas características singulares da ética protestante vistas anteriormente: a precedência dos interesses de longo prazo sobre os de curto prazo, a importância do controle racional dos afetos e as vantagens da cooperação social sobre o *personalismo*.

Segundo Sérgio Buarque, o traço “sementeiro” do colonizador português em particular, em suma, seria caracterizado então pela *imprevidência*, por

“nenhum estímulo vindo de fora os incitava a tentar dominar seriamente o curso dos acontecimentos, a torcer a ordem da natureza.”³¹⁷

Mas é no capítulo sobre o “homem cordial”, talvez o clímax do argumento *buarqueano*, que emerge uma reflexão que visa a uma síntese e a condensação de toda a ideia que perpassa o livro.

Podemos dizer que “Raízes do Brasil” é constituído por (dentre outras) uma linha básica de argumentação, a que estabelece o que seria o nosso tradicionalismo, profundamente marcado pelo iberismo – caracterizado pelo culto à personalidade e pela aventura – e que deságua no tipo ideal da *cordialidade*.

Numa leitura atenta do “homem cordial” permite-nos deduzir que ele é o inverso perfeito do perfil weberiano do tipo ideal do protestante ascético, para quem a condução da vida é determinada “de dentro”, por um ato de vontade que controla a emotividade em nome de uma ação conseqüente no mundo externo. Daí o racionalismo que habita esse tipo de personalidade ser o da “dominação do mundo”. Por outro lado, e de “maneira transversa”, a

³¹⁵- CÂNDIDO, Antônio na Introdução de HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. xliii.

³¹⁶ – A distinção entre “Trabalho & Aventura” é abordada no capítulo 2 [pp: 12/40] e, entre “O Sementeiro e o Ladrilhador”, no capítulo 4 [pp: 61/100] de HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit. É interessante assinalar que, na “oposição” *ladrilhador* versus *sementeiro*, aquele é o colonizador da América Espanhola e o outro, da América Portuguesa, portanto, *ambos ibéricos*.

³¹⁷ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. 64. [grifos nosso]

racionalidade típica que habita o perfil do “homem cordial” é “acomodação ao mundo”. Ele é assim *semeador* e não *ladrihador*.³¹⁸

A expressão “homem cordial”, tomada de empréstimo ao escritor Ribeiro Couto, deve ser entendida no sentido etimológico, como o próprio Sérgio Buarque frisou³¹⁹. A cordialidade (relativa às coisas do coração) surge como herança de uma sociedade personalista (e patriarcal) e se opõe ao domínio do racional e do impessoal que pauta as sociedades politicamente avançadas. Pela “lógica” *cordial*, a lei é secundária e flexível. Em seu solo frutificam o clientelismo, a troca de favores, o nepotismo, a impunidade e a substituição do mérito pelo Q. I. (“quem indicou”) como critério de construção dos quadros da nação. De todos esses “vícios”, a *cordialidade* é mãe gentil.

No último capítulo de “Raízes do Brasil” – “Nossa Revolução” –, ele alerta para o fato de a sociedade brasileira passar por profundas mudanças, numa “*revolução lenta, mas segura e concertada*”, que segue seu curso desde meados do século XIX e se fortalece com a Abolição da Escravatura, a qual lança o golpe de morte no domínio rural – fonte de manutenção da *cordialidade*. Entretanto, essa revolução, que transfere o centro de poder para as cidades, corrói a *cordialidade* sem trazer consigo a “civilidade” que, ao menos a configuração clássica do moderno, parece exigir: polidez, diferenciação entre o público e o privado, ética do trabalho. Esse desencontro, para ele, é o “trágico” de nossa situação.

³¹⁸ – Max Weber faz esse tipo de comparação, no capítulo final de seus estudos sobre a religião na China e chega à conclusão de que o inverso perfeito do protestante ascético seria o confuciano oriental – tipo social que une civilidade a boas maneiras. Por isso estamos fazendo uma análise de forma “transversa” e aproveitando aquele argumento a partir de SOUZA, Jessé, *A ÉTICA PROTESTANTE E A IDEOLOGIA DO ATRASO BRASILEIRO*, op. cit.

³¹⁹ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., Nota 157, pp: 106/107. Sérgio Buarque de Holanda nunca disse que o caráter nacional privilegia a bondade, que o “homem cordial” é um “gente boa”, acomodado – poucos clichês da “brasilidade” terão sido mais deturpado que esse. Embora ele tenha falado em “*lhaneza no trato, hospitalidade, generosidade*”, ele também afirmou que “*A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado.*”

"Nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a infixidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhos rurais. Espelhava bem essas condições o fato, notado por alguém, em fins da era colonial, de que nas tendas de comerciantes se distribuíam as coisas mais disparatadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras de um boticário como vomitórios de um ferreiro. Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade."³²⁰

Entretanto, essa *tragédia*, não significa que para Sérgio Buarque o “homem cordial” não tenha qualidades e virtudes, possíveis de afirmação em meio às grandes transformações do capitalismo contemporâneo dito *globalizado*, cujos arautos preconizam “exigências” de novo tipo. E aí, a plasticidade, a capacidade de acomodação e adaptação – e seus correlatos de base relacional –, ganham o *status* de “vantagens”. E o “homem cordial”, embora aja pelos impulsos do coração, sem distanciamento das situações e objetos exteriores, e, dessa maneira, é refratário a submeter-se a regras abstratas e a diferenciar a esfera pública de privada, além de não conseguir se dedicar ao esforço continuado numa atividade sistemática e racionalmente rotinizada, esforço esse que exige uma submissão do indivíduo ao objeto do trabalho, é **forro e se vira!**.

“A vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades.”³²¹

Constatamos no Brasil contemporâneo que a *cordialidade* lentamente “se disciplina” e “se civiliza” (o próprio GEM, por exemplo, *traduz* esse fato

³²⁰ – HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. 28.

³²¹ – *Ibid.*, p. 112. [grifos nosso]

na nossa crescente participação no mundo dos “empreendimentos” mas de “outra” *forma*) sem contudo romper radicalmente com suas características iniciais – *ela* “se vira”. Estamos diante de uma situação em que a nossa tradição se moderniza “por dentro”. E a nossa raiz ibérica, desse ponto de vista, passa a possibilitar uma outra versão do moderno – e não simplesmente a sua antítese.

Percebemos então, a partir desse grande autor, com certeza, um sentido agudo, que faltará a vários outros pensadores que buscam entender o Brasil: ao marcar nossas diferenças, ele busca articular, de algum modo, nosso ser real com uma bem-vinda influência do modelo protestante idealizado.³²²

Assim, Sérgio Buarque de Holanda abriu caminhos para se pensar o Brasil na sua singularidade exótica, excluída, diferente, desigual, errada, e principalmente *nossa*.

IV.2.2: O mazombo e o yankee: o Brazil de Viana Moog

Para Clodomir Viana Moog, em “Bandeirantes e Pioneiros”³²³, de nossa herança ibérica – “*os restos de um feudalismo acobertador de uma sociedade indecisa entre o passado e o futuro*” – por aqui se implantou

"uma economia indefinida, nem inteiramente feudal e nem inteiramente capitalista, mas um misto de medievalismo, modernismo, feudalismo e mercantilismo, um feudalismo desprovido de espírito medieval, e um mercantilismo a que faltaria o verdadeiro espírito do capitalismo."³²⁴

Daí ele se propõe a responder exatamente à pergunta que está presente, de maneira implícita ou explícita, em muitos dos autores que se dedicaram a interpretar o Brasil: quais os motivos do contraste entre o progresso dos Estados Unidos e o atraso brasileiro?

³²² – Esse ponto é esboçado no famoso capítulo final de “Raízes do Brasil” e é ainda melhor desenvolvido em seus trabalhos posteriores como, por exemplo, em *COBRA DE VIDRO*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1987.

³²³ – MOOG, Clodomir Viana, *BANDEIRANTES E PIONEIROS: PARALELO ENTRE DUAS CULTURAS*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.

³²⁴ – *Ibid.*, p. 7.

“Como foi possível para os EUA, país mais novo do que o Brasil e menor em superfície continental contínua, realizar o progresso quase milagroso que realizaram e chegar aos nossos dias, à vanguarda das nações, com a prodigiosa realidade do presente, sob muitos aspectos a mais estupenda e prodigiosa realidade de todos os tempos, quando nosso país, com mais de um século de antecedência histórica, ainda se apresenta, mesmo à luz de interpretações e profecias mais otimistas, apenas como o incerto país do futuro?”³²⁵

Ele inicia sua comparação entre os dois países rejeitando de saída as explicações pela superioridade racial³²⁶. Em seguida, o atraso brasileiro é explicado por fatores geográficos quando ele observa indiscutível superioridade ao aspecto meio aos Estados Unidos³²⁷. Como a geografia não explica tudo³²⁸, ele sai em busca de condicionantes ético-religiosos, à *moda* weberiana.

Para ele, os Estados Unidos são o único país que “nasceu calvinista”³²⁹. Daí, o orgulho de serem “americanos” por oposição à Europa, no sentido do orgulho de quem está construindo a vida de acordo com uma ideia de comunidade/seita – tida como sagrada. Uma vida baseada na ética do trabalho, no aperfeiçoamento moral e no pragmatismo econômico. Esse é o mundo do “pioneiro” americano.

No Brasil, para ele, a figura correspondente, em termos de realidade histórica, é o “mazombo”. Este, é o filho do português nascido no Brasil e cujas características se assemelham ao perfil do “homem cordial” de Sérgio Buarque: individualismo personalista, busca de prazeres imediatos, descaso por ideais comunitários e de longo prazo.³³⁰

³²⁵ – Ibid., p. 3.

³²⁶ – Ibid., p. 5 e 28. Ele inclusive registra seu espanto diante do predomínio de tais teorias por aqui, para ele a miscigenação seria um traço de vantagem para nós ao atenuar os conflitos raciais.

³²⁷ – Ibid., p. 9 e 17.

³²⁸ – Ibid., p. 47.

³²⁹ – Ibid., p. 67.

³³⁰ – Mas aqui tem-se também o confronto do absolutamente positivo com o absolutamente negativo – pioneiro/mazombo – que nos remete, mais uma vez, aos

“Não há como esquecer as heranças culturais e religiosas dos dois países, os fatores éticos, filosóficos, psicológicos, simbólicos e estéticos que constituíram o passado das duas culturas, (...) (o fato do Brasil ter sido) conquistado por um povo mediterrâneo, católico, barroco e latino, e os Estados Unidos por um povo nórdico, anglo-saxão e protestante.”³³¹

Para Viana Moog, a história tem mais a dizer sobre os fatos sociais do que os determinismos geográfico, étnico, biológico ou econômico:

“... não há (como) senão recorrer à história, ao passado longínquo das duas civilizações, e delas destacar aquelas diferenças que, estremando as duas culturas no plano religioso, moral e psicológico, possam ter influído, pelas suas repercussões no plano material e econômico.”³³²

Daí seguem-se comparações, as mais variadas, entre a conquista dos bandeirantes e a colonização dos pioneiros, abordando alguns dos vários temas recorrentes entre tantos *explicadores* do Brasil, como, por exemplo: sentido predatório da colonização portuguesa³³³; desterro do brasileiro que se sente “europeu extraviado”³³⁴; cultura ornamental e desprezo pelo trabalho³³⁵; o Brasil como arquipélago cultural³³⁶; a malandragem como símbolo cultural do país³³⁷.

Ele se utiliza de símbolos e mitos tais como o “bandeirante”, o “pioneiro”, o “yankee”, o “mulato”, o “malandro”, além do já citado

pares conceituais heleno/bárbaro e cristão/pagão. Esse “ritmo” é marcante em sua obra.

³³¹ – Ibid., pp.: 91/92.

³³² – MOOG, Clodomir Viana, *BANDEIRANTES E PIONEIROS: PARALELO ENTRE DUAS CULTURAS*, op. cit., p. 92.

³³³ – Ibid., p. 97.

³³⁴ – Ibid., p. 115.

³³⁵ – Ibid., p. 129. Aqui inclusive ele afirma que: ... *o próprio Reino tudo fazia por impedir a dignificação da atividade manual e de toda a forma de trabalho orgânico.*

³³⁶ – Ibid., p. 151.

³³⁷ – Ibid., p. 233.

“mazombo”. Com relação aos nossos tipos, ele faz uma abordagem superficial e sem maiores aprofundamentos (por exemplo como fez Sérgio Buarque), não explicita se esses seriam tipos ideais, e acaba muito próximo dos equívocos dos antigos teóricos da raça e do clima não acrescentando dados relevantes. O “bandeirante”, por exemplo, no que diz respeito à realidade histórica, e como o título do livro sugere, é o contrário do “pioneiro”: é errante e de ânimo econômico predatório e extrativista.

Mas o que marca sua análise “tipológica” é a obcecada admiração pelos Estados Unidos. Ele se fixa nos tipos sociais americanos que analisa – o *pioneiro* e o *yankee*. Para ele, “*as figuras representativas do espírito nórdico americano*”. E trabalha tais tipos a partir de uma interessante distinção temporal. O “pioneiro” é o pequeno produtor rural, cronologicamente anterior. Ele é o povoador e o conquistador de terras³³⁸. O “yankee”, por sua vez, é o *pioneiro*, já urbano, capitalista e empreendedor. E, para Moog, a civilização *yankee* se resume na frase de Thomas Paine: “We have in our power to begin the world all over again” (*Nós temos o poder de refazer o mundo*). E é dela a América de hoje.

Entretanto, em sua abordagem pela esfera simbólica, é o “pioneiro” quem continua no imaginário americano como um mito, como fonte de inspiração, poesia e sonho – a imagem do presidente Abraham Lincoln é o grande exemplo dessa transfiguração (como já assinalamos anteriormente). Da mesma forma que o “bandeirante” representa para nós o mesmo que a imagem transfigurada do “pioneiro” para os americanos e o estado de São Paulo, principal estado brasileiro em quase todos os aspectos, seria, para ele, um exemplo perfeito dessa transfiguração, mas sem vínculos com a realidade. Se existe um pedaço do Brasil cujos méritos estão ligados ao espírito do “pioneiro”, este seria precisamente São Paulo.³³⁹

³³⁸ – Para Viana Moog, o correlato mais próximo do pioneiro seria o nosso colono do sul do país.

³³⁹ – É interessante ressaltar que Viana Moog atribui, nessa peculiar transfiguração simbólica, ao “bandeirante” as realizações paulistas, conferindo-lhe qualidades que ele nunca teve. Fica claro que, para Viana Moog, se existe um estado brasileiro cujos triunfos são produtos do colono imigrante este é São Paulo. Mas, apesar de tudo: “... *a julgar pela atoarda da literatura nacional em torno dos bandeirantes, dir-se-ia que o São Paulo moderno, o São Paulo das indústrias, o São Paulo do café, o São Paulo que constrói e monta o mais soberbo parque industrial da América*

No entanto, apesar do tom e do *ritmo* do livro ser a, explícita, contraposição de formas de colonização a partir de heranças religiosas e culturais distintas, uma levando a um desenvolvimento em progressão geométrica (EUA), e a outra conduzindo a uma mera progressão aritmética (Brasil), Viana Moog percebe ambiguidades na tradição protestante. Ele verifica que a superioridade econômica do protestante não implica, obrigatoriamente, superioridade em todos os aspectos da vida – coisa rara por aqui. Daí ele sugere, por exemplo, a incompatibilidade entre puritanismo e fraternidade, associando-a à propaganda racista do imperialismo inglês e à discriminação racial aberta nos Estados Unidos³⁴⁰. E aborda também um tema essencialmente contemporâneo, ainda que de forma tangencial, a ambiguidade capitalista em geral, que reduz todas as “qualidades” a uma lógica quantitativa³⁴¹.

Enfim, Viana Moog, *apoiado* em Max Weber, e numa mesma época que Sérgio Buarque e outros intérpretes da *brasilidade*, no nosso entendimento, “inaugura” e dá forma ao nosso (péssimo) senso *herodianizado* de que somos atrasados³⁴². Ele dá forma à visão hegemônica de que o que é bom para os EUA será necessariamente muito bom para o Brasil (e o resto do planeta). Assim, confirma, de forma “transfigurada”, o (“trágico”) dito de Leopoldo Zea: “Para o moderno, o passado é algo útil; para o ibero-americano

do Sul, é obra exclusiva do bandeirante e do espírito da bandeira. Porque nisto de emprestar ao bandeirante atributo que ele nunca teve, o paulista de quatrocentos anos é um perfeito ianque. Se, para valorizar o símbolo que lhe é caro, for preciso atribuir ao bandeirante atributos orgânicos, ele o atribuirá; se para magnificá-lo for preciso torcer a história ele a torcerá. Embora tomando de empréstimo ao pioneiro, para dar ao bandeirante, qualidades, intenções e preocupações que ele nunca teve, ainda é a imagem idealizada do bandeirante a que paradoxalmente mais cultua o estado mais pioneiro do Brasil.” In MOOG, Clodomir Viana, BANDEIRANTES E PIONEIROS: PARALELO ENTRE DUAS CULTURAS, op. cit., pp: 211/212.

³⁴⁰ – Ibid., pp: 242/243.

³⁴¹ – Ibid., p. 247

³⁴² – Desculpe a *hipérbole* ao colocar Viana Moog como aquele que “inaugura” a forma de pensar de nossa elite *herodianizada*: ele não foi o primeiro e nem será o último.

é um obstáculo.” Moog, se utiliza do passado para apontar obstáculos: isso é ser moderno?!

IV.2.3: A mensagem de Richard Morse

Richard McGee Morse é um intelectual singular. Um americano que fez caminho inverso ao completar seu doutorado por aqui, na USP, na década de 40, e que participou da efervescência cultural de então ao conviver e fazer amizade com muitos dos nossos mais importantes intelectuais.³⁴³

Sobre ele, o depoimento de Antônio Cândido é fundamental:

“Sempre houve nele (Richard Morse) a fascinação pelo mundo latino-americano, que o levou desde estudante a escolher a sua história como especialização, a viajar pelo México, por Cuba, pela América do Sul, a observar as diversas faces da nossa realidade com uma simpatia penetrante. Isso foi ajudado por um traço pessoal: a despreensão que leva à abertura para sugestões que vêm de fora e impede a imposição de padrões pré-fixados, geralmente marcados pelo preconceito. Essa despreensão se traduz no plano pessoal por uma bonomia bem humorada de quem parece não levar muito a sério a si e aos outros, mas é na verdade sinal do interesse pela diferença, e da disposição de respeitá-la.”³⁴⁴

Com Richard Morse, temos a comparação entre os dois universos culturais – Ibero-América e Anglo-América – retomada em sentido inverso. Em seu livro, “O Espelho de Próspero: Cultura e Ideias nas Américas”³⁴⁵ –

³⁴³ – Sua tese, que teve como um dos orientadores Sérgio Buarque de Holanda (de quem nutria, explicitamente, um carinho todo especial), sobre a história da cidade de São Paulo ainda é uma (ou **a**) referência para os estudiosos do tema. Ele conviveu por aqui e fez amizade, nos tempos da USP, com pessoas do porte de Antônio Cândido, Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Oswald de Andrade, Mário de Andrade, dentre outros.

³⁴⁴ – CÂNDIDO, Antônio, na Apresentação de MORSE, Richard M., *O ESPELHO DE PRÓSPERO: CULTURA E IDEIAS NAS AMÉRICAS*, op. cit., pp: 9/10.

³⁴⁵ – MORSE, Richard M., *O ESPELHO DE PRÓSPERO: CULTURA E IDEIAS NAS AMÉRICAS*, op. cit.

cujo título já é bastante sugestivo –, ele trabalha a “*história comum das Américas*”³⁴⁶, ao analisar a Ibero-América a partir das opções culturais e

³⁴⁶ – Na Introdução de seu outro livro “A Volta de McLuhanaíma” – outro título por demais sugestivo além de irreverente: Marshall MacLuhan + Macunaíma (“*A mensagem é a mensagem!!!*”, p.257) – ele recorre a uma terminologia que detecta dois grandes enfoques no estudo histórico do Continente: o “genético” e o “situacional” (assunto esse que ele já havia tratado em seu artigo “The bandeirantes” de 1965). Em suma, o primeiro interpreta o “Novo Mundo” a partir das ideias e das instituições transportadas do “Velho”, tratando aquele como uma folha em branco a ser preenchida com o legado transatlântico. Nessa linha é comum a comparação – e geralmente a oposição – entre Anglo-América e Ibero-América (“O Espelho de Próspero” é um grande exemplo). O segundo enfoque explicativo, o “situacional”, procura alguma dinâmica que possa significar a “*impressão de uma marca particular*” nos valores do Velho Mundo para ele transportados. A dinâmica pode variar, mas em qualquer um dos casos podemos chamá-la de *americanização* – no sentido continental (“A Volta de McLuhanaíma” é um grande exemplo e o “Movimento Modernista de 22” uma referência para ele: o “herói” *McLuhanaíma*, que dá título ao último capítulo do livro, é tratado como “*The solid gold hero*” ou *O herói com bastante caráter*). Ressaltamos que nossa intenção nesta dissertação, sem nenhuma presunção de “historiador” (sou um mero engenheiro), é analisar o *fenômeno* “Empreendedorismo” enquanto uma “instituição” para cá transportada, além de sua “dinâmica” e impactos por aqui. Ou seja, ela (a dissertação) tem um quê de *genética + situacional* – pretensiosamente. Por outro lado, a presença de Morse (com sua “mensagem”) justifica a citação anterior (que pode até ser considerada jocosa, pouco séria e sem fundamento) de *Stanislaw Ponte Preta* e o “tupi or not tupi” (nada mais “situacional”) de Oswald de Andrade. No nosso entendimento, a explicação “genética” tem um quê de *dolorosa*, e a “situacional”, *saborosa* (na medida em que ela também analisa “dinâmicas” *antropofágicas* como, por exemplo, no impacto da linguagem – como as línguas europeias foram *transformadas* por aqui? –, no Velho continente, como ele tratou nos quatro primeiros capítulos de “A Volta de McLuhanaíma”). Além disso tudo, se observarmos suas fontes – que perpassa pelas mais diversas matrizes, num (com todo respeito!, e de forma extremamente elogiosa) *samba-do-criolo-doido* genial – veremos que Wilhem Von Humboldt – que, para Morse, “*foi talvez o primeiro a explorar com mais profundidade a relação entre linguagem e experiência coletiva*” [“A Volta de McLuhanaíma”, p. 25] – é uma fonte “primeira” ou, melhor ainda, Morse sabia da

intelectuais ibéricas no fim da Idade Média. A partir daí, o livro é marcado pela oposição entre as duas Américas, como já fica explícito na justificação do seu título:

“É sabido que um espelho dá uma imagem invertida. Embora as Américas do Norte e do Sul se alimentem de fontes da civilização ocidental que são familiares a ambas, seus legados específicos correspondem a um anverso e um reverso. Assim, a metáfora do espelho parece-me apropriada ao caso.”³⁴⁷

No decorrer da leitura percebe-se um livro tão erudito quanto provocante em que o autor se propõe a saber se a civilização ibero-americana teria uma *mensagem* para o mundo moderno, por oferecer suas opções culturais históricas como espelho no qual a Anglo-América poderia reconhecer seus próprios problemas.

“Jamais foi propósito levar a cabo um exercício de construção de modelos, de patologia, de determinismo cultural ou de pedantismo, mas simplesmente ver se a civilização ibero-americana, que evidentemente possui identidade histórica, tem alguma mensagem para o nosso mundo moderno. Quando me dispus a revisar e ampliar meus ensaios anteriores, descobri que rangiam sob o peso dessa intenção. Por isso escrevo este trabalho.”³⁴⁸

Daí ele percorre vários caminhos, não mais à luz do Ocidente de Calvino, Jefferson, Bentham e Mill, mas, como a *lente* de um Wim Wenders,

importância do *metamorfosear tanto mundo quanto possível na pessoa, para as mais gerais, provocantes e livres inter-relações* de Humboldt. Sua obra demonstra uma “prática” *humboldtiana*, até irreverente, mas, rigorosamente científica. Para um aprofundamento: MORSE, Richard M., *A VOLTA DE MCLUHANAÍMA: CINCO ESTUDOS SOLENES E UMA BRINCADEIRA SÉRIA*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

³⁴⁷ – MORSE, Richard M., *O ESPELHO DE PRÓSPERO: CULTURA E IDEIAS NAS AMÉRICAS*, op. cit., p. 13.

³⁴⁸ – MORSE, Richard M., no Prefácio de *O ESPELHO DE PRÓSPERO: CULTURA E IDEIAS NAS AMÉRICAS*, op. cit., p. 16.

diante do Ocidente de Freud, Kafka, Adorno, Horkheimer e Marcuse, partindo da constatação de que “Novo Mundo: dois mundos”.

Mas, para os nossos propósitos, Morse acaba chegando também, com apoio em Max Weber, à conclusão de que a racionalidade ocidental não se confunde com o capitalismo, pois existem tipos diferentes de racionalidade e não muitos elementos para que se estabeleça a distinção entre a capacidade racional das duas Américas.

“Embora se possa dizer e tenha sido dito que historicamente o poder econômico é de certo modo anterior ao poder político do mundo anglo-atlântico e que o contrário ocorre no mundo ibérico, trata-se de uma grave simplificação das idéias de Weber sugerir que a racionalidade do capitalismo pode se comparar perfeitamente às calculadas técnicas com que um caudilho afirma seu carisma e conquista seus adeptos. (...) A racionalidade ocidental não foi a rigor um produto do capitalismo, mas um resultado conjuntural de causas econômicas, políticas, científicas, teológicas e filosóficas. O capitalismo poderia definhir – e provavelmente acontecerá – e a sociedade ocidental continuaria tão racionalizada como antes. Na verdade Weber temia que o socialismo pudesse inclusive apertar os parafusos da ‘jaula de ferro’ da racionalização. Embora Weber tenha certamente se beneficiado da genial visão marxista da mercantilização da vida no capitalismo, seu próprio tratamento da racionalização estava ainda mais profundamente comprometido com o processo histórico e permitiu-lhe ‘fundir os traços específicos do sistema de produção capitalista com os traços da racionalidade instrumental’. (...)”

O problema são os vários significados da racionalidade, ou da razão. Qualquer ação pode ter sua lógica própria: o capitalista que faz um investimento para aumentar seus lucros, o caudilho que distribui terras para fortalecer a lealdade de seus seguidores, o azteca que derrama sangue para aplacar seus deuses.”³⁴⁹

E, quanto ao processo de racionalização da vida, Morse pensa que a Ibero-América não internalizou completamente o “desencanto do mundo”,

³⁴⁹ – Ibid., p. 131.

por ter rejeitado no passado as implicações últimas das revoluções religiosa e científica e, assim, não poder experimentar plenamente seus resultados em termos de individualismo e utilitarismo.³⁵⁰

Mas o importante é sua observação de que a Ibero-América sempre foi vista, até mesmo por seus próprios pensadores, como obsoleta, por desviar-se do modelo estabelecido pela opção cultural anglo-saxônica. Morse então quer contrapor a maneira peculiar de inserção da Ibero-América no Ocidente à *“progressiva capitulação da mente ocidental ante as forças desencadeadas por ela mesma”*.

E, de forma evidentemente favorável ao potencial da Ibero-América, para ele, os pensadores ibero-americanos têm se penitenciado indevidamente quando lamentam a incapacidade de transformar os paradigmas intelectuais do Ocidente moderno em novas sínteses culturais, pois o que se observa é menos a coexistência desvinculada de ideias do que uma matriz de pensamento e sentimento dotada de extraordinária capacidade de auto-renovação e de articulação ante o impacto dos paradigmas estrangeiros.

“O segredo da ética ibero-católica foi, a princípio, sua habilidade de combinar as rezas dos feiticeiros de Chichicastenango e dos candomblés da Bahia com o catolicismo oficial. Hoje presenciamos a combinação de marxismo-leninismo, trotskismo, maoísmo, rousseau-nismo, liberalismo de discoteca, neotomismo gálico e neofascismo dentro de uma mentalidade que está apenas começando a descobrir uma ‘retórica’ modernizada no sentido deliberativo ou forense.”³⁵¹

No nosso entendimento essa é a grande “mensagem” de Richard Morse. Ele, à sua maneira, ressalta as nossas “virtudes” tão bem explicitadas por Sérgio Buarque – plasticidade, capacidade de acomodação e adaptação – e nos convida a articular universalidade e diferença. Pois, as escolhas culturais, assim como as individuais, implicam perdas e ganhos. O que temos a aprender com outros povos e sociedades e, principalmente, com o “outro” à nossa frente – *face-a-face* – demanda uma reflexão que deve ser simultânea à percepção daquilo que devemos rejeitar como impróprio. E o epígrafe que abre “O Espelho de Próspero” – de Friedrich Nietzsche em “Assim falou Zaratustra” – resume, sobremaneira, a sua “mensagem”:

³⁵⁰ – Ibid., pp: 133/137.

³⁵¹ – Ibid., p. 156/157.

“Nenhum povo poderia viver, se antes não avaliasse o que é bom e o que é mau; mas, se quer conservar-se, não deve fazê-lo da mesma maneira que seu vizinho.

Muitas coisas que um povo considerava boas, considerava-as, outro, como escárnio e opróbrio: foi o que achei. Muitas coisas achei, aqui, chamadas mal e, acolá, ornadas de purpúreas honrarias. (...)

Uma tábua de tudo que é bom está suspensa por cima de cada povo.”³⁵²

IV.2.4: Outros olhares sobre a brasilidade

O primeiro relato “oficial” que se tem notícia é o de Pero Vaz de Caminha, e esse relato é eivado, além do obvio espanto, de preconceitos, mas – e esse fato é interessante –, é marcado pela subjetividade e pelo *personalismo* ibérico (ele chega até, *aproveitando o ensejo*, a pedir emprego para o sobrinho) – trata-se de uma carta a *El-Rei*:

"Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra animária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que não o somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (...) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. (...) Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.”³⁵³

³⁵² – Ibid., p. 17.

³⁵³ – A transcrição, com grafia moderna, da Carta de Pero Vaz de Caminha, foi retirada de FAORO, Raymundo, *OS DONOS DO PODER*, Editora Globo, Porto Alegre, 1979, p. 100. A versão completa está disponibilizada no site www.500anos.com.br

Embora o quadro retratado na carta de Pero Vaz de Caminha nos revela que os habitantes primitivos já laboravam, trabalhavam e agiam, ou seja, possuíam uma inventividade e um modo-de-ser próprios, as tais *táticas de vida* – já trançavam o fio para fazer a rede, temperavam o barro para confeccionarem seus potes, já faziam suas casas, caçavam, colhiam plantavam e, o mais importante, já transmitiam suas experiências e suas tradições às novas gerações – o preconceito de então, não vislumbrava que já naquela época tínhamos por aqui *homos imprehenditors*.

John Mawe, que por aqui esteve, em Agosto de 1809 e foi o primeiro inglês que recebeu permissão para penetrar em alguns lugares antes interditos como a região das Minas. Ao contrário de outros viajantes, o objetivo de sua viagem não é inteiramente explicitado no relato. No entanto, parece tratar-se de objetivos inteiramente “práticos”³⁵⁴.

Para os nossos propósitos *pinçaremos* algumas passagens:

- “*Pode-se corrigir a insalubridade deste lugar limpando e drenando o solo, mas tal empreendimento é árduo, e requer um povo mais ativo e prático.*”³⁵⁵
- “*O lugar desfruta de ótima situação e podia, sob administração hábil e industriosa, transformar-se em paraíso (...) Possui excelente argila, ótima madeira, boa quantidade de água, (...) que cenário para um fazendeiro empreendedor!*”³⁵⁶
- “*As coisas estão condenadas a seguir a mesma rotina, entregues à direção de homens que tremem à perspectiva de temporário aumento de trabalho, mesmo quando se lhes promete lucro permanente.*”

³⁵⁴ – SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos, *O ESPELHO DO PROGRESSO. O BRASIL SOB O OLHAR DOS VIAJANTES (1808-1858)*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Setembro de 1993.

³⁵⁵ – MAWE, John, *VIAGENS AO INTERIOR DO BRASIL*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1978, p. 56. [grifos nosso]

³⁵⁶ – *Ibid.*, p. 92. [grifos nosso]

Esta aversão ao progresso observei com freqüência em todos habitantes do Brasil.”³⁵⁷

- “Deitei-me meditando na absoluta miserabilidade das coisas que me rodeavam; (...) os próprios animais na estebaria estavam melhor alojados e alimentados que o dono, a julgar pelo aspecto do que víramos, cuja apatia preguiçosa só podia comparar com a dos suínos.”³⁵⁸
- “Deseja-se que o governo funde e anime sociedades moldadas nas nossas Sociedades de Artes, de Manufatura e de Comércio (...) Seria necessário dar honrarias a todos que favorecessem estes progressos (...) A influência de assembléias espalharia por toda parte a instrução e despertaria na nação o espírito de pesquisa; (...) Poder-se-ia com a introdução desta medida, incitar uma mudança total nos costumes, no caráter e nos hábitos dos brasileiros (...) Seria a verdadeira base da prosperidade do país, tão rico de produtos naturais e ao mesmo tempo, tão abandonado por falta de habitantes esclarecidos e industriosos.”³⁵⁹
- “Mas para fazer disto um objeto de lucro, dever-se-ia adotar sistema completamente diferente, baseado em princípios racionais e seguidos com método, e não oriundos da ignorância, da ociosidade e da inépcia.”³⁶⁰

É interessante assinalar que no relato de Mawe, raramente é sugerido alguma positividade no observado. Nos modos de vida encontrados, são os

³⁵⁷ – Ibid., p. 105. [grifos nosso]

³⁵⁸ – Ibid., p. 117. [grifos nosso]

³⁵⁹ – Ibid., p. 188. Essa citação, não por coincidência, nos remete às *Conclusions e Implications for Policymakers* dos Relatórios do GEM. [grifos nosso]

³⁶⁰ – Ibid., p. 232. [grifos nosso] Um detalhe, estamos no ano de 1809!!!

aspectos materiais que despertam seu interesse e o motiva para as descrições. E, não encontrando traços comuns com seu mundo de origem, infere a ausência de ordem, de asseio e de trabalho. O que o anima essencialmente é a ideia da realização de obras, da submissão da natureza através de métodos racionais – essa ideia orienta a observação do mundo que se apresenta. Em suma, sua narrativa pode ser lida como uma listagem de casos de miséria, acompanhados de críticas ao caráter dos brasileiros e de conselhos econômicos. Tudo emerge como sinal de “ausência” de ordem, eivado de aspectos deploráveis e avaliações que expressam desprezo.³⁶¹

Mas por outro lado, é interessante assinalar também que o relato de John Mawe foi um gerador de viagens em busca do enriquecimento conforme outro relato, de outro viajante que aqui esteve alguns anos depois, o pastor protestante Daniel Kidder:

“Um inglês de poucos recursos, lendo o livro de Mr. Mawe, entusiasmou-se tanto com as riquezas minerais e vegetais que para se transportar ao país, sujeitou-se à condição de criado (...) Chegando conseguiu, de alguma forma atingir as serras do interior (...) onde suas atividades foram bem sucedidas”.³⁶²

Mas Daniel Kidder que por aqui esteve, entre 1837 e 1841, como missionário fez algumas observações interessantes sobre nossa religiosidade em que a “ausência” – de sermões, da moralidade, de seriedade, de respeito e de sentimento religioso – é a tônica:

“Perguntamos que santa era essa e apenas souberam dizer que essa Nossa Senhora é a mesma Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e diversos outros nomes que dão à Virgem Maria! Duvidamos que a mitologia grega ou romana tivesse sido mais confusa. (...) Terminada a novena, todo o povo acorria ao campo, para apreciar os fogos de artifício (...) que se queimavam até depois da meia-noite (...)

³⁶¹ – Adaptado de SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos, *O ESPELHO DO PROGRESSO. O BRASIL SOB O OLHAR DOS VIAJANTES (1808-1858)*, op. cit.

³⁶² – KIDDER, Daniel Parish, *REMINISCÊNCIAS DE VIAGENS E PERMANÊNCIAS NAS PROVÍNCIAS DO NORTE DO BRASIL*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1980, p. 155.

Se se tratasse de divertimentos para africanos ignorantes, seriam mais compreensíveis, mas como parte dos festejos religiosos (em honra a Nossa Senhora Padroeira), celebradas em dia santificado e com a presença entusiástica de padres, monges e do povo, temos que confessar francamente que nos chocou bastante (...) Uma das mais penosas impressões foi ver famílias inteiras, inclusive senhoras e senhoritas, ao ar úmido da noite, admirando cenas que não só tocavam às raias do ridículo, mas, ainda, eram acentuadamente imorais e dizer que tudo isso se fazia em nome da religião (...) Retiramo-nos prazerosamente (...) com a firme resolução de jamais assistir voluntariamente, a tais profanações do dia do Senhor.”³⁶³

Outro pastor protestante, Robert Walsh, que aqui esteve na mesma época de Kidder, em seus relatos, além da contumaz “ausência” de positividade no “outro”, apresenta uma outra característica, a ideia de superioridade dos povos protestantes. Não pela opção religiosa propriamente dita, mas porque são mais ativos, mais industriosos. Ele chega inclusive a lamentar a não colonização do Brasil por povos protestantes e associa o progresso moderno e as inovações técnicas e científicas ao espírito dos reformadores protestantes. Ou seja, o protestantismo já era ligado ao desenvolvimento do capitalismo, portanto, muito antes de Max Weber.³⁶⁴

“O país agora estaria povoado por uma raça de homens que há muito tempo o teriam notabilizado pela industrialização e empreendimentos que geralmente supõe-se que estejam relacionados com o progresso da Reforma (...) se uma população de protestantes tivesse se estabelecido no país, com todo aquele empenho e energia que os distinguiu na Europa e América do Norte, esse magnífico país e sua esplêndida baía,

³⁶³ – Ibid., pp: 133/134.

³⁶⁴ – Sobre esse assunto, a ideia de superioridade dos povos protestantes e uma “ligação” desta ideia (ou *suposição* como alguns admitem) com o desenvolvimento do capitalismo, outros viajantes que por aqui estiveram, nesse mesmo período – primeira metade do século XIX –, compartilhavam. In SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos, *O ESPELHO DO PROGRESSO. O BRASIL SOB O OLHAR DOS VIAJANTES (1808-1858)*, op. cit.

ao invés de estarem fechados ao mundo todo durante 250 anos, devido a leis intolerantes e ao excesso de zelo, seria hoje o que daqui para frente se tornará, o grande receptáculo da riqueza e industrialização de todas as nações.”³⁶⁵

Charles de Ribeyrolles, que por aqui esteve no período de 1858 a 1860, apresenta um relato que “representa um limite na forma do encontro com a alteridade social e natural”. A sua narrativa não nos transporta para qualquer exterioridade livre de suas opiniões e julgamentos. Suas referências à realidade observada são atualizadas como argumentos para o seu discurso sobre a necessidade absoluta de emigração. As singularidades e diferenças descritas são imediatamente negativizadas de forma absoluta. O fato de se tratar de realidades em desacordo com suas expectativas, já é em si motivos para críticas. Charles de Ribeyrolles não guarda, por exemplo, “a ambiguidade típica de outros viajantes para com a natureza exuberante” – motivo de maravilhamento ao mesmo tempo que motivo de críticas à incapacidade do povo para subjugar-la –, ele não é ambíguo, é direto: não há nada de positivo a relatar. Em suma, em seu relato encontra-se, de forma bastante explícita, todos os paradigmas que geram uma negativização absoluta da alteridade a partir da ideia de superioridade da raça branca e seus valores.³⁶⁶

Para ilustrar seguem abaixo algumas passagens:

- *“Brasileiros, não sois botocudos, nem puris, nem portugueses. Sois da filiação humana (...) Lembrai-vos que sois filhos deste grande século em que a humanidade, consciente, tomou posse de si mesma e de seu domínio”*³⁶⁷
- *“A consciência tomou vulto. Elevou-se na humanidade como no homem. Pergunte-se às propagandas pacíficas do comércio, das indústrias*

³⁶⁵ – WALSH, Robert, *NOTÍCIAS DO BRASIL*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1985, Volume I, p. 69. [grifos nosso]

³⁶⁶ – Adaptado de SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos, *O ESPELHO DO PROGRESSO. O BRASIL SOB O OLHAR DOS VIAJANTES (1808-1858)*, op. cit.

³⁶⁷ – RIBEYROLLES, Charles de, *BRASIL PITORESCO*, Volume I, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, p. 34.

(...) e se virá a saber que os últimos inimigos são os dogmas ou governos que mantêm nações inteiras a distância da família humana. (...) A guerra é santa contra os antropófagos do grande banquete.”³⁶⁸

- *“Por que aqui não existem as energias, as tradições, o espírito norte-americano?”*³⁶⁹
- *“... desejaria ver grandes exploradores modernos entrarem por essas florestas e tomarem conta desses prados os operários. Ganhariam com isso, a terra, o homem, e a ciência. (...) Terra sem cultivo é capital morto, paisagem para aquarelas, simples horizonte ou ponto de vista”.*³⁷⁰
- *“Que concluir de tudo isso? Atrair para a terra os trabalhadores. Colonizar. Colonizar!”*³⁷¹
- *“Espera-se colonizar com os chineses, os coolies, os malaios e todas essas raças degeneradas do Oriente, sorte de lepra humana? (...) O Brasil, de resto, já está farto dessas famílias mescladas e bastardas que não constituem um povo. O que lhe falta é o sangue, a atividade, a ciência da Europa.”*³⁷²
- *“Porque não procurar atrair os capitais europeus, garantindo-lhes por venda ou hipoteca, nos trechos mais ricos de seus domínios?”*³⁷³
- *“O pensamento deste livro é único. Viagens, estudos, debates, polêmicas, tudo converge, tende*

³⁶⁸ – Ibid., p. 41.

³⁶⁹ – RIBEYROLLES, Charles de, *BRASIL PITORESCO*, Volume II, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, p. 23.

³⁷⁰ – Ibid., pp.: 80/81

³⁷¹ – Ibid., p. 98.

³⁷² – Ibid., p. 148.

³⁷³ – Ibid., p. 195.

ao mesmo fim: a colonização. (...) o Brasil periga. E força agir.”³⁷⁴

- “*A ciência faculta engenhos de potência e precisão que trabalhariam melhor e mais depressa (...) Se quiserdes, fugindo à tradição rotineira, aplicar as energias industriais, as forças mecânicas, será necessário pedir à ciência, às indústrias, aos ofícios seus agentes profissionais.*”³⁷⁵

Mas essa idiossincrasia não seria “virtude” dos estrangeiros, como sabemos. E isso, fica evidente no testemunho, por exemplo, de Augusto Emílio Zaluar, um brasileiro em viagem pelo interior de São Paulo, em 1860, que descreveu com cores não muito lisonjeiras as atividades e atitudes do caipira. Este, segundo Zaluar:

“Se não anda nas suas aventurosas excursões, encontrá-lo-ei sentado à porta do lar, fumando seu cigarro de fumo mineiro e olhando o seu cavalo, que ruma, tão preguiçosamente como ele, a grama da estrada. Esta gente mais aguerrida que agricultora, não trabalha, lida; e a sua atividade não produz, consome-se.”³⁷⁶

Tais relatos, pela atualidade, falam por si só. São por demais evidentes os “desvios” no olhar provocados pela megera cartesiana. Tais desvios, são evidentemente percebíveis e carecem de um aprofundamento, ainda que breve.

IV.2.5: Um olhar sobre os olhares

A alteridade descrita, invariavelmente, não é assimilável, nem na essência nem em suas partes, às realidades do *mundo* de origem daquele que *olha*: o “outro” assume a forma de seres bizarros, exóticos mas,

³⁷⁴ – Ibid., p. 197.

³⁷⁵ – Ibid., p. 248.

³⁷⁶ – ZALUAR, Augusto Emílio, *PEREGRINAÇÃO PELA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1860-1861)*, Editora Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte, 1975, p. 48.

principalmente, a forma de seres **carentes**. Não houve um *estar-com-o-outro*.

A *megera* se impõe e a ausência da emoção, da subjetividade, de descrições poéticas, tornam-se elementos indicadores de credibilidade, esse é o “método”.

O relato então deixa de ser relato e assume o *status* científico de “pesquisa” ou, melhor ainda, “executive report”. E a partir de respostas a questionamentos do tipo “como?” e seus correlatos, deve ser uma fonte segura de informações sobre “este” mundo, através de um processo racional de investigação que expressa uma “relação especial” – de neutralidade e objetividade – com o mundo que se observa: antes de ser objeto de admiração ou aproximação deve se constituir em objeto de conhecimento que, da forma como é concebido, pressupõe distanciamento. A *issificação* “pura” como tal

Com esse distanciamento ante ao “desconhecido”, perde-se muito. Principalmente a possibilidade de encontrar uma realidade humana que é diferente e exterior e que pode gerar a abertura para um mundo não demarcado pelos valores ou interesses daquele que *olha*. Enfim, perde-se o conhecimento e o auto-aprendizado advindos da **relação** concreta e *metamorfoseante* com o “outro”: o *estar-com-o-outro*. Simplesmente isso.

Entretanto, como reagir conforme nossos valores ou significados apreendidos nada tem propriamente de egoísmo ou de uma “maldade original” – trata-se de uma necessidade da reação. Para haver um encontro com o “outro”, então, é preciso que haja uma ruptura com a cadeia de significados que condicionam nossas ações e uma abertura para um mundo exterior e irredutível a essas interpretações e pensamentos.

Já falamos de Martin Buber e do quanto para ele a autenticidade do eu é referida à relação – eu sou autêntico quando consinto a presença desta alteridade. E, dando continuidade àquela abordagem introdutória, para que o encontro com o “outro” assuma o caráter de uma relação dialógica – um *estar-com-o-outro* – seria, primeiro, necessário que nos deslocássemos do domínio do “essencialmente pragmático”. Seria preciso um tempo maior para

as reações, a fim de desfazer a relação entre os signos do “mundo” e os significados apreendidos e julgados “naturais” ou universais.³⁷⁷

“Cada um de nós está preso numa couraça, cuja tarefa é repelir os signos. Signos nos acontecem sem cessar. Viver significa ser alvo da palavra dirigida; nós só precisaríamos tornar-nos presentes, só precisaríamos perceber. (...) Cada um de nós está preso numa couraça que, graças à força do hábito, deixa logo de sentir. São apenas instantes que atravessam essa couraça e que incitam a alma à repetitividade.”³⁷⁸

Uma relação desse tipo parece ser “tensa” – a receptividade a um mundo não demarcado pelos nossos interesses, nossos valores, e um mundo sempre presente e que nós não percebemos – pelo caráter de nossa atenção e pelo “produto” dessa mesma atenção: do pensamento e da interpretação ou melhor, da construção mental, que vai propiciar a reação. Mas o “inter-humano” *buberiano*, como já vimos, aponta para uma *terceira* possibilidade relacional e, para Buber, assim é (ou deveria ser) o objetivo *primeiro* do pensamento:

“Quando é que a ação de pensar suportará, incluirá, terá por objeto a presença de quem vive face a nós? Quando é que a dialética do pensamento se tornará dialógica?”³⁷⁹

A constatação *buberiana* – a *relação dialógica com o outro humano* – pressupõe um diálogo com o acontecer do mundo – também fala por si só, e, na atualidade, joga luzes sobre aquela nossa elite *herodianizada* que teima em sempre nos enxergar, também (e ainda), como seres *carentes de carências por ela identificadas e definidas*. Mas por que *ela* nos enxerga assim?

A partir do pensamento dominante de que o homem *civilizado* se define pelo trabalho, de que a riqueza de uma nação está na capacidade de empreender de seu povo – de *fazer as coisas* –, emerge uma série de

³⁷⁷ – Aqui, ressaltamos, Martin Buber “dialoga” sobremaneira com o dito de Guimarães Rosa de que para entender a brasilidade é preciso antes de tudo aprender a reconhecer que a sabedoria é algo distinto da lógica.

³⁷⁸ – BUBER, Martin, DO DIÁLOGO E DO DIALÓGICO, op. cit., p. 43.

³⁷⁹ – Ibid., p. 63. [grifos nosso]

referências, principalmente, à indolência e imprevidência. Primeiramente, porque não é qualquer trabalho que revela a humanidade, mas um trabalho regular, metódico, disciplinado, e principalmente, *organizado*, que vise algo para além da satisfação das necessidades existentes, e que “transforme” o mundo, *consumando a história*. Além do mais, se quer também, e em suma, *um amor pelo trabalho*³⁸⁰.

Na época atual, como vimos, essa condição passa a um *status* de um “novo” processo civilizatório imposto. O que alguns pensadores fizeram foi principalmente historicizar essa concepção do trabalho – assim como frisar o caráter “moderno” desta postura em relação ao trabalho, ao tempo e à vida – frente a todas as outras culturas, qualificadas, a partir de então, como sociedades tradicionais. O que fizeram foi apreciar essas sociedades não simplesmente como portadoras de elementos retrógrados, mas de uma realidade *naturalmente* “anti-capitalista” e “pré-moderna”.³⁸¹

Os brasileiros, no geral, são considerados então indolentes não porque não trabalhem de modo algum, mas porque o trabalho não é considerado o fim último de suas existências. Sua finalidade não é gerar um progresso dos bens materiais e das técnicas. Suas atividades se auto-regulam pelas necessidades cotidianas, submetidas a variações de ritmo e de frequência. Não são atividades ininterruptas reguladas por um tempo abstrato – se sim, é por absoluta necessidade. A finalidade desses modos de vida portanto, não é a transformação contínua, mas a repetição das mesmas condições de existência. A indolência assim, explica as mais diversas atitudes consideradas negativas. São considerados indolentes pelos mais variados motivos e principalmente porque não pensam em progredir, em incorporarem métodos

³⁸⁰ – Por aqui, é comum em qualquer mesa de bar ou roda de amigos, por exemplo, o tom de piada para a máxima “trabalho por prazer”: a gargalhada é geral.

³⁸¹ – Segundo Weber, a máxima “tempo é dinheiro”, atribuída a Benjamin Franklin, que regeu toda a formação de um povo como o norte-americano, “*teria sido proscrita como o mais baixo tipo de avareza e como atitude inteiramente desprovida de auto-respeito, tanto na Antiguidade como na Idade Média, sendo, geralmente, ainda assim consideradas por todos aqueles grupos sociais que estão pouco envolvidos pelas condições do capitalismo moderno ou pouco adaptados a elas.*” WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, op. cit., p. 35.

racionais e eficientes de trabalho que aumentariam sua produtividade. Enfim, por que desperdiçam tempo.

Max Weber, como já vimos anteriormente, encontra nessa postura um traço comum às sociedades não capitalistas. Daí ele recoloca a dicotomia trabalho/indolência: o que precisa de uma história, o que precisa ser explicado é justamente a tese de que a essência do homem é o trabalho, já que em todas as sociedades anteriores esse traço não é encontrado. E, para explicar esse traço exclusivo da sociedade capitalista é que se reporta aos movimentos da Reforma: encontrando traços e máximas que ressoam com essa moral do trabalho e que se opõem radicalmente, como vimos também, às concepções da Antiguidade, e dos católicos – inclusive dos povos católicos contemporâneos à Reforma.

A indolência não é oposta ao trabalho nem ao esforço, mas a um trabalho racional com caráter sistemático visando uma transformação constante da existência. Junto ao valor concedido ao trabalho se interpõe uma nova representação do tempo, que, a partir da moral protestante, passa a ser vivenciado como uma variável independente e controlável. A incorporação da ideia de que o “tempo é dinheiro” e de que o trabalho regular e metódico é revelador da essência do homem, gera, pois, a interpretação de desperdício e falta de racionalidade em economias e vidas centradas em outros princípios, em outras *paisagens*. A perda de tempo então, passa a ser o principal dos “pecados”.

A incorporação dessa moral do trabalho junto à representação do tempo, que lhe é inerente, gera então a negatividade absoluta de economias que se regem por outros princípios e por outros *ambientes*: são atrasadas, pré-modernas, ineficientes, indolentes e imprevidentes. Portanto, *carentes de desenvolvimento*.

“Os brasileiros são indolentes e imprevidentes: não trabalham e não pensam no futuro”, é o jargão preferido.

Não pensar no futuro significa não pensar no tempo como algo que pode ser economizado, controlado e desperdiçado. Algo que deve ser preenchido pelo trabalho metódico, visando um futuro radicalmente diferente do presente e do passado, principalmente no que se refere à possibilidade de aquisição contínua de bens materiais: prova cabal que revela e indica prosperidade, civilização e, até mesmo, a *verdadeira* “felicidade”.

Enfim, o colonizador português – com seu *personalismo* –, como vimos também, atualizou a ordem do “semeador”, aquele que não se compõe

com trabalho sistemático, mas que se faz com certa liberdade, sem muita rigidez e pouca previdência. E, se aos ibéricos católicos – no geral³⁸² –, nada os faria *torcer a ordem da natureza*, ao contrário, a ideia emergente, e “vitoriosa”, do Ocidente industrial e protestante – invariavelmente anglo-saxão – é justamente o controle absoluto e sistemático da natureza através de trabalhos e de técnicas racionais³⁸³. O modelo de homem então é o homem

³⁸² – Assinalamos anteriormente que a *ordem semeadora de colonização*, Sérgio Buarque atribuiu aos portugueses diferenciando-os dos espanhóis – notadamente a partir do quesito “construção de cidades”. Mas também assinalamos e ressaltamos anteriormente também, e por várias vezes, que Max Weber reserva ao catolicismo ibérico uma clara oposição à ética protestante no tocante ao racionalismo econômico: “*Isto porque, o racionalismo econômico, embora dependa parcialmente da técnica e do direito racional, é ao mesmo tempo determinado pela capacidade e disposição dos homens em adotar certos tipos de conduta racional.*” [p. 11]. Além disso, “*O católico é mais tranquilo, tem menos impulso aquisitivo; prefere uma vida, a mais segura possível, mesmo que isso implique em uma renda menor.*” [p. 23] Enfim, “*a organização racional da vida econômica, que depende da previsão do futuro, tem, em certo sentido, um paralelo no campo da vida religiosa.*”[p. 97] In WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, op. cit. [grifo nosso]

³⁸³ – Sérgio Buarque, de forma primorosa, distingue os povos ibéricos dos anglo-saxões em função da diferença de relação frente ao trabalho: “*Um fato não se pode deixar de levar em consideração no exame da psicologia desses povos (os ibéricos) é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho. Sua atitude normal é precisamente o inverso da que, em teoria, corresponde ao sistema do artesanato medieval, onde se encarece o trabalho físico, denegrindo o lucro, o ‘lucro torpe’. Só muito recentemente, com o prestígio maior das instituições dos povos do Norte, é que essa ética do trabalho chegou a conquistar algum terreno entre eles. Mas as resistências que encontrou e ainda encontra têm sido tão vivas e perseverantes, que é lícito duvidar de seu êxito completo.*” HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. pp: 9/10. Aqui fica o registro do dito anteriormente a respeito das mudanças no capitalismo contemporâneo e suas *novas* “dinâmicas” privilegiando outras éticas – mais flexíveis e mais relacionais –, que não a protestante, a provocar um desenvolvimento econômico evidente, por exemplo, em Espanha e Portugal

prático e providente que se volta essencialmente para a ação – e nela, busca incansavelmente o sucesso! –, age movido por “necessidades outras” – as *PECs* de McClelland, por exemplo – e que percebe do mundo o que é passível de utilidade: em suma, o *entrepreneur* (ou melhor, o *self-made-man*, aliás, os dois são a mesma coisa!).

Mas, para que não pareça que estamos imbuídos de uma mesma *negatividade*, dois depoimentos – dois *olhares* –, também de *viajantes* por aqui em tempos mais recentes, poderá demonstrar o otimismo que nos move nessa *travessia*. Um primeiro de Louis Jacques Filion – já conhecido nosso.

“O Brasil está sentado em cima de uma das maiores riquezas naturais do mundo ainda relativamente pouco explorada: o potencial empreendedor dos brasileiros.”³⁸⁴

Outro, de Ebehart Baerenz (ao ser questionado por mim, via e-mail, sobre quais as características empreendedoras mais marcantes que ele observou/observa entre os brasileiros), atual Consultor da alemã GTZ e que foi o responsável pela implantação do Método CEFÉ por aqui em 1988:

“primeiro, a criatividade enorme do brasileiro e segundo o prazer em fazer coisas novas, brincar um pouco, experimentar. Isso na minha percepção era e é muito mais desenvolvido aqui no Brasil do que na grande maioria dos outros países que tenho trabalhado. Nessa terra fértil tem crescido a idéia de empreendedorismo que hoje é forte, e pode ser mais ainda.”³⁸⁵

(dentre outros). Ele se enganara? Não! (pelas mesmas razões apontadas anteriormente também para Max Weber).

³⁸⁴ – Louis Jacques Filion na Palestra de Abertura do evento *O EMPREENDEDORISMO COMO TEMA DE ESTUDOS SUPERIORES*, CNI – IEL Nacional, Brasília, Maio/1999. E é citada também em DOLABELA, Fernando, *EMPREENDEDORISMO, A PERGUNTA RECORRENTE: E DEPOIS QUE APRENDERMOS A FAZER O PÃO?*, in Revista Aminoácidos, AED, Brasília, 2001, pp: 82/90, p. 89.

³⁸⁵ – Embora já conhecesse Ebehart Baerenz desde 1988 quando da implantação do “Projeto GERAR” pela SETAS-MG (numa relação estritamente profissional em que eu estava “do outro lado”), no ano de 2002 tive o privilégio de trabalhar novamente

Os dois depoimentos, a partir de nomes importantes no cenário do empreendedorismo mundial, nos municiam para pensar melhor nossas diferenças e singularidades no sentido de articulá-las como verdadeiras *terceiras possibilidades*.

Por fim, nossa sugestão portanto, em vez de tentarmos soluções e sínteses apressadas, é a de qualificarmos nosso atraso, torná-lo relativo, determinado. E isso será fundamental para que, no mínimo, possamos compreender o que constitui a modernidade em relação a qual nosso atraso é contraposto.

“O espelho de próspero tem nos impedido de ver criticamente uma imagem do homem cordial sem a negatividade absoluta do atraso e do anacronismo. O histórico ‘não-reconhecimento de valores positivos na herança ibérica’ prejudica o exame lúcido dos limites e das

com ele em alguns projetos do ICCAPE. Mas, desta vez como *cefista*. Nessa oportunidade conversamos muito sobre “os rumos do empreendedorismo no Brasil e no mundo”. Depois, em 19/09/02, fiz uma “entrevista formal” com Baerenz – no sentido de montar uma “memória” do empreendedorismo brasileiro – via e-mail [e@baerenz.net], em que pedi que ele relatasse sua experiência ao redor do mundo em trabalhos pela GTZ com o Método CEFÉ e “fechasse” com algumas impressões sobre sua experiência por aqui, além das principais características dos brasileiros no tocante ao empreendedorismo. Em sua resposta ele relata os “embates” com a *esquerda* (da qual eu fazia parte, como já dito anteriormente) que o tratava como um “capitalista”. Cita a participação e a importância do “Mãos de Minas”, do Centro CAPE, do SEBRAE-MG e da FASE no processo do empreendedorismo brasileiro e “fecha” com o texto citado. Ressalto também que atualmente estamos num projeto, coordenado por ele, de implantação de uma Faculdade voltada para a criação e o desenvolvimento de empreendimentos (nos I, II e III setores) pelo ICCAPE na cidade de Belo Horizonte-MG e com a chancela da GTZ e do *CEFÉ INTERNACIONAL* pois será a primeira experiência mundial de um curso ao nível de graduação baseado no Método CEFÉ. Tal projeto está em processo de regulamentação junto ao MEC e fui indicado como Diretor Executivo pelos “proprietários” da ideia (como consta na documentação encaminhada ao MEC).

possibilidades do desenvolvimento brasileiro, com todas as suas desigualdades, contradições e ambiguidades.³⁸⁶

IV.3: SISTEMA DE VALORES À BRASILEIRA

O nosso sistema de valores, enquanto tal, emerge e perpassa todas aquelas *interpretações* e *olhares* sobre a *brasilidade*, quer sejam provenientes da literatura – com a sua produção de heróis, principalmente³⁸⁷ –, quer seja através daquela “sociologia oficial”, acrescida dos olhares “informais” percebidos no dia-a-dia, tanto ontem quanto hoje, e partir de olhos *nossos* ou *deles*. Portanto, ainda que de forma *virtual*, o sistema de valores que marca nosso empreender já se faz presente nessa *travessia*.

Abordaremos nosso sistema de valores então, a partir de duas *variáveis*, para nós, de extrema significação, pois elas “dialogam” com a condição humana do nosso *homo imprehendedor* – ele, *para sonhar e buscar realizar seu sonho*³⁸⁸, tem de se relacionar com o mundo e com as pessoas através do trabalho e da ação e, para tanto, tem também de estar vivo para demonstrar sua excelência (a sobrevivência?!) na esfera pública e receber o mérito devido.

Os valores portanto, que emergem a partir de nossa ética do trabalho e aqueles provenientes de nossa ideia de meritocracia se constituem nas duas variáveis pretendidas. Ambas já tratados – *já tiveram suas bolas levantadas* –, mas que carecem de alguns aprofundamentos. E as duas, que estão intimamente ligadas – não se sabendo até *quem veio primeiro* –, apontam e conformam o empreender na condição brasileira. Como veremos à frente.

³⁸⁶ – MACIEL, Maria Lúcia, AS RACIONALIDADES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, in SOUZA, Jessé (org.), O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA, op. cit., pp: 211/221, p. 221.

³⁸⁷ – Tanto a literatura “oficial” quanto a “não oficial” e de cunho popular – lendas, *causos*, revistas, etc. Como Guimarães Rosa fez tão bem e como também David McClelland ressaltou e pesquisou de forma rigorosa, como vimos anteriormente. Além da importância ressaltada no caso da sociedade americana e seus heróis.

³⁸⁸ – Aqui já adotamos o “conselho” de Guimarães Rosa e adotamos uma concepção de empreendedor a partir da *brasilidade rosiana* por isso, entre a visão – mais racional, conforme Filion anteriormente – e o sonho, ficamos com este.

IV.3.1: Raízes de nossa ética do trabalho

Nosso pensamento social e político – marcado pela *megeira cartesiana* –, como vimos, jamais cansou de registrar, no sistema de valores da cultura ibérica, que a dignidade e o *status* de um homem estavam mais relacionados à sua ociosidade do que à sua ocupação. O ibérico não se vê representado pelo trabalho manual e mecânico, tem verdadeira aversão. A atividade produtora – *vita activa* – é sempre menos relevante que as da *vita contemplativa* – mas não pelas atividades do espírito “especulativo”: “o gosto desordenado e imprevidente da pecúnia”³⁸⁹. Portanto, quem não era forçado a trabalhar o fazia apenas quando absolutamente necessário, visto que nenhum benefício adviria de qualquer atividade. E quando a necessidade *batia*, fazia qualquer atividade, qualquer coisa que trouxesse o básico para consumir, *se virava*.

Para um melhor entendimento da ética do trabalho brasileira, vamos retroceder no tempo – até para acrescentar e reafirmar alguns aspectos já vistos como o *zero histórico* ibérico de Sérgio Buarque de Holanda. No sentido então da busca de *heranças* que, de certa forma, repercutiram – e repercutem – no nosso empreender, o ponto de partida será o sistema colonial. E, nesse sentido, foram os Padres Jesuítas – os *Soldados de Cristo e da Contra Reforma*³⁹⁰ –, de fato, através de sua obra missionária, quem principiou o que chamaremos de primeira ação sistemática no sentido da formação de mão-de-obra brasileira – os pioneiros e os responsáveis pela nossa inserção no “mundo do trabalho”.³⁹¹

³⁸⁹ – Sobre esse assunto também é interessante assinalar, mais uma vez, a Nota 3 do Capítulo 4 de “Raízes do Brasil” – “*Aversão às virtudes econômicas*”. HOLANDA, Sérgio Buarque de, op. cit., p. pp: 96/99.

³⁹⁰ – O que caracterizou a ação da Companhia de Jesus – uma instituição de origem nitidamente ibérica, espanhola –, após o Concílio de Trento, foi o combate às ideias de Lutero e Calvino. HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, op. cit., p. 9.

³⁹¹ – Mas, ressaltamos, “*Na América Portuguesa, entretanto, a obra dos jesuítas foi uma rara e milagrosa exceção*” pois, Sérgio Buarque ao aludir à “organização” racional dos Jesuítas em suas reduções: “*Estes não só introduziram na cultura material das missões, ‘fabricando’ cidades geométricas, (...) como o (o) pensamento de que o curso das coisas e da história não só acontece como pode ser*

"Os ofícios dos meninos índios, que aprenderam sob o amparo das Padres e ficaram na Bahia e vilas do litoral, é sem dúvida a primeira página do trabalho civilizado, que sem ser português do Reino, se diferencia do primitivo indígena: quer dizer, já é trabalho brasileiro. E assim tudo principiou no Brasil." ³⁹²

Essa obra missionária dos Jesuítas, árdua e ardilosa, representa um contexto de ações e medidas que, efetivamente, nos apresenta como base para o desenvolvimento das atividades produtivas no Brasil, ainda que eivada de preconceitos senhoriais. Haja visto a exacerbação por eles na *atualização* do "preconceito aristotélico das artes mecânicas" que os fez ensinar ofícios somente aos índios, negros, mulatos, cafuzos e mamelucos: *à gentilha* ³⁹³.

A primeira forma de exploração da terra (e da gente) do Brasil pelo colonizador ávido por riquezas – um capitalismo comercial em expansão – constituiu, principalmente, no comércio de madeiras extraídas pelos índios e trocadas com os portugueses pelos mais variados objetos e utensílios.

Era insuficiente toda a mão-de-obra disponível para desbravar, construir e cultivar na terra imensa, determinando o fluxo abundante da escravidão africana (recurso este, velho conhecido dos colonizadores).

dirigida e até fabricada – o traço do “ladrilhador” hispânico) estenderam até às instituições.” In HOLANDA, Sérgio Buarque de, RAÍZES DO BRASIL, op. cit., p. 64.

³⁹²- LEITE, Padre Serafim, *ARTES E OFÍCIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL*, Editora Brasileira, Lisboa, 1953, p. 17.

³⁹³ – Aristóteles é muito claro sobre o assunto no parágrafo primeiro do segundo capítulo, Livro Quinto, em *A POLÍTICA*, Coleção Universidade de Bolso, EDIOURO, Rio de Janeiro, 1988, p. 100: "*Aliás, não é difícil perceber que, entre as coisas úteis, é preciso que se esteja a par principalmente daquelas que são de incontestável necessidade, e é igualmente óbvio que nem todas devem ser ensinadas, pois muitas há de uso liberal, outras que não convém a homens livres. Devem-se, pois, ministrar aos jovens apenas os conhecimentos úteis que lhes imponham um gênero de vida sórdida e mecânica? Ora, deve-se considerar como mecânica toda a arte, toda a ciência que impossibilita para os exercícios e para a prática da virtude o corpo dos homens livres, ou a sua alma, ou a sua inteligência. Eis por que nós chamamos mecânicas todas as artes que alteram as inclinações naturais do corpo, e todos os trabalhos que são mercenários; porque não deixam ao pensamento nem liberdade, nem dignidade.*" [grifos nosso]

O compromisso que aqueles colonizadores que para cá vinham, com a única intenção de enriquecer o mais rápido possível, assumiam com o Reino é muito claro:

"Juro que não farei nenhum trabalho manual enquanto conseguir um só escravo que trabalhe para mim, com a graça de Deus e do Rei de Portugal".³⁹⁴

O que demonstra que o próprio Reino tudo fazia para impedir a dignificação da atividade manual³⁹⁵ e nos dá a dimensão e a profundidade das marcas deixadas nas atividades produtivas no Brasil pelo projeto de colonização português – além de, obviamente, no *nosso modo* de empreender através da imposição, já naquela época, do *se vira, dá um jeito*.

Uma vez que os braços se recusavam às atividades manuais (mas nem por isso ou apesar disso não deixassem de buscar o enriquecimento por meio delas) eram os negros cativos que, praticando os mais diversos ofícios, ganhavam para os seus donos o pagamento recebido pelos serviços que executavam, havendo entre eles os que se obrigavam a uma contribuição para o senhor, diária ou mensal, cabendo-lhes a sobra do ganho com que, mais tarde, conseguiam (talvez) comprar a alforria.

Eram esses os chamados *negros de ganho* e o testemunho de John Luccok³⁹⁶, cronista da época, nos diz que:

"deu isso motivo a que surgisse nova classe social, composta de pessoas que compravam escravos para o fim específico de instruí-los n'alguma

³⁹⁴ - Citado em PRADO, Paulo, in *RETRATO DO BRASIL. ENSAIO SOBRE A TRISTEZA BRASILEIRA*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994 [1928], p. 48. Tal fato também é citado em Viana Moog.

³⁹⁵ – Fato esse também apontado por Viana Moog, dentre outros, conforme assinalamos anteriormente.

³⁹⁶ – Segundo o autor, no início do século XIX na cidade do Rio de Janeiro: "Toda casa que se prezava era provida de escravos aos quais se havia ensinado algumas ou mais artes comuns a que pertencem, como era também alugados pelos senhores a pessoas não tão bem providas quanto eles." In LUCOCK, John, *NOTAS SOBRE O RIO DE JANEIRO*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1967, p. 47.

arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalhos." ³⁹⁷

Assim,

“qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos." ³⁹⁸

E mesmo durante o Império não causava estranheza a publicação de anúncios assim nos jornais:

"Vende-se, não por vindita, um vistoso moleque de Nação, oficial sapateiro, o qual paga pontualmente a sua semana, e tem excelentes qualidades", ou: "J.J. Melo Cachoeira precisa alugar um escravo cozinheiro e outro para emprego em serviços domésticos", ou ainda: "Aluga-se um preto bom cozinheiro, e também entende de padeiro, bom para todo serviço de uma casa." ³⁹⁹

E, desse modo,

"O trabalho manual passava então a ser 'coisa de escravos' ou 'repartição de negros' e, por uma inversão ideológica, os ofícios mecânicos passavam a ser desprezados, como se houvesse algo de essencialmente aviltante no trabalho manual, quando a exploração do escravo é que o era. Para o objeto da exploração escravista, não poderia haver, por certo, motivo algum para valorizar o trabalho naquelas relações. A quebra das relações pela fuga do domínio do senhor, inaugurando uma 'vida livre', era uma solução frequentemente

³⁹⁷ - LUCOCK, John, NOTAS SOBRE O RIO DE JANEIRO, op. cit., p.52.

³⁹⁸ - HOLANDA, Sérgio Buarque de, RAÍZES DO BRASIL, op. cit., p. 29. O que denota uma das facetas do “espírito especulativo” do português ibérico.

³⁹⁹ - VIANNA FILHO, Luiz, *O NEGRO NA BAHIA*, apud PEREIRA, Carlos José da Costa, *ARTESANATO – DEFINIÇÕES E EVOLUÇÃO. AÇÃO DO MTb – PNDA*, Ministério do Trabalho, Coleção XI, Planejamento e Assuntos Gerais, Brasília, 1979, p. 47.

procurada. Mas, o trabalho continuava sendo definido como um castigo e o ócio, um alvo altamente desejável. Quando libertos, de fato ou de direito, os ex-escravos aceitavam sobreviver nas condições materiais do escravo, trabalhando o menos possível. O resultado foi um generalizado preconceito contra o trabalho manual. Mostrar-se livre era distanciar-se o mais possível do lugar social do escravo."⁴⁰⁰

Mas, de forma geral, desse modo nenhum homem “livre” queria exercer uma atividade que era “coisa de escravo”. Com isso, a aprendizagem de ofícios por exemplo acabou sendo imposta a quem não tinha meios de resistir: os órfãos, os abandonados, os miseráveis. O que, por sua vez, reforçou aquele desvalor. Desse modo, tal atitude tem muito a ver com mérito (que não havia) na excelência do desempenho de um qualquer trabalho. Desvalor esse que percebemos ainda hoje de formas as mais variadas, explícitas ou subjacentes.

Portanto, e sintetizando a questão, o trabalho não era indigno porque feito por escravos; mas era feito por escravos justamente por ser indigno⁴⁰¹. E o preço de ter sido o último país a abolir a escravidão ainda é hoje pago pelos afro-descendentes na forma de uma desigualdade que afronta a ética.

Esse (des)valor tradicionalmente atribuído ao trabalho – um *demérito* – transformou a nossa *variável trabalho* num “princípio abstrato” de economia e num “personagem fictício” de nosso sistema de mobilidade social.⁴⁰² Assim, aqueles que enriquece e “sobe” pelo trabalho, por aqui é visto “*quase como indivíduos cuja fortuna fosse antes anomalia do que triunfo: triunfo merecedor de consagração nacional*”⁴⁰³.

⁴⁰⁰ – CUNHA, Luiz Antônio, *O ENSINO DE OFÍCIOS ARTESANAIS E MANUFATUREIROS NO BRASIL ESCRAVOCRATA*, Editora UNESP / FLACSO, Brasília, 2000, p. 16.

⁴⁰¹ – O assunto é tratado de forma aprofundada em KOVARICK, Lúcio, *TRABALHO E VADIAGEM. A ORIGEM DO TRABALHO LIVRE NO BRASIL*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994.

⁴⁰² – BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit.

⁴⁰³ – FREYRE, Gilberto, *PESSOAS, COISAS E ANIMAIS*, Editora Globo, Porto Alegre, 1981, p. 371.

Pois, trabalho e enriquecimento estão mais associados a exploração e malogro, aventura e risco, sorte e corrupção do que a determinação, acumulação, recompensa e investimento de longo prazo. Trabalho duro, ascensão social e enriquecimento pessoal nunca fizeram parte de qualquer enredo de estória com credibilidade no imaginário nacional. E, por outro lado, a categoria trabalhador na atualidade, representa mais uma opção moral do que um mecanismo de mobilidade social vertical (como vimos na sociedade americana anteriormente). No geral, distingue o bandido e o traficante do honesto trabalhador pai de família.⁴⁰⁴

Tais estigmas, mais o traço de profundo ceticismo que envolvem as histórias de indivíduos de sucesso, apontam e acrescentam uma outra postura negativa evidente frente ao fracasso: o medo de errar.⁴⁰⁵

Enfim, esse é o legado à nossa ética do trabalho. E o demérito advindo dessa “ética” confirma então o nosso “dilema” apontado por aquela *sociologia oficial da inautenticidade* mas, principalmente, municia também de argumentos a nossa elite *herodianizada*, que só tem *olhos para o Norte*. Mesmo por não “entenderem” a mensagem contida no dilema proposto por (alguns) intérpretes daquela *sociologia*: somos *diferentes*, não *atrasados*.

IV.3.2: A inautenticidade do mérito e do desempenho

Com relação ao mérito propriamente dito já vimos, *apud* Sérgio Buarque, a ética *personalista* – com seu caráter anti-tradicional e *democrático* – a produzir uma peculiar ideia de mérito que também

⁴⁰⁴ – BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit. Reina aqui por exemplo, uma lenda de que o profissional autônomo é um desempregado disfarçado; outra, de que aqueles que possuem negócio próprio, o negócio tem ser no mínimo uma “média-empresa”, senão... – é *disfarce* de desempregado também.

⁴⁰⁵ – O Relatório GEM monitora e trabalha com tais variáveis de cunho sociocultural – atitudes frente ao fracasso/sucesso, seu e do “outro” – no sentido de mensurar uma “Legitimidade Social” para o empreendedor e suas atividades. Tais atitudes são fatores intervenientes: favorecem ou dificultam a atividade empreendedora. A frente pretendemos detalhar mais esse assunto mas, desde 2000 tem-se percebido, conforme dados levantados pelos pesquisadores do GEM, uma melhora significativa em relação a tais fatores embora eles ainda existam e são preponderantes por aqui.

sobrepenha-se à ideia de privilégios herdados, mas de outra forma, visto que a tradição ibérica nos legou um *individualismo-amoral*, diferentemente do individualismo moral do puritano. Daí o mérito toma sentido *pessoal*, e não individual, como foi *explicado* anteriormente, *apud* Jessé Souza, ao abordar o pretense “engano” de Sérgio Buarque – mas é *coisa* que carece de aprofundamentos.

Vivemos em uma sociedade onde coexistem duas vertentes básicas de formação: a moderna, individualizante e igualitária; e a tradicional – *personalista* –, relacional e hierarquizante. A sociedade brasileira portanto, caracteriza-se por um *viés* semi-tradicional, com uma herança colonial extremamente forte, onde a segunda vertente domina a identidade e o comportamento social. E isso toca profundamente no nosso modo de ser, de agir e, principalmente, em nossas “táticas de vida” – ou no “por quê?” empreendemos .

Para abordar esse tema, vamos então, como no caso anterior, retroceder no tempo e tomar como ponto de partida o sistema colonial.

O nosso processo colonizador foi essencialmente rural, a *casa-grande* representou a célula embrionária de nossa sociedade, a matriz original das relações sócio-políticas brasileiras. Nela, o *Senhor* assumia o papel de patriarca, protegendo os familiares, os afilhados e os amigos. Estabelecia com os *homens-livres* uma relação senhorial de fidelidade e devoção, baseada em códigos de lealdade e obediência, e assumia também (e obviamente!) o domínio direto dos escravos. As leis que regiam o universo da *Casa-grande* eram as leis dos *Senhores*.

Por outro lado, o processo colonial brasileiro foi também marcado pela organização burocrática hierarquizada do Estado, onde leis rigorosas eram impostas de cima para baixo – de formas autoritárias até – por serem vistas como o grande instrumento do progresso, da mudança e do controle. O resultado portanto, da mistura dessas duas vertentes de formação social foi uma sociedade altamente hierarquizada, marcada pela mistura da esfera pública e da esfera privada, o que permitia aos *Senhores* e as pessoas relacionadas com o poder, ficarem às margens do rigorosos código de leis.⁴⁰⁶

⁴⁰⁶ – DA MATTA, Roberto, *A CASA E A RUA*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997. Ressaltamos que Roberto DaMatta, em toda sua obra, “continua” a análise da ética *personalista* mas, diferentemente de Sérgio Buarque (e, muito mais “próximo” de Gilberto Freyre), ao buscar nossa singularidade a partir – de forma no mínimo

Em uma sociedade altamente hierarquizada e centralizadora como a nossa, diversos são os “eixos de ascensão” e classificação social, sejam eles de natureza econômica, política, pessoal ou moral. Identidade e *status* social são definidos de acordo com a proximidade ao poder, ou melhor, de acordo com a relação com o poder. Enquanto nos EUA, por exemplo, a comunidade está fundada na ideia igualitária de seus membros, no Brasil, a comunidade é heterogênea, complementar e hierarquizada, sua unidade básica está nas relações das pessoas, nas famílias, nos grupos de amigos. O resultado é que,

“há uma nação brasileira que opera fundada nos seus cidadãos, e uma sociedade brasileira que funciona fundada nas mediações tradicionais.”⁴⁰⁷

Ao mesmo tempo também, somos herdeiros também de uma tradição liberal, individualista e igualitária, que se manifesta, principalmente, por uma forte influência em nossa estrutura legal e jurídica.

Embora tenha ficado claro que a meritocracia, enquanto tal, permeia toda a sociedade norte-americana permitindo que seu significado esteja presente a partir de qualquer ponto (instituições públicas ou privadas, universidades, práticas administrativas, etc.), foi no Brasil, antes mesmo dos Estados Unidos⁴⁰⁸, numa iniciativa do Estado, que ela toma a forma de lei. Na

interessante – das manifestações típicas de nosso cotidiano – o carnaval, o futebol, as procissões, etc. – para compor uma “sociologia do dilema brasileiro”.

⁴⁰⁷ – DA MATTA, Roberto, *A CASA E A RUA*, op. cit., p. 86.

⁴⁰⁸ – Conforme Livia Barbosa: *“Historicamente, a tensão entre mérito e relações pessoais e políticas como critério de admissão e mobilidade vertical nas organizações em geral, e nas públicas, em particular, não seria uma idiosincrasia brasileira. (...) Estados Unidos e Inglaterra passaram por tensões semelhantes. (...) Em ambos os países, tais constatações se seguiram a medidas que pouco antes já tinham estabelecido o fim jurídico desses sistemas; nos Estados Unidos, em 1883, com o Civil Act Service, e na Inglaterra, em 1853. Em ambos os casos, os esforços de reforma se fizeram por pressão de grupos de cidadãos. Nos Estados Unidos, a reforma teve início no nível municipal e depois chegou aos níveis estadual e federal, refletindo o que já ocorria na empresa privada. A racionalidade da sociedade industrial e sua filosofia de mérito já estavam sendo levadas para o âmbito do Estado por pressão da*

primeira Constituição brasileira, em 1824, seu artigo 179, item XIV, rezava que:

“Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja por seus *talentos* e *virtudes*.”⁴⁰⁹

Entretanto, aquela Constituição que estabelecia um critério meritocrático para acesso aos cargos públicos para indivíduos que tivessem “talentos e virtudes”, não fornecia instrumentos para orientar a prática social nessa direção. Deixou aos diferentes órgãos do governo, através de disposições ordinárias, o estabelecimento de qualquer tipo de critério para identificar quais seriam essas *virtudes* e *talentos*. O que abriu espaço para que tal iniciativa, quando muito, se concretizasse apenas de forma parcial em função, por exemplo, da tradição de reservar cargos mais altos para as nomeações políticas⁴¹⁰.

Por outro lado, essa mesma Constituição que apontava, de forma “pioneira”⁴¹¹, para um sistema meritocrático e igualitário; também estabelecia

própria sociedade.” In BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit., p. 64.

⁴⁰⁹ – apud BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit., p. 49. [grifos da autora]

⁴¹⁰ – Essa “tradição” foi alvo de um conto de Monteiro Lobato em 1928, no qual um poeta fracassado pede emprego público a um chefe político. Quando o chefe oferece os cargos mais altos, o poeta diz preferir os cargos mais humildes e recebe como resposta: “mas para estes só com concurso”.

⁴¹¹ – Conforme BARBOSA, Livia, IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS, op. cit.: “Na China, o sistema de recrutamento de servidores para o serviço público teve início em 206 a.C. e subsistiu, com algumas modificações, até 1912. Os candidatos passavam por rigorosos exames escritos, e o apadrinhamento era evitado por meio de um sistema de números que garantia o anonimato. Além desse dispositivo para garantir a lisura do sistema, as provas passavam por três examinadores diferentes. Os exames eram muito concorridos. A relação candidato/vaga chegou a alcançar a proporção de 100 para um.”[Nota15, p.29] E ainda sobre o debate acerca do critério que uma sociedade deve adotar para preencher seus cargos administrativos e políticos: “Portanto, esse debate não surgiu com a modernidade ocidental, nem com o sistema econômico

– por exemplo, no Capítulo IV, artigos 92 e 94⁴¹² – distinções entre os indivíduos para a concessão do direito de voto, apontando também para uma hierarquização baseada no *status* e na posição econômica.

Ao longo da história, a ideia de “indivíduo” recebeu a influência de duas vertentes interpretativas. A primeira, mais individualizante, concebe o “eu individual” como unidade filosófica e jurídica na qual se baseia a sociedade. Esta considera a parte como mais importante que o todo, e, sendo assim, a sociedade deve estar a serviço do indivíduo. A liberdade e a igualdade entre os indivíduos são seus lemas básicos. A outra, mais tradicional, se baseia na complementariedade das partes para formar uma totalidade única. O indivíduo encontra-se imerso na sociedade, e a ideia de “pessoa” está na sua relação com o todo. As duas vertentes são influenciadoras em todas as

capitalista. Podemos perguntar, porém, se essa sua natureza estrutural assume alguma especificidade na época contemporânea e nas sociedades industriais modernas. Certamente que sim. Tal especificidade resulta da diferença entre sistemas meritocráticos e ideologia meritocrática, bem como da estreita associação estabelecida entre meritocracia e uma categoria básica para a modernidade: a noção de igualdade.”[p. 31].

⁴¹² – Artigo 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais: i) os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados, e oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados, e clérigos de ordem sacras; ii) os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos; iii) os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas; iv) os religiosos, e quaisquer, que vivam em comunidade claustral; v) os que não tiverem de renda líquida anual 100 mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Artigo 94. Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província todos os que podem votar na assembleia paroquial. Exceptuam-se: i) os que não tiverem de renda líquida anual 200 mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego; ii) os libertos; iii) os criminosos pronunciados em querela ou devassa. *In* CAMPANHOLE, A., CAMPANHOLE, H. L., *TODAS AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL*, Editora Atlas, São Paulo, 1976, p. 532.

sociedades, porém, em sociedades hierarquizantes e semi-tradicionais como a brasileira, a segunda vertente é dominante.⁴¹³

De forma resumida, a ideia e a noção de “indivíduo” e “pessoa” – que são “produtos” destas duas vertentes –, dentre outras, traz as seguintes características: o *indivíduo* é livre, tem direito a espaço próprio, é igual a todos os outros, tem escolhas como um direito fundamental, a consciência é individual e faz as regras do mundo onde vive; a *pessoa* é presa à totalidade social a qual se vincula necessariamente, é complementar aos outros, não tem direito de escolhas, a consciência é social (a totalidade tem precedência) e recebe as regras do mundo onde vive.⁴¹⁴

A noção de pessoa caracteriza-se como a vertente coletiva da individualidade, é como uma “máscara” que o indivíduo assume de acordo com seu papel social e posição nessa sociedade relacional. É interessante assinalar que no nosso dia-a-dia por aqui, predomina o entendimento de que as “pessoas” merecem solidariedade, ao passo que o “indivíduo” é o sujeito para quem as leis e a repressão foram feitas.

⁴¹³ – DAMATTA, Roberto, CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS – PARA UMA SOCIOLOGIA DO DILEMA BRASILEIRO, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997.

⁴¹⁴ – Adaptado a partir de DAMATTA, Roberto, CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS – PARA UMA SOCIOLOGIA DO DILEMA BRASILEIRO, op. cit., pp: 225/226. É interessante assinalar como “coincidem” as definições do empreendedor já vistas com a noção de indivíduo – ele é “produto” de uma sociedade racionalizada e portanto, dotado de atitudes racionais. E ainda, Roberto DaMatta mais a frente justifica tal “coincidência” também se apoiando em Max Weber: “Em formações sociais desse tipo (se referindo à brasileira), a oposição indivíduo/pessoa é sempre mantida, ao contrário das sociedades que fizeram sua ‘reforma protestante’, quando foram destruídos, como demonstra Max Weber, os mediadores entre o universo social e o individual. No mundo protestante, desenvolveu-se uma ética do trabalho e do corpo, propondo-se uma união igualitária entre corpo e alma. Já nos sistemas católicos, como o brasileiro, a alma continua superior ao corpo, e a pessoa é mais importante que o indivíduo. Assim, continuamos a manter uma forte segmentação social e tradicional, com todas as dificuldades para a criação das associações voluntárias que são a base da ‘sociedade civil’, fundamento do Estado burguês, liberal e igualitário, dominado por indivíduos.”[p. 230]

“A identidade social no Brasil é definida a partir da relação do indivíduo com alguma coisa – seja uma pessoa, uma instituição, uma atividade, ou mesmo um objeto.”⁴¹⁵

Por exemplo, nos EUA, pode-se viver sem relações sociais, mas nunca sem seu *social security number* – que, como vimos, não consta dados da filiação dos portadores (bem como nos outros principais documentos de identidade). Em nossa sociedade, por outro lado, há milhões que vivem sem número do INSS, mas poucos não têm seus laços sociais. A carteira de identidade é o documento fundamental por aqui. Ela traz a filiação, data e local de nascimento – dados suficientes para identificar o “indivíduo” –, e daí, quem tem relações “poderosas”, pode passar de “simples cidadão” a alguém que é “realmente alguém”.⁴¹⁶

“Realmente, enquanto as sociedades que passaram pela revolução individualista instituíram um código de conduta hegemônico, fundada na idéia de cidadão, as sociedades relacionais têm muitos códigos de comportamento operando simultaneamente. Só que eles não estão competindo, mas são complementares entre si. Assim, aquilo que um nega, o outro pode facultar.”⁴¹⁷

É interessante assinalar também que os nossos “heróis” que emergem desse contexto a partir de uma literatura (tanto “oficial” quanto “não oficial”), diferentemente por exemplo daqueles apontados anteriormente no caso norte-americano, retratam muito bem essa “dicotomia”, esse dilema. Basta ver Macunaíma – o herói sem nenhum caráter –, Pedro Malasartes, o Jeca Tatu, Saci Pererê, Augusto Matraga, Riobaldo, dentre outros, vários outros, que espelham sobremaneira essa realidade dicotômica: alguns são sombrios, ambíguos, fatalistas, outros dengosos, safados, mas todos, sem

⁴¹⁵ – DA MATTA, Roberto, *A CASA E A RUA*, op. cit., p. 91.

⁴¹⁶ – A carteira de trabalho (CTPS) também pode ser considerada como “documento de identidade” mas, esta traz uma diferenciação de ordem moral, como já vimos também, ao diferenciar o portador – trabalhador – do *vagabundo*.

⁴¹⁷ – DA MATTA, Roberto, *A CASA E A RUA*, op. cit., p. 89.

exceção, guardam uma parcela dessa *brasilidade* apontada e marcam nossas diferenças⁴¹⁸.

Por fim, nessa “peculiaridade” brasileira – de que as pessoas são iguais perante a lei, mas não o são na realidade –, a concepção de desempenho é a de que sempre esperamos que nossas produções individuais sejam avaliadas no contexto em que produzimos e atuamos. Nesse sentido, as produções individuais tornam-se incomparáveis entre si, e a competição se torna um mecanismo social negativo pois as pessoas estarão sempre competindo em desigualdade de condições.

Num universo como esse, a luta pelo reconhecimento institucional do mérito individual é dificultosa e extremamente polêmica: quem clama, explicitamente, pelo reconhecimento público de suas produções individuais é visto de forma bastante negativa. E a concessão de vantagens e privilégios como forma de reconhecimento de um desempenho excepcional é bastante conflituosa, basta ver, como um exemplo emblemático o “caso” Romário nos vários clubes que por aqui tem passado (sem falar na recente seleção brasileira de futebol em que ele, por isso, foi ausência sentida).⁴¹⁹ Constata-se que “no Brasil, desempenho não se avalia, se justifica.”!⁴²⁰

⁴¹⁸ – Até a literatura mais “recente” marca essa diferença, basta ver Belini o detetive sombrio de Tony Belloto em “Belini e a Esfinge” bem como o detetive Nelsinho – o “vampiro de Curitiba” –, personagem recorrente nas obras de Dalton Trevisan. Não guardam nenhuma similitude com os heróis norte-americanos: não são *regular guy*, muito menos *self-made-man*.

⁴¹⁹ – Livia Barbosa, seguindo a “trilha” de Roberto DaMatta, de forma bastante interessante, traz o caso do jogador Romário como argumento para esse assunto tão polêmico por aqui. Para Romário o que lhe interessa é “fazer gols” (treinando ou não, frequentando boites ou não): a prova cabal de seu excepcional desempenho. Sua vida privada portanto não deve (ou não deveria) influenciar em seus “prêmios” (não treinar junto com o grupo, etc.). Mas como ele “insiste” num tratamento diferenciado como “prêmio”, é visto como “elemento desagregador”, “não profissional”. In BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit., pp: 73/74.

⁴²⁰ – BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit., p. 70. Esse fato é que fazem suscitar perguntas, tão comuns, como: “por que ele e não eu?” “o que ele tem que eu não tenho?”. E por outro lado, um dado recente e extremamente interessante

O individualismo brasileiro emerge como um esforço negativo contra essas leis e normas que emanam da totalidade. Uma maneira de burlá-las. Ao contrário dos EUA, por exemplo, onde, como vimos, o individualismo é a base sob a qual as leis se fundamentam. O “individualismo” brasileiro se afirma então como uma reação às leis do Estado colonizador, acopladas numa sociedade dicotômica (personalista-individualista).⁴²¹

E essa “atualização peculiar” do individualismo brasileiro – que acasala por meio de uma aliança a nossa vertente igualitária “moderna” com o nosso viés hierárquico baseado em “velhos” privilégios de família, senioridade, compadrio e amizade – que se expressa, na nossa prática social, numa complexa relação existente no nível de nossas representações como “jeitinho”, “malandragem” e *quejandos*⁴²² – numa “adaptabilidade *cordialmente* acomodativa” que tem sua “gênese”, como apontada anteriormente, também na “plasticidade” da religiosidade católica. E aí, o “jeitinho” e a malandragem, é a maneira de “driblar” as normas convencionais para tirar proveito próprio no sentido da sobrevivência: *suprir as necessidades*. E é “aqui” que o *virador* ganha corpo e forma.

que confirma tal assertiva. Conforme o jornal “O Globo” de 12/04/2003 [p. 44], o jogador Romário que havia sido contratado “a peso de ouro” pelo rico time árabe Al Saad do Qatar, foi dispensado devido a seu baixo desempenho – não fez um único gol sequer – e não vai mais atuar por aquela equipe. Ele, Romário (tão incompreendido por aqui), justificou, segundo o mesmo jornal, “responsabilizando o técnico – “*ele não me escala*” – e à falta de sorte”.

⁴²¹ – DA MATTA, Roberto, *A CASA E A RUA*, op. cit.; BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit.

⁴²² – DAMATTA, Roberto, *CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS – PARA UMA SOCIOLOGIA DO DILEMA BRASILEIRO*, op. cit.; BARBOSA, Livia, *O JEITINHO BRASILEIRO – A ARTE DE SER MAIS IGUAL QUE OS OUTROS*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992. Um traço interessante dessa peculiaridade se expressa na tranquilidade, na “naturalidade” e até um certo prazer em “driblar” normas explicitado por exemplo na paixão pelo futebol: nada melhor que vencer o time rival do que por 1 x 0, gol de mão, aos 47 minutos do segundo tempo e, em impedimento. É o máximo! Ou a história do célebre “ladrilheiro” que, numa final de um campeonato carioca entre Flamengo e Vasco, entrou em campo para atrasar o jogo. O jogo foi “atrasado”, o Flamengo campeão, e esse cidadão tornou-se um verdadeiro “herói” para a imensa torcida flamenguista, até hoje. Todos esses fatos, certamente, seriam inconcebíveis numa ambiência “racional”.

CAPÍTULO V

O EMPREENDEDORISMO NA CONDIÇÃO BRASILEIRA

“Aquela travessia durou só um instantezinho enorme. Digo: o real não está nem na saída nem na chegada; ele se dispõe pra gente é no meio do caminho.”

(Riobaldo em Grande sertão: veredas –
J. Guimarães Rosa)

Ao vislumbrarmos o panorama do Empreendedorismo na Condição Brasileira pretendemos com isso apresentar a situação e o contexto brasileiro, a formação de empreendedores e seus impactos. Já vimos o Empreender na Condição Brasileira a sugerir um metamodelo de empreendedor. Nesse sentido e ao juntar todos os dados emanados, poderemos conformar o nosso “virador”. Mas antes, e como se trata de uma *travessia*, algumas *veredas* outras devem ser trilhadas.

V.1: UM POUCO DA REALIDADE “INFORMAL” BRASILEIRA

O panorama econômico e social a partir da II Guerra mundial ao nível mundial mostra um progresso técnico e um crescimento econômico nunca vistos, mesmo nos países da periferia, que cresceram a taxas maiores que os países centrais.

O Brasil ao longo de mais de um século (1870/1986), sua economia cresceu à maior taxa média do mundo – 4,4% ao ano – e foi também em termos de crescimento de renda per-capita a segunda com 2,1% ao ano (após o Japão com 2,4%). Embora as taxas de crescimento econômico dos últimos vinte anos tenham sido inferiores a 1%, entramos no século XXI como a 9^a

potência industrial do mundo. A industrialização e a urbanização avançaram, e temos um agronegócio em franca expansão.

Entretanto, se observarmos a sua estrutura de emprego – a partir a PNAD de 1999, que estimava a população em atividade em 71,7 milhões – notaremos que a realidade dos números reflete, ainda, características outras.⁴²³

Pessoas economicamente ativas, segundo status no trabalho:

Ocupação	Tipo de Empreendimento	
	Agrícola (%)	Não Agrícola (%)
Empregado	4.540.406 (12%)	32.265.534 (88%)
Conta-própria	4.539.736 (27%)	12.075.003 (73%)
Empregador	484.303 (17%)	2.437.291 (83%)
Trabalhador não remunerado	4.769.863 (71%)	1.907.493 (29%)
Trabalhador na produção p/ consumo próprio	3.206.474 (100%)	–
Trabalhador na construção p/ próprio uso	–	114.674 (100%)
Trabalhador Doméstico	–	5.334.533 (100%)
Total	17.540.782 (24%)	54.134.328 (76%)

⁴²³ – Adaptado de SACHS, Ignacy, INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE, SEBRAE Nacional, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2003, p. 53.

Distribuição geral – agrícola e não agrícola – das pessoas economicamente ativas:

Ocupação	Distribuição (%)
Empregado	51,4%
Conta-própria	23,2%
Empregador	4,1%
Trabalhador não remunerado	9,3%
Trabalhador na produção p/ consumo próprio	4,5%
Trabalhador na construção p/ próprio uso	0,2%
Trabalhador Doméstico	7,4%

Dos dados acima emerge uma maioria “silenciosa” constituída por agricultores familiares, operários agrícolas, trabalhadores por conta-própria urbanos, empregadores e empregados de micro e pequenas empresas, que trabalham – ou laboram! – exercendo atividades de baixa produtividade, em condições precárias e com remuneração insuficiente para assegurar os meios de uma subsistência digna. Ou seja, o propalado crescimento econômico não se traduziu por melhoria nas condições de vida da população na medida em que, crescimento econômico, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para um efetivo desenvolvimento.

Convivemos com uma estrutura econômica e social que ainda se caracteriza pela heterogeneidade – entre a abundância e a miséria. Diferença esta explicitada no desnível entre as empresas, o parque industrial e uma fatia do campo – todos “modernos” e com altas taxas de produtividade – e o segmento “informal” da economia e a grande maioria, repetindo, com baixa renda, péssimas condições de trabalho, baixo nível educacional e falta de proteção social.

Entretanto, o mais interessante é que, apesar de todas essas dificuldades, esse “segmento” tem-se mostrado dinâmico e capaz de se reproduzir, gerar trabalho e renda para as famílias e competir em certos nichos de mercado. Mais ainda: nas crises econômicas, funciona como um “colchão amortecedor”, mesmo sem o amparo de políticas governamentais.

Assim, o contexto brasileiro segue a tendência mundial e apresenta um crescimento contínuo das atividades ditas “informais” que conforme os dados da PNAD de 1993, já indicavam que 57% da população economicamente ativa do país estavam ligadas a *tais* atividades. Não que o fenômeno seja novo, mas seu crescimento e a dimensão que ocupa atualmente no processo de criação e distribuição de riquezas é que são inéditos.

O próprio “GEM Report” ao perceber o “fenômeno”, anota em seu “Special Topics”, como ressaltado anteriormente, que a atividade econômica informal – “*unregistered (i.e., ‘black market’) economic activity*” – está associada com altas *TEA* em países de baixa renda per-capita – como no Brasil e Índia, por exemplo – e o inverso ocorrendo em países de alta renda per-capita.⁴²⁴ E que, como tal, necessita de *aprofundamentos*.

Mas como aprofundar se os dados referentes às atividades “informais” são menos exatos – até por serem “informais”!. Não existem estatísticas mais rigorosas sobre a economia informal, sobretudo no que diz respeito à sua participação no PIB. E o problema é geral e não apenas brasileiro. As definições, por exemplo, diferem de um país para o outro dificultando a comparação dos dados. E ademais, ninguém conseguiu ainda estirpar da cabeça das pessoas a associação entre *informalidade* e certas ocupações precárias mais visíveis nos centros urbanos, que em boa proporção constituem atividades, em princípio, com menor viabilidade econômica.

Em primeiro lugar, o “fenômeno” deve ser compreendido como prática econômica legítima, desenvolvida pela população – apesar e independente do Estado. Mas pouco se sabe ainda sobre a organização da economia “informal” por aqui, a maneira como as atividades e os empreendimentos estão estruturados, suas dificuldades e os desafios que enfrentam.⁴²⁵

⁴²⁴ – “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., p. 22.

⁴²⁵ – Recentemente obras de peso e algumas patrocinadas por recursos “oficiais”, trazem à tona a discussão sobre o tema e servem para um aprofundamento: CORREIA, Cláudia, BERNHOEFT, Patrícia, FARIAS, José (Orgs.), *ECONOMIA INFORMAL E VIABILIDADE ECONÔMICA*, LIBER, Recife, 1998; VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), *INFORMALIDADE E CIDADANIA – EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO*, IBASE / SEBRAE Nacional, Rio de Janeiro, 1999; SACHS, Ignacy, *INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE*, op. cit. E para possíveis comparações,

Fala-se em economia “doméstica”, “subterrânea”, “submersa”, “invisível”, “criptoeconomia”, etc. Mas sabe-se que eles representam a menor unidade econômica e que existem sob a forma de “microempresas” ou “empresas de pequeno porte” – as definições variam⁴²⁶ – e que algumas são até “formalizadas”. Funcionam de maneira independente ao administrar seu próprio capital e incluem atividades de comércio, serviços e produção. Além disso, costumam ter poucos recursos financeiros para desenvolver suas atividades de maneira eficiente. Em geral – e quando têm –, têm menos de cinco empregados em tempo integral que geralmente são familiares ou “assalariados” não registrados. Constituindo sua principal fonte de renda familiar.

Não têm acesso ao sistema formal de crédito e a situação financeira do negócio está fortemente vinculada à situação financeira da família, existindo um único “caixa”, ou seja, o “fluxo de caixa” do empreendimento se mistura com o “fluxo de caixa” da família. Não há separação entre negócio e família. E, apesar de a mão-de-obra ser predominantemente familiar, no entanto, é comum que membros da própria família trabalhem em outras atividades “formais” da economia, complementando a renda e até trazendo recursos para o negócio.

Geralmente vendem ou fornecem seus serviços para todos os setores mais pobres da economia, para mercados dispersos, menos exigentes, fornecendo produtos de varejo e, às vezes, “em retalho” (pequenas quantidades), em transações capitalistas, muitas das vezes, executadas sob a *informalidade* dos “cheques pré-datados”, “tíquetes alimentação” ou “vales-

vide o caso peruano em DE SOTO, Hernando, *ECONOMIA SUBTERRÂNEA – UMA ANÁLISE DA REALIDADE PERUANA*, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1987.

⁴²⁶ – Para se ter uma ideia da confusão que reina nas definições: “No Brasil, onde microempresa, pela Lei 9.841/99, é a pessoa jurídica com receita bruta anual igual ou inferior a R\$244 mil, que não tenha sócios no exterior, outras pessoas jurídicas com mais de 10% do capital ou cujo sócio seja uma terceira pessoa jurídica. Já no SIMPLES (Lei 9.317/96), microempresa é a que tem receita bruta anual inferior ou igual a R\$120 mil; empresas de pequeno porte são as com receita entre R\$120 mil e R\$1,2 milhão. Portanto, parte das microempresas é submetida ao regime das empresas de pequeno porte.” In SACHS, Ignacy, *INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE*, op. cit., p. 26.

transporte”. Outros também prestam serviços terceirizados ou fornecem mercadorias para empresas de maior porte. E há também aqueles que aproveitam nichos de mercado de camadas mais ricas da população como por exemplo, o setor de produtos artesanais ao tomarem a forma de *objetos-de-decoração*.

Dentro dessas “pequenas unidades econômicas” não existe divisão de trabalho e a maioria funciona no próprio local de residência, ou em instalações pouco sólidas, ou ainda, não têm localização definida – os ambulantes. E a capacitação é obtida mais através da experiência e do conhecimento do negócio do que da educação formal.

Dessa pequena abordagem sobre o setor *informal* da economia algumas características com relação ao *como* eles estão estruturados ficaram explicitadas, entretanto, fica a certeza de que a definição de “informal” recobre uma ampla e heterogênea gama de atividades e que tais atividades *devem ser compreendidas* em sua dupla dimensão. Uma primeira, *como estratégia de sobrevivência* para setores excluídos do mercado formal de trabalho; e a outra, *como experiências criativas e inovadoras*, laboratório para novas formas de geração de trabalho e renda, berço de lideranças e de novos empreendedores.

Por outro lado, chama a atenção também, num primeiro aspecto, a dificuldade de formulação de conceitos precisos, que compreendam o “fenômeno” – que é mundial – em sua complexidade. É como se o recente *boom* da “economia informal” constrangesse o pensamento econômico, ao contrariar o comportamento esperado deste setor da economia, que tendia a ser apontado como desenvolvimento ainda incompleto nos países em desenvolvimento, “resquício”, ou sinal de *atraso*. E normalmente as definições, quando aparecem – e já vimos esse filme! –, tendem a ser formuladas pela *negação*, pelo que o setor informal apresenta de ausência ou carência em relação ao formal – o hegemônico.⁴²⁷

⁴²⁷ Existe uma série de definições a partir de variáveis como “nível de organização”, “número de funcionários”, “forma e conteúdo das relações capitalistas”, etc., tanto “oficiais” (como a do IBGE), etc., bem como a de vários pensadores. Para um aprofundamento: CORREIA, Cláudia, BERNHOEFT, Patrícia, FARIAS, José (Orgs.), *ECONOMIA INFORMAL E VIABILIDADE ECONÔMICA*, op. cit. [em especial vide: ARAÚJO, Tarcísio Patrício de, *SETOR INFORMAL: UMA BREVE SÍNTESE*, pp: 57/65]; VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), *INFORMALIDADE E CIDADANIA* –

A pesquisa IBASE/SEBRAE traz algumas contribuições sobre o assunto que merecem ser ressaltadas. Para ela,

“três pré-noções que permeiam o senso comum e aparecem de forma recorrente como características específicas e definidoras do informal na produção acadêmica. São elas:

A idéia de descontinuidade/sazonalidade das iniciativas.

A idéia da ida para a informalidade como resultado da impossibilidade de permanecer no mercado formal.

A idéia de que os que estão na economia informal estão fora do mundo do trabalho ou são facilmente confundíveis com os que desenvolvem práticas ilícitas ou, ainda, que as fronteiras entre ambos são tênues.”⁴²⁸

A primeira ideia afirma ser o setor *informal* pouco organizado, descontínuo e sazonal, quase fruto de uma *improvisação*, conforme caracterização apresentada pelo IBGE: “as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho enquanto fatores de produção.”⁴²⁹ Essa ideia é contrastada com os dados da pesquisa IBASE/SEBRAE que apontam para a longa duração das empresas pesquisadas, bem como seu funcionamento contínuo ao longo do ano, o que impõe a necessidade de repensar a validade da afirmativa.⁴³⁰

EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO, op. cit. [em especial o Capítulo I, “Reverso Paradigmas – pré-noções sobre o setor informal”, pp: 13/26].; e SACHS, Ignacy, *INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE*, op. cit. [em especial o Capítulo II, “As Complexidades da Economia Real”, pp: 69/87, bem como a lista para uma revisão bibliográfica sobre o tema sugerida na Nota 18, pp:169/170].

⁴²⁸ – VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), *INFORMALIDADE E CIDADANIA – EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO*, op. cit., p. 17.

⁴²⁹ – IBGE, *A ECONOMIA INFORMAL URBANA – RIO DE JANEIRO*, IBGE, Rio de Janeiro, 1996, p. XIII. [grifos nossos]

⁴³⁰ – VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), *INFORMALIDADE E CIDADANIA – EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO*, op. cit., pp: 17/19. Vide ainda o resultado às perguntas 10 a 13 do questionário aplicado, pp: 94/95.

Com relação à segunda ideia, de ida para a *informalidade* como resultado da impossibilidade de permanecer no mercado, também a análise dos casos estudados na mesma pesquisa IBASE/SEBRAE evidencia estar aqui embutido um preconceito (cruel). Os dados coletados sugerem que três ordens distintas de questionamento estão na base da crescente opção por abrir um novo negócio: a) a alteração na situação de segurança e estabilidade anteriormente vinculada ao emprego formal (tanto em empresas privadas ou públicas); b) a disseminação na sociedade de uma lógica que valoriza o trabalho por conta própria e as vantagens (materiais e simbólicas) daí advindas: controle sobre o tempo e acesso integral aos frutos do trabalho *traduzidas* pelo popular “ser seu próprio patrão”; c) a existência de possibilidades concretas – objetivas e subjetivas – de organização do próprio negócio.⁴³¹

E, com relação à terceira e última ideia apresentada, de que as atividades *informais* estão “próximas” de atividades ilícitas, a pesquisa IBASE/SEBRAE faz uma revisão bibliográfica sobre o assunto e constata que realmente são freqüentes as referências à dificuldade de uma distinção clara entre as atividades *informais* e as consideradas *ilegais*. Mas fica evidente que a aproximação entre formal e *informal* e ilegal, salientada nas análises acadêmicas, não encontra correspondência no cotidiano social, na forma como as pessoas vivem e pensam suas atividades. Ao contrário, *informal* e *formal* estão muito mais próximos do que normalmente se imagina e guardam uma distância social profunda, demarcatória em relação ao ilegal.⁴³²

Mas uma coisa é clara, o local onde o empreendimento *informal* é realizado e a classe social a que pertence o empreendedor determinam a maior ou menor possibilidade de “confusão” entre *informal* e *ilegal*. Por

⁴³¹ – Ibid., pp: 19/23. É de se ressaltar que a recente valoração do trabalho por conta própria também é apontada por aqui nos Relatórios GEM, desde 2000, no quesito “Legitimidade Social” do empreendedor, conforme já visto. E por outro lado, o jargão popular que traduz as vantagens advindas do trabalho por conta própria traz embutida uma “armadilha” na medida em que o empreendedor ao abrir seu próprio negócio passará a ter, certamente, inúmeros “novos” padrões: os clientes (tão ou mais inconvenientes ou chatos quanto seu antigo patrão); fornecedores e bancos (só serão agradáveis se a conta corrente for uma alegria para ambos); o dono do imóvel; a esposa e os filhos..., etc.

⁴³² – Ibid., pp: 24/26.

exemplo, a classe média sempre vai justificar qualquer “bico” não pela nítida complementação de renda onde o lucro – objetivo de qualquer empreendimento – será sempre *diluído* em afirmações tipo “faço isso para manter a cabeça ocupada” ou “faço mais por coração do que por necessidade de dinheiro”. Entretanto, é evidente que a *distinção* de classe, nítida naquelas afirmações, estará ausente dos empreendimentos realizados na favela por exemplo. Nestes espaços, ao contrário, a proximidade “física” entre legal e ilegal é muito maior, aumentando proporcionalmente a possibilidade de confusão entre estas duas esferas de vida social. Nas favelas, justamente pela grande proximidade física, a distância social entre os envolvidos com o “movimento”⁴³³ – os *olheiros*, os *aviões*, os *soldados* ou o *vapor* – e os que estão fora dele precisa ser demarcada. E o principal elemento de demarcação entre esses dois mundos passa a ser o *trabalho*. Aí, a carteira de trabalho, o alvará de funcionamento ou um “ofício” são instrumentos de distinção – operam uma distinção de ordem moral (como vimos anteriormente no caso específico da Carteira de Trabalho). A realização de atividades lícitas, ainda que *informais*, evidencia a opção pelo trabalho, em contraposição ao crime. Além do que, nesses espaços o trabalho por exemplo “em família” (ou numa birosca, ou uma venda, ou numa pequena oficina de reparos e consertos, etc.), também assume um triplo caráter: de sobrevivência, controle sobre os filhos e, o ensinamento de um hábito de trabalho.

Visto isso, o “fenômeno”, comprovadamente, transcende em muito as atividades econômicas – de produção/distribuição de riquezas. Ele permeia todos os espaços da sociedade e envolve pessoas dos mais diversos segmentos sociais mesclando problemas estruturais de distribuição de renda e ocupação e uso do solo urbano.⁴³⁴

Em uma favela, por exemplo, a *informalidade* permeia a vida social. Está presente na relação com o solo urbano, no uso da luz elétrica e da água, etc. No entanto, mesmo neste espaço, não existe nenhum empreendimento

⁴³³ – “Movimento” é a terminologia utilizada pelos moradores – “legais” – da favela da Rocinha, RJ, para designar o tráfico (o que denota a “dinâmica” daquele empreendimento ilícito – tão bem exposta no filme “Cidade de Deus” – e raiz dos males urbanos da contemporaneidade).

⁴³⁴ – VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), INFORMALIDADE E CIDADANIA – EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO, op. cit.

que seja realizado de forma absolutamente *informal*, pois todos dependem de produtos e/ou serviços oriundos das redes formais de venda e distribuição. Tanto na compra de insumos quanto na venda de produtos/serviços e, muitas das vezes – ou invariavelmente – a partir de “moedas” *informais*.

“Para garantir o abastecimento dos produtos e serviços necessários ao negócio, os empreendedores informais lançam mão de infinitos expedientes, que são também – necessariamente – partilhados pela ponta formal da economia. Nesse sentido é exemplar a história de Joana (Caso 3), que, utilizando cheques pré-datados emprestados por uma ex-patroa, montou uma autêntica cozinha industrial em uma favela da Ilha do Governador. Foi a interseção entre o formal e o informal que permitiu a organização do negócio que, atualmente, fornece 120 refeições diárias para operários que constróem uma biblioteca pública. A firma responsável pela construção – que a contratou – recebe notas de supermercado para formalizar a comprovação de despesas. As notas, fornecidas por um supermercado próximo à sua casa, correspondem ao material que Joana adquire para o preparo das refeições. Nesta cadeia de formalidade/informalidade estão envolvidos de forma diferenciada, pelo menos o poder público, que encomendou a obra, a empreiteira responsável pela mesma, a cozinheira que fornece as quentinhas e o supermercado que vende os produtos.”⁴³⁵

Por outro lado, diferentemente das favelas, a vida nas áreas de mais alta renda, para a maioria das pessoas transcorre, na *formalidade*. Mas, neste espaço *classe-média-para-cima*, a atividade *informal* é uma “possibilidade” a ser acionada em determinados momentos e surge, invariavelmente, como complementação de renda.

“Daí a dificuldade em encontrar empreendimentos absolutamente informais entre pessoas de classe média: elas, muitas vezes, dispõem de registros de seus negócios que, no entanto, não são respeitados em todas as suas dimensões. A pesquisa quantitativa reforça a suposição de

435 – Ibid. p. 15. Para um maior aprofundamento do caso aludido vide “Caso 3: Comida Caseira e quentinhas em família”, pp: 138/141. Acrescentaria ainda nessa “rede” de informalidade/formalidade os cheques pré-datados da ex-patroa que “financiaram” o empreendimento.

que as atividades informais realizadas por pessoas de classe média são complementares em termos de composição de sua renda ou desenvolvida simultaneamente à atividades profissionais formais. Esta situação quase não se verifica nas áreas de favela, onde o empreendimento informal quase sempre é a única fonte de rendimento dos empreendedores.”⁴³⁶

O caso do Professor Raposo, proprietário de uma “agência de turismo” localizada em seu amplo apartamento em Niterói, nesse sentido, é emblemático. O tratamento *professor* é uma herança da atividade que exerceu profissionalmente até a aposentadoria. Lecionou em conceituados colégios privados e numa universidade federal. O acúmulo dessas atividades permitiu-lhe uma vida estável – potencializado pelo fato de ser solteiro. Começou ainda como professor, há mais de trinta anos, a organizar viagens para pequenos grupos de alunos durante as férias escolares e assim fazer aquilo que mais gostava, ou seja, viajar. Como os pais pagavam por seu trabalho nas viagens – com os “pacotes” pagos à prazo, com cheques pré-datados – permitia que custeasse seus próprios gastos. A partir da aposentadoria e com a sobra de tempo, começou a organizar também passeios locais para pequenos grupos (alguns também de aposentados, mas de *classe-média*), tanto para cidades próximas (como Angra do Reis e Petrópolis), quanto para programas específicos: *tours* por pontos turísticos do Rio de Janeiro e Niterói ou atividades culturais (peças de teatro, óperas, etc.). Em todas essas “novas” atividades o pagamento era também “facilitado” mas especificamente quando envolvia compra de ingressos antecipados, aí o pagamento era à vista. Um detalhe interessante é que no caso de passeios específicos, o grupo se reúne primeiro na casa do próprio professor (um *amplo* apartamento, como dito) para ouvir sobre o local a ser visitado ou sobre a peça a ser assistida. Uma vez terminado o programa, o grupo volta a se reunir para comentar o que foi visto – sem dúvidas, um grande diferencial. A atividade exercida pelo professor foi construída ao longo de toda uma carreira sólida, de mais de 30 anos, não é registrada sob a forma de uma empresa – embora seja gerida e mantenha seus registros como tal –, ou seja, ela é *informal*, e somente a partir de sua aposentadoria é que se tornou exclusiva. E, após um “cálculo” de vantagens e desvantagens –

⁴³⁶ – Ibid., pp: 15/16.

“não se mexe em time que está ganhando” –, ele não deseja *formalizá-la*. Mas, por outro lado, ele se relaciona e trabalha diretamente com “empresas formais”, partilhando com elas o lucro obtido. Ele conta com uma rede de prestadores de serviços – agências de viagens, *office-boys*, taxistas, *vans*, pousadas, restaurantes, fornecedores de pequenos lanches e de material de divulgação, etc. – em que alguns são até *formalizados*, e outros residentes em favelas próximas.⁴³⁷

Os dois casos acima devem ser acrescidos daqueles “microempresários-de-si-próprios” vistos no início de nossa *travessia* para possíveis conclusões.

Por fim, é de se supor que, mais do que um setor informal operando com regras próprias em um espaço social distinto, o que temos são *práticas informais* permeando desigualmente o conjunto da sociedade. Torna-se evidente, portanto, que não podemos pensar na existência de um setor que viva na informalidade em contraposição a outro, absolutamente formal. A graduação de formalidade e informalidade, além de ser um traço marcante de nossa sociedade *cordial-personalista/individualista* (como já vimos e enfatizamos!), está referida, na contemporaneidade, às possibilidades não aleatórias de acesso da população aos bens de cidadania. Isto significa que, nestas condições, o processo de formalização impõe exigências que extrapolam os limites do negócio. No caso da favela por exemplo, o negócio depende *também* da regularização do solo urbano, do acesso legal à água, luz, esgoto, etc., a despeito de um visível desconhecimento/descrença por parte daqueles empreendedores das regras do exercício da formalidade, em contraposição aos empreendedores *informais* da classe média, para quem o acesso à formalização parece ser mais fácil e assim, dependendo, basicamente, de um mero “cálculo” de custo/benefício a partir das regras – *conhecidas* – do “jogo”.

Assim, a dicotomia formal/informal (que mais uma vez nos remete aos pares conceituais, *apud* Roberto Bartholo, heleno/bárbaro e cristão/pagão) não traduz a economia real. O “informal” *escapa* aos critérios estatísticos. E, em assim sendo, percebe-se hoje a artificialidade e as implicações políticas de tomar o setor *informal* como uma dimensão antagônica ou separada do setor formal pois esta postura produz uma imagem da sociedade dividida em

⁴³⁷ – Adaptado de VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), *INFORMALIDADE E CIDADANIA – EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO*, op. cit., “Caso 4: Conheça o mundo com o professor Raposo”, pp: 142/149.

duas esferas econômicas e sociais, impedindo que se perceba a dimensão política do problema, especialmente no que diz respeito às relações desiguais dos cidadãos com o Estado.

E, é desse contexto, acrescido das condições emanadas da *brasilidade*, que emerge, como um metamodelo de empreendedor brasileiro, nosso “herói”: o *virador* – aquele que “se vira”.

V.2: SOBRE O VIRADOR

Vimos anteriormente que o nosso *homo imprehendor brasiliensis*, para sonhar e buscar realizar seu sonho, tem de se relacionar com o mundo e com as pessoas através do trabalho e da ação e, para tanto, tem também de estar vivo para demonstrar sua excelência na esfera pública e receber o mérito devido, portanto tem também de laborar. E assim ele *labora, trabalha e age* a partir de atividades/organizações formais/informais (ou informais/formais). Mas se o desvalor do trabalho – não metódico e imprevidente – e a luta pelo reconhecimento institucional do mérito individual – o reconhecimento público de suas produções pelo bom desempenho alcançado – é difícil e polêmica ou, quando muito, só lhe traz *olhares enviesados* de ceticismo e desconfiança, qual o “prêmio” a ser alcançado? A sobrevivência: sua e dos seus! É isso que o move.

A condição brasileira para o nosso empreender a partir dos valores – “inautênticos” – que emergem daquela sociedade dicotômica e exótica, excludente e relacional: diferente, mas nossa, aponta para peculiaridades. Dessas “peculiaridades” é que emerge a figura do *virador*, daquele que *se vira*. E ao se virar, aquele permanece *indivíduo* num mundo de *peessoas* na materialização *mais brasileira possível* de uma *outra possibilidade* de inclusão social através de um (ou vários!) trabalho cuja realização é permeada de criatividade/improvisação e que aponta, invariavelmente, para as já aludidas “perplexidades produtivas”.

Por outro lado, como ele, para sobreviver nessa ambiência, no geral, burla normas, *dá um jeito* e *se vira*, fica aqui a constatação de que o brasileiro, e o *virador* em particular, adoraria, para tanto, parodiando o “peixe” de Guimarães Rosa, *um rio sem margens*. Desse *rio* então é que emerge o *virador*.

Mas quem é esse *virador*?

“Majoritariamente, o popular brasileiro não é proletário. Não é um assalariado com contrato regular e definido de trabalho; é autônomo, artesão, assalariado sem carteira etc. O homem popular brasileiro tem que ‘se virar’. Pode ser operário em dado momento, ser artesão no seguinte, mais adiante trabalhar por conta própria ou ser ‘microempresário-de-si-próprio’. Pode trabalhar no lícito ou no ilícito. Para sobreviver, ‘se vira’, e nessa ‘viração’ ele cria sem parar, a partir de qualquer possibilidade. O nosso popular é, sempre que possível, inovador, e por isso pratica a ‘antropofagia’. Mas ao mesmo tempo é também conservador: não pode se dar ao luxo de abrir mão de nada. Assimila, recombina criativamente tudo o que acessou ou que conhece. Sobreviveu aos bandeirantes paulistas, sobreviveu aos senhores escravagistas, sobreviveu à Primeira República, sobreviveu aos economistas e também sobreviverá à ‘fernandécada’. (...)”

Este homem que descrevo, este personagem, é um criador de dificuldades analíticas para as ciências sociais. Aparentemente, é tudo e é nada. E torna irresistível a nossa tendência a classificá-lo como semiquaquer-coisa. Ele cria e reinventa na ponta do desenvolvimento tecnológico.”⁴³⁸

A definição do Professor Lessa por si só já nos municia de conceitos e definições: ela se basta. Por outro lado, os “casos” da favelada Joana e do Professor Raposo são exemplos, e, se quisermos ainda, poderemos repassar também sobre aquelas “constatações primeiras” no início de nossa *travessia* que lá estará *ele* em “matéria bruta”, empreendendo naqueles exemplos citados. Ou ainda, sobre os *olhares interpretativos* de nossa *brasilidade*, vistos anteriormente, que lá estará também, certamente, e no mínimo, um “vulto” desse *cordial* personagem desde a chegada de Pedro Álvares Cabral (ou desde antes, quem sabe...).

O “traço” *virador* – a “**viração**” – do brasileiro se manifesta *tanto no lícito quanto no ilícito*, ou melhor, em atitudes ou atividades a partir, principalmente, de *instituições/organizações* formais/informais (ou

⁴³⁸ – LESSA, Carlos, *AUTO-ESTIMA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, op. .cit., pp: 61/62. [grifo nosso]

informais/formais): “paralegais”⁴³⁹. A opção pela sonegação, por exemplo, é um caminho comum e trivial como alternativa de sobrevivência frente a alta e burocrática carga tributária. Por outro lado, e como já vimos, *ele* não “habita” preferencialmente o setor informal, pode estar *tanto lá quanto cá*. E ainda, *ele* não é o malandro! Embora guarde algumas características daquele: é *safo*. Tem jogo-de-cintura.

Na medida em que nunca teve seu “ego inflado” por modelos e posturas “racionais” do tipo *self-made* – muito pelo contrário! –, ele não carece de manuais de auto-ajuda, não vive as crises do *self* tão comuns hoje em outras paisagens. Ele *cordialmente se ajuda*. E, como *microempresário-de-si-próprio*, ele é o próprio “empreendimento”, a própria “empresa” e por isso para “se gerir”, ele tem estar vivo ou melhor, tem de estar *de pé* – todo dia, toda hora.

E, diferentemente das sábias palavras do Professor Lessa ou melhor, ampliando aquela *saborosa* definição, esse *traço virador* também não é característica privativa de um dado segmento popular da população brasileira, ele reproduz e atualiza aspectos ambíguos de nossa sociedade: todos nós, de alguma maneira, nos viramos! *Quem de nós não transforma suas desvantagens em trunfos bem manipulados pela criatividade e improvisação?*⁴⁴⁰

⁴³⁹ – DA MATTA, Roberto, CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS, op. cit.; BARBOSA, Lívia, O JEITINHO BRASILEIRO – A ARTE DE SER MAIS IGUAL QUE OS OUTROS, op. cit.

⁴⁴⁰ – Até por ser semiquilquer-coisa, podemos perceber a *viração* tanto no camelô, no biscateiro, no roleiro, no sacoleiro, no marombeiro, enfim, no profissional autônomo – sem nenhuma “autonomia” –, quanto nos free-lancers, nos produtores de eventos, e, principalmente nos “consultores”, ou na dona-de-casa (notadamente da classe média que improvisa e cria para “engordar” o salário do marido), como nos empresários que um dia vendem isso e no outro aquilo para acompanhar as “tendências” do mercado. E até – nós! – os professores e pesquisadores que nos viramos em consultorias, cursos, palestras e etc. para fazer frente aos constantes baixos (ou nenhum) orçamentos de projetos de pesquisa, e assim, na criatividade e improvisação (até a partir de notas fiscais “paralegais”) “engordar” os baixos salários. Enfim, TODOS por necessidade. Nesse sentido arriscaremos até a uma afirmação baseada em nossas experiências de campo de que, por exemplo, todo artesão é virador, mas nem todo virador é artesão.

É interessante aqui e agora revermos alguns conceitos e definições apresentados anteriormente sobre o empreendedor (aliás, *entrepreneur*) e remetê-los ao nosso *virador*.

A definição de William Bygrave – “alguém que percebe uma oportunidade e cria uma organização para lutar por ela” – vai cair como luvas em nosso modelo, mesmo que (ou principalmente) essa “organização” criada seja *paralegal*. Pergunte a qualquer *camelô* no meio da rua ou a qualquer *sacoleira*, ou entre num barracão de uma escola de samba. Ou os “casos” anteriores da favelada Joana e do Professor Raposo. Melhor ainda, basta olhar o *modus operandi* daquele *flanelinha* genial citado pelo Professor Lessa anteriormente: ele busca as “oportunidades” nas festas, coquetéis, etc. e vai lá com sua “organização” e *organiza tudo!*, como vimos. Mas todos, sem exceção, não se movem pela “racional” *busca de oportunidades*, a partir de planos, projetos e previsões mercadológicas. Movem-se, sim, pela necessidade e assim “inventam” *organizações*. Um “outro” empreender.

Sendo assim, a “visão” e a definição de Filion fica bem longe desses personagens mas bem próxima do “sonho” de Fernando Dolabela – parodiando Millôr Fernandes, *livre sonhar é só sonhar!* Embora, eles – os *viradores* –, e à sua “maneira”, sigam aquele “processo visionário” preconizado pelo Professor Filion: estabelecem “redes de relacionamento” – o que numa sociedade *relacional* como a nossa é *barbada*; buscam “conhecer o setor” (vide, mais uma vez, o Professor Raposo, o *flanelinha*, ou os *faz-tudo* da Rocinha e o Geraldo *do Argeu* de Tiradentes); têm pleno “conhecimento de si” ou melhor, de suas *desvantagens*; e são “líderes” de seus “projetos” pois embora a sociedade seja *relacional* ela, também, é *hierárquica*. Mas, com relação à “energia”, é diferente, de outra maneira. Não se trata daquele “esforço” de *raiz* puritana. Como o que os move é a necessidade, daí: *cobra que não anda não engole sapo!* Simplesmente isso.

Ainda, Peter Drucker ao nos apontar três traços importantes no perfil de um empreendedor (aliás, *entrepreneur*): “a *criatividade*, a *insatisfação com o status quo* e a *determinação pessoal*” faz-nos pensar que: sobre a *criatividade*, nada a declarar pois no *virador* ela é total, permeia todo o seu empreender; a *determinação pessoal*, que nos remete à “energia” de Filion, o ditado popular citado anteriormente diz tudo; mas, com relação à *insatisfação com o status quo*, essa também é visível por aqui entre os nossos *viradores*, e a “denominamos” de *indignação*. Basta olhar o

exemplo da Maria da Glória que, movida pela mais pura indignação, *bolou* um produto genial. Mas esse traço também é marcante em nossos pesquisadores, professores, políticos e empresários “mais comprometidos” que, por indignação, e no sentido dado por William Bygrave, montam organizações geniais – as ONGs e os “laboratórios”, por exemplo – para suprir, principalmente, as, tão frequentes, falhas na ação do Estado no geral, e das Universidades em particular – uma *outra oportunidade* de “negócios” por aqui.

Com relação à Schumpeter, para quem o *entrepreneur* é, antes de tudo, um inovador, o *virador* é, também, antes de tudo um inovador! Ao assimilar e recombinar tudo que acessou ou conhece de forma extremamente criativa – muito em função da total e absoluta falta de recursos –, ele pratica a mais fina inovação *schumpeteriana* ao “destruir” e “construir” novas *coisas*, criativamente.⁴⁴¹

Mas com relação às *PECs* que David McClelland deu forma e as enfeixou num “pacote” que é adotado em vários cursos de formação de empreendedores achamos se tratar por demais de características excessivamente “racionais” para os nossos padrões – principalmente no que tange à “forma”. Na medida em que o *virador* se move por necessidade “bruta” ou “pessoal”, fica difícil inserir a *viração* naquele rol de características. Certamente eles *entendem* a “necessidade de realização”, a “persistência” ao “assumir riscos calculados” e o “compromisso com o trabalho assumido”, a “fixação de objetivos claros”, o “planejamento e o controle sistemático” além da “busca de informação” e da importância da “persuasão”, da “geração de redes” e da “autoconfiança”. Entretanto, *isso*, para o *virador*, é outra realidade: não é um dado “natural”, como já foi enfatizado, por aqui. E trabalhar com esses conceitos com esse público –

⁴⁴¹ – É muito comum ver por aí, por exemplo, antigas carcaças de geladeira que tomam formas criativas de carrinhos de mão a carregar mais *coisas* para “novos” empreendimentos. O velho carro de trabalho – geralmente uma *kombi* velha ou uma *brasília* – quando não tem mais “forças” para andar, se transforma num criativo quiosque para se vender alguma coisa ou algum serviço e, mais a frente, tais carcaças podem ser vistas nos quintais como “galinheiros”. Eles não perdem nada, reciclam efetivamente tudo: *nada se perde, tudo se transforma!* Ressaltamos ainda que esse assunto é abordado de formas no mínimo saborosa, em LESSA, Carlos, *AUTO-ESTIMA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, op. .cit.

notadamente em favelas e periferias – é extremamente dificultoso e às vezes até problemático (no mínimo, a linguagem e a abordagem têm de ser outra), embora seu “conteúdo” tenha de ser apresentado⁴⁴². O *virador* pois, lembra muito, além do “peixe” do Guimarães Rosa, aquele personagem de um samba que diz assim: “*não põe corda no meu bloco,...*”.

E, com relação ao CEFÉ, para quem o empreendedor é alguém com forte predisposição pessoal para o progresso, com uma visão afirmativa sobre o futuro e sobre suas próprias condições para enfrentar os fatores adversos do meio. Ou seja, é aquele que acredita na capacidade do ser humano de forjar seu próprio destino e melhorar o ambiente externo, encarando situações difíceis como desafios. Achamos que, também, o conceito se “encaixa” no personagem *virador* – muito em função de sua plena “consciência de si” e de que o *viver é muito perigoso* – embora este ainda careça de ter algumas iniciativas aperfeiçoadas no sentido de sua efetiva “libertação” (o que veremos a frente).

Sobre a definição apontada pelo modelo GEM e na medida em que tal definição se preocupa com o termo “empreendedorismo” e não em

⁴⁴² – É interessante assinalar que o Método CEFÉ em que as *PECs* são o *fio-condutor* das sessões de treinamento – nos módulos de “Comportamento Empreendedor” –, se utiliza de uma vasta lista de atividades extremamente lúdicas e vivenciais para cada item das referidas *PECs*. Nesse sentido, a abordagem torna-se muito mais “leve” e traz muito mais possibilidades de um efetivo “aperfeiçoamento das iniciativas daqueles agentes” ao se introduzir “novos” conteúdos como aqueles. Mas, como já enfatizado, o CEFÉ depende muito da sensibilidade e do “jeitinho” do *facilitador* ao abordar esses temas no “processamento” de cada atividade. (Por experiência própria, por exemplo, é no mínimo constrangedor e estranho trabalhar “correr riscos calculados” em uma comunidade tipo favela ou *similares*. Soa meio irônico pois em tais localidades a população – e o próprio *facilitador* em especial–, geralmente, corre riscos 24 horas por dia. Já me ocorreu fato desse tipo na favela da Rocinha-RJ, em 1999 – em minha “estreia” como *cefista* –, e foi um grande aprendizado, principalmente para mim: passei a ter mais *cuidados* e assim respeitar a dura realidade deles. Foi muito bom – aliás, foi exatamente naquele dia e naquela hora que a minha *ficha caiu* e passei a perceber a inadequação do uso de *ferramentas* “alienígenas” sem a devida adaptação, sensibilidade e contextualização. E esse “recado”, essa lição, eu passo sempre para os colegas e, principalmente, para os “novos” *cefistas*).

conceituar o “empreendedor”, mesmo assim, pelos dados que emergem daquela pesquisa, o *virador* se faz presente. Aliás, as pesquisas GEM, a cada ano, têm confirmado mais ainda nossa peculiar *viração*.

Essa pequena “visita” às definições do *entrepreneur* mostram, de forma clara, o quanto somos empreendedores (coisa que o GEM tem propagado desde 2000 embora *alguns* não queiram enxergar), marca as nossas diferenças e, principalmente, o quanto nós brasileiros guardamos bem no fundo de nossa alma, bem como à *sombra* de nossas ações quer sejam sociais, quer sejam empresariais/negociais, um traço característico que nos torna diferentes dos “outros”: a “*viração*”.

Por outro lado, essa “visita” também nos mostra o quanto o *virador* é insistente e persistente em sua luta pela sobrevivência. Embora esteja excluído da moderna sociedade racional com tantas normas, modelos, tipologias, regras e imposições, trabalho e mérito *inautênticos* – o suficiente para deixá-lo, no mínimo, deprimido, mal-humorado e sem forças –, *ele* resiste e, constantemente, dá a *volta por cima*, e “rindo”, vai à luta e se inclui: é um forte!

Embora por aqui a gente vincule a ideia de empreendedor a alguém que fez fortuna – o que é um grande erro –, se fôssemos eleger um *ícone* do empreendedor brasileiro, sem muita “pesquisa” certamente o *camelô* seria o escolhido. Ele *se vira* por aí nas esquinas e praças, gera o próprio sustento e independe de alguém para ganhar a vida. Nesse sentido, o *ícone* escolhido tem laços com a realidade: Silvio Santos, hoje um mega-empresário brasileiro começou como camelô na Praça da Sé.

O *traço virador* por aqui, e a título de ilustração, se faz presente até no futebol (como era de se esperar!). Segundo um treinador de décadas passadas, um tanto quanto *frasista*, Gentil Cardoso: “*Quem se desloca recebe. Quem pede tem preferência*”. Esse dito, numa reflexão “filosófica” (e próximo ao balcão de um bar): *quem se desloca, se mexe e está se virando, e quem pede, idem!* E essa atitude comportamental preconizada na simplicidade de um Gentil Cardoso para os jogadores dentro de campo, oferece-nos uma valiosa lição, sem dúvidas, para outras tantas atividades que exigem ações coletivas: se vira, seja criativo, se apresente, improvise!

Foi deixado claro também que a motivação principal do *virador* é a necessidade, a luta pela sobrevivência, sua e dos seus. Agora, portanto, é

hora de um aprofundamento⁴⁴³ sobre a “necessidade” que tanto *furor* tem causado por aqui. Por quê?

Abrindo um breve parêntese, a necessidade entra na discussão econômica a partir do momento em que Werner Sombart propõe uma “economia de necessidade” quando diz que

“o conceito de economia abrange três aspectos: a) a mentalidade econômica; b) a ordem econômica; c) a técnica. Ou seja, um sistema econômico é um modo de exercer atividades econômicas, determinado por uma mentalidade específica, uma ordem ou uma organização e uma técnica, interdependentes.”⁴⁴⁴

É óbvio que a *mentalidade*, *ordem* ou *organização* e *técnica* correspondem a determinadas estruturas sociais. E como vimos (após Ortega y Gasset), com a “racionalização” do trabalho – e da vida –, a técnica deixa de ser “tática de vida”, o que tornou “mais produtivo” o próprio trabalho, reduzindo este a um mínimo em sua contribuição específica na produção de utilidades/necessidades.

Para Max Weber, como já vimos e ressaltamos anteriormente (bem no início de nossa *travessia*), o *entrepreneur* – que ele denominava de “novo empresário” – era produto da sociedade e

“representado como um indivíduo **energizado** em contraste com o telão de fundo da economia tradicional. (...) Para Weber, o principal fator motivador para quem se estabelecia por conta própria era a crença religiosa ou o trabalho ético protestante que estabelecia normas sociais que punham freios à extravagância, ao consumo ostensivo e à indolência.”⁴⁴⁵

⁴⁴³ – Ressaltamos que alguma coisa já foi dita sobre no decorrer dessa *travessia*, na medida em que essa “necessidade” é, para *elas*, principalmente, *filha* da *nossa* indolência e da *nossa* imprevidência.

⁴⁴⁴ – SOMBART, Werner, *WITSCHAFT*, in *HANDWORTERBOCH DER SOCIOLOGIE*, Stuttgart, 1931, *apud* VITA, Luís Washington, no Prólogo de GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, op. cit., p. XXVI.

⁴⁴⁵ – KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, *COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA*, op. cit. [grifo nosso]

Schumpeter, por sua vez, sustentava que eram os *entrepreneurs* que usavam o protestantismo para legitimar o que já estavam fazendo. E estes indivíduos apareciam casualmente – no “fluxo circular” da vida – em qualquer população etnicamente homogênea e, como já vimos, tinham um dom de intuição especial para ver as coisas de uma maneira que logo demonstrava ser correta. Possuíam a energia e a força de vontade para superar as normas tradicionais e suportar a oposição social.⁴⁴⁶ E, para ele,

“A atividade econômica pode ter **qualquer** motivo, até mesmo espiritual, mas seu **significado** é sempre a satisfação de necessidades.”⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ – SCHUMPETER, Joseph A., *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO*, op. cit.; Esse argumento *schumpeteriano* é ressaltado também em KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, *COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA*, op. cit.

⁴⁴⁷ – SCHUMPETER, Joseph A., *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO*, op. cit., p.29. [grifos do autor] É interessante ressaltar que nessa obra clássica de Schumpeter não existe uma única citação ou referência às obras de Max Weber. Ele trabalha, de forma elegantemente erudita, com todos os “clássicos”: Adam Smith, Ricardo, Sombart, Marshall, Walras, Karl Marx, dentre outros, vários outros, e **menos** Max Weber. O que nos faz pensar que Schumpeter não admitia, em hipótese alguma, a “explicação weberiana” (ou o “sentido” dado a ela, por muitos) de uma certa “superioridade” econômica a partir (ou por causa) da ética protestante. Embora já tenhamos deixado claro que Max Weber não foi o “fundador” dessa corrente (citamos inclusive relatos de viajantes por aqui no início do Século XIX preconizando tais ideias), ele, conforme vimos *apud* Jessé Souza, não foi bem interpretado em sua “ambiguidade cultural” ao expor as especificidades do racionalismo ocidental. Aliás, nessa edição do livro de Schumpeter, existe na página 69 uma nota do tradutor para “explicar” o sentido dado por Schumpeter ao termo “racional” que ele atribuía, após Max Weber, a um hábito de se usar aquela palavra com o mesmo sentido com que se usa “metafísico”. Isso ocorre na abertura do Capítulo II – “O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico” [pp: 69/99] – no qual Schumpeter trata, exatamente, do “fenômeno” *entrepreneur*. O “recado” de Schumpeter, ao abrir o tal capítulo, é o seguinte: “O processo social que racionaliza nossa vida e nosso pensamento, afastou-nos do tratamento

Ainda para Weber,

“Onde a apropriação capitalista é racionalmente efetuada, a ação correspondente é racionalmente calculada”.⁴⁴⁸

Weber não considerava a “satisfação de necessidades” como a “gênese do capitalismo” tal como Sombart havia formulado⁴⁴⁹. Para Weber – não custa nada repetir –, essa “economia de necessidade” mais parecia, “à primeira vista”, com o que ele havia descrito como “necessidade tradicional”⁴⁵⁰. E por

metafísico do desenvolvimento social e nos ensinou a ver a possibilidade de um tratamento empírico; mas fez o seu trabalho de maneira tão imperfeita que devemos ser cuidadosos ao tratar do próprio fenômeno, mais ainda do conceito com o qual o compreendemos e, mais do que todos, da palavra com a qual designamos o conceito e cujas associações podem desencaminhar-nos para todo tipo de direções não desejadas.”[grifos nossos] Parece que Joseph Schumpeter deu um “elegante” recado a Max Weber (ou principalmente a seu “seguidores” *míopes*) e tem tudo a ver com nossa preocupação ao estudarmos o “fenômeno” empreendedorismo de necessidade por aqui e, de certa forma, confirma Guimarães Rosa que considerava tudo isso “desvios provocados pela *megera cartesiana*” (como já vimos, aliás).

⁴⁴⁸ – WEBER, Max, A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., p. 5.

⁴⁴⁹ – WEBER, Max, A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., p. 41. Weber acrescenta ainda, na mesma página, que: A obtenção das mercadorias necessárias à satisfação das necessidades pessoais, no primeiro caso (a “satisfação de necessidades” de Sombart), e uma luta pelo lucro livre dos limites impostos por necessidades, no segundo (o “capitalismo moderno”), são os fins que controlam a forma e a direção da atividade econômica.”

⁴⁵⁰ – WEBER, Max, A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., p. 41. Na página 38, Weber diz ainda que: “O homem não deseja ‘por natureza’ ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para esse fim. O capitalismo moderno, onde quer que tenha começado sua ação de incrementar a produtividade no trabalho humano através do incremento de sua intensidade, tem encontrado a infinitamente obstinada resistência deste traço orientador do trabalho pré-capitalista; e, ainda hoje, quanto mais atrasadas estejam (do ponto de vista do capitalismo) as forças de trabalho tanto mais tem de lidar com ela”.

assim ser: tradicional – “*esse tipo de atitudes e reação às novas situações*” –, foi o oponente mais importante contra o qual o “espírito” do capitalismo – “*no sentido de um estilo de vida normativo baseado e revestido de uma ética*” – teve de lutar⁴⁵¹.

Como Max Weber sempre foi considerado o “porta-voz oficial” de um certo racionalismo econômico *moderno*, a nossa elite *herodianizada*, talvez por não aprofundar a questão (como já vimos também) e só ter olhos para o “outro” *protestante* – branco, rico e *self-made* –, passou a considerar os argumentos “interpretados” a partir de Weber como “*lei*” (como já vimos e enfatizamos também), e aí ... Com a ascensão do *espírito do capitalismo moderno* a “necessidade”, como tal, efetivamente, perde seu *status* de gênese do capitalismo e passa a ser um “opponente” e, como tal, um “obstáculo”. Vê-se atualizado então aqueles pares conceituais, no sentido como vimos *apud* Roberto Bartholo – heleno/bárbaro e cristão/pagão –, em um “novo”: *oportunidade/necessidade*. Assim a “necessidade” foi assimilada por nosso pensamento social.

A *nova* “necessidade” então, agora “moderna” e, por assim ser, eivada de um certo racionalismo, carece de *artificialidades* produzidas pela lógica racional a partir, principalmente, de, muito trabalho metódico e previdente, de planejamentos, planos e previsões, e atitudes que, “descubram” oportunidades de negócios no sentido de se tornarem *winners*. E esse, adiantamos, será o nosso grande “problema” perante àquela elite *herodianizada*: nós brasileiros, somos (também!) seres carentes de *necessidades artificiais* – leia-se, por exemplo, as já aludidas *PECs* de David McClelland⁴⁵².

⁴⁵¹ – WEBER, Max, A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO, op. cit., p. 37.

⁴⁵² – Embora, no nosso entendimento, esse *artificialismo da necessidade* sugerido nos remeta ao neologismo criado por David McClelland – “*achieving*” (necessidade de realização) – “resumido” e “trabalhado” a partir das *PECs* – concebidas por ele de forma rigorosamente racional. É interessante assinalar que Birley e Westhead, renomados pesquisadores do Empreendedorismo, conceituam a “necessidade” como um déficit ou a manifestação de um desequilíbrio interno do indivíduo, podendo ser satisfeita, frustrada – permanece no organismo – ou compensada – transferida para outro objeto. “Ela” surge, para esses autores, quando se rompe o estado de equilíbrio do organismo, causando sensações de tensão, insatisfação e desconforto. E o êxito

da empresa constitui-se numa forma de satisfação da “*necessidade de aprovação*” do empreendedor (aliás, do *entrepreneur*), a partir da aprovação da sociedade. E, para atingir tal objetivo, ainda segundo esses autores, também “necessita”, o *entrepreneur*, de independência, de liberdade para trabalhar, para controlar seu tempo e construir sua vida **do modo que lhe convém**. Esta “necessidade”, no entanto, **no nosso entendimento** evidencia uma certa dificuldade na obediência de regras e normas impostas por outras pessoas e, pela sociedade – coisa que esses autores também concordam. Vimos anteriormente a “dificuldade” da ética protestante de pecar, de infringir normas – resultantes da esfera religiosa e a partir das análises de Max Weber –, evidenciando um baixo nível de flexibilidade. Um verdadeiro dilema para “eles” portanto. O interessante é que esses autores ao apontar a dificuldade “*do indivíduo*” na obediência de regras e normas impostas por outros, não tocam na questão ético-religiosa e nem aprofundam numa abordagem sociocultural. Eles partem para uma “estratégia” mais simples, “artificializando” a questão, ao tipificar – a partir (obviamente!) de estudos e pesquisas – aquela “necessidade” do *entrepreneur* de três formas: 1) a “*necessidade de desenvolvimento pessoal*” que significa uma busca constante por novos conhecimentos, habilidades e também por modificações comportamentais; 2) a “*necessidade de segurança*” que consiste em proteger-se de perigos físicos ou psicológicos, reais ou imaginários e, como tal, relaciona-se com a auto-preservação, envolvendo questões financeiras como até o desemprego por exemplo; 3) a “*necessidade de auto-realização*”, para eles, o *entrepreneur* visualiza a empresa como um local onde suas capacidades podem ser utilizadas e aperfeiçoadas, e assim, ali é que ele alcança a sua realização pessoal. Enfim, essa “artificialização” possibilita, **no nosso entendimento**, a redução de riscos, quer com relação a conflitos externos, quer com relação a conflitos internos provocados pelo “dilema” proposto – se eu não consigo satisfazer uma, pelo menos tenho ainda mais duas chances de acertar, e vir a ser um *winner*. Isso, cremos, é agir de forma racional (e ao menos os autores estão “coerentes” com seu contexto). Para aprofundamento: BIRLEY, S & WESTHEAD, P., *A COMPARISON OF A NEW FIRMS IN “ASSISTED” AND “NON”ASSISTED AREAS IN GREAT BRITAIN*, in *ENTREPRENEURSHIP AND REGIONAL DEVELOPMENT*, USA, v. 4, n° 4, pp: 238/299, 1982. Ressaltamos também que esses mesmos autores, dão subsídio teórico-metodológico para um trabalho aqui no Brasil no sentido de levantar características pessoais empreendedoras de um público de baixa renda – portanto, *necessitados*, tipicamente *viradores* –, a partir daquela tipificação proposta por Birley e Westhead. **Isso, no nosso entendimento, evidencia**

Mas aí chega Schumpeter novamente e, *dialogando* com Guimarães Rosa (ao apresentar *terceiras possibilidades*), nos diz que:

“Pode haver **conduta** racional mesmo na ausência de **motivo** racional.”⁴⁵³

Sem comentários, fechamos o parêntese!

Por fim, são os relatórios do GEM que dão um bom suporte e nos municiam de argumentos *mais* para a emergência do metamodelo *virador*.

V.3: O GEM E O BRASIL; O BRAZIL E O GEM

Já vimos sobre o GEM – *Global Entrepreneurship Monitor* – e sua importância na atualidade como uma referência sobre a atividade empreendedora mundial e alguns dados sobre o caso brasileiro. Entretanto – um dado extremamente significativo – é incrível como o “GEM Report” – em todas as suas versões – nos enxerga com um potencial empreendedorístico formidável e como, por outro lado, por aqui, tal não ocorre. Existe um constrangimento exagerado e sem fundamentos que obstrui possibilidades, inclusive algumas preconizadas pelas “Implications for Policymakers” constantes nos “GEM Report”. A essa altura da *travessia* está mais do que claro que não dá para “entender” o Brasil somente com os “olhos” *desviados* pelo ângulo da “megera cartesiana”: por aqui a *sabedoria é algo distinto da lógica!*

É interessante assinalar que o Brasil já na sua “estreia”, em 2000, provocara uma tremenda *saia-justa*. Além de ter sido o “campeão” – um dado que revelava que, naquele ano, de cada oito brasileiros, um estava

a utilização de uma “ferramenta” equivocada. Vide: CITADIN, Glaison José, SERAFIM, Maurício Custódio, *O EMPREENDEDORISMO APLICADO A PARCELAS DA POPULAÇÃO EXCLUÍDA DO PROCESSO PRODUTIVO: IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL* EMPRE-
ENDEDOR DA COMUNIDADE DE SACO GRANDE II, Anais do II ENEMPRES, op. cit.

⁴⁵³ – SCHUMPETER, Joseph A., *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO*, op. cit., p. 96. [grifos do autor]

abrindo ou administrando um empreendimento –, os pesquisadores do GEM tiveram de sair em busca de uma explicação, como já vimos, para a causa de um país num dos últimos patamares de PIB dentre os pesquisados e alcançar a mais alta taxa TEA daquele ano. Esse fato colocou em “xeque” o arcabouço teórico de todo o projeto mas, achou-se uma resposta convincente – com base mais na *sabedoria que na lógica*.

De modo geral, segundo o GEM, o Brasil alternou posições no *ranking* dos países empreendedores – foi o primeiro em 2000, o quinto em 2001 e o sétimo em 2002 – mas se manteve entre o “primeiro escalão”. Com a introdução das variáveis TEN e TEO o quadro foi o seguinte: em 2001 foi o terceiro colocado em empreendedorismo *por necessidade* (TEN) e o sexto em empreendedorismo *por oportunidade* (TEO); e, em 2002, foi o primeiro *por necessidade* (TEN) e o 16º *por oportunidade*. Ou seja, nesse caso já houve uma grande variação. Mas, variação essa que só tem a nos dizer que continuamos a ser o mesmo país com alto potencial empreendedor: se empreendemos por oportunidade ou por necessidade, ambas as maneiras contribuem para o dinamismo da economia e geram empregos, e, o mais importante, expõem as pessoas ao ambiente de negócios – possibilitando o desenvolvimento de habilidades e agilidade para responder aos estímulos do mercado⁴⁵⁴. Quer dizer, não se entende o porquê dos constrangimentos.

Antes, e de forma aprofundada, vejamos como o GEM nos enxerga, em seguida, e *por decorrência*, tais “constrangimentos” serão aprofundados também.

A pesquisa GEM Brasil (todas) foi realizada com a utilização do modelo internacional para fins de comparação com os outros países participantes, com pequenas adaptações à realidade brasileira. Assim sendo, os procedimentos adotados reproduziram os padrões internacionais e sua aplicação é diretamente supervisionada pela equipe da Coordenação Central do GEM Internacional.

⁴⁵⁴ – Argumento este utilizado, como vimos anteriormente, pelos pesquisadores do GEM na Finlândia em 2001 e reafirmado nas “Implications for Policymakers” de 2002 (como vimos também) mas, infelizmente, não “entendido” por aqui.

Os principais dados de estudos foram obtidos mediante duas pesquisas de campo. Uma primeira em que foram entrevistados 50 informantes-chave⁴⁵⁵ de diversos Estados, especialistas no assunto, que apresentaram análises referentes aos fatores pesquisados. Com estes, a pesquisa utilizou-se de dois instrumentos, construídos a partir do modelo GEM, os quais exploraram, por meio de grupos de questões, os itens componentes do modelo que descrevem as condições que favorecem ou dificultam a dinâmica empreendedora no país. O primeiro instrumento, foi um roteiro de entrevistas que permitiu a consolidação de informações qualitativas sobre as questões abordadas. O outro, foi um questionário que forneceu dados para um posicionamento quantitativo das opiniões dos especialistas sobre os mesmos itens.

Foram entrevistadas também 2000 pessoas, entre 18 e 64 anos (conforme adotado pela pesquisa internacional), com a utilização de um questionário padrão (a cargo da empresa “Instituto Bonilha” e coordenado pela equipe do GEM), cujos resultados forneceram dados para o cálculo das taxas de empreendedorismo no Brasil. Os pesquisados foram selecionados de acordo com a representatividade por regiões do Brasil conforme abaixo

⁴⁵⁵ – A partir de 2001 esse número foi reduzido para 36 “especialistas” e que passaram à condição de componentes da equipe do GEM nacional.

Número de entrevistados por região do Brasil⁴⁵⁶

Região	Nº Entrevistas	Distribuição por Estados	Distribuição em cidades
SUL	300	2 Estados	Capital + uma cidade média + uma cidade pequena
SUDESTE	850	3 Estados	Idem
NORDESTE	570	2 Estados	Idem
NORTE	140	1 Estados	Idem
CENTRO-OESTE	140	1 Estados	Idem
TOTAL	2000	9 Estados	27 cidades

A tabulação dos dados foi feita pela equipe GEM nacional e seu resultado incorporado à análise internacional. Sendo que o processamento e cálculo das medidas foram feitos pela Coordenação internacional ao tratar da comparação entre países e pela coordenação nacional nas análises específicas do caso brasileiro. E a todos esses dados foram acrescentados os “oficiais”: os principais indicadores sociais e econômicos do país.

Para se ter uma ideia geral da situação que emerge dos resultados da pesquisa mais recente⁴⁵⁷, o Brasil com uma “força de trabalho” (pessoas na faixa de 18 a 64 anos) de 106 milhões de pessoas apresenta uma *TEA* de 13,5%, ou seja, o levantamento estima a existência de 14,4 milhões de empreendedores envolvidos na criação ou administração de algum negócio com menos de três anos e meio de vida⁴⁵⁸. Destes, a maioria (27%) está na

⁴⁵⁶ – Adaptado de EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit., p. 11.

⁴⁵⁷ – Adaptado de EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – RELATÓRIO GLOBAL 2002, op. cit.

⁴⁵⁸ – Esse contingente de 14,4 milhões de empreendedores equivale a 20% do total de pessoas que, em 2001, segundo o IBGE/PNAD, faziam parte do mercado de trabalho brasileiro, formal ou informal; ou ainda 51% do emprego formal do país. Dados para

faixa etária de 25 a 34 anos e, do total, 42% são mulheres. Ainda, 85% dos empreendimentos são realizados a partir de capital próprio – familiar – depois vem a ajuda de amigos ou colegas de trabalho e, por último, os recursos oficiais ou de bancos privados. E, no ranking de apoio ao empreendedorismo e da existência de políticas coerentes e facilidades para abertura de um negócio, na opinião dos especialistas do GEM, o Brasil aparece em 34º lugar entre os 37 países pesquisados. Os principais fatores que atrapalham, para eles, são a dificuldade de acesso e o custo do capital, a falta de políticas adequadas à realidade dos empreendedores, a alta carga tributária, o excesso de exigências legais e fiscais para a abertura de empresas e a falta de capacitação para gerir o negócio escolhido.

Sobre o nível de empreendedorismo por regiões no Brasil, o quadro se apresenta da seguinte forma: a região Sul destaca-se com a maior *TEA* do país (17,4), seguida da Norte/Nordeste com 14,8, a Sudeste em terceiro com 11,9 e a Centro-Oeste com 11,4.

Das atividades realizadas, o levantamento apontou 42% motivadas pela oportunidade e 55% por necessidade. Em termos regionais, as regiões Norte/Nordeste destacam-se por apresentar a maior *TEN* (58,9%) e a mais baixa *TEO* (41,1%); essas regiões concentram aproximadamente 38% de empreendimento *por necessidade* no país. As demais regiões ficam da seguinte forma: Centro-Oeste, *TEN* 50,0% e *TEO* 50,0%; Sudeste, *TEN* 55,6% e *TEO* 44,4%; Sul, *TEN* 54,0% e *TEO* 46,0%. Ou seja, apenas a região Centro-Oeste apresentou índices iguais entre *TEN* e *TEO*, nas demais a *TEN* sempre foi maior que a *TEO*. Donde se conclui que a motivação *por necessidade* é um dado “nacional”.

Com relação às atividades desenvolvidas, a grande concentração, 21%, está no setor de comércio varejista, principalmente em atividades relacionadas à alimentação (padarias, laticínios, etc.), vestuário (tecidos, armarinhos, calçados) e produtos em geral para construção e escritório. O segundo maior setor, com 18%, está na indústria de transformação, também com maior frequência em produtos alimentícios e de vestuário, seguidos, com menor número de observações pela indústria de móveis. O terceiro grupo, com 12%, inclui os serviços na área de alimentação e alojamento. Os outros com menor representação são: serviços pessoais (lavanderias, cabeleireiros, etc.) com 11%; atividades imobiliárias (8%); construção (6%); venda e

argumentação a partir da “Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios – Brasil 2001”, retirados do site [www.ibge.gov.br]

manutenção de veículos (5%), e agricultura e pecuária (5%). Um dado significativo se observa do quadro apresentado, independentemente se na indústria, comércio ou serviços, o foco das atividades dos empreendedores brasileiros situa-se na área de alimentação: de uma certa forma a “sobrevivência” se faz presente em todas as atividades.

Se observarmos a distribuição das atividades desenvolvidas separadamente por regiões, veremos algumas variações. A Centro-Oeste tem a maior proporção em atividades imobiliárias (18%), pouco significativas na média do país, seguida pelo setor varejista (15%) e serviços coletivos envolvendo atividades artísticas e do entretenimento (15%). Nessa região é também significativa a proporção das atividades agropecuárias (12%), que na média do país significam apenas 5%.

No Nordeste o setor de maior destaque é o comércio varejista com 27%, com alojamento e alimentação em seguida com 21% e, 19% na indústria da transformação com destaque para a confecção de artigos para o vestuário.

A região Norte concentra-se no comércio varejista (25%) e indústria de transformação (21%) focada na confecção de artigos de vestuário. Os demais setores, nessa região, distribuem-se em proporções iguais, menores que 10%.

O Sudeste tem sua principal concentração no comércio varejista (20%), diversificando um pouco além das áreas de alimentação e vestuário, na indústria de transformação (14%), principalmente vestuário, e atividades de serviços coletivos (13%) voltados a serviços pessoais como lavanderias, cabeleireiros e outros.

O Sul empreende principalmente na indústria de transformação (25%), também com preponderância em artigos para vestuário, o comércio varejista com 15%, na área de vestuário e calçados e, serviços coletivos (11%) na área de atividades artísticas e do entretenimento.

Ao se avaliar a partir do levantamento feito, qual a situação do emprego nos próximos 5 anos, no Brasil, 43% dos empreendedores *por oportunidade* prevêem a criação de mais de 5 postos de trabalho. Dentre os motivados *por necessidade*, 32% não vislumbram a possibilidade de criação de empregos em 5 anos e 36% esperam abrir acima de 5 vagas. Daí conclui-se que, ambos os tipos de motivação empreendedora, quando bem sucedidas, *trazem expectativas na elevação dos níveis de emprego.*⁴⁵⁹

⁴⁵⁹ – Se, numa especulação, consideramos que cada um desses empreendimentos abra 5 novos postos de trabalho nos próximos cinco anos, teríamos 12 milhões de empregos gerados por empreendimentos motivados *por oportunidade* e 13 milhões

Ainda, o levantamento aponta no Brasil, que 6% dos empreendedores têm a intenção de exportar produtos ou serviços em contraste com os 22% mundiais. Somente 2% têm a intenção de que mais de 25% de suas vendas de produtos e/ou serviços sejam dirigidas ao comércio exterior. E, desses 2%, 80% são empreendedores motivados *por oportunidade*.

A taxa de empreendimentos com alguma possibilidade de expansão de mercado no Brasil, segundo o levantamento, de 3,26% está bastante próxima da média mundial que é de 3,3%. Entretanto, no Brasil este grupo representa apenas 24% do total de empreendedores⁴⁶⁰. Mas, de qualquer forma, considerando as 106 milhões de pessoas que compõem a força de trabalho, torna-se expressivo o número de empreendimentos estimados pelo levantamento (3.470.000) que indicam estar introduzindo algum produto novo no mercado em que atuam.

A proporção de empreendimentos sem possibilidade de expansão de mercado no Brasil – como em outros países em desenvolvimento participantes do GEM –, é confirmada, pelos pesquisadores do GEM, pela predominância de pequenos negócios de natureza comercial ou de serviços, com baixa intenção de crescimento, agregando pouco valor econômico ou tecnológico ao empreendimento e, conseqüentemente, à sociedade.

Com relação às variáveis de cunho sociocultural no sentido de se mensurar uma “Legitimidade Social” para o empreendedor e suas atividades, já foi dito anteriormente que o GEM trabalha com tais variáveis e também que embora elas ainda existam e sejam preponderantes por aqui, desde 2000 observa-se uma melhora significativa.

Para o GEM, tais atitudes são fatores intervenientes: favorecem ou dificultam a atividade empreendedora. Culturas com valores conservadores quanto ao risco, ao novo e ao erro são pouco propícias ao empreendedorismo. E as sociedades, onde a legitimidade social do empreendedor é amplamente aceita e assimilada são, como era de se esperar, aquelas onde o empreendedorismo encontra os melhores mecanismos de sustentação e incentivo.

de empregos por empreendimentos motivados *por necessidade*. Esse é um dado extremamente significativo!

⁴⁶⁰ – É interessante ressaltar que em 26 dos 37 países que compõem a pesquisa GEM a participação desse grupo de empreendedores que vislumbra alguma possibilidade de expansão de mercado é igual ou superior a 40%.

Como vimos anteriormente, o empreendedorismo não é visto pela família brasileira como uma opção prudente a seguir como carreira profissional e novos empreendimentos, invariavelmente, são vistos com ceticismo e desconfiança, além do que, os novos empreendedores são muitas vezes tidos como aventureiros ou “oportunistas”. Embora esteja surgindo uma “nova” valoração para o trabalho por conta própria conforme vimos anteriormente na pesquisa IBASE/SEBRAE. E ainda também, segundo o GEM, e a partir de 2000, uma mudança significativa parece estar em curso na sociedade brasileira quando se aborda a questão do papel e da legitimidade da atividade empresarial.

É interessante destacar aqui a justificativa usada pelos pesquisadores e especialistas do GEM-Brasil para a rápida e recente conotação positiva para a legitimidade social do empreendedor. Além da recente inserção brasileira no cenário mundial – via internacionalização dos mercados – e da percepção do enorme avanço tecnológico produzido por empresas privadas – muitas das quais “pequenas” – e suas consequências para a comodidade e a qualidade de vida, e, além da visível contribuição à geração de empregos, eles argumentam ainda que:

“Os valores atribuídos às noções de censura religiosa, quanto ao acúmulo e à demonstração de riqueza, oriunda da religião católica principalmente, parecem estar cedendo lugar à cultura do usufruto e do bem-estar material, resultantes do esforço empreendedor. Uma forte influência do modelo norte-americano, de consumo e do sucesso econômico, parecem estar contaminando gradativamente o sistema de valores das gerações mais recentes. A própria exaltação de ícones empresariais norte-americanos, pelos meios de comunicação, revela a transformação dos valores e interesses prevalentes.”⁴⁶¹

Por outro lado, a atitude perante ao fracasso que no GEM 2000 assumiu uma posição intermediária dentre os demais países, para o GEM 2001 representou uma proporção relativamente alta entre os entrevistados (30%).

⁴⁶¹ – “Sumário Executivo – *GEM* Internacional 2000”, op. cit., p. 24. [grifos nosso] É interessante ressaltar também que esse mesmo argumento, de outras formas, aparece nos Relatórios 2001 e 2002.

O medo do fracasso devido à censura social, para o GEM, constitui fator que pode inibir a tentativa de criação de novos empreendimentos. O erro, assim, é pouco assimilado e aceito e o estigma do fracasso acompanha o indivíduo, o qual encontra dificuldade de re-inclusão. E, nesse sentido, há pouco espaço para aprendizagem, uma vez que o ciclo não se completa.

Segundo os especialistas do GEM 2001,

“a imprensa escrita tem trazido mais frequentemente a público histórias de sucesso e investigado as características pessoais que levaram determinado empresário a conseguir consolidar e expandir seu empreendimento. Entretanto, de forma crescente, colabora para a busca do anonimato e a pouca divulgação de expoentes da comunidade empresarial, a agravante condição de insegurança e temor vivida hoje pela sociedade brasileira, independente do extrato econômico. A desigualdade econômica e social, a miséria material e espiritual, e a conseqüente criminalidade têm inibido a disposição de empreendedores para a divulgação dos seus feitos e sucessos alcançados. Perde, com isso, o país a oportunidade de construir e validar histórias que poderiam servir ao necessário papel de modelos e exemplos a serem seguidos e prestigiados.”⁴⁶²

Em seguida argumentam ainda que o brasileiro tem dificuldade de aceitar o sucesso alheio. Empreendedores bem-sucedidos são tratados com desconfiança. Segundo os mesmos especialistas,

“A ambição do crescimento e enriquecimento é ainda condenada particularmente nas regiões menos favorecidas do país, onde também a influência da religião é mais presente. Nas palavras de um dos entrevistados: ‘O brasileiro preza o fracasso’. Fica evidente que não o seu próprio.”⁴⁶³

Mas, por outro lado, segundo a opinião dos especialistas do GEM 2002,

⁴⁶² – EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit., pp: 61/62.

⁴⁶³ – EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit., p. 63.

“O aspecto mais surpreendente se comparado com os resultados obtidos nos levantamentos passados, refere-se à imagem mais positiva e a aceitação do empreendedor como agente de transformação e progresso de uma economia. A noção negativa do papel do empresário e dos meios utilizados para atingir seus objetivos, carregando um estigma bastante negativo no seio da sociedade brasileira, tem cedido lugar a uma visão mais benevolente na qual o empreendedor assume posição mais visível e legítima como opção de carreira.”⁴⁶⁴

Vimos como as opiniões dos especialistas variam de ano para ano. Mas um traço marcante é a questão cultural de fundo religioso perpassando as opiniões – mais uma vez o “outro” preferencial é o protestante norte-americano – a denotar um certo “constrangimento” ao lidar com nossos valores. Só não dizem de forma clara que os nossos valores são atrasados. Mas ao dizerem isso de forma subjacente e não relativizada, deixam claro também que tais “valores” são considerados *impeditivos*. E quando propõem soluções vêm com aquela já velha e batida ideia que desde o início do século XIX, John Mawe, como vimos também, já pregava por aqui: a divulgação sistemática através dos meios de comunicação e “honorarias” para os casos de sucesso⁴⁶⁵.

⁴⁶⁴ – “GEM – Empreendedorismo no Brasil – Relatório Global 2002”, op. cit., p. 39.

⁴⁶⁵ – Não custa nada repetir, segundo Mawe em meados de 1809: “Seria necessário dar honorarias a todos que favorecessem estes progressos (...) A influência de assembleias espalharia por toda parte a instrução e despertaria na nação o espírito de pesquisa; (...) Poder-se-ia com a introdução desta medida, incitar uma mudança total nos costumes, no caráter e nos hábitos dos brasileiros (...) Seria a verdadeira base da prosperidade do país, tão rico de produtos naturais e ao mesmo tempo, tão abandonado por falta de habitantes esclarecidos e industriosos.” In – MAWE, John, VIAGENS AO INTERIOR DO BRASIL, op. cit., p. 188; e, ressaltando a “coincidência”: “Para que a atividade empreendedora seja melhor compreendida e aceita como opção profissional respeitável e atraente pelos indivíduos e a sociedade em geral, é primordial trazer à consciência dos meios de comunicação a importância de promover de forma sistemática e apreciativa a imagem do empreendedor como elemento realizador, que cumpre um papel crítico na renovação e capacidade da adaptação da sociedade, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico e social do país. Estimular a maior presença e o envolvimento destes

Mas quando se diz que a imprensa escrita tem trazido mais frequentemente histórias de sucesso é de se ressaltar também que para essa mesma imprensa o critério de “sucesso” para um empreendedor passa, no mínimo, por algo em torno de 10 milhões de reais/ano de faturamento. Jamais será vista, por exemplo, estampada nas bancas de jornais histórias como a da *nossa* Maria da Glória e sua “boneca negra” ou até o “caso” do Professor Raposo. Ou ainda, a genial história do empreendedor social João Joaquim que transformou um bairro pobre sobre um lixão na periferia de Fortaleza-CE, bairro Palmares, a partir de um “sonho”, em uma das mais interessantes soluções a partir de uma economia efetivamente solidária, com a criação de um “banco” – o Banco Palmas – que gira com um “dinheiro” próprio a partir de transações internas entre o que ele denomina de “*prossumidores*” (produtores + consumidores) da própria localidade. Ali eles criaram os próprios “produtos” bancários – de “cartões de crédito”, poupança e até seguros – e gerem aquela experiência popular de forma criativa e inovadora trazendo um efetivo desenvolvimento local a partir de *outras possibilidades*⁴⁶⁶.

empreendedores em eventos de natureza cultural, educacional e de ação comunitária, humanizando e desmistificando o personagem.” In EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit., p. 75.

⁴⁶⁶ – Tive o privilégio de conhecer João Joaquim e conversar com ele sobre essa experiência num “debate” promovido pelo Prof. Fernando Dolabela com os participantes do “Curso para a Formação de Multiplicadores do SER EMPREENDEDOR PARA O TERCEIRO SETOR”, promovido pela AED, em Brasília em Outubro de 2001. Por outro lado, nesse mesmo encontro foi apresentado também a história de Ezequiel, um favelado de Belo Horizonte que criou a original – e “paralegal” – “Radio Favela” que redundou inclusive num filme de Helvécio Ratton – “Uma onda no ar”. Mas esse caso em que uma história de sucesso de um empreendedor popular – habitante de uma das favelas mais violentas de Belo Horizonte – virou até tema de filme, segundo o próprio Helvécio Ratton, produtor e diretor, em entrevista ao “Estado de Minas” de 16/06/2001, foi feito basicamente com recursos próprios e empréstimos junto a amigos, em função da dificuldade de captar recursos para uma ideia como essa, em que a estrela era um favelado “real”. Quando o filme virou sucesso e foi até premiado em Gramado, não faltaram financiadores para a sua distribuição.

E ainda, tanto a imprensa escrita – embora não seja “papel” dela – quanto, e principalmente, os “especialistas”, de forma evidente, não aprofundam a questão da motivação *por necessidade* conforme preconizado pelo próprio “GEM Report” em suas *conclusions* bem como nas *implications for policymakers* que, como já vimos (e ressaltamos!), é *explícito* e não custa repeti-las:

“Consistent with previous GEM studies, national economic growth is associated with heightened levels of entrepreneurship. Specifically, correlations between entrepreneurial activity in one year and growth in GDP two year late were significant and positive. Though the exact causal mechanisms have not been established, future research should reveal just how the two are connected. **Additional study will also focus on why correlations are higher for necessity than for opportunity entrepreneurship.**”⁴⁶⁷

Mais à frente nas implicações na formulação de políticas, o “GEM Report” também diz o seguinte:

“GEM research continues to show a positive association between entrepreneurship and national economic growth. In developing countries, the link appears to be strongest with necessity entrepreneurship. However, few policymakers (even experts in entrepreneurship) seem to appreciate or understand this mechanism, though it has considerable potential. In certain parts of the world, it may be particularly vital to the economic well-being of the nation to ensure that all educational programs prepare all adults for an entrepreneurial career.”⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ – “GEM 2002 – Executive Report”, op. cit., p. 32. Essa é uma *conclusion*. [grifos nosso]

⁴⁶⁸ – Ibid., p. 33. [grifos nosso]

Isso quer dizer o quanto é importante para o GEM (internacional!) compreender e melhor entender tal “fenômeno”⁴⁶⁹. Coisa que alguns dos responsáveis pela formulação de políticas para o setor (até mesmo os especialistas em empreendedorismo!) aqui no Brasil demonstram pouco valorizar ou mesmo compreender esse mecanismo, a despeito de seu notável potencial. Um verdadeiro e constrangido *desdém!*

Já em 2001, quando “descemos” do primeiro para o quarto lugar, o Coordenador Geral do GEM, Professor Paul Reynolds, da *London Business School* em entrevista a Maria Luísa Abbott para o jornal “Valor Econômico”, direto de Londres, sobre nossa “queda de posição” dizia o seguinte:

“Pode ser porque há mais oportunidade de trabalho e, por isso, mais gente deixa de criar empresas porque pode encontrar emprego. Ou pode ser porque a economia estava acelerando e menos pessoas viram chances de aumento de demanda para tentar iniciar negócios e aproveitar a oportunidade. Mas, se houver uma redução em percentual semelhante no Brasil, no próximo ano, então ficaria realmente preocupado.”⁴⁷⁰

No ano seguinte não só houve uma redução em percentual semelhante como alcançamos a primeira posição em empreendedorismo *por necessidade* (que no ano anterior era a terceira) e, com relação ao empreendedorismo *por oportunidade*, descemos para a 16ª posição (no ano anterior éramos o sexto colocado). Ao invés de ter uma “preocupação acadêmica”, de cunho até epistemológica (como o Professor Reynolds certamente preconizava no ano anterior), nossa *elite*, mais uma vez, não “entendeu” o recado – e nem o “fenômeno” – e, com relação ao nosso evidente empreender *por necessidade*, partiu para os habituais lamentos *herodianizados* sobre a condição brasileira: somos atrasados!

⁴⁶⁹ – Não nos esqueçamos que o Brasil em 2000 atingiu a mais alta *TEA* com o penúltimo PIB dentre os países pesquisados (perdendo apenas para a Índia que também atingiu a oitava colocação), um “fenômeno”.

⁴⁷⁰ – “Pesquisa indica que México e outros três países subiram no ranking da London Business School. Brasil deixa de ser o país com mais empreendedores”, reportagem de Maria Luíza Abbott, VALOR ECONÔMICO, 30/Novembro/2001, 1º Caderno, p. 3.

Aliás essa é a grande razão do “constrangimento” conforme a mesma imprensa escrita: E, nesse sentido, adiantamos, é que se perdem muitas “oportunidades” por exemplo, quando em Novembro/2002, após a divulgação dos resultados do GEM 2002, a imprensa “especializada” saiu com reportagens no mínimo “envergonhadas”.

A reportagem, por exemplo, de Miriam Karam do “Valor Econômico” é aberta da seguinte forma:

“O Brasil está caindo no ranking internacional do empreendedorismo e, o que é pior, sobe quando a avaliação é feita a partir dos motivos que leva uma pessoa a abrir um negócio: necessidade e não por oportunidade.”⁴⁷¹

E fecha assim:

“Para os técnicos, a redução é causada provavelmente pelo ‘contexto econômico adverso.’”⁴⁷²

Valmir Denardi da “Gazeta Mercantil”, inicia sua reportagem da seguinte forma:

“A crise econômica fez com que o Brasil apresentasse neste ano a maior Taxa de Empreendedorismo por Necessidade – por falta de opções no mercado de trabalho – entre as 37 principais economias mundiais.”⁴⁷³

Quer dizer, para essa imprensa – reconhecidamente “especializada” em assuntos econômicos – a causa é (ou *provavelmente!*) a crise econômica. Como se ela, a crise, fosse uma novidade entre nós. Além de ser essa uma atitude – conforme já vimos a partir “deles” – no mínimo, “pouco empreendedora” na medida em joga a “culpa” sempre em algum fator externo. Por outro lado, em nenhum momento também o “GEM Report”

⁴⁷¹ – “Brasileiro torna-se empreendedor por ‘necessidade’, aponta estudo”, reportagem de Miriam Karam, VALOR ECONÔMICO, 14/Novembro/2002, página A4. [grifos nosso]

⁴⁷² – Ibid. [grifos nosso]

⁴⁷³ – “Brasil lidera criação de empresa por necessidade”, reportagem de Valmir Denardi, GAZETA MERCANTIL, 14/Novembro/2002, Caderno Região Sul, página 1.

afirma que a variável TEN se traduz por “falta de opções no mercado de trabalho” e além do que, existem outras “necessidades” bem ao gosto do *entrepreneurship* (como vimos *apud* BIRLEY, S & WESTHEAD, P). E ainda, como dissemos acima não é função ou papel dessa mesma imprensa “aprofundar” questionamentos, se “preocupar”. Isso, cabe aos “especialistas” e, à imprensa, cabe, de forma objetiva, emanar as opiniões “deles”. E aí ...

Embora na avaliação dos especialistas do GEM Brasil 2001 como ressaltamos anteriormente, seja explícito como uma das diretivas primordiais para o estímulo a uma sociedade empreendedora “*trazer à consciência dos meios de comunicação a importância de promover de forma sistemática e apreciativa a imagem do empreendedor*”⁴⁷⁴, não é o que se observa.

Por exemplo, Marcos Mueller Schlemn, Coordenador Geral do GEM Brasil, à “Gazeta Mercantil” argumenta o seguinte:

“O alto grau de empreendedorismo por necessidade reflete as dificuldades econômicas, agravadas nesse ano” (aludindo ao famigerado “apagão” ocorrido no ano anterior).⁴⁷⁵

E, ao jornal “Valor Econômico”, ele segue a mesma linha de argumentação (“apagão”, crise econômica,...) mas acrescenta uma obviedade já ressaltada nas pesquisas anteriores – as quais coordena por aqui –, para ele:

“O estudo mostra que, de forma geral, o empreendedorismo por necessidade tende a ser maior entre os países em desenvolvimento, onde as dificuldades de inserção no mercado de trabalho levam as pessoas a buscar alternativas de ocupação.”⁴⁷⁶

Sérgio Prosdócimo, Presidente do IBQP-PR, órgão que coordena o GEM Brasil, à mesma reportagem do “Valor Econômico”, argumenta o seguinte:

⁴⁷⁴ – EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, op. cit., p. 75.

⁴⁷⁵ – “*Brasil lidera criação de empresa por necessidade*”, GAZETA MERCANTIL, op. cit.

⁴⁷⁶ – “Brasileiro torna-se empreendedor por ‘necessidade’, aponta estudo”, VALOR ECONÔMICO, op. cit.

“Este índice (do empreendedorismo movido por necessidade) deve servir de alerta para a nossa sociedade. O Brasil precisa mudar, e rapidamente, suas políticas de apoio às micro e pequenas empresas”⁴⁷⁷

E ainda, Vinícius Lummertz, então Diretor Técnico do SEBRAE Nacional, órgão patrocinador do GEM Brasil, ao “Valor Econômico”, sobre os resultados do GEM 2002, e mais preocupado em justificar a melhor posição alcançada pelos argentinos (que ficaram em 5º lugar) – a partir da então recente “quebradeira” de empresas argentinas: “*a crise abre oportunidades para a taxa de crescimento do empreendedorismo*” – resume seus argumentos de forma objetiva ao indicar “*a necessidade radical de mudar a cultura empreendedora do Brasil*”.⁴⁷⁸

Mas conforme o jornal “Gazeta Mercantil”, em seu discurso na solenidade de apresentação da pesquisa ele não poupou palavras:

“Temos uma necessidade de mudar radicalmente a cultura brasileira, que é concentrada na inveja de quem obtém sucesso e na fracassomania. Precisamos redirecionar as políticas públicas, principalmente com a redução da carga de impostos sobre o pequeno empresário que, geralmente é pobre.”⁴⁷⁹

Desse emaranhado de “opiniões” e à luz do que foi dito nos diversos relatórios do GEM Brasil, fica uma dúvida inquietante: será que “mudar radicalmente a cultura empreendedora brasileira” quer dizer transformarmos, todos nós, em protestantes, em “indivíduos” *self-made*? E como? Essa visão utilitária da cultura é extremamente preocupante. Além de não estar em sintonia com as “preocupações” emanadas do “GEM Report”, não contribui para uma efetiva divulgação do empreendedorismo como um todo na medida em impõe uma pecha negativa na motivação empreendedora *por necessidade*: nosso traço marcante (conforme o próprio GEM). Trabalho por necessidade é um dado histórico em nossa sociedade, independentemente até de “contexto econômico adverso”, até porque sempre foi assim. Esse é o *traço virador*!

⁴⁷⁷ – Ibid.

⁴⁷⁸ – Ibid.

⁴⁷⁹ – “Brasil lidera criação de empresa por necessidade”, GAZETA MERCANTIL, op. cit.

Nesse sentido, obviamente que cabem ações na direção de incrementar e apoiar as atividades empreendedoras, mas outras: a partir de nossas diferenças e de nossa realidade e não nos espelhando naquele “outro” preferencial. Aí, as palavras abaixo do Professor Fernando Dolabela ao concluir sobre a importância de um empreendimento arrojado como o GEM, são muito mais *leves* e apontam para *possibilidades* no mínimo, mais respeitosas:

“Em resumo, a pesquisa deixa claro que um pré-requisito para a atividade empreendedora em um país é a existência de um conjunto de valores sociais e culturais que possam encorajar a criação de novas empresas.

Portanto, se no passado – e ainda hoje – desenvolvemos grande habilidade em inculcar em nossos filhos e alunos valores como emprego, estabilidade financeira e nível universitário como instrumentos fundamentais de realização pessoal, temos agora a obrigação de educar nossas crianças e jovens dentro de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e gerar riqueza, capacidade de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis, porque, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento.”⁴⁸⁰

Por outro lado e à despeito das vozes rancorosas e constrangidas daquela *elite herodianizada*, a imprensa também tem destacado nossos valores, e aqui temos a obrigação de destacar alguns tópicos. E isso é muito importante principalmente em se tratando de um tema – Empreendedorismo – que, se para a “academia” é uma grande novidade, imagine para o “grande-público”.

A revista “Veja” de 20/09/2000 trouxe uma enorme reportagem intitulada “Bomba desarmada” que tratava do aumento de oportunidades e empregos fora da atividade agrícola “tradicional” – a partir de relatos de inúmeros e anônimos pequenos empreendedores – a reduzir o ritmo do êxodo rural e desativando assim o gatilho da explosão social.⁴⁸¹

⁴⁸⁰ – DOLABELA, Fernando, *OFICINA DO EMPREENDEDOR*, op. cit., p. 41.

⁴⁸¹ – “Bomba desarmada”, reportagem de Carlos Rydle, Revista *VEJA*, 20/setembro/2000, pp:50/55. É interessante ressaltar que essa reportagem me inspirou, e muito,

Outra, já aludida anteriormente, pela Revista “Empreendedor” de Junho/2001, em que vários “especialistas” receberam um material sobre o GEM 2000 e respondemos a um questionário. O interessante nesse caso é que o repórter teve a felicidade de separar o vasto material e produzir uma narrativa *leve* e extremamente pedagógica em que o tema “empreendedorismo brasileiro” foi tratado sem constrangimentos e onde nossas várias diferenças foram expostas de formas bem encadeadas.⁴⁸²

Na mesma linha “pedagógica” da reportagem anterior, tem uma na Revista “Rumos” de Dezembro de 2002, que também traz muita informação para um leigo no assunto.⁴⁸³

E por fim, na Revista “Época” de 06/01/2003, na mesma “linha” também, cita o recente resultado do GEM, mas sem constrangimentos, e fala basicamente da dificuldade de empreender por aqui citando vários relatos de vários *viradores*. O interessante dessa reportagem é uma passagem em que o economista Márcio Pochmann, um dos entrevistados, ao comentar os resultados do GEM, que vai de encontro aos nossos argumentos para o *virador*:

na formulação de um projeto de um módulo de capacitação em “Comportamento Empreendedor” que foi executado pelo ICCAPE (portanto, baseado no Método CEFE) e sob minha coordenação, para lideranças dos assentamentos rurais do Programa Cédula da Terra – *PARATERRA* do Ministério do Desenvolvimento Agrário, SEPLAN-MG/*SUDENOR* e FUNDEP/UFMG. O treinamento ocorreu na cidade de Montes Claros (MG) de Novembro de 2000 a Março de 2001, num total de 240 horas para 4 turmas (com 22 participantes cada) de diferentes assentamentos e, a reportagem aludida (foi entregue uma cópia para cada participante) serviu de material para os estudos e debates: como um exemplo “nosso”. E como “produto final” da capacitação foi trabalhado com o grupo a criação e gestão de um “Caixa Comunitário” para cada assentamento como forma de financiar “novos” empreendimentos.

⁴⁸² – “*Por um país empreendedor*”, reportagem de Lúcio Lambranco, Revista *EMPREENDEADOR*, op. cit. É interessante ressaltar que nessa reportagem apresentei o argumento do *traço virador* a marcar o nosso empreender.

⁴⁸³ – “*Empreendedorismo: Assim se faz o futuro*”, reportagem de Sérgio Benevides, Revista *RUMOS*, Dezembro de 2002, pp: 26/33.

“O empreendedorismo brasileiro é o da desesperança, movido pelo descrédito no emprego. Mais que superação da pobreza, é uma estratégia de sobrevivência.”⁴⁸⁴

Quando Márcio Pochmann fala em “descrédito no emprego”, certamente, ele está se referindo àquele já comentado “histórico” desvalor ao trabalho. E, assim, ele “confirma” também os dados emanados das pesquisas GEM – diferentemente daqueles “especialistas” – que apontam para a nossa peculiar *viração*: o nosso empreender é, antes de tudo, *uma estratégia de sobrevivência*, uma “tática de vida”.

Mas se quisermos ressaltar aqui como o GEM nos enxerga e principalmente como o GEM é *enxergado*, fica evidente um “desencontro” de opiniões. Algumas lúcidas, outras constrangidas, mas que refletem, mais uma vez, a novidade do assunto e, principalmente, a certeza que ainda temos muito a caminhar.

V.4: A FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES NO BRASIL: AS UNIVERSIDADES

Já foi dito anteriormente que as ideias apresentadas por Filion, em seu “processo visionário”, têm sido um “pano de fundo” para o aprendizado de empreendedorismo em várias instituições de ensino superior aqui no Brasil. Usando a metodologia criada pelo professor Louis Jacques Filion, ou a partir dela, os estudantes são preparados para soltar a sua energia criativa e identificar oportunidades de negócio em qualquer que seja o seu campo de estudo. Ela, por exemplo, inclui tópicos sobre como desenvolver visões e construir rede de relações, qual o perfil típico do empreendedor, como promover o pensamento criativo, como identificar e explorar oportunidades

⁴⁸⁴ – “*O duro país dos pequenos*”, reportagem “especial” (e motivo da capa) de Eliane Brum, Revista *ÉPOCA*, 06/Janeiro2003, pp: 44/49, p. 44. Essa reportagem é seguida de outras que abordam o assunto mas feita por outros repórteres: “*Costurando o futuro*”, por Luciana Vicária, pp: 50/51; “*Conceito polêmico*”, uma ótima entrevista feita por Eliane Brum com João Batista Pamplona, autor de uma Tese de Doutorado sobre Empreendedorismo, em que diz que “*ser patrão não é a solução para a maioria, na medida em que o empreendedorismo transfere o problema do emprego da dimensão pública para a privada*”, p. 53; “*Espécimes em extinção*”, reportagem de Nelito Fernandes e Eliane Blum, pp: 54/55.

de negócios, como elaborar um plano de negócios e entrevistas com empreendedores de sucesso como modelo de referência.⁴⁸⁵

Inclusive em 1998 foi instituído um programa de âmbito nacional, o “Programa REUNE” (Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo⁴⁸⁶), a partir de uma experiência bem sucedida em Minas Gerais. Esse programa, com o apoio da Confederação Nacional da Indústria e do Instituto Euvaldo Lodi, tem promovido seminários e *workshops* em todos estados da federação em que mais 1.000 professores de mais de 200 instituições de ensino superior foram expostos à teoria de Filion através da metodologia, adaptada aqui, pelo Professor Fernando Dolabela em sua obra “Oficina do Empreendedor”.⁴⁸⁷

E, esses encontros têm como principais objetivos: a) provocar um debate acerca da necessidade de aprendizado de empreendedorismo nas instituições de ensino superior; b) demonstrar os resultados obtidos até agora utilizando a metodologia; c) capacitar os professores, qualquer que seja a sua área de atuação, a usar a metodologia proposta com seus alunos.⁴⁸⁸

É interessante assinalar também que outras experiências que se utilizam de outras metodologias estão *pipocando* em várias universidades brasileiras por aí.⁴⁸⁹ O que confirma o dito de Caetano Veloso lá no início de nossa *travessia*.

⁴⁸⁵ – DOLABELA, Fernando, OFICINA DO EMPREENDEDOR, op. cit.; LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, APRENDIZADO DE EMPREENDEDORISMO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, op. cit.; OLIVEIRA FILHO, João Bento de, A UNIVERSIDADE COMO FONTE DE EMPREENDEDORISMO, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão, DALFOVO, Oscar, ENSINO DE EMPREENDEDORISMO: UMA ABORDAGEM VIVENCIAL, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 142/153; GOMES, Valdir, EMPREENDEDORISMO NAS ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DICOTOMIA: ENSINO VERSUS APRENDIZADO DO EMPREENDEDORISMO, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 112/122.

⁴⁸⁶ – Vide [www.reune.org.br]

⁴⁸⁷ – DOLABELA, Fernando, OFICINA DO EMPREENDEDOR, op. cit.; LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, op. cit.

⁴⁸⁸ – LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, op. cit.

⁴⁸⁹ – MACHADO, E. C., *O EMPREENDEDORISMO NO ENSINO DE ENGENHARIA*, in Anais do I ENEMPRE – Encontro Nacional de Empreendedorismo, ENE/UFSC, Florianópolis, 1999; SANTOS, M. J., VASCONCELOS, I. E., ALMEIDA, Y. M. de, *O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM*

No entanto, como o Brasil ainda não atingiu um grau avançado de relacionamento entre empresas e instituições de ensino no sentido de desenvolver tecnologias e trocar conhecimentos teóricos e empíricos, a crença dos estudantes destas instituições de que o *verdadeiro* conhecimento está fora dos “muros da universidade”, é reforçada, como se o “treinamento” universitário consistisse meramente de um conjunto de teorias inúteis, concebidas a partir de um mundo idealizado.

“Um dos maiores equívocos da educação empreendedora no Brasil é não considerar o empreendedorismo um fenômeno cultural, o que enseja a adoção de uma estratégia pedagógica inadequada porque supõe enganosamente que os elementos que definem o empreendedor

ENGENHARIA: A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA DA UFPE, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; BARBEJAT, Myriam Eugênia Ramalho Prata, FERRAZ, Fernando Toledo, QUANTO VALE A EXPERIÊNCIA EMPREENDEDORA NA VIDA DE UM ALUNO, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão, DALFOVO, Oscar, op. cit.; PARDINI, Daniel Jardim, PAIM, Lúcia Regina Corrêa, op. cit.; DAVID, Denise Elizabeth Hey, BRINGHENTI, Idone, GAUTHIER, Fernando, FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO: ESTUDO DE CASO NO CEFET-PR, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.; REINOSO, Rubens César, PINTER, Claudio Alvim Zanini, MODELO DE EMPREENDEDORISMO NA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL), in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 117/127; DUTRA, Ivan, PEIXOTO, Renato Bassan, O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGLÃO DE LONDRINA, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 266/274; FONTANINI, Carlos Augusto Candêo, PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE NOVOS EMPREENDEDORES, in Anais do I EGEPE, op. cit., pp: 123/131; LUCAS, Eda, A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA E A MUDANÇA NA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 241/252; SANTOS, M. J., FERREIRA, R. G., ROSENTHAL D., CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA INCENTIVAR O EMPREENDEDORISMO E PARA APOIAR EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: A EXPERIÊNCIA DA UFPE, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

são conhecimentos que podem ser transferidos na forma do ensino convencional.”⁴⁹⁰

Poucas relações são estabelecidas entre o que o estudante aprende na faculdade e o que ele aprende, por exemplo, em estágios em empresas do “mundo real”. Por tudo isso, apesar das inúmeras experiências exitosas, observa-se também muitos obstáculos e enormes dificuldades na formação de empreendedores no âmbito universitário.⁴⁹¹

Além das limitações culturais, tanto no mundo acadêmico quanto no empresarial, alguns elementos inibidores fazem com que as nossas universidades, notadamente as públicas, não se encaixem no perfil de uma “organização empreendedora”:

- Nossas instituições de ensino superior raramente estão voltadas para a tentativa de estimular profissionais autônomos e empreendedores;⁴⁹²
- não só as relações universidade-empresa mas, principalmente, as relações universidade-sociedade, indispensáveis na formação de verdadeiros empreendedores, são ainda incipientes. E, nesse caso, a “escola” ainda não percebeu que seu grande “cliente” não é o aluno, mas sim, a comunidade em que ela

⁴⁹⁰ – DOLABELA, Fernando, EMPREENDEDORISMO, A PERGUNTA RECORRENTE: E DEPOIS QUE APRENDERMOS A FAZER O PÃO?, op. cit., p. 83.

⁴⁹¹ – ULBRICHT, Leandra, ULBRICHT, Vania Ribas, GONTIJO, Leila Amaral, DESAFIOS PARA QUE O SISTEMA EDUCACIONAL TRANSFORME O BRASIL EM UM PAÍS EMPREENDEDOR, in Anais do II ENEMPRESA, op. cit.; TOMIO, Dilson, HOELTGEBAUM, Marianne, A PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: O EMPREENDEDORISMO COMO ALTERNATIVA DE ADAPTAÇÃO NO ENSINO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, in Anais do II ENEMPRESA, op. cit.; DOLABELA, Fernando, OFICINA DO EMPREENDEDOR, op. cit.; LUCAS, Eda, op. cit.; REINOSO, Rubens César, PINTER, Claudio Alvim Zanini, op. cit.; OLIVEIRA FILHO, João Bento de, op. cit.; LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, op. cit.

⁴⁹² – GIBB, Allan, STRATEGIES TO IMPLANT AN ENTREPRENEURIAL CULTURE IN KEY ACTORS INFLUENCING SME DEVELOPMENT, in CEFEP's 3rd International Conference, Belo Horizonte, 1998.

- está inserida, que aproveitará ou não, o indivíduo que a instituição forma ou “deforma”;
- sua estrutura centralizadora, a partir de “federações” de faculdades ou de departamentos, ao entorno de “clássicas” disciplinas, dificulta, por demais, as mudanças curriculares e a inclusão de novas disciplinas que, no caso do Empreendedorismo, por seu caráter interdisciplinar⁴⁹³ – ou *in(ter)-disciplinado* (para alguns) –, são extremamente difíceis⁴⁹⁴;
 - e, além de ser um local em que o mérito, enquanto tal, não viceja da forma como deveria e onde a senioridade, ainda, é critério de avaliação reinante, apesar dos títulos (principalmente nas públicas em que anuênios, biênios, quinquênios

⁴⁹³ - É interessante assinalar que dado o caráter interdisciplinar da Engenharia de Produção [vide MARTINS, Roberto Cintra, *SOBRE A NATUREZA DA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR*, in Anais do ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção, São Paulo, 1992; e principalmente PROENÇA JÚNIOR, Domício, BARTHOLO, Roberto, *ENGENHARIA DE PRODUÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI. INTERDISCIPLINARIDADE, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E HORIZONTES UNIVERSITÁRIOS*, artigo submetido ao ENEGEP 2003] foi ali que o Empreendedorismo ganhou um bom “pouso”. Como exemplo, o DEP – Departamento de Engenharia de Produção da UFMG que foi um dos pioneiros nas relações acadêmicas com o Professor Louis Jacques Filion, e no início dos 90 já promovia debates e *workshops*; a ENE – Escola de Novos Empreendedores a partir do PPGEP da UFSC na mesma época; e o LTDS – Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da COPPE/UFRJ, já na segunda metade dos 90, com foco na formação de “gestores de iniciativas sociais”. Todas essas iniciativas, certamente, no início foram incompreendidas, consumiram muita energia e pagaram o preço do pioneirismo.

⁴⁹⁴ – De modo geral, nas universidades federais por exemplo, disciplinas relacionadas ao tema “empreendedorismo” estão (ou estiveram) “à sombra” das disciplinas intituladas “Seminários” ou “Tópicos Especiais em ...” devido à dificuldade em aprovar nas Congregações dos cursos novas disciplinas.

são formas de diferenciação por antiguidade), e a “melhor” forma de ascensão vertical na carreira do professor.⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ – BARBOSA, Livia, *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, op. cit. Sobre esse assunto é interessante destacar que no sistema meritocrático americano, no tocante às universidades: “na contratação de professores para as grandes universidades, nas quais ninguém ganha o mesmo salário, pois a remuneração de cada um está ligada às suas publicações e patentes, à capacidade de atrair alunos e recursos etc.”[p.46] E, com relação à avaliação do desempenho: “Tais processos se caracterizam pela objetividade, isto é, procuram mensurar e expressar numericamente o desempenho em suas ínfimas diferenças. No universo acadêmico, o famoso ditado *publish or perish* (publicar ou morrer) mostra a importância do critério objetivo da produtividade na classificação dos professores.”[p.47] Enquanto nas universidades públicas federais brasileiras, por exemplo, em que a contratação se dá por concurso público “de provas e títulos”, portanto um critério meritocrático. Entretanto, com relação à avaliação de desempenho: “O sistema atual, estabelecido em 1980, segue teoricamente o modelo de 1960 e também submete a promoção por antiguidade à avaliação de desempenho. Digo teoricamente porque na prática as pessoas são automaticamente promovidas. Por exemplo, no caso dos professores universitários, a pessoa pode ser promovida a cada interstício de 24 meses, caso apresente desempenho para isso. De modo geral, cria-se em cada departamento uma comissão que avalia as atividades desenvolvidas e o desempenho do professor candidato à progressão ao longo desse período. O conteúdo desses relatórios é muito significativo. São basicamente descrições de atividades corriqueiras do magistério, dos tipos dos cursos dados, da orientação de alunos etc., não havendo parâmetros que meça ou avalie o que foi realizado além do simples cumprimento da obrigação das tarefas comuns. O interessante é que são exigidos como elemento que condiciona a progressão vertical. (...) O resultado desse burocratismo com base na descrição de atividades é que a maioria dos departamentos das universidades federais está congestionada de professores adjunto IV, encontrando-se nas categorias inferiores apenas os que entraram mais tarde. Donde se conclui que, para chegar quase ao final da carreira do magistério universitário, basta permanecer por tempo suficiente no cargo, pois são muito variadas as qualificações dos professores adjuntos IV: professores com mestrado, doutorado,

De acordo com normas das universidades públicas brasileiras, por exemplo, o professor em regime de dedicação exclusiva não pode exercer outra atividade que resulte em qualquer tipo de receita. Esse sistema criou um estranho paradoxo. Se esse professor fizer o mínimo necessário, der suas aulas e participar de reuniões departamentais, estará cumprindo suas obrigações e ascenderá, certamente, até o topo da carreira, ou bem próximo. No entanto, se além de fazer esse mínimo exigido, ele realizar pesquisas, desenvolver novos “processos” ou criar novos “produtos”, assumir riscos ao testar esse “processo/produto” junto à comunidade ao entorno e ao mercado, ele estará passível de punição. Mesmo que esse “irrequieto” professor – no sentido da *viração* – esteja levando consigo um grupo de alunos e proporcionando uma “outra” forma de aprendizado.

Em nossas escolas de Administração de Empresas, ainda como exemplo, o currículo – repleto de “modismos” gerados pelos grandes gurus internacionais e normalmente distanciados da realidade, principalmente, das empresas locais e de menor porte –, é basicamente voltado para treinar gerentes geralmente orientados para a gestão de grandes corporações com muitos departamentos, repletos de especialistas. Daí, forma-se alunos que exercerão demandas por empregos quando formados, onde o ideal seria a formação de empreendedores que, após seus estudos, aumentariam a oferta de empregos através de seus “novos” empreendimentos, ou como assessores/consultores para pequenos empreendedores – por exemplo, àqueles “microempresários-de-si-próprios” – na própria localidade e região, ou ainda, e o mais interessante, como formadores de novos empreendedores.

Mas, por favor, não sejamos pessimistas, existem excelentes e corajosas experiências por aqui, mas que, infelizmente, constituem, ainda, a exceção e não a regra. Ainda é muito dificultoso, nas nossas universidades,

especialização ou apenas graduação, e também os que fazem pesquisa, escrevem artigos e livros, participam de congressos, orientam alunos, dão aula e escrevem no quadro-negro. É bem verdade que existem, a esse respeito, experiências particulares e diferenciadas no seio das universidades públicas federais. (...) Entretanto, são iniciativas individuais, e não mecanismos institucionais legitimados.”[pp:58/59] Em nossas universidades, em particular, confirma-se o célebre jargão popular de que “antiguidade é posto”. Mas o problema maior, no nosso entendimento, é quando, normalmente os *herodianizados*, querem impor um certo *publish-or-perish-tupiniquim*. Não é isso, nem *aquilo*.

agir no sentido *humboldtiano* da formação universitária pois ser empreendedor, em qualquer sentido, é, repetindo, *metamorfosear tanto mundo quanto possível na pessoa pela vinculação do nosso eu com o mundo para as mais gerais, provocantes e livres inter-relações* e é, aí, que está, no nosso entendimento, o “verdadeiro” *Weltanschauung* prescrito por Filion em seu “processo visionário”.

Para encerrar a questão do empreendedorismo nas universidades brasileiras um dado inquietante emerge após uma rápida e despreziosa *olhadela* geral nos Anais dos dois mais importantes encontros, ao nível nacional, de professores e pesquisadores sobre o tema Empreendedorismo realizados aqui no Brasil⁴⁹⁶: o ENEMPRES e o EGEPE. Olhando a versão segunda dos dois – II ENEMPRES em 2000 e II EGEPE em 2001 – e nas quais tive a participação com trabalhos submetidos e apresentados, observa-se um total de 69 trabalhos apresentados no II ENEMPRES⁴⁹⁷ e 72 no II EGEPE⁴⁹⁸. Buscando na bibliografia dos vários trabalhos – repito, numa “pesquisa” despreziosa! – referências àqueles intérpretes do “pensamento oficial brasileiro”⁴⁹⁹, deparamos com o seguinte resultado:

⁴⁹⁶ – ENEMPRES, *Encontro Nacional de Empreendedorismo*, promovido pela Escola de Novos Empreendedores da UFSC e com apoio do CNPq; EGEPE, *Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Administração consorciado das Universidades Estadual de Maringá e Londrina (UEM e UEL).

⁴⁹⁷ – O tema geral do encontro era Empreendedorismo portanto houve várias sub-áreas temáticas mas que diziam respeito à “tipos” de empreendedorismo: Empreendedorismo e gênero, Genealogia, Turismo, Saúde, Educação, Gestão Municipal, Empreendedorismo Social, etc.

⁴⁹⁸ – O Encontro tinha duas áreas temáticas: “Empreendedorismo” com um total de 32 trabalhos apresentados e “Gestão de Pequenas Empresas” com 40 trabalhos.

⁴⁹⁹ – Essa “pesquisa” despreziosa buscou nomes “clássicos” como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro, Euclides da Cunha, Caio Prado Jr., Oliveira Vianna, Manuel Bonfim, Roberto DaMatta,...., etc. Até por uma certa “afinidade eletiva”. E, certamente, não foram percebidos nomes de alguns anônimos ou “desconhecidos” que seguem a trilha daqueles, nem foi observado o conteúdo de todos os trabalhos. O “critério” era: título, resumo, bibliografia. Nesse sentido então, a pesquisa toma ares simbólicos com o objetivo de aferir “onde” aqueles trabalhos estavam ancorados na medida em que em ambos os Encontros o tema geral era,

- II ENEMPRES: três trabalhos citando Sérgio Buarque de Holanda, destes, dois citam Gilberto Freyre e ainda, destes, um cita Darcy Ribeiro e o outro Roberto DaMatta;
- II EGEPE: um único trabalho citando Sérgio Buarque de Holanda.

No geral, no II ENEMPRES três trabalhos⁵⁰⁰ traziam considerações ancoradas naquele “pensamento oficial brasileiro” e, no II EGEPE, apenas um trabalho⁵⁰¹.

Essa “pesquisa”, na medida em que seus resultados “querem dizer alguma coisa”, tem a intenção de efetivamente contribuir para uma reflexão no sentido da construção de uma teoria empreendedora brasileira – tanto no que toca ao “por que?”, quanto ao “como?”. Por pura provocação – e sem pretender polemizar quanto ao mérito das obras dos “gurus” da contemporaneidade sobre o assunto – coloco ao leitor questão de qual seria o resultado de pesquisa se ela fosse referida a Joseph Schumpeter, Max Weber, ou ainda Louis Jacques Filion?

V.5: O CEFÉ NO BRASIL

Com relação à experiência do Método CEFÉ no Brasil, a partir de 1988, como dito no início de nossa *travessia*, começaram as experiências de utilização do CEFÉ na América Latina e, em especial, no Brasil. Desde então, algo em torno de mais de 1500 *facilitadores*, treinados em diversas instituições no país ou no exterior e com experiência acumulada em projetos

certamente, “O Empreendedorismo Brasileiro”. *Inclusive não me arriscarei a mensurar os resultados sob a forma de percentuais para não incorrer em “injustiças” (ou “falhas metodológicas”) com relação ao universo pesquisado.*

⁵⁰⁰ – SOUZA NETO, Bezamat, CONTRIBUIÇÃO E ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR: O CASO DO ARTESÃO BRASILEIRO, op. cit.; LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, APRENDIZADO DE EMPREENDEDORISMO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, op. cit.; VASCONCELOS, I. E., ALMEIDA, Y. M. B.; SANTOS, M. J., UMA REFLEXÃO SOBRE O PERFIL EMPREENDEDOR DO ENGENHEIRO NO BRASIL, op. cit.

⁵⁰¹ – SOUZA NETO, Bezamat, GENEALOGIA E ESPECIFICIDADES ACERCA DE UM TIPO DE EMPREENDEDOR POPULAR: O ARTESÃO BRASILEIRO, op. cit.

vários em todos os estados brasileiros. Das iniciativas institucionais por aqui, no sentido da difusão do modelo CEFÉ, uma em especial, dada a sua relevância, gostaríamos de ressaltar: o ICCAPE.

Em 1991 a então “Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros do Projeto Mãos de Minas”, em parceria com o SEBRAE-MG, inaugurou um departamento de treinamento e capacitação, fundamentado no CEFÉ, para seus associados – pequenos produtores urbanos e artesãos do Estado de Minas Gerais. O primeiro TOT realizou-se em Novembro de 1991, com a participação de técnicos do “Mãos de Minas”, SEBRAE-MG, e de outras instituições do Brasil, Portugal e Equador.

No final de 1993, esse departamento do “Mãos de Minas” ganhou autonomia jurídica e tornou-se então “CENTRO CAPE” (Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor). Nessa mesma época, o projeto “GERAR”, como já visto, em andamento nas favelas e periferias de Belo Horizonte, realizado pela SETAS/MG, dentro do Programa *PRORENDA*, foi abortado, por vários motivos ligados à burocracia estatal, e os recursos da GTZ direcionados parcialmente para o apoio ao Centro CAPE, no que diz respeito à difusão do CEFÉ. Em 1999, o Centro CAPE toma a forma de uma OSCIP (*organização da sociedade civil de interesse público*) voltada para a educação empreendedora e assume a denominação de “Instituto Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor”, ICCAPE.

Até Dezembro de 2002, o ICCAPE já havia realizado mais de 30 TOTs, sendo que em cada treinamento participam de 15 a 25 pessoas, e a maioria em sua sede na cidade de Belo Horizonte, mas também em outras cidades brasileiras e outros países de língua portuguesa.⁵⁰² Além destes e do trabalho constante junto ao público alvo do CEFÉ por todo o Brasil e exterior, soma-se a capacitação específica de profissionais – de recursos humanos, gestão e

⁵⁰² – Conforme dados colhidos junto ao “Setor Técnico” do ICCAPE em Janeiro de 2002. É de se ressaltar que eles não possuem uma memória com informações “exatas”, tais dados foram estimados pela Coordenadora do setor. E ainda, que seu corpo técnico é todo “terceirizado” – o técnico executa o serviço contratado, entrega o relatório e Nota Fiscal de serviço prestado, e pronto, aguarda um próximo “contrato” –, a partir dos participantes de seus cursos (que obviamente são “avaliados” pela organização) e que, assim, além de gerar uma competição entre os prestadores de serviço (pouco saudável: para a organização, no meu entendimento), fica difícil manter ou gerenciar uma “memória organizacional”.

área educacional, que ministram treinamentos, além de técnicos e gestores sociais – em “Comportamento Empreendedor”, “Jogos de Empresas e o Ciclo de Aprendizagem Vivencial”, “Associativismo”, dentre outros.

Em Setembro de 1998, o ICCAPE sediou em Belo Horizonte o “*CEFE’s 3rd International Conference*”, promovido pelo *CEFE INTERNACIONAL* e GTZ, onde professores, pesquisadores e profissionais renomados representando universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais de fomento, de várias partes do mundo, estiveram aqui para debater o empreendedorismo.

Em Setembro de 2000, o ICCAPE promoveu juntamente com *CEFE INTERNACIONAL* e GTZ, e sediou em Belo Horizonte o “I Encontro de *CEFISTAS* da América Latina” onde mais de 400 participantes representando vários estados brasileiros e países latinos puderam apresentar trabalhos e debater os rumos do CEFE.

E, em Junho de 2002, ocorreu em Belo Horizonte, o primeiro evento, ao nível mundial, de “pós-graduação” para *cefistas*, coordenado e conduzido por Ebehart Baerenz, denominado de “Super CEFE”.

Tendo em vista sua inserção no contexto internacional do CEFE e o fato de ter se constituído no agente fundamental de sua disseminação, com uma demanda crescente de outras instituições, o ICCAPE tornou-se, para a GTZ, a principal referência quando se fala de CEFE no Brasil e na América Latina.

A procura e aceitação do CEFE, que vem propiciando seu espraiamento amplo e difuso, com as mais diversas adaptações, deve-se ao fato de que a trajetória dos programas tradicionais de capacitação, tomados em conjunto, está repleta de insucessos ligados à falta de adequação às expectativas dos beneficiários e às peculiaridades locais, tanto no meio urbano quanto rural. E, nesse sentido, mais que um difusor do CEFE, o ICCAPE tem também se destacado na produção e adaptação de jogos e dinâmicas mais específicas tanto para o trabalho com grupos (escolarizados ou não) de artesãos e pequenos produtores urbanos e/ou rurais, mulheres, profissionais autônomos do setor de serviços, micro-comerciantes informais, adolescentes e jovens de baixa renda e, até como componente de programas integrados de desenvolvimento local.

Como exemplo, o “BEST Game” – de *Business Expensive Saving Training* – jogo importado da África do Sul e aqui adaptado para a atividade “Viabilidade de Negócios”, utilizada, com grande sucesso, para,

principalmente, os tomadores de empréstimos junto a organizações de microcrédito. Nessa atividade o participante, em 20 horas de treinamento, vivencia o dia-a-dia da gestão de um negócio existente ou futuro e aprende todo seu ciclo operacional básico no tocante aos aspectos de sua gestão e relações com o mercado, e encerra com a confecção de um “plano de negócios”. É de se destacar que, algo em torno de 60% dos participantes desistem do empréstimo ao final do curso, por perceber que seu problema não é financeiro mas sim de gestão e de melhor planejar a sua ideia de negócio.

Ainda, os recentes “Empreendedor Rural”, “Empreendedor Artesanal” e “Comunidade Empreendedora”, jogos importados das Filipinas⁵⁰³, e aqui também traduzidos/adaptados, que, como o próprio nome já diz, tratam-se de atividades estruturadas, entre 20 e 30 horas de treinamento, voltadas para públicos específicos. O primeiro voltado para o trabalho nas áreas rurais, com pequenos agricultores e suas associações e cooperativas no sentido de vivenciar o trabalho, de forma empresarial, os diversos ciclos de produção e criação, permitindo ao pequeno produtor planejar as suas ações ao longo prazo. O segundo, para o público artesanal (com versões tanto para o do meio urbano quanto rural), onde a visão empresarial para um negócio de base artesanal é ressaltada em todos os seus aspectos. E o último, que aborda o comportamento empreendedor voltado para os diversos atores – o papel do empreendedor, o papel do banqueiro e o papel dos agentes do governo – no sentido de explicitar a interdependência entre os diversos setores e instituições numa comunidade, para promover e estimular o desenvolvimento econômico.

Tais atividades, norteadas na competência empresarial, também prescindem da articulação com outras modalidades de fomento, notadamente no campo de apoio creditício. E isso também o ICCAPE contempla na medida em que faz parte de um “grupo empresarial” que inclui o “Mãos de Minas” – talvez hoje a maior central de compra e venda de produtos artesanais gerida e controlada pelos próprios associados de forma cooperativada no Brasil –, a ACP – Associação de Crédito Popular, que é “dona” de vários “Banco do

⁵⁰³ – É de se destacar que também o jogo “ENTRE-SEX” (que numa tradução *nem tão* literal seria “Prostituta Empreendedora”), criado e utilizado nas Filipinas, também foi importado “no pacote” pelo ICCAPE mas ainda não utilizado aqui por razões, certamente, provenientes do conservadorismo mineiro (e brasileiro).

Povo”, em parceria com prefeituras e o BDMG, em várias cidades de Minas Gerais, além de coordenar nacionalmente a execução do programa governamental de microcrédito “Brasil Empreendedor”. E o ICCAPE também participa, de forma ativa, de articulações em torno da formulação de políticas e programas de desenvolvimento junto a várias organizações governamentais e não governamentais, no Brasil e no exterior.

Mas, por outro lado, *e no nosso entendimento*⁵⁰⁴, seus treinamentos para formadores na metodologia – que são chamados oficialmente de “Repasse Metodológico” – apresentam, de forma implícita, o caráter de um “pacote-pedagógico-fechado” (e importado!). São quase duzentas horas que se constituem numa verdadeira *iniciação-em-um-outro-saber*. E esse viés “iniciação” é marcado de forma “dolorosa” na quebra de paradigmas – o participante, necessariamente, se *expõe* e é *exposto* – pela gama de informações-atitudinais recebidas e, principalmente, vivenciadas (quem “sobrar” é um verdadeiro *cefista*). Depois de “formado” (*iniciado!*), e ao executar as atividades previstas na metodologia, não encontra muito espaço para “invenções” (aliás, *virações!*) – está tudo dentro de um “roteiro” em função de um objetivo pré-determinado: conhecível –, embora o método tenha um caráter *eminente participativo*. O que deveria, no mínimo, abrir uma possibilidade concreta de uma verdadeira *aprendizagem pela ação*, na medida em que o *facilitador* e o *cefista*, ao atuar, estará intervindo em uma dada realidade – realidade esta: complexa, ambígua, polêmica e “grávida” de peculiaridades a nos provocar constantes espantos.

E ainda, e não menos importante, nesses *repasses* é nítida a preocupação principal – ou a “ênfase” do treinamento – no “como fazer?”. *Como* e *qual* jogo aplicar, *como* fazer o *processamento*, *como* se colocar ou *qual* a postura – no sentido “físico” até – de um *facilitador* perante ao público-alvo, etc. O que denota uma abordagem do método na formação de seus multiplicadores, evidentemente, utilitarista, “cartesiana” ou melhor, pouco *relacional*, na medida em que, ao trabalhar com uma dada realidade (*como se fosse*) conhecível, não abre espaços para o intuível e o inabrangível:

⁵⁰⁴ – As opiniões a seguir dizem respeito à minha experiência como *facilitador* e *cefista*, e já foram explicitadas em vários relatórios de trabalho (alguns *incompreendidos*). E refletem a postura de um pesquisador *forro*. (Aliás, talvez seja por “assinar” as minhas críticas – extremamente construtivas! – que eu tenha angariado algum respeito por parte dos coordenadores do ICCAPE e do CEFÉ)

o espanto!. E a teoria empreendedora, por exemplo, toma algo em torno de menos de 5% do tempo dedicado ao “repasso” e, mesmo assim, fica parecendo que, para o CEFE, David McClelland foi o único teórico do empreendedorismo. Já a discussão de conteúdos ético-valorativos que propiciassem uma discussão mais acurada de *por que fazer?* – ou melhor, *por que intervir nessa dada realidade brasileira?* – é praticamente zero.

Chegado ao final das duas primeiras *veredas* tomadas no início de nossa *travessia* que, de certa forma, dão fecho à questão do “empreendedorismo na condição brasileira”, fica claro – muito em função do contexto brasileiro apresentado – que tais processos de formação de empreendedores, enquanto métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora e, além do *olhar* – constrangidos, alguns – sobre seus efeitos e impactos sociais e econômicos, carecem de outros ingredientes “externos”. Na medida em que, por si só, a capacitação e o desenvolvimento das características empreendedoras não respondem evidentemente pelo conjunto de questões relativas à infra-estrutura, disponibilidade de capital e acesso ao mercado. Criam apenas condições mais favoráveis de sobrevivência e inserção, cuja potencialização passa pela possibilidade de vínculos mais efetivos e acesso a estruturas auto-sustentáveis e duradouras de estímulo.

E esse fato é explicitado de formas no mínimo interessante na passagem citada pelo Professor Fernando Dolabela:

“Vou contar uma história. Nas minhas palestras para estudantes universitários sempre surge a pergunta, como fica amolada, feita por estudantes das melhores universidades do país: ‘Talvez a única saída depois de me formar seja abrir o meu próprio negócio. Mas como ser empreendedor emergente em um país que massacra o pequeno empresário, que impõe tributação feroz, que nega financiamento, que não participa do risco, mas é sócio ganancioso nos resultados?’

Nova Contagem, grande Belo Horizonte, cenário que mostra uma prisão de segurança máxima cercada por milhares de pessoas expostas ao desamparo. Eu visitava uma ONG que, além de cuidar de crianças, preocupava-se em dar formação profissional a jovens e adultos. Estavam ali alguns adolescentes extremamente pobres aprendendo o ofício de fazer pão. Mesmo sabendo que a solução seria criar um próprio negócio, ainda que fosse rudimentar, já que o emprego era algo

extremamente impossível, aquelas pessoas impregnavam o ar com uma esperança inexplicável, que recendia a pão fresco de excelente qualidade, e tentavam dar o primeiro passo para a construção de sua própria dignidade. Ao fim da conversa, um dos jovens empunhou a mesma espada do estudante universitário, e estocou o peito de todos nós: ‘O que vou fazer, depois que aprender a assar o pão?’ ⁵⁰⁵

Sem comentários.

Por fim, e partindo da constatação de que o Empreendedorismo, enquanto tal, não é uma atividade estatal mas privada, podendo o governo apenas *articular* e *induzir* sua expansão. Ou seja, não se trata de uma atividade *fim*, mas de uma atividade *meio*. Nesse sentido, o recente programa governamental “Fome Zero” – e suas inúmeras “ações estruturais” – adquire, no nosso entendimento, uma função estratégica impactante na possibilidade concreta de um desenvolvimento econômico e social mais humano, harmônico e sustentável na medida em que – *ao guerrear contra a fome* – estará efetivamente *municiando* o batalhão de *viradores* que por aqui empreendem *por necessidade*, até para incorporarem em seu empreender as tais “artificialidades”. E, com relação, à nossa “peculiar” forma de Empreender, enquanto tal, é tarefa privativa de nossa Academia – pensadores, pesquisadores e professores – entender os constantes “recados” emanados de pesquisas como o GEM por exemplo, *baixar a bola* (no sentido dado por Schumpeter em sua “teoria”) e produzir debates saudáveis no sentido de uma melhor explicitação de nossas diferenças e não caracterizá-las como indicativo de atraso. Ou seja, partir para a construção de uma “Empreendedologia” *tupiniquim* – sem culpas e sem constrangimentos: com os pés nus em *terra brasilis*.

⁵⁰⁵ – DOLABELA, Fernando, EMPREENDEDORISMO, A PERGUNTA RECORRENTE: E DEPOIS QUE APRENDERMOS A FAZER O PÃO?, op. cit., p. 89. [grifos nosso]

CAPÍTULO VI

UM “INVENTAR PARA SUGERIR” (OU “UMA BRINCADEIRA SÉRIA”)

“Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”

(Riobaldo em Grande sertão: veredas – J. Guimarães Rosa)

VI.1: A “SUGESTÃO”

Já estamos chegando ao final de nossa *travessia* (que se pretende modestamente *empreendedológica*). E após todos os condicionantes e especificidades vislumbrados, além de outras *veredas* várias, esperamos, de antemão, que nossa contribuição ao buscar resolver um problema teórico na categoria “Empreendedorismo por Necessidade” traga frutos. Essa é a nossa contribuição, uma plataforma teórica capaz de captar a realidade do setor e que vislumbre um melhor entendimento acerca do “fenômeno” empreendedorismo e suas possibilidades na condição brasileira.

Vimos o que uns e outros pensam sobre. Através da inserção do empreender nas atividades mais elementares da condição humana que a ação empreendedora levada pelo homo imprehendedor não passam de tecnologias vitais, “táticas de vida”, frente as adversidades – e possibilidades – do meio. Vimos também que o contexto de algumas sociedades (no caso a norteamericana: nosso “outro” preferencial!) se apresenta com maiores predisposições para o surgimento do homo imprehendedor, sob a forma do entrepreneur. Notadamente naquelas ditas “desenvolvidas” e em que os pré-requisitos de Hans Freyer já fazem parte do dia-dia de qualquer cidadão. Isso, dentro do arcabouço e das perspectivas vistas. Ficou claro também que, dada a predominância do econômico na contemporaneidade, o pano de fundo que amplificou e ajudou a massificar o Empreendedorismo foi o neoliberalismo. Para aquele, o mérito é, exageradamente, o motor e o combustível do entrepreneur. Desconhece-se a “necessidade” enquanto tal, e

surgem novas “necessidades” – estas artificializadas, bem ao gosto cartesiano. Daí, a quantidade de “coincidências” nas características e nos pressupostos empreendedores com os “povos-do-norte”. A perspectiva econômica se preocupa, basicamente, com criar e distribuir riquezas. A comportamental em entender o *homo imprehendedor* mas olhando para os próprios pés. Daí também, a universalização das PECs. E dentro de todo esse aprofundamento não se percebe o viés libertador, aos olhos “deles”. Mesmo embora o CEFE, por exemplo, eleja como seu público preferencial um exército de necessitados e despossuídos. Ele, o CEFE, enquanto ferramenta de intervenção no social e no econômico, além de preconizar as PECs, depende da sensibilidade e da atuação de seus facilitadores. Mas o importante de tudo isso é que o homem não nasce empreendedor, ele carece de meios e modos para sê-lo. E, nesse sentido, há a possibilidade de se formar “agentes”. E essa formação, esse “treinamento” ou capacitação, se insere, como já dito, numa perspectiva complementar das perspectivas econômica e comportamental. Mas, por favor, dentro de uma perspectiva libertadora. A partir das “diferenças” evidenciadas pela condição brasileira do empreender.

Como no início de nossa dissertação fizemos uma primeira abordagem sobre o tema a partir “deles”, e ali foi dito que o Empreendedorismo fora reconhecido como um elemento fundamental para a viabilização e condução de empreendimentos e, em última instância, do processo de desenvolvimento do capitalismo. Percebemos (e aqui vai a “sugestão”) que o *homo imprehendedor*, pelas próprias contradições inerentes do capitalismo, pode vir a ser, na sua condição de “agente”, *incluído* na sociedade e no sistema. Principalmente em países ditos “emergentes”, “subdesenvolvidos” ou do chamado *Terceiro Mundo*, em que a agenda é outra, diferentemente da América do Norte e da Europa. Ou seja, com todas as mazelas do capital, notadamente nessas regiões do planeta, a condição de “agente” – com as iniciativas devidamente aperfeiçoadas (principalmente para aqueles excluídos e marginalizados) –, coloca o Empreendedorismo, e o *homo imprehendedor* – seu vetor e ator principal –, paradoxalmente para alguns, com uma feição libertadora. Uma possibilidade concreta de um desenvolvimento mais humano e sustentável⁵⁰⁶. E se falamos em um determinado tipo de desenvolvimento, este, trata, basicamente, da expansão das liberdades, ou seja, de um “desenvolvimento como liberdade” e situado

⁵⁰⁶ – No meu entendimento, pensar (e trabalhar) o Empreendedorismo com essa *faceta libertadora*, é uma atitude empreendedora, uma inovação.

naqueles “espaços vividos” pelo homem ou seja, que não seja algo único, mas algo para e pelo *homo situs*.

“Nessa linha de pensamento, desenvolvimento deve ter três atributos básicos: **desenvolvimento das pessoas**, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; **desenvolvimento para as pessoas**, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população; e **desenvolvimento pelas pessoas**, empoderando-as, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários.”⁵⁰⁷

Fica claro também que esse caráter libertador que estamos imputando ao Empreendedorismo aqui nos trópicos implica

“encarar os pequenos produtores e empreendedores como **arquitetos potenciais do futuro** e ampará-los com um conjunto de políticas públicas construídas a partir do princípio de **tratamento desigual aos desiguais**, ou seja, de **ação informativa** em favor dos mais fracos, sem poder e sem voz”⁵⁰⁸

Antes falamos também do caráter “estratégico” do recente programa governamental “Fome Zero” na medida em que liberado da lida da subsistência o nosso *virador* poderá partir para aperfeiçoamentos de suas iniciativas. Mas isso não é e não será o suficiente – certamente. O Estado também tem o dever de, por exemplo, desburocratizar e facilitar a abertura de novos negócios. Não custa nada lembrar que conforme o GEM 2002 o Brasil está em 34º, dentre os 37 países pesquisados, quando se fala em apoio aos novos negócios e na existência de políticas corretas ou facilidades para a

⁵⁰⁷ – NOVAES, Washington, no “Sumário Executivo” de SACHS, Ignacy, *INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE*, op. cit., pp: 20/21. [grifos nosso]

⁵⁰⁸ – SACHS, Ignacy, *INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE*, op. cit., p. 57. [grifos do autor]

abertura de empresas. E aí, talvez, esteja uma das saídas para a “crise”, a inclusão do exército *informal* de “viradores” – sejam eles profissionais autônomos ou partícipes de pequenas e médias empresas – na ordem do dia do Governo Federal. Afinal, o real motivo (segundo o GEM) que faz as pessoas empreenderem no país é a necessidade. Por outro lado, essa mesma formalização dos “viradores” trará, certamente, uma melhoria na arrecadação tributária – caso haja sucesso nas políticas “macro” que estimulem tais agentes econômicos a trilharem a via da legalidade. E claro também que essa seria uma meta de longo prazo, pois depende de reformas constitucionais nas áreas tributárias, trabalhista e da previdência, e no aparelho de Estado, que diminuam a burocracia e os custos da legalização. Nesse contexto, teríamos a situação ideal onde o Governo arrecadaria mais e os programas seriam direcionados para o desenvolvimento de pequenos negócios – disponibilização de crédito, capacitação dos agentes, etc. –, com custos de fiscalização reduzidos e com um resultado social que beneficiaria a todos os agentes e contribuiria para o equilíbrio fiscal do Estado. Muito há que se fazer!

VI.2: A “INVENÇÃO” (OU A “BRINCADEIRA SÉRIA”)

Antes lançamos algumas questões a partir do dito de Riobaldo em *Grandes sertões: veredas*, agora poderemos, numa “séria brincadeira”, buscar respostas para os reclamos feitos. “*Sertão é onde manda quem é forte com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!*”

“Sertão”, para João Guimarães Rosa é a vida – *viver é muito perigoso* – o lugar onde “*tudo é e não é...*”. Na contemporaneidade esse *locus* mais se parece com o “Mercado” – onde também *viver é muito perigoso* e *tudo* (ou quase tudo!) *é e não é*. “Astúcias” são as tais *características pessoais empreendedoras*. E como armar o *virador* para um enfrentamento com o competitivo “Mercado”? Através de um “pacto” com o *sei-lá-o-nome* (“*O Arrenegado, o Cão, o Cramulhão, o Indivíduo, o Galhardo, o Pé-de-Pato, o Sujo, o Homem, o Tisnado, o Coxo, o Temba, o Azarape, o Coisa-Ruim, o Mafarro, o Pé-Preto, o Canho, o Duba-Dubá, o Rapaz, o Tristonho, o Não-sei-que-diga, o Que-nunca-se-ri, o Sem-Gracejos...*”⁵⁰⁹), tal e qual Riobaldo. Mas ao sugerirmos um “pacto” com o ente diabólico, enxergamos nesse ente um “demiurgo da gnose”, da revelação pelo conhecimento:

⁵⁰⁹ – ROSA, João Guimarães, *GRANDE SERTÃO: VEREDAS*, op. cit., p. 37.

“demiurgo instigador antes que redentorista, inimigo dos conceitos de culpa e expiação e, conseqüentemente, da moral derrotista e da submissão.”⁵¹⁰

Portanto esse “pacto” vai se dar através de sessões de treinamento e capacitação. “Ele”, uma vez *incorporado*, libertará o *virador*. E se as tais “necessidades artificiais” para a nossa cultura parecem algo tão distante – *a terceira-margem-de-um-rio* – as astúcias “naturais” se transformarão – pelo conhecimento: a revelação – em “astúcias artificiais” e aí...

Parábola

Era uma vez um sapo que habitava os pântanos do Norte.

Havia também uma linda princesa de nome Miranda, filha de Próspero. Miranda certa vez libertou Caliban, seu horroroso escravo corcunda. E o fez ensinando-lhe o idioma do Senhor. O escravo então adquire novos poderes da fala e o caminho da liberdade nessa terra de tantas regras bem marcadas. Ele é livre para afirmar sua própria identidade, dando expressão ao ameaçador *caos* que habita sua “barbárie”:

“A senhorita me ensinou sua língua, e o que ganhei com isso foi que aprendi a praguejar.

Que a peste vermelha caia sobre vocês, por me terem ensinado sua linguagem.”⁵¹¹

E como agora estamos falando de “pacto” com o *sei-lá-o-nome* e de revelação pelo conhecimento (da “língua do Senhor” porque não?), é possível para os *calibans* inventar, empreender ousadias: *praguejar ... romper ... libertar...*

“Disse para pegar peixe, não faço mais,
Lenha, ao ser mandado, não busco mais,
E os pratos, não esfrego nem lavo mais!
Ca, Ca, Caliban, Caliban, ban, ban, Cacá (...)

⁵¹⁰ – COUSTÉ, Alberto, *BIOGRAFIA DO DIABO. O DIABO COMO A SOMBRA DE DEUS NA HISTÓRIA*, Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1996, p. 243.

⁵¹¹ – SHEAKSPEARE, William, *A TEMPESTADE*, Primeiro Ato, Cena II, Tradução de Beatriz Viégas-Faria, L & PM, Coleção L & PM Pocket, Porto Alegre, 2002, p. 29.

Liberdade! Que dia a ser celebrado! Que dia! Celebre-se a liberdade, a liberdade! Que dia a ser celebrado! Liberdade!”⁵¹²

Assim aconteceu naquele pântano do Norte. E a bela princesa Miranda beijou aquele *sapo-do-Norte*, que se transformou no *Príncipe Entrepreneur*: um sapo que pula por boniteza na busca constante por oportunidades de sucesso. Um verdadeiro *winner* que transformou seu pântano na maior nação do Ocidente.

Por aqui, num *brejomangue* qualquer, o *sapo-do-Sul* só pula por precisão. O tempo não pára... E, o *sapo-do-Sul* pulando por precisão. E sua Miranda envelhecida, ranzinza e chata, por aqui chegou transformada em “Megera Cartesiana”, reclamando do calor, dos cheiros e da indolência tropical. E o *sapo-do-Sul*, pula por precisão – mas pula! – e não quer de jeito algum *beijo-de-megera-sem-ginga*. “É ruim, heim!”, coaxava ele, e prosseguia na lida e na vida – *se virando* aos pulos – e dizendo que para ele bastava um *brejomangue-sem-margens* para viver.

Mas os “doutores” em *business administration* têm outra *consciência de si*. Outros planos para os *brejosmangues* da vida. Inspirados no *case* do *Príncipe Entrepreneur* e também por acharem aquele *pulo por precisão* coisa pobre e *declassée*, insistiram com a “Megera” para encontrar um projeto de intervenção adequado. E apresentaram a ela gráficos e gráficos, números e números, e formularam uma nova teoria do desenvolvimento *integral*, para apoiar a *necessidade* de superar o *pulo-por-precisão-do-sapo-do-Sul*.

Aí deu-se a surpresa de ser.

A “Megera”, que já tinha percebido que com menos roupas o calor não era tanto, vinha se afeiçoando ao *jeitinho cordialsedutor* desse *sapo-do-Sul*. E resolveu, de sua própria conta e risco, ir numa *Vereda Morta* e lá fazer um “pacto” com o *sei-lá-o-nome*. E sendo feito, ela se transformou numa linda e sestrosa *mulata-do-di-cavalcanti*, e ao som de *manguebit* foi dançando ao *brejomangue*. O *sapo-do-Sul* ao vê-la, não resistiu. E ela ensinou-lhe a “fala do Senhor” – mas com outras palavras. E foram dançar numa *outra-terceira-margem*, onde o beijo dado transformou-o num *sapo-modernista*, que também pulava, mas agora com *precisa boniteza*.

E o *brejomangue* não se transformou na “maior nação do Ocidente”. Nem ninguém nunca quis. Mas certamente, vive-se hoje feliz por lá.

⁵¹² – SHEAKSPEARE, William, A *TEMPESTADE*, Segundo Ato, Cena II, op. cit., p. 64.

REFERÊNCIAS

Anais do CEFÉ's 3rd International Conference, Belo Horizonte, 1998

Anais do I EGEPE – I Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, PPA UEM/UEL, Maringá-PR, Outubro/2000

Anais do II EGEPE – II Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, PPA UEM/UEL, Londrina-PR, Novembro/2001

Anais do I ENEMPRES – I Encontro Nacional de Empreendedorismo, ENE / UFSC, Florianópolis, SC, Setembro/1999

Anais do II ENEMPRES – II Encontro Nacional de Empreendedorismo, ENE / UFSC, CNPq, Florianópolis, SC, Outubro/2000

ARAÚJO, Heloísa Vilhena, *O ROTEIRO DE DEUS*, Editora Mandarin, São Paulo, 1996

ARENDT, Hannah, *A CONDIÇÃO HUMANA*, Editora Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2000

ARROYO, Leonardo, *A CULTURA POPULAR EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1984

AYRES, Andreia Ribeiro, *O INTER-HUMANO E O MUNDO DO ISSO. MARTIN BUBER E AS POSSIBILIDADES DE PADRÕES RELACIONAIS COMUNITÁRIOS NA SOCIEDADE INDUSTRIAL MODERNA*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Fevereiro/1999

BARBEJAT, Myriam Eugênia Ramalho Prata, **FERRAZ**, Fernando Toledo, *QUANTO VALE A EXPERIÊNCIA EMPREENDEDORA NA VIDA DE UM ALUNO*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

BARBOSA, Livia, *O JEITINHO BRASILEIRO – A ARTE DE SER MAIS IGUAL QUE OS OUTROS*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1992

_____ *IGUALDADE E MERITOCRACIA. A ÉTICA DO DESEMPENHO NAS SOCIEDADES MODERNAS*, Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001

BARBOSA, Clarice Gonzaga, BERGO, Heliane Maria, MARTINS, Janae G. *et al.*, *A TECNOLOGIA NUMA PROPOSTA MULTIDISCIPLINAR DE ODONTOEDUCAÇÃO*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

BARTHOLO JR., Roberto dos Santos, *LABIRINTOS DO SILÊNCIO. COSMOVISÃO E TECNOLOGIA NA MODERNIDADE*, Editora Marco Zero/COPPE-UFRJ, São Paulo, 1986

_____ *A DOR DE FAUSTO – ENSAIOS*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 1992.

_____ *VOCÊ E EU*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2001

BERMAN, Marshall, *TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1988

BIRCH, David L., *THE CONTRIBUTION OF SMALL ENTERPRISE TO GROWTH AND EMPLOYMENT*, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1979

_____ *JOB CREATION IN AMERICA*, The Free Press, New York, 1987

BIZZARRI, Edoardo, *J. GUIMARÃES ROSA / CORRESPONDÊNCIA COM O TRADUTOR ITALIANO*, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, São Paulo, 1972

BIZZOTTO, Carlos Eduardo Negrão, DALFOVO, Oscar, *ENSINO DE EMPREENDEDORISMO: UMA ABORDAGEM VIVENCIAL*, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 142/153

BRINGHENTI, Cassiano, DA RÉ, Castorina Baron Zimmer, FRIEDLAENDER, Gilda Maria Souza *et al.*, *CARACTERÍSTICAS DO INTRAEMPREENDEDOR*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

- BLATT, Cleide R., OKAMOTO, Vânia M. R., *GESTOR EMPREENDEDOR E INOVADOR*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.
- BLATT, Cleide R., *INTRAPRENEURISMO: UMA FERRAMENTA PRÁTICA À MUDANÇA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA ORGANIZACIONAL*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.
- BUBER, Martin, *EU E TU*, Introdução, Tradução e Notas por Newton Aquiles Von Zuben, 2ª Edição Revista, Editora Moraes, São Paulo
- _____ *QUE ES EL HOMBRE?*, Fondo de Cultura, México, 1985
- _____ *DO DIÁLOGO E DO DIALÓGICO*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1982
- _____ *SOBRE COMUNIDADE*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1987
- BURT, Edwin A., *AS BASES METAFÍSICAS DA CIÊNCIA MODERNA*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1983
- BYGRAVE, William D. (ed.), *THE PORTABLE MBA IN ENTREPRENEURSHIP*, John Wiley & Sons, Inc, 1998
- _____ *THE ENTREPRENEURIAL PROCESS*, in BYGRAVE, William D. (ed.), *THE PORTABLE MBA IN ENTREPRENEURSHIP*, op. cit., pp: 1/26
- BIRLEY, S, WESTHEAD, P., *A COMPARISON OF A NEW FIRMS IN "ASSISTED" AND "NON"ASSISTED AREAS IN GREAT BRITAIN*, in *ENTREPRENEURSHIP AND REGIONAL DEVELOPMENT*, USA, v. 4, n° 4, pp: 238/299, 1982
- CAGNIN, C. H., ABREU, A. F. de, *O PAPEL DO INTRAEMPREENDEDOR NA IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.
- CÂNDIDO, Antônio, *LITERATURA E SOCIEDADE*, Companhia e Editora Nacional, São Paulo, 1985

O HOMEM DOS AVESSOS, in *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Volume I, op. cit., 78/92

CITADIN, Glaison José, SERAFIM, Maurício Custódio, *O EMPREENDEDORISMO APLICADO A PARCELAS DA POPULAÇÃO EXCLUÍDA DO PROCESSO PRODUTIVO: IDENTIFICAÇÃO DO POTENCIAL EMPREENDEDOR DA COMUNIDADE DE SACO GRANDE II*, in *Anais do II ENEMPRES*, op. cit.

CIVALE, Leonardo, *O AVESSO DO DOUTOR PROGRESSO – TRADIÇÃO, MODERNIDADE E “RAÍZES DO BRASIL”*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Março de 1995

CORREIA, Cláudia, BERNHOEFT, Patrícia, FARIAS, José (Orgs.), *ECONOMIA INFORMAL E VIABILIDADE ECONÔMICA*, LIBER, Recife, 1998

COUSTÉ, Alberto, *BIOGRAFIA DO DIABO. O DIABO COMO A SOMBRA DE DEUS NA HISTÓRIA*, Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1996, p. 243

COUTINHO, Eduardo F., *GUIMARÃES ROSA: UM ALQUIMISTA DA PALAVRA*, no Prefácio de *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, op. cit., Volume I, pp: 11/24

CUNHA, Luiz Antônio, *O ENSINO DE OFÍCIOS ARTESANAIS E MANUFATUREIROS NO BRASIL ESCRAVOCRATA*, Editora UNESP / FLACSO, Brasília, 2000

DAMATTA, Roberto, *O QUE FAZ O BRASIL, BRASIL?*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1984

A CASA E A RUA, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997

CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS – PARA UMA SOCIOLOGIA DO DILEMA BRASILEIRO, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1997

DAVID, Denise Elizabeth Hey, BRINGHENTI, Idone, GAUTHIER, Fernando, *FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA O ENSINO DE*

EMPREENDEDORISMO: ESTUDO DE CASO NO CEFET-PR, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

DEGEN Ronald J., *O EMPREENDEDOR – FUNDAMENTOS DA INICIATIVA EMPRESARIAL*, McGraw-Hill, São Paulo, 1989

DE PAULA, J., BASTOS, L. C., FRANZONI, A. M. B., *EMPREENDEDOR NO ECOTURISMO, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.*

DE SOTO, Hernando, *ECONOMIA SUBTERRÂNEA – UMA ANÁLISE DA REALIDADE PERUANA*, Editora Globo, Rio de Janeiro, 1987

DOLABELA, Fernando, *O SEGREDO DE LUÍSA*, Cultura Editores Associados, São Paulo, 1999

OFICINA DO EMPREENDEDOR, Cultura Editores Associados, São Paulo, 1999

MANUAL DO CURSO DE EMPREENDEDORISMO PARA O TERCEIRO SETOR, Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, Brasília, 2001

MANUAL DO CURSO DE EMPREENDEDORISMO PARA O GOVERNO, Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, Brasília, 2001

EMPREENDEDORISMO, A PERGUNTA RECORRENTE: E DEPOIS QUE APRENDERMOS A FAZER O PÃO?, in Revista *Aminoácidos*, AED, Brasília, 2001, pp: 82/90

PEDAGOGIA EMPREENDEDORA – ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, Belo Horizonte, 2003 [no prelo]

DUTRA, Ivan, PEIXOTO, Renato Bassan, *O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DA REGIÃO DE LONDRINA, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 266/274*

DRUCKER, Peter F., *INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR: PRÁTICA E PRINCÍPIOS*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1993

ADMINISTRAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS – PRINCÍPIOS E PRÁTICAS, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1997

EMPREENDEDORISMO NO BRASIL – GEM 2001, IBQP-PR, SEBRAE Nacional, disponível no site www.ibqppr.org.br

FAORO, Raymundo, *OS DONOS DO PODER – A FORMAÇÃO DO PATRONATO BRASILEIRO*, Editora GLOBO, Porto Alegre, 1979

FARHAT, Eleide Margareth Pereira, BUENO, Raphael Nunes, MICHELS, Glycon *et al.*, *GESTÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

FARRELL, Larry C., *ENTREPRENEURSHIP – FUNDAMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES EMPREENDEDORAS: TÉCNICAS QUE AS TORNAM COMPETITIVAS*, Editora Atlas, São Paulo, 1993

FILION, Louis Jacques, *O PLANEJAMENTO DE SEU SISTEMA DE APRENDIZAGEM EMPRESARIAL: IDENTIFIQUE UMA VISÃO E AVALIE O SEU SISTEMA DE RELAÇÕES*, *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, V. 31, n. 3, pp. 63-71, Julho/Setembro 1991

VISÃO E RELAÇÕES: ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR, *Revista de Administração de Empresas*, V. 33, n. 6, pp: 50/61, Nov/Dez 1993

DIFERENÇAS ENTRE SISTEMAS GERENCIAIS DE EMPREENDEDORES E OPERADORES DE PEQUENOS NEGÓCIOS, *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, V. 39, n. 4, Outubro/Dezembro 1999, pp. 6/20

EMPREENDEDORISMO: EMPREENDEDORES E PROPRIETÁRIOS GERENTES DE PEQUENOS NEGÓCIOS, *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, V. 34, n. 2, pp: 05/28, Abril/Junho 1999

EMPREENDEDORISMO E GERENCIAMENTO: PROCESSOS DISTINTOS PORÉM COMPLEMENTARES, *Revista de*

Administração de Empresas, RAE Light, São Paulo, V. 7, n. 3, pp: 02/07, Julho/Setembro 2000

FONTANINI, Carlos Augusto Candêo, *PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE NOVOS EMPREENDEDORES*, in Anais do I EGEPE, op. cit., pp: 123/131

FREEDMAN, J. L., *PSICOLOGIA SOCIAL*, Editora Cultrix, São Paulo, 1997

FRETZEN, Silvino José, *JANELA DE JOHARI*, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2000

FREYRE, Gilberto, *PESSOAS, COISAS E ANIMAIS*, Editora Globo, Porto Alegre, 1981

CASA GRANDE E SENZALA, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1981

FREYER, Hans, *TEORIA DA ÉPOCA ATUAL*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965

GASSET, Jose Ortega y, *MEDITAÇÃO DA TÉCNICA*, Livro Ibero-Americano Ltda, Rio de Janeiro, 1963

GEM 2002 – Executive Report disponibilizado no site [www.emkf.org/gem2002]

GEM – Empreendedorismo no Brasil – Relatório Global 2002 , publicado pelo IBQP-PR

GIBB, Allan, *STRATEGIES TO IMPLANT AN ENTREPRENEURIAL CULTURE IN KEY ACTORS INFLUENCING SME DEVELOPMENT*, in CEFÉ's 3rd International Conference, Belo Horizonte, 1998

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães, PEREIRA, Edimilson de Almeida, *MUNDO ENCAIXADO. SIGNIFICAÇÃO DA CULTURA POPULAR*, Mazza Edições / UFJF, Juiz de Fora, 1992

GOMES, Rosemary, MELLO, Ricardo, SILVEIRA, Caio Márcio, *METODOLOGIAS DE CAPACITAÇÃO, CEFÉ – GESPAR – CAPACITAÇÃO MASSIVA*, publicado pela FASE, NAPP e FINEP, Rio de Janeiro, 1997

GOMES, Valdir, *EMPREENDEDEDORISMO NAS ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DICOTOMIA: ENSINO VERSUS APRENDIZADO DO EMPREENDEDEDORISMO*, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 112/122

GORZ, André, *ADEUS AO PROLETARIADO*, Editora Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1977

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda, *JOGOS DE EMPRESA E TÉCNICAS VIVENCIAIS*, MAKRON Books, São Paulo, 1993

GREATTI, Ligia, SENHORINI, Vilma Meurer, *EMPREENDEDEDORISMO – UMA VISÃO COMPORTAMENTALISTA*, in Anais do I EGEPE, op. cit., pp: 22/34

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *RAÍZES DO BRASIL*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1988

_____ *VISÃO DO PARAÍSO*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1985

HOLT, David, *ENTREPRENEURSHIP*, Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1992

HSU, Francis L. K., *AMERICAN AND CHINESE: TWO WAYS OF LIFE*, Abelard Schumann, New York, 1955

IBGE, *A ECONOMIA INFORMAL URBANA – RIO DE JANEIRO*, IBGE, Rio de Janeiro, 1996

Jornal do Brasil, “Cidade de Deus (e do Mercado)”, de Eugênio Bucci, Caderno B, 05/Setembro/02, p. B8

Jornal Gazeta Mercantil, “Brasil lidera criação de empresa por necessidade”, reportagem de Valmir Denardi, 14/Novembro/2002, Caderno Região Sul, página 1

Jornal Valor Econômico “Pesquisa indica que México e outros três países subiram no ranking da London Business School. Brasil deixa de ser o país com mais empreendedores”, reportagem de Maria Luiza Abbott, 30/Novembro/2001, 1º Caderno, p. 3.

- _____ “Brasileiro torna-se empreendedor por ‘necessidade’, aponta estudo”, reportagem de Miriam Karam, 14/Novembro/2002, página A4
- KIDDER, Daniel Parish, *REMINISCÊNCIAS DE VIAGENS E PERMANÊNCIAS NAS PROVÍNCIAS DO NORTE DO BRASIL*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1980
- KIRCHHOFF, Bruce A., *ENTREPRENEURSHIP ECONOMICS*, in BYGRAVE, William D. (ed.), *THE PORTABLE MBA IN ENTREPRENEURSHIP*, op. cit, pp: 444/474
- _____ *ENTREPRENEURSHIP AND DYNAMIC CAPITALISM*, Quorum Books, Westport, 1994
- KOLSHORN, Rainer, TOMECKO, Jim, *BREVE HISTÓRIA DA FUNÇÃO EMPRESARIAL*, artigo disponível, em português, no site www.gtz.de/cefe
- _____ *COMPREENDER A FUNÇÃO EMPRESARIAL E COMO FOMENTÁ-LA*, artigo disponível, em português, no site www.gtz.de/cefe
- KOVARICK, Lúcio, *TRABALHO E VADIAGEM. A ORIGEM DO TRABALHO LIVRE NO BRASIL*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994
- LARA, Márcio Zacarias, *ESSA GENTE IMPORTADA... CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO COM O HOMEM RURAL*, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1986
- LAUER, Mirko, *CRÍTICA DO ARTESANATO*, Editora Nobel, São Paulo, 1983
- LEITE, Emanuel, *O FENÔMENO DO EMPREENDEDORISMO CRIANDO RIQUEZAS*, Editora Bagaço, Recife, 2000
- LEITE, Padre Serafim, *ARTES E OFÍCIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL*, Editora Brasileira, Lisboa, 1953
- LESSA, Carlos, *AUTO-ESTIMA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL*, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2000

- LIMA, Marcos, DOLABELA, Fernando, *APRENDIZADO DE EMPREENDEDORISMO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL*, in Anais do II ENEMPRESA, op. cit.
- LISBOA, Henriqueta, *O MOTIVO INFANTIL NA OBRA DE GUIMARÃES ROSA*, in *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Volume I, op. cit., pp: 133/141
- LORENZ, Günter, *DIÁLOGO COM GUIMARÃES ROSA* in *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Volume I, op. cit., pp. 27/61
- LUCAS, Eda, *A DISSEMINAÇÃO DA CULTURA EMPREENDEDORA E A MUDANÇA NA RELAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA*, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 241/252
- LUCOCK, John, *NOTAS SOBRE O RIO DE JANEIRO*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1967
- MACHADO, E. C., *O EMPREENDEDORISMO NO ENSINO DE ENGENHARIA*, in Anais do I ENEMPRESA, op. cit.
- MACIEL, Maria Lúcia, *AS RACIONALIDADES DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO*, in SOUZA, Jessé (Org.), *O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA*, op. cit., pp: 211/221.
- Manual CEFEGT / FUNDASOL, Montevideu, 1989
- Manual CEFEGT, Centro CAPE / Luso Consult / GTZ, Belo Horizonte, 1991
- Manual CEFEGT / ICCAPE, Belo Horizonte, 1999
- Manual *JOGOS DE EMPRESA E O CICLO DE APRENDIZAGEM VIVENCIAL*, Edições Centro CAPE, Belo Horizonte, 2002
- MARGLIN, Stephen, *ORIGENS E FUNÇÕES DO PARCELAMENTO DAS TAREFAS. PARA QUÊ SERVE OS PATRÕES?*, in GORZ, André (Org.), *CRÍTICA DA DIVISÃO DO TRABALHO*, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1971

MARTINS, Nilce Sant' Anna, *O LÉXICO DE GUIMARÃES ROSA*, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

MARTINS, Roberto Cintra, *SOBRE A NATUREZA DA ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR*, in Anais do ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção, São Paulo, 1992

MARX, Karl, *O CAPITAL: EDIÇÃO POPULAR*, Edições 70, Lisboa, 1979

MAWE, John, *VIAGENS AO INTERIOR DO BRASIL*, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1978

McCLELLAND, David, *THE ACHIEVING SOCIETY*, Princeton, Van Nostrand, New Jersey, 1961

_____ *ENTREPRENEURSHIP AND ACHIEVEMENT MOTIVATION: APPROACHES TO THE SCIENCE OF SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT*, Editions P. Lengyel, UNESCO, Paris, 1971

MEYER-CLASON, Curt, *JOÃO GUIMARÃES ROSA E A LÍNGUA ALEMÃ*, Editora Globo, Porto Alegre, 1969

MICHELS, Glycon, POTIGUASSÚ, P. de Vasconcellos, PASQUALLI, Rita de Cássia *et al.*, *QUALIDADE EM SERVIÇOS DE SAÚDE – UMA INICIATIVA EMPREENDEDORA*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

MOOG, Clodomir Viana, *BANDEIRANTES E PIONEIROS: PARALELO ENTRE DUAS CULTURAS*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964

MORSE, Richard M., *O ESPELHO DE PRÓSPERO: CULTURA E IDEIAS NAS AMÉRICAS*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1988

_____ *A VOLTA DE MCLUHANAÍMA: CINCO ESTUDOS SOLENES E UMA BRINCADEIRA SÉRIA*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1990

MOTA, Carlos Renato, SOARES, Flávia Passos, FERREIRA, Geraldo de Souza, *HABILIDADES DE UM GESTOR SOCIAL PERANTE OS DILEMAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO*, in Anais do Congresso

Internacional Valores Universais e o Futuro da Sociedade, *Palas Athena*, ISA, PUC-SP, SESC-SP, UNESCO, São Paulo, Setembro/2001

NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antônio, (Orgs.), *RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS*, Instituto de Relações do Trabalho – IRT, PUC Minas, Belo Horizonte, 1999

OLIVEIRA FILHO, João Bento de, *A UNIVERSIDADE COMO FONTE DE EMPREENDEDORISMO*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, *ESTRATÉGIA EMPRESARIAL: UMA ABORDAGEM EMPREENDEDORA*, Editora Atlas, São Paulo, 1994

PARDINI, Délio Jardim, PAIM, Lúcia Regina Corrêa, *EMPREENDEDORISMO E INTERDISCIPLINARIDADE: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA NO ENSINO DE GRADUAÇÃO*, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 227/240

PASTRO, Ivete Inês, *ENTREPRENEUR: HABILIDADE DE CRIAR E INOVAR*, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 128/141

PEREIRA, Carlos José da Costa, *ARTESANATO – DEFINIÇÕES E EVOLUÇÃO. AÇÃO DO MTb – PNDA*, Ministério do Trabalho, Coleção XI, Planejamento e Assuntos Gerais, Brasília, 1979

PEZZI, Marcelo R., FARIAS, Giovana A., BARCIA, Ricardo M., *INTRAEMPREENDEDOR E EMPREGABILIDADE: ASPECTOS COMUNS ENTRE AMBOS*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.

PINCHOT, Gifford, *INTRAPRENEURING: POR QUE VOCÊ NÃO PRECISA DEIXAR A EMPRESA PARA TORNAR-SE UM EMPREENDEDOR*, Editora Harbra, São Paulo, 1985

POLANYI, Karl, *A GRANDE TRANSFORMAÇÃO. AS ORIGENS DE NOSSA ÉPOCA*, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980

PRADO, Paulo, *RETRATO DO BRASIL. ENSAIO SOBRE A TRISTEZA BRASILEIRA*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994

PROENÇA JÚNIOR, Domício, BARTHOLO JR, Roberto dos Santos, *ENGENHARIA DE PRODUÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XXI. INTERDISCIPLINARIDADE, CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E HORIZONTES UNIVERSITÁRIOS*, artigo submetido ao ENEGEP – Encontro Nacional de Engenharia de Produção 2003

REINOSO, Rubens César, PINTER, Claudio Alvim Zanini, *MODELO DE EMPREENDEDORISMO NA UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (UNISUL)*, in Anais do II EGEPE, op. cit, pp: 117/127

Revista VEJA, “Bomba desarmada”, reportagem de Carlos Rydle, 20/Setembro/2000, pp:50/55

Revista EMPREENDEDOR, “Por um país empreendedor”, reportagem de Lúcio Lambranco, n.º 80, Junho/2001, pp: 54-57

Revista RUMOS, “Empreendedorismo: Assim se faz o futuro”, reportagem de Sérgio Benevides, Dezembro de 2002, pp: 26/33.

Revista ÉPOCA, “O duro país dos pequenos”, reportagem de Eliane Brum, 06/Janeiro/2003, pp: 44/49

_____ “Costurando o futuro”, reportagem de Luciana Vicária, 06/Janeiro/2003, pp: 50/51

_____ “Conceito polêmico”, entrevista feita por Eliane Brum com João Batista Pamplona, 06/Janeiro/2003, p. 53

_____ “Espécimes em extinção”, reportagem de Nelito Fernandes e Eliane Blum, 06/Janeiro/2003, pp: 54/55

RIBEYROLLES, Charles de, *BRASIL PITORESCO*, Volumes I e II, Editora Itatiaia, Belo Horizonte

ROSA, João Guimarães, *JOÃO GUIMARÃES ROSA – FICÇÃO COMPLETA*, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994, Volumes I e II

_____ *SAGARANA*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1970

_____ *PRIMEIRAS ESTÓRIAS*, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1978

-
- _____
RIO DE JANEIRO, 1982.
- ROSA, Vilma Guimarães, *RELEMBRAMENTOS: JOÃO GUIMARÃES ROSA, MEU PAI*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1983
- RUGIU, Antonio Santoni, *NOSTALGIA DO MESTRE ARTESÃO*, Editora Autores Associados, Campinas, SP, 1998
- SACHS, Ignacy, *INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO – DESENVOLVIMENTO HUMANO, TRABALHO DECENTE E O FUTURO DOS EMPREENDEDORES DE PEQUENO PORTE*, SEBRAE Nacional, Editora Garamond, Rio de Janeiro, 2003
- SANTOS, Boaventura de Souza, *PELA MÃO DE ALICE; O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE*, Afrontamento, Porto, 1994
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos, *O ESPELHO DO PROGRESSO. O BRASIL SOB O OLHAR DOS VIAJANTES (1808-1858)*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Setembro de 1993
- SANTOS, M. J., FERREIRA, R. G., ROSENTHAL D., *CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA INCENTIVAR O EMPREENDEDORISMO E PARA APOIAR EMPRESAS DE PEQUENO PORTE: A EXPERIÊNCIA DA UFPE*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit
- SANTOS, M. J., VASCONCELOS, I. E., ALMEIDA, Y. M. de, *O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA: A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA DA UFPE*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.
- SEN, Amartya, *DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE*, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2000
- SCHUMPETER, Joseph A., *HISTORY OF ECONOMICS ANALYSIS*, George Allen & Unwin, London, 1967
-
- _____
TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL,

CRÉDITO, JURO, E O CICLO ECONÔMICO, Editora Nova Cultural, *Série Os Economistas*, São Paulo, 1997

SHEAKSPEARE, William, *A TEMPESTADE*, Tradução de Beatriz Viégas-Faria, L & PM, Coleção L & PM *Pocket*, Porto Alegre, 2002

SHEFKY, Lloyd E., *ENTREPRENEURS ARE MADE NOT BORN*, McGraw-Hill, New York, 1994

SOUZA, Hamilton Moss de, *ENGRENAGENS DA FANTASIA: ENGENHARIA, ARTE E CONVIVÊNCIA*, Ed. Bazar das Ilusões, Rio de Janeiro, 1989

SOUZA, Jessé, *O BRASILEIRO E O PROTESTANTE*, *Série Sociológica*, nº 142, Departamento de Sociologia/Universidade de Brasília, Brasília, 1997

_____ (Org.), *O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA*, Editora UNB, Brasília, 1999

_____ *A ÉTICA PROTESTANTE E A IDEOLOGIA DO ATRASO BRASILEIRO*, in SOUZA, Jessé (Org.), *O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA*, op. cit., pp: 17/54

_____ *A MODERNIZAÇÃO SELETIVA – UMA REINTERPRETAÇÃO DO DILEMA BRASILEIRO*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2000

_____ (Org.), *A ATUALIDADE DE MAX WEBER*, Editora Universidade de Brasília, 2000

SOUZA NETO, Bezamat, *BUSCANDO CONHECER ESSA MODERNIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA DO ARTESANATO: O CASO DA PRODUÇÃO DO CARRO DE BOIS*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Março de 1995

_____ *CONTRIBUIÇÃO E ELEMENTOS PARA UM METAMODELO EMPREENDEDOR: O CASO DO ARTESÃO BRASILEIRO*, in *Anais do II ENEMPRES*, op. cit.

GENEALOGIA E ESPECIFICIDADES ACERCA DE UM TIPO DE EMPREENDEDOR POPULAR: O ARTESÃO BRASILEIRO, in Anais do II EGEPE, op. cit., pp: 106/116

Sumário Executivo – *GEM Internacional 2000*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná, IBQP-PR

TAVARES, Paulo Victor, ABREU, A. F. de, *EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS VIRTUAIS*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Souza, RESENDE, Grazielle Andrade, *DESVENDANDO O TERCEIRO SETOR: TRABALHO E GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS*, in NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antônio, (Orgs.), *RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS*, op. cit., pp: 237/285

TOMIO, Dilson, HOELTGEBAUM, Marianne, *A PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO DOS ADMINISTRADORES: O EMPREENDEDORISMO COMO ALTERNATIVA DE ADAPTAÇÃO NO ENSINO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

ULBRICHT, Leandra, ULBRICHT, Vania Ribas, GONTIJO, Leila Amaral, *DESAFIOS PARA QUE O SISTEMA EDUCACIONAL TRANSFORME O BRASIL EM UM PAÍS EMPREENDEDOR*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

URIARTE, L. R., BARAÚNA, Alessandra, CAMIOTTI, Luciane *et al.*, *EMPREENDEDORISMO ECOLÓGICO: SOLUÇÕES EMPREENDEDORAS PARA O LIXO*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

URIARTE, Luiz Ricardo, DALMAU, Marcos Baptista Lopes, BARCIA, Ricardo Miranda *et al.*, *EMPRESÁRIO OU EMPREENDEDOR?*, in Anais do I EGEPE, op. cit., pp: 71/80

URIARTE, Luiz Ricardo, LAPOLLI, Édis Mafra, BARCIA, Ricardo Miranda *et al.*, *CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS NECESSÁRIAS PARA SOBREVIVÊNCIA NO MUNDO DOS NEGÓCIOS*, in Anais do II ENEMPRE, op. cit.

- VALE, Gláucia M. Vasconcellos (Coord.), *INFORMALIDADE E CIDADANIA – EMPREENDIMENTOS INFORMAIS NO RIO DE JANEIRO*, IBASE / SEBRAE Nacional, Rio de Janeiro, 1999
- VASCONCELOS, I. E., ALMEIDA, Y. M. B., SANTOS, M. J., *UMA REFLEXÃO SOBRE O PERFIL EMPREENDEDOR DO ENGENHEIRO NO BRASIL*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit
- VAZ, Henrique C. de Lima, *ESCRITOS DE FILOSOFIA: PROBLEMAS DE FRONTEIRA*, Editora Loyola, São Paulo, 1986
- _____ *ESCRITOS DE FILOSOFIA II. ÉTICA E CULTURA*, Editora Loyola, São Paulo, 1993
- _____ *RELIGIÃO E MODERNIDADE FILOSÓFICA*, *Revista Síntese – Nova Fase*, v. 18, n° 53, pp: 147/165, Edições Loyola, São Paulo, 1993
- VÉRIN, H., *ENTREPRENEURS, ENTREPRISES, HISTOIRE D'UNE IDÉE*, Presses Universitaires de France, Paris, 1982
- VERSIANI, Ângela França, GASPAR, Renata de Magalhães, *DIFERENÇAS E SIMILARIDADES ENTRE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO SEGMENTO DE CONFECÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE*, in NABUCO, Maria Regina, CARVALHO NETO, Antônio, (Orgs.), *RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS*, op. cit., pp: 237/285
- VIANNA, Luiz Werneck, *WEBER E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL*, in SOUZA, Jessé (Org.), *O MALANDRO E O PROTESTANTE. A TESE WEBERIANA E A SINGULARIDADE CULTURAL BRASILEIRA*, op. cit., pp: 173/193.
- VIEIRA, Renata de Martins Faria, GAUTHIER, Fernando Alvaro Ostuni, *INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL*, in Anais do II ENEMPRES, op. cit.
- YOUNG, Robert, *FORMAÇÃO ENTREENPRENEURIAL E CONSOLIDAÇÃO DE DESEMPENHO EMPRESARIAL*, no Relatório Final de Pesquisa apresentado à USAID, 1990

WALSH, Robert, *NOTÍCIAS DO BRASIL*, Volume I, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1985,

WEBER, Max, *A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1989.

_____ *ECONOMIA E SOCIEDADE*, Editora Universidade de Brasília, Brasília, 2000

WERNECK, Jurema Pinto, *CONHECIMENTO, PODER E GÊNERO: O DESAFIO DAS YALODÊS*, Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ, Março de 2000

ZALUAR, Augusto Emílio, *PEREGRINAÇÃO PELA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1860-1861)*, Editora Itatiaia/EDUSP, Belo Horizonte, 1975

ZAOUAL, Hassan, *GLOBALIZAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL*, Editora Cortez, São Paulo, 2003

SITES PESQUISADOS

www.ibge.gov.br

www.maosdeminas.org.br

www.centrocape.org.br

www.gtz.de/cefe

www.ibqppr.org.br

www.emkf.org/gem2002

www.gemconsortium.org

www.babson.edu

www.london.edu

www.reune.org.br